



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Eurídice Hespanhol Macedo Pessoa

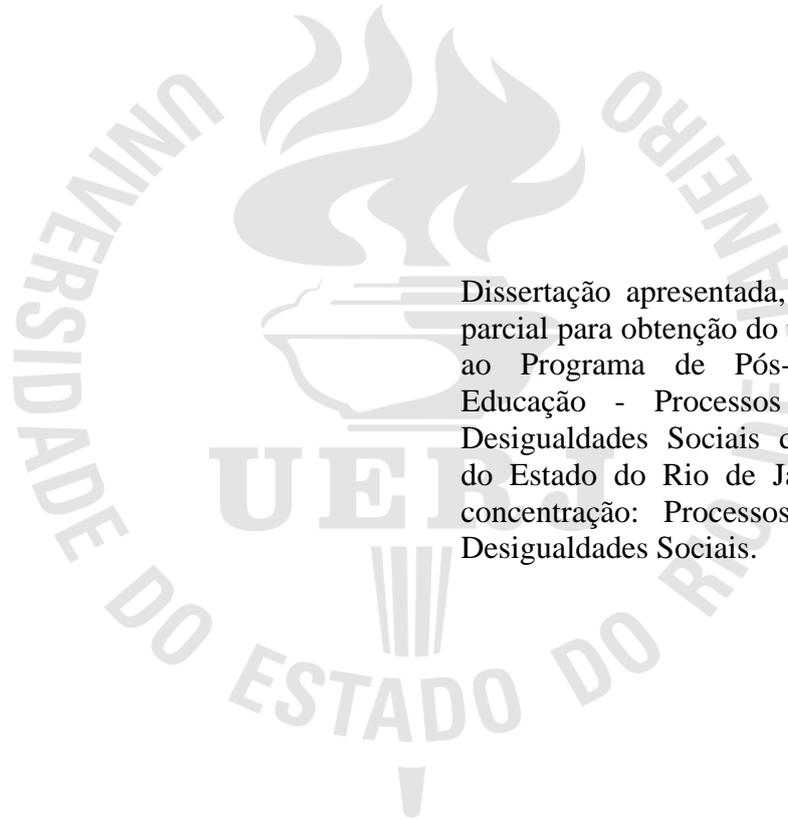
**Vozes para um protagonismo feminino: questões de classe, raça, gênero e
formação educacional nos romances de Júlia Lopes de Almeida**

São Gonçalo

2020

Eurídice Hespanhol Macedo Pessoa

Vozes para um protagonismo feminino: questões de classe, raça, gênero e formação educacional nos romances de Júlia Lopes de Almeida



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação - Processos Formativos e Desigualdades Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Processos Formativos e Desigualdades Sociais.

Orientadora: Prof.^a Dra. Denize de Aguiar Xavier Sepúlveda

São Gonçalo

2020

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

P475 Pessoa, Eurídice Hespanhol Macedo.
Vozes para um protagonismo feminino: questões de classe, raça, gênero e formação educacional nos romances de Júlia Lopes de Almeida / Eurídice Hespanhol Macedo Pessoa. – 2020.
174f.: il.

Orientadora: Prof.^a Dra. Denize de Aguiar Xavier Sepulveda.
Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. Educação – Teses. 2. Almeida, Júlia Lopes de, 1862-1935 – Teses. 3. Mulheres na literatura – Teses. I. Sepulveda, Denize de Aguiar Xavier. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. III. Título.

CRB/7 - 4994 CDU 37

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Euridice Hespanhol Macedo Pessoa

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação - Processos Formativos e Desigualdades Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Processos Formativos e Desigualdades sociais

Aprovada em 24 de agosto de 2020.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Denize de Aguiar Xavier Sepúlveda (Orientadora)
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof.^a Dra. Alessandra Frota Martinez de Schuler
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dra. Marilene Antunes
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof. Dr. José Antônio Sepúlveda
Universidade Federal Fluminense

São Gonçalo

2020

AGRADECIMENTOS

Minhas mãos tocam a terra, a cozinha, os filhos, a vida dura dos meus pais, a poesia possível, a dor e a alegria. Minhas mãos são das mulheres que me formaram para o trabalho com distinção de gênero e para um amor submisso, mas minhas mãos acariciam o não como resposta. Eurídice Hespanhol - (Caderno das transgressões).

A Claudio Lopes de Almeida, neto de Júlia Lopes de Almeida, pela generosidade em nos oferecer seus arquivos sobre a escritora e pela amizade que foi construída durante a pesquisa.

À banca examinadora, nas pessoas dos Professores Doutores José Antonio Sepulveda, Alessandra Frota Martinez de Schuler e Marilena Antunes, que avaliaram o texto de qualificação deste trabalho, trazendo imensas reflexões que permitiram novas construções em relação à pesquisa aqui realizada.

Aos meus filhos Frederico, Luís Eduardo e César Augusto que, forçosamente, conviveram com a pesquisa e participaram das minhas inquietações e anseios.

Ao pai dos meus filhos, Eurico Pessoa Filho (in memoriam), pelos anos de vida a dois, entre traços e farpas, mas com o amor possível num mundo de diferenças e opressão.

Ao meu sogro, Eurico Pessoa (in memoriam), um Manauara, pelas muitas conversas sobre Marx, Engels e “A história” que ele concebia entre antes e depois do incêndio da Biblioteca de Alexandria.

Às mulheres da minha família que fazem parte de uma história de cinco irmãs (Kátia, Eurídice, Alvina, Iracema, Ana Lídia), minha mãe Iracema, muitas tias e primas. Mulheres que traduzem até os dias de hoje o que sou e o que virei a ser.

Ao meu querido pai niteroiense, Enéas (in memoriam), a quem devo o amor pelos lirismos, pelas serestas e pelos sons brasileiros, ouvidos através das cordas do seu cavaquinho.

Aos meus dois irmãos, Enéas e Eugênio, que foram criados sob a égide de um lar feminino, repleto de mulheres autoritárias e teimosas.

À minha pequena cidade de Santa Maria Madalena, espaço de infâncias, adolescência e patriarcalismos, pelas noções de um feminino que me encurralaram nas questões que hoje trago neste estudo.

Ao grupo de Pesquisa GEPCEB (Grupo de Estudos e Pesquisa O impacto dos Conservadorismos na Educação Brasileira), coordenado pelo professor José Antonio Sepulveda, onde aprendi os principais caminhos para reconhecer os discursos que produzem as desigualdades sociais.

Aos meus colegas de mestrado e do grupo de orientação, cuja troca de conhecimento e afeto me ajudaram imensamente na trajetória deste estudo.

Aos meus colegas do GESDI (Gêneros, Sexualidades e Diferenças nos Vários Espaços Tempos da História e dos Cotidianos), coordenado por Denize Sepulveda, por compartilharem conhecimento, vida e experiências, onde todos, todas e todxs foram importantes e indispensáveis na conclusão deste trabalho.

E principalmente à minha Orientadora Denize Sepulveda pela paciência e amizade, por permanecer atenta a todos os passos deste estudo, orientando, incentivando e sendo a pessoa que transborda humanidade em suas práticas.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

São Gonçalo, 20 de setembro de 2020

Cara Júlia,

Escrevo, escrevo porque há muito passeio pela sua obra, leio as pesquisadoras que trouxeram à baila o seu fazer literário tão profícuo, e me perco no sentimento de admiração inevitável. Fiquei guardando o momento em que de tanto admirar sua escrita, me surgisse o desejo de entender a principal estrada por onde trilhou a sua pena literária de uma vida inteira. Demorei a elaborar esta carta, pois só agora me afasto do ídolo para enxergar a mulher que construiu personagens femininos como quem mostra a imensa ferida naturalizada num contexto de sofrimentos, expondo a dor e o amor, a injustiça e a transgressão, veladas e acalentadas numa sociedade dual e heteronormativa, que concebe o fazer feminino como algo menor e sem importância.

Venho, na verdade, pedir permissão para desnudar as entrelinhas de sua escrita e a vida de uma mulher que recebeu os privilégios de uma educação burguesa, mas que soube, através da literatura, dar voz a outras mulheres de diferentes classes e raça, num momento histórico onde o espaço feminino mal começava a ser questionado.

Seu neto Claudio me confidenciou sobre suas súplicas para que o seu esposo autorizasse sua ida à África em busca da filha Lucia e netos. Contou-me que ficou de joelhos, e por isso, temos a autorização anotada em seu passaporte.

Hoje, a súplica é minha, peço que me permita dar luz às questões deste trabalho e que possa compreender algum olhar crítico ou negativo, que a pesquisa e o método venham mostrar no caminho da busca que iniciei há tanto.

Gratidão pelo legado de uma vida, pela obra que hora me debruço e que me permite penetrar nos espaços habitados pelas mulheres construídas através do seu imaginário criativo.

Neste momento, onde a pandemia da corona vírus assola o mundo, penso nas crises pelas quais sua vida foi afetada, incluindo a gripe espanhola.

Aqui fico, para embrenhar-me no mundo de cada romance escolhido, mergulhando em cada pista, indício ou sinal, que expresse as questões de gênero, classe, raça ou formação educacional, vivenciados pelas mulheres de suas narrativas nos finais dos oitocentos e início do século XX.

Sob sua permissão, despeço-me, agradecendo a este encontro e seus desdobramentos.

Euridice H. M. Pessoa.

RESUMO

PESSOA, Euridice Hespanhol Macedo. *Vozes para um protagonismo feminino: questões de classe, raça, gênero e formação educacional nos romances de Júlia Lopes de Almeida*. 2020. 194 f. Dissertação (Mestrado em Educação - Processos Formativos e Desigualdades Sociais) – Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2021.

A protagonista dessa dissertação é a escritora Júlia Lopes de Almeida, nascida a 24 de setembro de 1862 na então província do Rio de Janeiro e falecida em 30 de maio de 1934, na cidade do Rio de Janeiro, capital da República, citada como abolicionista, defensora da educação e feminista. Este estudo pretendeu mostrar que a literatura, como aliada da história, pode fornecer informações sobre o modus vivendi de determinada comunidade, época, extrato, classe social ou nível educacional. O objetivo desta pesquisa foi relacionar a obra literária de Júlia Lopes de Almeida com o pensamento de uma época, onde o patriarcado era reafirmado pelos modelos positivistas e higienistas e atravessados pelas ideias eugenistas. A obra dessa autora contempla uma escrita que ousou dar visibilidade aos anseios de transformação para o espaço destinado à mulher nos finais dos oitocentos e início do século XX. Tendo como base metodológica o paradigma indiciário de Ginzburg, a pesquisa procurou trazer indícios, pistas e sinais que evidenciem a possível relação dos textos literários da autora no sentido de denunciar, esclarecer e dar voz às mulheres do seu tempo, dando ênfase aos recortes de classe, raça, gênero e formação educacional. O Rio de Janeiro é o cenário das ficções nas obras escolhidas para este estudo. Tanto o ambiente privado das famílias burguesas, quanto a vida das classes populares, vão servir de pano de fundo para os enredos. O nome de Júlia Lopes está entre os intelectuais que integraram o planejamento para a criação da Academia Brasileira de Letras, mas por ser mulher, ficou impedida de ser membro fundador. Como representante da mulher brasileira, foi, por diversas vezes, conferencista, dentro e fora do país.

Palavras chave: Literatura de escrita feminina. Interseccionalidade. Formação educacional.

História das mulheres

ABSTRACT

PESSOA, Euridice Hespanhol Macedo. *Voices for a female protagonism: questions of class, race, gender and educational background in the novels of Júlia Lopes de Almeida*. 2020. 194f. Dissertação (Mestrado em Educação - Processos Formativos e Desigualdades Sociais) – Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2020.

The protagonist of this dissertation is the writer Júlia Lopes de Almeida, born on September 24, 1862 in the then province of Rio de Janeiro and died on May 30, 1934, in the city of Rio de Janeiro, capital of the Republic, cited as abolitionist, defender of education and feminist. Thus, this study intended to show that literature, as an ally of history, can provide information about the *modus vivendi* of a certain community, time, stratum, social class or educational level. The objective of this research was to relate the literary work of Júlia Lopes de Almeida with the thought of a time, where patriarchy was reaffirmed by positivist and hygienist models and crossed by eugenic ideas. The work of this author includes a writing that dared to give visibility to the desire to transform the space destined for women in the late 1800s and early 20th century. Using the Ginzburg evidential paradigm as a methodological basis, the research sought to bring clues, clues and signs that show the possible relationship of the author's literary texts in the sense of denouncing, clarifying and giving voice to the women of her time, emphasizing class cuts, race, gender and educational background. Rio de Janeiro is the setting for fictions in the works chosen for this study. Both the private environment of bourgeois families and the life of the popular classes will serve as a backdrop for their plots. Júlia Lopes' name is among the intellectuals who integrated the planning for the creation of the Academia Brasileira de Letras, but because she is a woman, she was prevented from being a founding member. As a representative of Brazilian women, she was, on several occasions, a lecturer, inside and outside the country.

Keywords: Female writing literature. Intersectionality. Educational background. Women's history.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Caminhos da Poesia.....	12
Figura 2 –	Revista Fon Fon	30
Figura 3 –	Manuscrito de Júlia Lopes de Almeida	52
Figura 4 –	Almanaque das Senhoras – 1898	54
Figura 5 –	Jornal Estação - Nota sobre o casamento de Júlia e Filinto	59
Figura 6 –	Jornal “A estação” - Textos: Quincas Borba de Machado de Assis e Higiene de Júlia Lopes de Almeida (livro das noivas)	60
Figura 7 –	Continuação do texto sobre Higiene de Júlia Lopes (livro das Noivas)	61
Figura 8 –	Júlia Lopes de Almeida e seus quatro filhos: Alfonso, Abano, Lúcia e Margarida	62
Figura 9 –	Manuscrito de Júlia Lopes de Almeida	63
Figura 10 –	Casa de Júlia - área externa	64
Figura 11 –	Casa de Júlia - área interna	66
Figura 12 –	Panfleto Livraria Francisco Aves 1910	69
Figura 13 –	Carta da Academia para Claudio Lopes de Almeida	76
Figura 14 –	Passaporte de Júlia	79
Quadro 1 –	Principais obras publicadas em forma de folhetins e em livros por Júlia Lopes de Almeida	80
Figura 15 –	Busto de Júlia Lopes de Almeida	82
Figura 16 –	A mensageira número 1, p.14, 1897	87

Figura 17 –	Revista Fon-Fon! 1907 – nº 1, p. 03	95
Figura 18 –	Revista Fon-Fon! 1908, edição 20, p. 7	96
Figura 19 –	Revista Fon-Fon! Sobre Júlia Lopes de Almeida	97
Figura 20 –	Revista Fon-Fon! Edição 18, página 20	98
Figura 21 –	Revista Fon-Fon! Edição 36, p. 23	99
Figura 22 –	Revista Fon-Fon! 1910, edição 51, p. 28	100
Figura 23 –	Revista Fon-Fon! Edição 24, p. 40	101
Figura 24 –	Revista Fon-Fon! 1912 - Edição 40, p. 37	102
Figura 25 –	Revista Fon-Fon! 1914, edição 11, p. 24	103
Figura 26 –	Revista Fon-Fon! 2014, edição 11, p. 25	104
Figura 27 –	Revista Fon-Fon! 1915, edição 04, p. 48	105
Figura 28 –	Revista Fon-Fon! Edição 40, p. 37	106
Figura 29 –	Revista Fon-Fon! Edição 38, p. 20	107
Figura 30 –	Revista Fon-Fon! 1928, edição 15, p. 45	108
Figura 31 –	Revista Fon-Fon! 1923 - Edição 31, p. 51	110
Figura 32 –	Revista Fon-Fon! 1936, edição 23, p. 40	112
Figura 33 –	Revista Fon-Fon! 1943, edição 11, p. 18	113
Figura 34 –	Revista Fon-Fon! Edição 40, p. 06	114
Figura 35 –	Revista Fon-Fon! 1956 – edição 2566 – p. 31	115
Figura 36 –	Revista Fon-Fon! – 1907	134

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	12
1	CONTEXTOS HISTÓRICOS DOS TEMPOS E ESPAÇOS, PERPASSAMENTOS POSSÍVEIS ENTRE A DÉCADA DE 60 DO SÉCULO XIX E INÍCIOS DA DÉCADA DE 30 DO SÉCULO XX, NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	24
1.1	O nascimento de um novo modelo feminino sob um discurso médico científico e a produção de novos preconceitos de raça	28
1.2	A imprensa, a educação e as mulheres, atividades culturais, encontros e sociabilidades no segundo reinado	30
1.3	A produção de café pelas mãos dos escravizados, o fim do império, a Lei Áurea e o “branqueamento da raça	33
1.4	O Higienismo, o positivismo e o pensamento eugênico	37
1.5	A revolta da chibata, a gestão Hermes da Fonseca, a primeira guerra mundial e a gripe espanhola	40
1.6	O Rio dos anos vinte, a queda da bolsa de Nova York em 29, o golpe de Getúlio Vargas, as leis trabalhistas, o manifesto dos pioneiros na Educação e o voto feminino	45
2	JÚLIA LOPES DE ALMEIDA: VIDA E OBRA	51
2.1	A conferencista que viajou para discursar sobre a mulher brasileira, as questões sobre gênero e educação mencionadas em seus discursos e sua possível militância pela causa feminina	82
2.2	Júlia Lopes: uma carreira de sucesso, com apogeu, glórias e declínios, percebidos através das páginas da revista Fon Fon! (1907/1958)	94
2.3	As publicações após a morte de Júlia Lopes de Almeida	111
3	CINCO ROMANCES COM PROTAGONISMO FEMININO, PISTAS QUE PERPASSAM QUESTÕES HISTÓRICAS DE GÊNERO, CLASSE, RAÇA E FORMAÇÃO EDUCACIONAL	117
3.1	<i>Memórias de Marta</i> , romance, Rio de Janeiro, 1889/1899	118

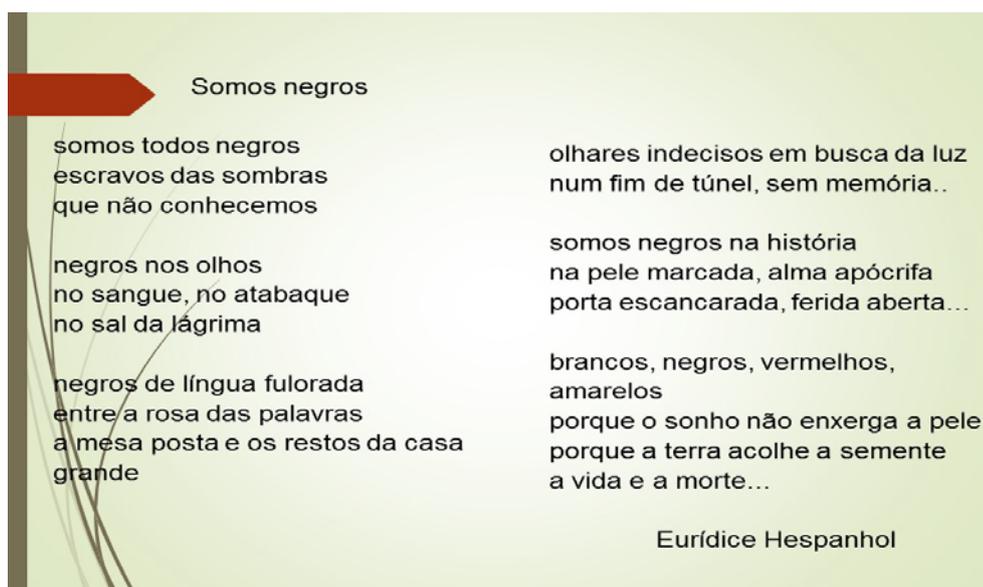
3.2	<i>A Falência</i> , romance, Rio de Janeiro, 1901	135
3.3	<i>A intrusa</i> , romance, Rio de Janeiro, 1908	145
3.4	<i>Cruel amor</i> , romance, Rio de Janeiro, 1911	150
3.5	<i>Correio da roça</i> , Romance, Rio de Janeiro, 1913	157
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	171
	REFERÊNCIAS	180
	ANEXO – Entrevista ao DR. Claudio Lopes de Almeida, neto da escritora Julia Lopes de Almeida, feita por Eurídice Hespanhol Macedo Pessoa	190

INTRODUÇÃO

Desde sempre me interessei por textos literários. De família numerosa, com poucos livros, havia uma vizinha que era herdeira da obra do irmão poeta e permitia-me ler os livros que quisesse, desde que não os retirasse de sua residência, seu nome era Eloá, minha querida Iaiá. Sua morada passou a ser o melhor lugar do mundo, um oásis de mil fontes inimagináveis. Ela tinha um cachorro, o Dique, um sapo que comia miolo de pão e se chamava Nobre Cururu, todas as espécies de plantas e plantinhas, de suculentas a begônias, passando por samambaias, roseirinhas, capuchinhos amarelos e laranjas, muitos trevos de três e quatro folhas, um quadro na parede com uns gatinhos desenrolando uns novelos de lã, uma caneca que tocava música vinda do Japão, muitas coisas feitas de crochê e almofadas e louças e bibelôs.

Com o passar do tempo, passei a atrever-me na escrita de versos, como alguém que se atreve a voar de primeira classe, sem ter como fazer as malas da viagem. Mas voava... Voava com o destino certo, nas imaginações trazidas pelos ventos de poesia daquela cidade tão pequena, cujas flores de capim dançavam pelas montanhas que os acolhia. A dança, fugia para um pedaço de papel, desvirginado de sua brancura por uma menina que sonhava. E essa paixão me fez andar nos caminhos da poesia desde sempre:

Figura 1 – Caminhos da Poesia



Fonte: arquivo pessoal de Eurídice Hespanhol.

A paixão pela literatura levou-me a cursar duas graduações: letras e pedagogia, em um tempo distante da cronologia escolar, depois de uma viuvez precoce. Sendo assim, sempre faço da literatura um instrumento de prazer e busca em minha prática docente. O texto, oral ou escrito, visual ou verbal, revela o que Bosi (2008), expressa em seu livro “O tempo e o ser da poesia” ao lembrar a máxima de São Gregório de Nissa de que o corpo é extensão da palavra, e que o conceito de leitura pode perpassar as entrelinhas do mundo e suas imagens, daí as linguagens múltiplas e as infinitas interpretações que os textos nos oferecem, libertando o discente das fórmulas veladas da língua culta, para gradativamente, abrir o caminho para esta, utilizando práticas de interação textual, livre de máscaras e ausente de medos, permitindo a apropriação da língua materna e seu legado social, rico de possibilidades de crescimento pessoal e aquisição plena de cidadania.

E de leitura em leitura, durante meu trabalho na Escola Estadual de Ensino Fundamental República (rede FAETEC¹), no bairro de Quintino, no Rio de Janeiro, pesquisando sobre os cem anos de Alice no País das Maravilhas, topei na internet com uma citação aleatória sobre o livro “A falência”, de Júlia Lopes de Almeida. Baixei o livro para ler e preciso informar que foi paixão e espanto à primeira vista. A partir de então, muitas questões me passaram em relação à vida e à obra de Dona Júlia. Um imenso mar de dúvidas, trouxeram-me um ávido interesse em compreender o porquê de sua ausência na história da literatura no Brasil, já que seu possível sucesso como escritora, romancista, jornalista, cronista e conferencista, foi mencionado em diversos periódicos desde finais do século XIX até meados do século XX.

Ter como prática a escrita, foi para as mulheres, principalmente as da classe burguesa do século XIX, uma excelente forma de dizerem que estavam presentes para além das paredes domésticas, que podiam através das suas produções rasgar os limites que as privavam do espaço público, porque o lugar do feminino era o lar, unicamente o lar. Portanto, poder escrever naquele momento, era, sem dúvida, uma atitude transgressora, que contrariava os postulados de uma sociedade conservadora, patriarcal e escravagista (TAVARES, 2007).

O meu interesse pelas obras de Júlia Lopes de Almeida aumentou ainda mais ao perceber a forma como ela construiu suas personagens femininas. Parecia-me que suas ideias feministas estavam, indiretamente, enfronhadas nos textos literários de suas criações. E em muitos casos pude perceber que a construção dos seus enunciados pareciam gravitar em torno da “emancipação feminina”, sempre com objetivo didático, para instrução e educação da

¹ FAETEC – Fundação de Apoio à Escola Técnica

mulher. Podemos verificar essa questão no livro “Dois dedos de Prosa” (STASIO; FAECRICH; RIBEIRO, 2016), editado pela Biblioteca Nacional, onde foram selecionadas 40 crônicas de Júlia Lopes de Almeida sobre a cidade do Rio de Janeiro. As crônicas selecionadas para o livro “Dois dedos de prosa: O cotidiano carioca por Júlia Lopes de Almeida”, todas publicadas no Jornal “O país”, eram semanalmente noticiadas na primeira página, num espaço destacado à publicação das crônicas da escritora, o que mostra o prestígio da mesma no meio literário, pois a hegemonia dos nomes masculinos era gritante. Vale ser citada, deste livro, uma crônica publicada em 25 de agosto de 1908 que revela o pensamento avançado desta cronista no seguinte parágrafo da página 25: “Eu não admiro a mulher americana, admiro o homem americano que não se opôs a que ela se individualizasse e tomasse os ares de independência que seriam tidos entre nós como escandalosos, e são, entretanto, mais inocentes do que os das sociedades hipócritas” (ALMEIDA, 2016, p. 25).

Por experiência pessoal e razões ideológicas, desde a juventude, sempre acompanhei os questionamentos sobre as questões de gênero, sobre o papel da mulher na literatura, na política, nas grandes discussões sociais, na história, lamentando que apesar de inúmeros e competentes estudos, ainda não sabemos as razões pelas quais algumas mulheres permanecem ou permaneceram invisíveis apesar de suas obras e atividades literárias. Obras, muitas vezes consideradas menores, irrelevantes, tanto que, segundo Moreira:

A produção literária feminina, no decorrer da história universal, sempre foi considerada inferior, de baixa qualidade, porque esta, também, era a posição sociocultural da mulher nas sociedades ocidentais. Por conseguinte, é perfeitamente pertinente que, sendo o sexo um fator de discriminação social nas relações com o poder, a mulher ocupasse sempre, um lugar inferior, ficasse relegada à categoria de cidadã do “segundo sexo”, nos processos culturais sócio interativos (MOREIRA, 2003, p. 21, grifo da autora).

Assim como Júlia Lopes, a maioria das nossas escritoras iniciaram suas carreiras de literatas através da imprensa. Nesse sentido, os jornais e revistas dos finais dos oitocentos e início do século XX foram importantes veículos para expressão e divulgação do pensamento intelectual da mulher brasileira. Foi o caso de Narcisa Amália, Júlia Cortines e a própria Júlia Lopes de Almeida. Através de uma entrevista a João do Rio, Dona Júlia nos diz:

Nós todos somos um resultado do jornalismo. Antes da geração dominante, não havia bem uma literatura. O jornalismo criou a profissão, fez trabalhar, aclarou o espírito da língua, deu ao Brasil os seus melhores prosadores. Não é em geral um fator bom para a arte literária, e talvez no Brasil não seja muito em breve, mas já o foi e ainda o é (ALMEIDA, apud RIO, 1994, p. 33)

Meu interesse levou-me a encontrar na autora uma grande aliada nas lutas pela educação na cidade do Rio de Janeiro, tanto através da sua escrita e ativismo, como junto a sua irmã Adelina, poetisa e professora, com quem escreveu o seu primeiro livro editado: “Contos infantis”. Segundo palavras documentadas por sua filha Margarida, este livro foi adotado por inúmeras escolas do Rio de Janeiro e de outros estados.

Seu interesse pela educação faz-se notar em uma de suas visitas à Escola de Meriti. Nos registros de Armanda Aberto², temos as observações da escritora Júlia Lopes de Almeida:

As aulas funcionam ao ar livre, quando o bom Deus permite sol clemente e dias secos, e quando não, em uma casa de campo modestíssima, rodeada de árvores ainda novas, plantadas a pedido da diretora, por pessoas de nome feito nas ciências, nas artes ou letras do país. Nas modestas salas de telha vã, veem-se, pendentes sobre a cal das paredes, retratos de alguns escritores nacionais, ao lado da biblioteca, onde todos os livros estão metódica e cuidadosamente encapados de papel de uma só cor. E há em uma dessas salinhas um recanto encantador – o destinado às coleções do Museu Regional, para o qual todas as crianças procuram concorrer trazendo cada qual o que encontra ao redor das suas choupanas ou pelos caminhos: uma pedrinha, um inseto, um ovo de passarinho, um punhado de areia, qualquer coisa que lhes pareça, por qualquer circunstância, original e digno de atenção. E a diretora, sorridente, recebe a dádiva, estuda-a com os alunos, determina a sua qualidade e a sua espécie, cataloga-a e acoroça a criança a estudar a natureza e amar, nas suas expressões mais variadas, todos os prodígios da criação (ALMEIDA, Apud. ALBERTO, 2016, p. 68).

As observações de Júlia Lopes de Almeida nos remetem ao seu romance *Cruel amor*, que será apresentado no terceiro, capítulo deste estudo, e sobretudo aos personagens infantis Bié e Nita, andarilhos das matas de Copacabana no início do século, colecionadores de um tesouro com ovos de passarinhos e outras maravilhas da natureza, descritos em seus mínimos detalhes. Não fosse o romance editado em 1913, poderíamos imaginar que a realidade inspirou a ficção, mas a verossimilhança é tão gritante que podemos até ousar, dizendo que a ficção é que pode ter inspirado a realidade.

Ao falar sobre as protagonistas femininas dos romances de Dona Júlia, não tem como deixar de lado as questões de gênero, raça e classe, pois tais palavras tem intrínseca relação com o processo que historicamente definiu os espaços distintos entre eles e elas. Os fatos históricos revelam grandes feitos heroicos masculinos, raramente abordando os elementos anteriores ao fato, onde o processo que antecedeu a determinada culminância, também se dava

² Armanda Alberto era educadora e foi uma das três mulheres signatárias do Manifesto de 1932: Todos pela Educação. Seu projeto na escola de Meriti foi elogiado por Anísio Teixeira e outros escolanovistas. Armanda foi presidente da Liga Brasileira Contra o Analfabetismo em 1923 e também ajudou a criar a Associação Brasileira de Educação (ABE) em 1924. Sua escola de Meriti, foi homenageada na Primeira Conferência Nacional de Educação, em 1927 na cidade de Curitiba, recebeu aprovação efusiva por “voto de aplauso”.

com a participação direta de vários sujeitos, entre estes: mulheres, homens, crianças, negros e brancos, agentes secundários ou não, mas envolvidos com o desencadear do “feito” ou “fato” histórico, que não eram levados em conta nas relações de poder presentes na sociedade da época. A história sempre foi relatada por homens e sempre dando como herói membros das elites dominantes. Essas relações de poder onde opressores e oprimidos convivem numa certa lógica discursiva dominante é perpassada pelo conceito de Interseccionalidade. Convidaremos para nos elucidar sobre o conceito de Interseccionalidade, mediante nossas análises sobre tais relações de poder e opressão, as escritoras Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge:

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionais e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas. Essa definição prática descreve o principal entendimento da interseccionalidade, a saber, que, em determinada sociedade, em determinado período, as relações de poder que envolvem raça, classe e gênero, por exemplo, não se manifestam como entidades distintas e mutuamente excludentes (COLLINS; BILGE, 2021, p. 20).

Collins e Bilge (2021) sugerem o uso da interseccionalidade como instrumento de análise, ou seja, na possibilidade de usar como prática para promover as nossas pesquisas onde as relações de poder se inter-relacionam de forma diversa e muitas vezes naturalizada. A aplicabilidade do conceito de Interseccionalidade precisa ser instituída atentamente, no sentido de não minimizar ou generalizar situações que se referem às desigualdades sociais e questões de gênero, raça, intelectualidade, idade, etnia, religiosidade, nacionalidade, orientação sexual, estatutos de cidadania, classe social, migração e imigração, etc. As autoras nos alertam no sentido de difundir, na medida do possível, que seja feita uma minuciosa lista que possa identificar a diversidade de categorias sociais que possam conviver, consciente ou não, como categorias em situação de opressão. As questões sobre Interseccionalidade precisam ser sentidas pelo pesquisador atento, pois a aplicabilidade dos conceitos de Interseccionalidade pode nos ajudar a desenvolver estratégias de ação para uma possível transformação nas consequências dos estados de opressão.

Atualmente os estudos de gêneros relativos às histórias das mulheres evidenciam que muitos nomes femininos foram silenciados pelo tempo. Esses estudos enfatizam a necessidade de retirar das sombras a vida dessas mulheres, para que possamos ter conhecimento de outra história sobre o gênero feminino. Segundo Sepúlveda e Sepúlveda (2018), ao longo dos

registros da passagem do homem pelo planeta, herdamos uma cultura patriarcal que sempre negou às mulheres o lugar de sujeito histórico:

No contexto dos estudos por nós desenvolvidos, pode-se colher pistas que a invisibilização da história das mulheres na antiguidade grega, por exemplo, estava relacionada a uma cultura patriarcal que nos deixou como legado uma história de homens, produzida por homens. Muitas dessas histórias foram escritas a partir da iconografia de vasos, de obras literárias e da poesia da épica (SEPULVEDA & SEPULVEDA, 2018, p. 47).

Ainda segundo Sepúlveda & Sepúlveda (2018), a representação desenvolvida pela iconografia, literatura ou poemas é seletiva, não representa toda a realidade, e a história produzida a partir dessas fontes é passível de diferentes interpretações. A própria fonte iconográfica, de literatura ou poemas, foi produzida em sua maioria por homens a partir de uma cultura patriarcal³, na qual máscaras masculinas substituem o rosto feminino e influenciam nas imagens que foram produzidas sobre as mulheres e sobre as próprias maneiras delas se perceberem. Num mundo predominantemente masculino, onde a mulher não tinha espaço para considerar sua existência longe dos padrões dominantes, a história das civilizações, em sua grande maioria, deu ao feminino um lugar inferior, uma existência marcada pela subalternidade. Desse modo, as evidências sobre a história das mulheres na antiguidade revelam a herança do discurso hegemônico produzido por homens, para homens, sobre as mulheres:

Apesar de atualmente a documentação escrita não ser a única fonte utilizada para o estudo do feminino na História Antiga, os historiadores da antiguidade ainda se apoiam fundamentalmente na documentação textual e, conforme John Gould (1980, p. 38) sobre a literatura ateniense, a natureza dessa evidência disponível “é quase sem nenhuma exceção o produto de homens e dirigida a homens em um mundo dominado por homens”. Nosso acesso direto, portanto, se dá sobre o que os homens da elite, dos círculos letrados, pensavam e imaginavam sobre as mulheres através dos documentos escritos. São materializações do discurso hegemônico, e esse certamente influenciava a maneira como as próprias mulheres se concebiam e se viam (JOURDAN; VIRGOLINO; SILVA, 2014, p. 136, grifo do autor).

Diante disso, pesquisar a obra de Júlia Lopes de Almeida pode tornar-se um desafio. Levando em conta os indícios de suas falas e escritos, podemos encontrar boas surpresas que possibilite entender um pouco mais sobre as questões de classe, raça, gênero, formação educacional e sobre a submissão das mulheres brasileiras, num regime de subordinação ao

³ A palavra patriarcalismo é derivada da palavra patriarcado, que tem origem na palavra grega pater. Os hebreus com o propósito de qualificação do líder de uma sociedade judaica, usavam o termo para conceber o modelo social de preponderância do homem sobre a mulher e obediência da mulher em relação ao homem. Mas também no período helenístico, este modelo se fez presente, pois as mulheres eram consideradas como objetos de satisfação masculina e procriação da espécie, num contexto onde eram julgadas como inferiores.

patriarcado em finais do século XIX e início do século XX. Neste pensamento, levaremos em conta alguns preceitos históricos, como este, que sem dúvida traz a interseccionalidade no cerne das questões:

E falar da sociedade brasileira, falar de um processo histórico e de um processo social, é falar justamente da contribuição que o negro traz para a sociedade; por outro lado, é falar de um silêncio e de uma marginalização de mecanismos que são desenvolvidos no interior desta sociedade para que ela veja a si própria como uma sociedade branca, continental e masculina, diga-se de passagem. Ao levarmos em consideração que a ideologia é veiculada nos meios de comunicação – na escola, nas teorias e práticas pedagógicas –, vamos constatar o quê? Sabemos sempre que a escolha de um sistema de representação, de classificação, valorização e de significação nos remete sempre a uma cultura dominante. No caso da sociedade brasileira, apesar da contribuição extraordinária que o negro trouxe, vamos perceber que a cultura, a classe e a raça dominante impõem ao todo desta sociedade uma visão alienada de si (GONZALEZ, 2020, p. 244-245).

Júlia Lopes de Almeida foi uma mulher branca, filha de família burguesa e, em função disso, foi uma brasileira privilegiada pelo acesso que teve ao conhecimento em relação às mulheres da época. Filha de visconde, vivenciou privilégios de classe, também enfrentou dificuldades e preconceitos de gênero, como o fato de não ter ingressado na Academia Brasileira de Letras, o que será mencionado na vida e obra, no segundo capítulo deste estudo.

A autora teve cerca de 40 obras editadas entre Portugal, Brasil e França, além de textos que foram publicados em periódicos, desde 1886 até inícios da terceira década do século XX, num período ativo das criações de sua autoria. São, portanto, criações que parecem expressar as injustiças que negaram à mulher o direito à luz dos saberes. Luta esta explicada por Moreira (2003), para quem a literatura possui diversas funções no cerne de cada obra, enquanto manifestação criadora que exerce um papel social muito importante. Portanto: “(...) uma delas diz respeito à divulgação de ideias, à propagação de uma ideologia, à disseminação de um modo de ler e perceber o mundo, a sociedade e os valores dominantes” (MOREIRA, 2003, p. 21).

Através de um levantamento da obra da autora, entendemos que propor este estudo traz uma nova oportunidade para entender as questões de gênero, classe, raça e formação educacional no final do século XIX e princípio do século XX. Destacamos que os primeiros estudos sobre Júlia Lopes de Almeida foram inaugurados por pesquisadoras como Peggi Sharpe, Nadilza Moreira, Michelle Fanini, Rosane Saint-Denis, Rita Salomoni, Ana Maria Magaldi, Mary Del Priori, Leonora de Luca, a partir dos anos 1970. Sua vida intensa, seu casamento com o escritor português Francisco Filinto de Almeida, as publicações em

conjunto com sua irmã, filho e esposo, a perda de filhos e sua morte ao voltar da África, fazem parte de uma biografia pouco comum para uma mulher do seu tempo.

Segundo Moreira (2003) cerca de dez anos após a sua morte, quase nada foi ouvido a seu respeito até finais dos anos 1970, quando a pesquisadora Dra. Peggi Sharpe, após longa pesquisa, publicou sobre Júlia Lopes de Almeida.

Sobre o ato de escrever, Júlia demonstra intensidade de sentimentos ao declarar sobre sua arte:

Por isto: o que não quero é escrever meramente; não penso em deliciar o leitor decorrendo-lhe n' alma o mel do sentimento, nem em dar-lhe comoções de espanto e de imprevisto. Pouco me importo de florir a frase, fazê-la cantante ou rude, recortá-la a buril ou golpeá-la a machado; o que quero é achar um engaste novo onde engrave as minhas ideias, seguras e claras como diamantes: o que quero é criar todo meu livro, pensamento e forma, fazê-lo fora desta arte de escrever já tão banalizada, onde me embaraço com raiva de não saber nada de melhor. (...) Quero escrever um livro novo, arrancado do meu sangue e do meu sonho, vivo, palpitante, com todos os retalhos de céu e de inferno que sinto dentro de mim; livro rebelde sem adulações, digno de um homem (ALMEIDA, 2013, p. 27-28).

Relendo no fragmento acima a frase "livro rebelde e sem adulações, digno de um homem", verifica-se neste momento, um recorte de gênero que parece chamar a atenção para que sua atividade como escritora fosse reconhecida profissionalmente, assim como pode revelar uma Júlia madura, consciente, com pouco mais de 40 anos, tendo a coragem de declarar por escrito como quer e como deseja permanecer na atividade literária, afirmando-se, na realidade, como profissional de Letras e reafirmando a competência de sua escrita que não deve nada aos seus colegas de outro gênero.

Aos dezenove anos Júlia já escrevia para o periódico "A gazeta de campinas", na cidade de campinas, São Paulo, incentivada pelo pai Dr. Valentim José Silveira Lopes. O legado de suas obras vai desde crônicas nos periódicos cariocas e de outros estados até conferências sobre temas nacionais e sobre a mulher brasileira, no Brasil e no exterior.

Nossas pesquisas sobre a obra de Júlia Lopes de Almeida levarão em conta os romances, as crônicas que foram publicadas, principalmente no periódico "O País", onde ela escreveu por cerca de mais de duas décadas ininterruptas, segundo escritos de sua filha Margarida, exatos 22 anos, quando teve sua participação interrompida por questões que vamos analisar no segundo capítulo desta dissertação. Nos romances da autora encontramos pistas que perpassam questões de gênero, classe, raça e formação educacional, assim como sobre sua preocupação com os grupos de mulheres abandonadas ou viúvas e a sobrevivência

das mesmas⁴. Para ratificar seu empenho, vale citar fragmento de crônicas de sua lavra inseridas no livro “Dois dedos de prosa”, como este fragmento de uma crônica de 24 de maio de 1910:

Não tenho acompanhado com muita atenção as razões por que se desejou acabar com o curso noturno da Escola normal; mas, tenho lido, não me lembra em que jornal, que ele era frequentado por cerca de setecentas alunas, vejo que esse curso era e é necessário à nossa população (ALMEIDA, 2016, p. 86).

O contato com a obra desta carioca é um imenso mar de prazeres em forma de leitura. Sendo assim, apesar de termos grande interesse na obra completa da escritora, destacamos que o objetivo geral da pesquisa é investigar a construção dos personagens, principalmente os de protagonismo feminino e suas relações com as questões de gênero, raça, classe e formação educacional nos romances de sua autoria. Desta forma, organizamos este estudo em três momentos, apresentados a seguir.

No **primeiro capítulo** elucidamos o contexto histórico em que viveu e escreveu a escritora, as vivências que podem tê-la permitido sentir, pressentir e perceber o pensamento social do seu tempo, por construir protagonistas femininas que lutavam para vencer suas dificuldades diante dos conflitos de gênero, classe e raça, provocando nos desfechos das narrativas situações de reflexão e possíveis caminhos que valorizavam a formação educacional, principalmente para as mulheres.

No **segundo capítulo** a abordagem é sobre a vida e a obra de Júlia Lopes de Almeida.

No **terceiro capítulo**, analisamos as questões de gênero, classe, raça e formação educacional em Júlia Lopes de Almeida, para tal intento, usamos os seguintes romances: “Memórias de Marta” (1899), “A falência” (1901), “A intrusa”(1905), “Cruel amor”(1908), “Correio da roça”(1913), por considerar que são os livros mais importantes para esta pesquisa, por trazerem indícios e pistas sobre as questões que buscamos em seus enredos e através das características dos seus personagens, nas entrelinhas que mostraram o potencial necessário para encontrar pistas sobre as questões de gênero, classe, raça e formação educacional nos finais dos oitocentos e primórdios do século XX.

O referencial teórico metodológico que usamos para guiar nossa pesquisa é a Teoria do paradigma indiciário de Ginzburg (1989) e a concepção dialógica de Bakhtin (Apud BRANDÃO, 2004). O paradigma indiciário nos remete às três influências que podem

⁴ ALMEIDA, Júlia Lopes, crônicas. Org: STASIO, Di Angela; FAEDRICH, Anna; RIBEIRO, Marcus Venicio. “Dois dedos de prosa: O cotidiano carioca por Juia Lopes de Almeida”, Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

perpassar e envolver nossos trabalhos de leitura das obras literárias de Júlia, lembrando que Ginzburg (1989) apresenta, como primeira influência presente em seu paradigma indiciário, o crítico de arte Giovanni Morelli, cujo método seria atender a um olhar minucioso para os detalhes que não tivessem sido percebidos por outros estudiosos, buscando ler pormenores nas entrelinhas dos nossos objetos de estudo.

Ginzburg (1989), nos apresenta, como sendo sua segunda influência, Arthur Conan Doyle criador do personagem Sherlock Holmes (1880). Trata-se de um alerta a investigação minuciosa, usando de todos os indícios, principalmente os pouco notados e considerados de pouca importância, mas que poderiam ser a chave para desvendar crimes. Holmes, de certa forma, nos lembra até mesmo a fala do nosso poeta querido Manoel de Barros, para quem tudo que não servia para nada, servia para a poesia. O que poderia ser significativo para Holmes ou para Manoel de Barros? Uma marca oculta sob uma poça de lama, uma guimba de cigarro com a marca de um batom, um fio de cabelo no templo das coisas dadas como perdidas e o mais importante: o tamanho, o comprimento deste fio, a ferrugem que azinhavra a maçaneta sobre uma porta numa casa dita como abandonada, um galho quebrado em direção contrária a marca sob a lama. A interpretação destas pistas fornecia a Holmes a direção das soluções dos crimes e também poderiam fornecer a Manoel de Barros a razão triunfal dos seus poemas. Embora Ginzburg nunca tenha se aproximado do nosso poeta, ambos podem ter em comum a atenção para tudo que passa sem ser visto ou sentido pela maioria das pessoas.

Ginzburg (1989) em terceiro plano nos fala sobre Freud na descoberta das causas patológicas ocultas pelo inconsciente humano. Para desvendar a causa oculta das doenças, Freud também se baseava em pistas concretas, sintomas comportamentais e físicos para encontrar a raiz das causas dos desequilíbrios emocionais dos seus pacientes.

Podemos dizer que Ginzburg (1989) cita Morelli, Holmes e Freud para evidenciar que pistas, indícios e sinais são referências a situações que podem nos aproximar dos nossos objetivos enquanto pesquisadores.

É importante enfatizar que as pistas, indícios e sinais podem nos auxiliar a perceber que cada época, com suas especificidades peculiares, que cada recorte de tempo, possa solicitar um olhar que envolva o pesquisador em torno do contexto particular de sua busca.

Se juntarmos a atenção aguçada de Morelli, a perspicácia e a técnica alusivas a Holmes, e a cientificidade de Freud, poderemos valorizar os legados que nos levaram a escrever sobre mulheres e questões de gênero, classe, raça e formação educacional em Júlia Lopes de Almeida.

Para facilitar a busca pelas pistas, julgamos necessário trazer uma técnica metodológica com base na “Análise do discurso”. Para isso, recorreremos à concepção dialógica de Bakhtin (Apud BRANDÃO, 2004) na leitura atenta das obras de Júlia Lopes de Almeida e na investigação das mesmas, usando os estudos da Dra. Helena H. Nagamine Brandão:

Visando a formulação de uma teoria do enunciado, Bakhtin atribui um lugar privilegiado a enunciado enquanto realidade da linguagem: "A matéria linguística é apenas uma parte do enunciado; existe também uma outra parte, não verbal, que corresponde ao contexto do enunciado". Dessa forma, ele diverge dos seus antecessores (Saussure e a escola do subjetivismo individualista representado por Vossler e seus discípulos), para quem o enunciado era um ato individual e, portanto, uma noção nao-pertinente linguisticamente. Bakhtin, aliás, não só coloca o enunciado como objeto dos estudos da linguagem como dá a situação de enunciado o papel de componente necessário para a compreensão e explicação da estrutura semântica de qualquer ato de comunicação verbal. Como, através de cada ato de enunciante, se realiza a intersubjetividade humana, o processo de interação verbal passa a constituir, no bojo de sua teoria, uma realidade fundamental da língua” (BRANDÃO, 2004, p. 8, grifos da autora).

Para a professora Helena Brandão (2004), Bakhtin sugere que o interlocutor não é algo passivo, o enunciado é antes de tudo construído para a interação. Assim, o estudo da língua não pode ser um estudo isolado do contexto de produção dos enunciados que dão origem ao discurso. Brandão (2004) considera o enunciado para além da frase como objeto do estruturalismo, trazendo a compreensão do “fenômeno do signo dialético”, como algo vivo e dinâmico. Bakhtin, segundo Brandão (2004), traz a concepção da linguagem como interação social, onde o “outro” é de suma importância na construção do significado, ele integra o ato individual que dá origem ao enunciado, desta forma, as relações que existem entre o linguístico e o social ficam evidentes.

Para elaborar mentalmente algo a ser expresso até externar o que pretende, ou seja, o enunciado, o indivíduo é orientado pelas questões sociais que o envolvem e com isso busca ser o mais adaptável possível ao seu real interlocutor. Desta forma, faz-se necessário compreender o contexto social das obras investigadas, levando em consideração os caminhos expostos na criação de Júlia, a forma como se comunicava através do texto literário com os seus possíveis leitores e perceber as admissíveis pistas que poderiam expressar os envolvimento das suas criações em relação às realidades das mulheres de sua época, perpassadas pelas questões de classe, raça, formação educacional. Por isso, Brandão (2004) traz luz ao pensamento bakhtiniano:

Nessa perspectiva, fica evidente que uma linguística imanente que se limite ao estudo interno da língua não poderá dar conta do seu objeto. É necessário que ela traga para o interior mesmo do seu sistema um enfoque que articule o linguístico e o social, buscando as relações que vinculam a linguagem a ideologia. Sistema de significação da realidade (BRANDÃO, 2004, p. 9).

Para Bakhtin (apud BRANDÃO, 2004) a palavra é plurivalente, é produto da interação dos indivíduos de uma sociedade e pode ser considerada como “o signo ideológico por excelência”. E ainda nos esclarece Brandão (2004) sobre as múltiplas faces da palavra:

Por isso é o lugar privilegiado para a manifestação da ideologia; retrata as diferentes formas de significar a realidade, segundo vozes e pontos de vista daqueles que a empregam. Dialógica por natureza, a palavra se transforma em arena de luta de vozes que, situadas em diferentes posições, querem ser ouvidas por outras vozes. (BRANDÃO, 2004, p. 9).

Portanto, é intencional para dar conta desta pesquisa, unir a técnica da análise do discurso, com base na perspectiva dialógica de Bakhtin (Apud BRANDÃO, 2004) ao paradigma indiciário de Ginzburg (1989), na intenção de investigar para além da semântica, as construções verbais que fazem parte dos romances da autora e ao mesmo tempo encontrar, nas linhas e nas entrelinhas do material pesquisado, as pistas que nos levarão ao encontro dos nossos objetivos nos diversos espaços, tempos e contextos de tais obras.

Dessa forma, a realização deste estudo deu-se a partir de uma pesquisa bibliográfica, onde foram lidos os romances de Júlia, nos quais recolhemos os indícios que ajudaram no desenvolvimento da pesquisa, lançando, da mesma forma, vistas sobre alguns textos de outros gêneros literários de sua autoria, materiais encontrados em arquivos da Academia Brasileira de Letras, Gabinete Português de Leitura, hemeroteca da Biblioteca nacional e outros espaços, bem como uma entrevista com seu neto Claudio Lopes de Almeida e com outras pessoas que no decorrer do trabalho auxiliaram nos interesses do objetivo desta pesquisa.

Portanto, foram utilizados como referencial teórico, prioritariamente, o embasamento de pesquisadoras, tais como: Lelia Gonzales, Mary Del Priori, Michele Perrot, Helena H. Nagamine Brandão, Denize Sepúlveda, Helena Parente Cunha, Alessandra Schueler, Irma Rizzini, Louise Tilly, Mary Del Priori, Nadilza Moreira, Pegg Sharp, Michele Fannini, Elódia Xavier, Simone de Bavaoir, Iceleia Bosi, Sonia Câmara, Maria Beatriz Zanchet, Leonorça de Luca, Ana Maria Magaldi, Patrícia Hill Collins, Ângela Davis, Judith Butler, Guacira Lopes Louro, entre outras. Essa opção foi tomada por considerar imprescindível valorizar a oportunidade de tornar cada vez mais desinvisibilizadas as pesquisas feitas por mulheres.

1 CONTEXTOS HISTÓRICOS DOS TEMPOS E ESPAÇOS, PERPASSAMENTOS POSSÍVEIS⁵ ENTRE A DÉCADA DE 60 DO SÉCULO XIX E INÍCIOS DA DÉCADA DE 30 DO SÉCULO XX, NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

A Rua da Misericórdia, ao contrário, com as hospedarias lóbregas, a miséria, a desgraça das casas velhas e a cair, os corredores bafientos, é perpetuamente lamentável. Foi a primeira rua do Rio. Dela partimos todos nós, nela passaram os vice-reis malandros, os gananciosos, os escravos nus, os senhores em rede; nela vicejou a imundície, nela desabotoou a flor da influência jesuítica. Índios batidos, negros presos a ferros, domínio ignorante e bestial, o primeiro balbúcio da cidade foi um grito de misericórdia, foi um estertor, um ai! tremendo atirado aos céus. Dela brotou a cidade no antigo esplendor do Largo do Paço, dela decorreram, como de um corpo que sangra, os becos humildes e os coalhos de sangue, que são as praças, ribeirinhas do mar (RIO, 2008, p. 31).

O excerto acima apresenta fragmentos de uma crônica do jornalista João do Rio, escrita em 1908, e comenta sobre a Ladeira da Misericórdia, uma rua que foi aberta em 1567. Naquele ano, o Rio de Janeiro foi como que transportado do Morro Cara de Cão, na Urca, para um local considerado mais estratégico, mais seguro, que dificultasse invasões: o Morro do Castelo. Este espaço público, foi desbravado inicialmente pelos homens comandados por Estácio de Sá⁶, que abriram uma passagem denominada “Caminho Manuel de Brito”. Esse lugar foi assim apelidado, porque o caminho terminava nas divisas das terras de propriedade do senhor de tal nome. Essa passagem deu origem à Ladeira da Misericórdia. A Rua da Misericórdia foi calçada e tornou-se o principal acesso ao Morro do Castelo. Neste período, era este espaço, uma rua que devia ter cerca de 500 metros que iria se transformar na cidade do Rio de Janeiro.

Nas palavras de João do Rio, notamos a importância sentimental que ele atribuiu à Rua da Misericórdia: “De lá partimos todos nós”. Nota-se na enumeração deste “nós” onde estão inclusos vice-reis malandros, negros nus, índios, mas é como se naquele espaço

⁵ Para trabalhar o conceito de possibilidades neste estudo, lançamos mão do Paradigma Indiciário de Carlo Ginzburg (1989). Lembrando que, segundo Sepúlveda & Sepúlveda (2020) para Ginzburg a história é feita de possibilidades e não de verdades inquestionáveis, porque sempre haverá novos fios da história a serem encontrados a partir de novas investigações e interpretações históricas. Neste contexto histórico em relação à vida e à obra de Júlia Lopes de Almeida (1862/1934), julgamos necessário pensar sobre os indícios que a verossimilhança dos romances nos apresentou e por saber que a cidade do Rio de Janeiro foi cenário da maioria das obras da autora pesquisada. Fizemos uma leitura atenta em busca de pistas e sinais, para expor os fatos históricos que possivelmente foram relevantes para a escrita e a vida desta autora, captando as influências do real em relação à ficção. Tais pistas, indícios e sinais nos oferecem possibilidades que outras metodologias de pesquisa não conseguem alcançar e segundo Sepúlveda & Sepúlveda (2021, p. 316): “é esse o fundamento do paradigma indiciário”.

⁶ Estácio de Sá foi um militar português, fundador da cidade São Sebastião do Rio de Janeiro, e primeiro governador-geral da Capitania do Rio de Janeiro, no período colonial.

nenhuma mulher jamais houvesse pisado. Suas poucas palavras parecem nos relatar os largos períodos testemunhados pela geografia inaugural, que sem sombra de dúvida, tiveram a presença do sexo feminino, mas na descrição, não foi citada. No fragmento são descritos os espaços e os tempos que formaram e forjaram as gentes e as faces do que viria a ser a capital do império e a capital da república do Brasil. E forjadas ou não, quem entrou ou saiu da cidade, palmilhou a Rua da Misericórdia e foi ator ou atriz de um tempo de nascimentos de novos caminhos, modelos, discursos e transformações.

E não muito longe dali, após a primeira metade do século XIX, nascia em 1862, na Rua do Lavradio, número 53, a menina Júlia Lopes de Almeida. E nascia no auge do Segundo Reinado, que teve início através do movimento que foi denominado / , um movimento político que antecipou a maioridade de D. Pedro II, porque somente assim ele poderia assumir o trono. Foi uma disputa de poder entre os liberais e os conservadores, onde os liberais acreditavam que a coroação do imperador colocaria fim em todos os conflitos pelos quais o país passava, enganaram-se.

O Segundo Reinado se estendeu por 49 anos e pode ser dividido em três fases: a primeira, a Consolidação (1840-1850), quando o imperador Pedro II estava no poder e concebeu, a seu modo, o país, colocando políticos e províncias rebeldes sob seu tutela. O segundo momento foi o Auge (1850-1865), neste, o poder do imperador havia sido consolidado. E por último temos o Declínio (1865-1889), foi quando surgiram posições contrárias as decisões de D. Pedro II e a economia do país estava em situação difícil. Naquele contexto, haviam dois partidos que disputavam o poder regencial, o partido Conservador e o partido Liberal. Enfim, o imperador decidiu alternar a liderança do gabinete ministerial para reduzir os conflitos.

Vale lembrar que o Brasil era conduzido por uma “monarquia parlamentarista”, nesta, o imperador interferia na política sempre que fosse conveniente, para assegurar seus interesses. Sendo assim, se um primeiro-ministro que fosse eleito e não dançasse a mesma música do império, ele o demitia e se a Câmara tomasse medidas que não lhe agradassem, ela tomava providências para dissolver as ideias opostas. O Imperador exercia o que chamavam de “Poder moderador”.

Já na segunda metade do século XIX, o Rio de Janeiro era o centro dos acontecimentos brasileiros, a então Capital do Segundo Império. A partir de 1850 o Rio passou pelo que foi conhecido como a “Era da estrada de Ferro” e na última década, a malha

ferroviária conduzia a população para além do centro do Rio e em torno das estações foram surgindo novos bairros, as “freguesias suburbanas”⁷.

Nas décadas de 70, 80 e 90 do século XIX o Rio de Janeiro enfrentou um período de expansão urbana. Em virtude disso, foi inaugurada a parte inicial da estrada de Ferro Central do Brasil, em 1858, propiciando a ocupação de diversos espaços do subúrbio carioca. Porém, no fim de 1860 já haviam sido implantadas as linhas de bondes com tração animal (que demoradamente, foram substituídos pelos bondes elétricos), e, dessa forma, a cidade cresceu em direção às zonas sul e norte da cidade. Portanto, a presença dos trens e dos bondes foram de grande importância para a expansão e urbanização da cidade do Rio de Janeiro, mas isso se deu de forma desigual.

Os trens serviam aos moradores mais distantes do centro, em locais que foram ocupados por comunidades excluídas da área central que não tinham recursos financeiros para residir nas proximidades do centro. Já os bondes, foram idealizados para o deslocamento das classes com maior poder aquisitivo que se dirigiam aos novos espaços da cidade, a chamada zona sul, perto da orla marítima. Por isso, criou-se também a ideia de que o trem era um meio de transporte que servia aos “subúrbios ferroviários” (FERNANDES, 1996) e até os dias de hoje, os trens levam a população para os bairros suburbanos.

As linhas férreas foram, aos poucos, multiplicando-se com o objetivo de alcançarem cada vez mais os locais onde a produção de café fosse abundante. Foram construídos ramais e linhas que rumassem para São Paulo, e entrassem pelo interior até Barra Mansa, Cachoeira, Vale do Rio Paraíba do Sul, etc., para que as produções agrícolas, principalmente o café, pudessem chegar com mais qualidade e rapidez aos portos. Segundo dados do INEPAC/RJ (Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, 1919), em 1867 a ferrovia chegou a Paraíba do Sul e Entre Rios, próximo ao encontro da estrada União Indústria, inaugurada em 1861 e já eram 197 km de linha férrea, escoando nada menos que 172 mil toneladas de café no ano de 1885.

Ainda podemos citar como resultado do fim da Guerra do Paraguai⁸ (1864-1870), um aumento ainda maior e mais próspero em relação à agricultura de exportação. O Brasil recebeu um notável fluxo de capitais, principalmente inglês, justamente com interesse na

⁷ As áreas onde foram surgindo as freguesias suburbanas passaram a produzir uma pequena agricultura hortifrutigranjeira, que abastecia parte da cidade. O século XIX viu o crescimento da malha ferroviária por toda a capital do império, isso promoveu uma população que se concentrou ao longo dos trilhos, próximo às estações de áreas distantes do grande centro.

⁸ A Guerra do Paraguai foi um conflito que aconteceu de dezembro de 1864 a março de 1870 e colocou o Paraguai contra Brasil, Argentina e Uruguai. A guerra foi resultado do choque de interesses políticos e econômicos que as nações platinas possuíam durante a década de 1860. Ao longo dos anos de conflito, o grande prejudicado foi o Paraguai, que teve sua economia arrasada. Estima-se que o total de mortos de acordo com as diferentes estatísticas seja de 130 mil a 300 mil mortos.

construção de infraestrutura de transportes, malhas ferroviárias, linhas de bonde e abertura de estradas, além de grande interesse no que dizia respeito à exportação. O estado garantia bancos, beneficiamento de produtos, armazenamento, etc.

Portanto, foram os trens que facilitaram que a enorme produção de café chegasse ao porto do Rio e ao mundo. Era a base da economia nacional, movida a braços escravizados, com uma produção cercada de crueldade, a ponto de se saber que uma pessoa escravizada em idade produtiva não durava mais de dez anos nas lavouras do estado. Eram os Barões do Café que esbanjavam os lucros do ouro negro e pensavam fazer do Brasil um modelo de “civilização” aos moldes europeus, como exemplo de modernidade. Segundo Santos:

Como espetáculo de horrores públicos, o castigo fazia parte de um ritual e era um elemento de liturgia punitiva que deixava a vítima infame diante de si e ostentava a todos o triunfo do poder senhorial visando simbolizar, no momento de sua execução, a lembrança da natureza do crime estabelecendo entre o suplício e o crime relações decifráveis na certeza de anular o crime junto com o culpado (SANTOS, 2013, p. 2396).

Para além dos castigos citados no fragmento acima, a cidade do Rio de Janeiro experimentou inúmeras transformações a partir da segunda metade do século XIX, que trouxeram grandes influências sociais, culturais e econômicas para a sociedade Brasileira: o fim do tráfico internacional de escravos⁹, estímulo à formação educacional¹⁰.

⁹ A Lei Eusébio de Queirós (Lei nº 581), promulgado dia 4 de setembro de 1850, proibia o tráfico de escravos. A lei foi elaborada pelo ministro da Justiça, Eusébio de Queirós Coutinho Matoso da Câmara (1812-1868), durante o Segundo Reinado. Foi a primeira das três leis que aboliriam gradualmente a escravidão no Brasil.

¹⁰ Ao mesmo tempo em que buscava governar, o Estado revalidava e estabelecia hierarquias e distinções sociais marcadas pela criação de instituições educacionais destinadas a públicos distintos, como foi o caso do Imperial Colégio de Pedro II e dos cursos superiores de Medicina e de Direito, por exemplo. Tais instituições foram erigidas para a formação de elites afinadas com o projeto civilizatório do império e para a constituição de quadros para o governo do Estado. A hierarquia entre cidadãos foi legitimada, como veremos a seguir, pelos critérios censitários para o exercício da cidadania, pela exclusão de direitos políticos aos escravos. Para o conjunto de cidadãos e súditos do Império, a instrução elementar, por meio das escolas públicas de primeiras letras, era considerada um dos mecanismos fundamentais para a constituição de laços e identidades entre os habitantes do Império e o “mundo do governo”, ou seja, para a “formação do povo” brasileiro (Mattos, 1990) (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 29, grifos dos autores).

1.1 O nascimento de um novo modelo feminino sob um discurso médico científico e a produção de novos preconceitos de raça

O Estado Imperial e a Igreja Católica discutiam pontos conflituosos¹¹ entre ambos. Nestes processos, pareciam nascer ideias que se materializavam em discursos formadores de padrões para um modelo de feminino que deveriam fazer parte de um novo contexto social. Falava-se de um “Brasil moderno”. E foi exatamente a cidade do Rio de Janeiro, o epicentro dessas discussões, pois era a sede do Império, o espaço onde se movimentava o destino econômico e intelectual da nação. Nesta perspectiva, a nova sociedade pedia também uma nova mulher. Segundo Brotto (2009), em suas pesquisas, sobre o modelo feminino idealizado pela Igreja e pela medicina entre anos de 1860 e 1870:

O discurso católico colocou a mãe no centro da vida familiar. Toda a alegria, mas também as desgraças e infelicidades eram motivadas por suas ações. Desta maneira, por muito tempo se teve a certeza de que uma criança infeliz, problemática e distante da religião era filha de uma mãe sem princípios religiosos e morais. Admitir a existência de mulheres que não se enquadravam no modelo de mãe zelosa parece ter sido muito difícil e embaraçoso para os representantes da Igreja Católica (BROTTO, 2009, p.128).

Num país onde a população de negros escravizados era muito maior que a de homens considerados brancos, essa nova sociedade, amparada por um discurso médico-religioso, produzia preconceitos, além das desigualdades já existentes de classe e raça e apontavam para um modelo feminino fundamentado na maternagem, dedicação exclusiva ao lar. Ainda, segundo Brotto:

No discurso médico-científico, a representação da má-mãe era fundamentada principalmente na negação da amamentação e do cuidado com os filhos. Esse processo foi descrito por Donzelot (op.cit) ao fazer referência ao papel das nutrizes na sociedade francesa e ao combate médico a essa prática. A preocupação médica quanto à conservação das crianças e à disseminação da importância da vivência e da prática da maternidade são apontadas pelo autor como essenciais para a difusão da medicina doméstica que, por sua vez, assumia como principal tarefa esclarecer as classes burguesas para tirarem seus filhos da influência negativa dos serviçais. Tal observação é totalmente aplicável ao contexto brasileiro, pois as produções médicas realizadas no país atacavam a utilização das amas de leite. Na grande maioria das vezes, as escravas das famílias assumiam as funções das mães dos bebês de suas

¹¹ Durante o Segundo Reinado, o sistema de padroado instaurou uma grave crise entre Dom Pedro II e os clérigos católicos brasileiros. Tudo começou em 1864, quando o papa Pio IX enviou uma bula que determinava, entre outras coisas, que todos os católicos envolvidos com a prática da maçonaria fossem imediatamente excomungados da Igreja. O anúncio acabou atingindo diretamente Dom Pedro II, que integrava os quadros da instituição censurada.

senhoras. Por diferentes motivos, as mães biológicas preferiam não assumir os cuidados com os filhos, como por exemplo, amamentar. O combate às amas pode ser tomado como parte de um movimento orquestrado pelos médicos para reconduzir as mulheres à sua função “natural” de mães em resposta ao desencadear de uma possível crise provocada, entre outros elementos, pela interpretação de decadência dos costumes e “degeneração moral” da população (BROTTO, 2009, p. 127, grifos do autor)

No texto acima, em virtude de tal explicação para o afastamento das amas de leite negras, podemos ver a influência de modelos médicos no Brasil, que além de colocarem os negros em situação de inferioridade maior, limitavam o comportamento feminino a partir de estudos biologizantes que intensificavam a diferença de gênero. O corpo da mulher passou a ser visto como o responsável pela reprodução e a este foi atribuída uma condição que colocava a mulher num alto grau de inferioridade em relação ao sexo masculino:

É com base nessa visão biológica que se estabelecem os papéis sociais (p. 38). As características anatômicas das mulheres as destinariam à maternidade e não ao exercício de funções públicas. A recusa da maternidade, vista como a verdadeira essência da mulher, ou da vida doméstica, era um indício de forte ameaça aos padrões e valores estabelecidos para o sexo feminino. E, nesse sentido, os médicos construíram papéis de gênero, apoiando-se na diferença sexual, tendo firmes propósitos de extrapolar o simples cuidado das doenças femininas, abarcando assim vários aspectos da vida social e das relações de gênero. Obviamente, não havia uma única perspectiva dentro da medicina. Até os anos de 1870, as mulheres que praticassem crimes como o aborto ou infanticídio, ou fossem acometidas de males como a loucura, "eram consideradas mais como vítimas da falta de tutela do que responsáveis pelos seus atos". No último quartel do século XIX, pode-se verificar uma inflexão no discurso médico, que passa a "enfatizar a periculosidade natural do sexo feminino", em consonância com o modelo da degeneração em voga (RAGO, 2002, p. 1, grifos do autor)

A inferiorização da mulher também podia ser notada em algumas crônicas veiculadas nos jornais e revistas. Os Jargões, os hábitos, os discursos de superioridade masculina negavam à mulher uma capacidade intelectual próxima a do homem. Vejamos uma crônica da revista Fon Fon de 1907, edição 002(1), sobre uma certa mudança ortográfica, por meio da qual o autor pede duas ortografias, uma difícil para os homens e outra fácil para as mulheres, o que significa que os discursos foram reproduzidos em todos os níveis, ano após ano:

Figura 2 – Revista Fon Fon!



Fonte: Hemeroteca da Biblioteca nacional, revista Fon Fon de 1907, edição 002(1).

1.2 A Imprensa, a educação e as mulheres, atividades culturais, encontros e sociabilidades no segundo reinado

Junto aos projetos médicos e à riqueza oriunda do café, no Rio de Janeiro também foram empregados ideais de intelectualização. Em 1860, década do nascimento de Júlia Lopes de Almeida, o Rio de Janeiro já havia passado por muitas mudanças, e neste período a imprensa do Brasil Império já era bastante produtiva. Havia periódicos dedicados a diversos tipos de leitores, muitos foram os “livreiros” que se espalharam pela área movimentada do centro do Rio. Havia um sentimento que buscava intelectualização, com ênfase na modernização e europeização dos costumes. Em 1859, Nísia Floresta escreveu o ensaio “A mulher”, segundo Prado e Franco (2016), neste ensaio, a escritora, considerada a primeira

feminista do Brasil, ao reafirmar que os valores que foram cristalizados para pautar e formatar a conduta das mulheres, associando como de natureza feminina as tarefas domésticas e a educação dos filhos, limitava e reduzia a capacidade das mulheres. Neste ensaio Nísia questiona o poder dominante masculino que colocava a mulher numa posição subalterna. De certa forma, ela denunciava que este padrão de atribuição de valores, privava a mulher de exercer outras atividades consideradas masculinas.

Como vimos, a participação política das mulheres foi constante ao longo do século XIX e encontrou diversas formas de manifestação, da ação direta nas batalhas ao uso da escrita como arma política. A partir de meados do século, por meio da imprensa feminina, várias escritoras procuraram garantir um lugar para as mulheres no meio letrado. Mais para o final do século, a luta pelos direitos femininos se estabeleceu de forma mais efetiva (PRADO; FRANCO, 2016, p. 209).

Além da Nísia Floresta, escrever sobre as manobras do patriarcalismo, as discussões sobre educação também eram frequentes. Em 17 de fevereiro de 1854, o decreto lei de número 1331A foi elaborado como regulamento para a instrução e objetivava fiscalizar e orientar o ensino público gratuito e particular. Mesmo com a intenção do poder em oferecer ensino público e gratuito de forma universal, a população parecia não se interessar e nem ter condições de frequentar a escola. Quem conseguia completar o ensino primário, dificilmente continuava, pois o ensino secundário não era gratuito. Chegaram até a estabelecer multa para quem não enviasse seus filhos maiores de sete anos às escolas. Após vários esforços, decidiram que poderia ser importante fundar uma escola normal, apesar de haver uma escola normal em Niterói desde 1835¹², para melhor formação dos mestres. Foram inúmeras as discussões sobre a educação primária e secundária, com enorme insucesso e avanço do analfabetismo. Em 16 de maio de 1870 foi aprovada a reforma de instrução pública, cada município deveria ter um conselho que nomeasse inspetores que fiscalizassem a escola, obtivessem informações, número de professores e alunos. Foram muitas as discussões e tentativas de escolarizar o povo brasileiro, como nos afirmam Gondra e Schueler:

Ao longo do século XIX, o processo de escolarização na sociedade brasileira pode ser observado por meio de diversos mecanismos articulados, tais como: a) legislação escolar e política educacional; b) a constituição de um aparato técnico e burocrático de inspeção e controle dos serviços de instrução para recrutar e empregar, criar rede de poder e saber e desenvolver uma economia política da educação; c) a produção de dados estatísticos para conhecer e produzir representações sobre o próprio Estado e a sua população, elementos fundamentais para a *governamentalidade* moderna (Lopes e Faria Filho e Veiga, 2003) (GONDRA; SCHUELER, 2008, p.33)

¹² Na Província do Rio de Janeiro, desde 1835, o governo procurou regulamentar a instrução pública. A criação da Escola Normal para a formação de professores primários, na cidade de Niterói, então capital da Província, naquele ano, foi uma das primeiras medidas tomadas (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 35)

A intenção de descentralizar a instrução pública, segundo Gondra e Schueler (2008), foi “provocada pelo Ato Adicional de 1834”. Os historiados da educação atribuem o insucesso dessa descentralização a três fatores: diversidade das regiões, carência de recursos e total desinteresse das “elites políticas” em difundir a educação primária e secundária, o que dificultou o acesso à educação. Reafirmando, podemos trazer o seguinte texto:

(...) tem sido interpretado por parte da historiografia da educação como um obstáculo ao desenvolvimento da educação escolar no Brasil imperial. Esses obstáculos são atribuídos principalmente a questão das diversidades regionais e à insuficiência de recursos destinados ao ensino nos orçamentos provinciais, ou, ainda, em razão do desinteresse das elites políticas provinciais na difusão da instrução primária e secundária, o que teria acarretado uma enorme distância entre as leis e a prática educacional, favorecendo, assim, o predomínio de formas heterogêneas de educação e o acesso à instrução, via de regra no âmbito doméstico ou familiar, ao longo do século XIX (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 33-34).

Ao mesmo tempo em que a preocupação com a escolarização era alvo de interesses públicos e particulares, a sociedade sonhava e ansiava por modernização. Como nos fala Borges (2005), desde a década de 1840, promoviam atividades culturais, produzindo costumes para a moderna sociedade carioca. Em 1838 o Rio possuía 137.078 habitantes, em 1849, 205.906 e, em 1870, 235.381.

Foram inaugurados inúmeros clubes, cafés, restaurantes e salões; as grandes festas, regadas a grandes bailes, múltiplas reuniões, saraus. O entretenimento passou a ser o ponto forte na agenda das gentes das classes abastadas e este fato trouxe novos empreendimentos com esta finalidade, multiplicaram o comércio, instituições financeiras, gráficas para a produção e distribuição de textos impressos de todos os formatos: periódicos diversos, revistas jornais e livros. Em 1849 contavam 14 livreiros, 17 em 1859, 16 em 1864, 19 em 1872 e 21 em 1875.

Fundaram gabinetes de leitura, como o Português, sebos, bibliotecas e sociedades literárias, associações e grêmios. Era de praxe que se criassem circuitos da cultura carioca e se publicasse na Corte ao lado da imprensa periódica. A imprensa periódica já era uma categoria de empresa que buscava criar meios para dar conta das demandas diversificadas, eram textos endereçados às mulheres, comerciantes, artistas, músicos, advogados, médicos. Entre os periódicos da época, Borges (2005) cita: “A Marmota, o Jornal das Senhoras, o Jornal das Famílias, o Jornal do Comércio, o Correio Mercantil, o Diário do Rio de Janeiro, o Almanaque Plancher, o Almanaque Laermmert, ao lado daquelas estrangeiras como a Revista dos Dois Mundos e a Illustrated Lond News (BORGES, 2005, p. 129).

Nasce então o folhetim como um inesperado sucesso de público, dando aos jornais significativo aumento nas tiragens e nos lucros, em contra partida divulgava nossos autores nacionais como Joaquim Manuel de Macedo, Manuel Antônio de Almeida, José de Alencar, Machado de Assis e outros internacionais também. Na década de 1850, o luxo parecia a natureza da cidade, o dinheiro circulava e a cidade esperava por muitos melhoramentos urbanos. Abriram teatros, salões particulares e grupos de música e dança. Foram criadas diversas associações, com interesses bastante diversificados, mas que de alguma forma, dialogavam entre si, Segundo Gondra e Schueler (2008):

Essas associações promoveram a aproximação entre pessoas que partilhavam ideias e interesses comuns, como, por exemplo, os clubes e grêmios abolicionistas e republicanos, que, disseminados por várias cidades e regiões do Império, nas décadas de 1870 e 1880, congregaram indivíduos e grupos oriundos de vários setores sociais e profissões, incluindo os professores (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 69).

As redes de sociabilidades construídas naquele período através das inúmeras associações, agremiações e diversos outros caminhos de organização davam-se entre as elites e traziam para o império uma imagem de progresso, mas não resolvia os problemas de escolarização mencionados anteriormente.

1.3 A produção de café pelas mãos dos escravizados, o fim do império, a Lei Áurea e o “branqueamento da raça”

Enquanto a capital do império parecia construir seus sonhos de civilização, a base econômica do período regencial ainda era o nosso ouro negro, o café, com produção altíssima do vale do Rio Paraíba do Sul, onde hoje temos as cidades de Vassouras, Valença e Piraí no estado do Rio de Janeiro. O sucesso dessa produção se dava graças as mãos escravizadas e era enviado para o mundo através do porto do Rio, fazendo a cidade respirar progresso e luxo. A origem e o processo de expansão da monocultura cafeeira são explicados em Marquese:

No caso do Brasil, isso pode ser observado pelas alterações que, no intervalo de duas gerações, modificaram por completo a paisagem natural e cultural do médio vale do rio Paraíba do Sul. Compreendendo áreas das futuras províncias do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, e de São Paulo, a região permanecera relativamente desocupada durante o século XVIII, muito em razão da política de terras proibidas, promovida pela Coroa portuguesa para evitar o contrabando de ouro. Em meados do século XIX, contudo, o amplo arco territorial que abrangia do município de Guaratinguetá

(SP) ao de Cantagalo (RJ) fora convertido na zona econômica mais dinâmica do Império do Brasil; sua população escravizada, composta majoritariamente por africanos recentemente importados pelo tráfico negreiro transatlântico (ilegal desde 1831), tornara-se responsável pela produção de metade da oferta mundial de café. Ainda há poucos estudos detalhados sobre a demografia escrava do Vale do Paraíba cafeeiro, mas, para Vassouras (RJ) e Bananal (SP), sabe-se que a propriedade escrava se encontrava fortemente *concentrada nas mãos de poucos fazendeiros, ao contrário do que era a norma para o restante do Brasil* (MARQUESE, 2010, p. 1).

Em relação ao estudo de Marquese (2010), muitos contextos sobre a situação econômica da capital do Império não nos permitem entrar nos pormenores, já que fugiria ao escopo dessa dissertação. Contudo, é necessário dizer que se o tráfico de escravos era ilegal, se diferente do resto do país, a propriedade escrava ter ficado nas mãos de poucos, isso só reafirma o fato de ter sido a força do trabalho escravizado, a responsável pela emancipação da cidade do Rio de Janeiro e suas modernizações, bem como as melhorias que renderam tanta riqueza na tentativa de imitar os modelos europeus.

Embora já acontecessem rebeliões e fugas de escravos e muitos quilombos espalhados pelo Brasil desde o século XVI, muitas lutas regionais já haviam conquistado a emancipação dos cativos em pautas políticas, com o tempo, surgiram os movimentos abolicionistas, que começaram a se fortalecer a partir de 1870. Organizaram-se em associações. Essas associações eram formadas por pessoas que se propunham a pensar estratégias em defesa do abolicionismo.

As lutas tiveram apoio de diversas pessoas, entre estas podemos destacar: André Rebouças, Luís Gama, José do Patrocínio, Abílio César Borges, Joaquim Nabuco. Os movimentos abolicionistas realizavam conferências para defender a causa, faziam pronunciamentos públicos, incentivavam escravos a fugir, protegiam escravos fugitivos e os levavam para locais mais seguros.

A questão, porém, só seria institucionalizada no final de agosto de 1880, quando é fundada a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão. Os debates começam no Parlamento com uma proposta de libertação geral dos escravos, apresentada pelo deputado pernambucano Joaquim Nabuco. Segundo Maringoni:

A escravidão concentrava-se nas partes mais modernas da economia e tornara-se menos relevante nos setores atrasados ou decadentes. Em 1887, o Ministério da Agricultura, em seu relatório anual, contabilizava a existência de 723.419 escravos no País. Desse total, a Região Sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo), produtora de café, abarcava uma população cativa de 482.571 pessoas. Todas as demais regiões respondiam por um número total de 240.848. Ao mesmo tempo, o País passara a incentivar, desde 1870, a entrada de trabalhadores imigrantes – principalmente europeus – para as lavouras do Sudeste. É um período em que convivem, lado a lado, escravos e assalariados. Os números da entrada de

estrangeiros são eloquentes. Segundo o IBGE, entre 1871 e 1880, chegam ao Brasil 219 mil imigrantes. Na década seguinte, o número salta para 525 mil. E, no último decênio do século XIX, após a Abolição, o total soma 1,13 milhão (MARINGONI, 2011, p.1)

Em maio de 1888 foi decretada a Lei Áurea e em apenas 16 meses depois a Capital do Império virou capital da República do Brasil, já que em novembro de 1889 a República foi instaurada, acabando com o sistema monárquico. A mão de obra imigrante já era grande e absorvia os mercados em expansão. Em 15 de Novembro, o Marechal Deodoro da Fonseca acompanhado de grupamentos militares destituíram o Visconde de Ouro Preto do Gabinete Ministerial. No mesmo dia, condições políticas levaram José do Patrocínio a proclamar a República na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Assim, foi o início da Primeira República Brasileira.

Os Senhores das plantações de café, receberam como recompensa a força de trabalho importada da Europa, barata e bancada pelo poder público, pois parte dos impostos do país foi direcionada para financiar a imigração, principalmente no Sul e Sudeste. A ajuda que o estado ofertou ao espaço mais lucrativo da nova nação resultou em sérios desequilíbrios para outras regiões que se alastraram cronicamente durante décadas. As pessoas negras, que durante 300 anos fomentaram a riqueza do país com sua força e suas dores, a toque de chibata, enfrentaram situações nem sempre justas:

O quadro difuso e instável das cidades brasileiras, já naturalmente hipertensionado pela escravidão e seus processos de exclusão social, tendeu a se agravar com a abolição e com a instauração de princípios democráticos. Surgia então a figura aterradora da massa de "cidadãos" pobre e perigosa, viciosa, a qual emergia da multidão de casas térreas, de estalagens e cortiços, de casas de cômodos, de palafitas e mocambos que eram a vastidão da paisagem das cidades herdadas do Império. Acusadas de atrasadas, inferiores e pestilentas, essas populações seriam perseguidas na ocupação que faziam das ruas, mas sobretudo seriam fustigadas em suas habitações (MARINS, 1998, p. 132, grifo do autor).

O negro recebeu como recompensa os adjetivos subumanos que se juntavam às questões de raça e classe. Os discursos preconceituosos e perversos, romperam o século e permaneceram no cerne das sociedades brasileiras.

Em finais dos oitocentos e início do século XX, após a abolição do trabalho escravo e no advento da Primeira República, também chamada República Velha¹³, temos em cena as

¹³ República Velha, também conhecida como Primeira República, foi um período da história brasileira que se estendeu de 1889 a 1930 e ficou marcado pela força das oligarquias. Esse período é mais conhecido entre os historiadores como Primeira República, por se tratar do primeiro período da República no Brasil. A República Velha contou, ao todo, com treze presidentes e com outros dois que não puderam assumir a presidência. O mandonismo, clientelismo e coronelismo são características importantes desse período. A política dos governadores e a política do café com leite foram práticas importantes do arranjo político das oligarquias. O Brasil experimentou um avanço industrial embrionário nesse período, que resultou no nascimento do movimento

teorias do branqueamento, além do projeto de modernização conservadora para a economia e o modelo social que a classe dominante já pensava para o país. Uma teoria amplamente incentivada pela elite brasileira, como nos confirma Hofbauer (2011):

No fim do século XIX, a elite política e intelectual brasileira teria sentido a necessidade de “branquear” a população brasileira, já que as teorias raciais clássicas exaltavam a pureza racial e pregavam que a mistura racial provocava necessariamente degeneração. (...). Esta elite, que via-se caminhando para um fim certo do regime de escravidão (Brasil foi um dos últimos países a abolir a escravidão, e já sofria pressões internacionais para que a mesma chegasse ao fim), “preocupava-se” que o futuro do Brasil estivesse comprometido devido a presença do grande número de africanos e afrodescendentes, os quais eles consideravam como uma “raça inferior” (HOFBAUER, 2011, pp. 1 - 2, grifo do autor).

Em finais do século XIX e início do século XX, os afro-brasileiros passaram pelo discurso de uma ciência branca, pelos modelos europeus de civilização, progresso e principalmente “beleza”. A classe trabalhadora, em sua maioria composta por negros, continuaram ao longo do tempo servindo aos lares brancos em atividades subalternas e com dificuldade de ascender a níveis de igualdade ante a hegemonia branca. Tal hegemonia, certamente afastava qualquer consciência de pertencimento a uma classe ou grupo social. Sem direitos, em condições de imensa desigualdade, permaneceram no limbo da sociedade, vistos por boa parte da sociedade brasileira como raça inferior. Tais fatores, certamente, eram reproduzidos nas esferas sociais, inclusive na “imprensa”.

O padrão de beleza europeu, o império da branquitude como “raça” superior”, foi inscrito na pele da sociedade brasileira, de forma sutil, cruel, de modo a naturalizar tamanha mentira. O modelo branco, representado como ideal, foi tomando espaço nos discursos cotidianos, e tornando-se vivo no pensamento do próprio negro brasileiro, criando e recriando, conceitos de estética, tradições e costumes. Mas a origem dessa condição desigual, que passou a ser denominada racismo¹⁴, não figurou apenas no Brasil e nem teve origem em nossas terras, foi mais uma ideia importada do velho continente.

operário no país. A desigualdade social e a política inescrupulosa desse período motivaram revoltas em diversas partes do país.

¹⁴ O racismo tem uma origem cientificista, isto é, ele se originou a partir de determinadas teses de cientistas europeus do século XIX, sobretudo médicos e antropólogos, que usaram de seus conhecimentos para elaborar doutrinas raciais. Um dos procedimentos utilizados por esses médicos consistia em medir o tamanho do crânio de indivíduos de “raças” diferentes. Os crânios maiores, que supostamente comportavam mais massa cerebral, eram indicativos de superioridade racial. Outro procedimento consistia em analisar os traços fisionômicos (relativos à feição humana, aos traços faciais), como nariz, lábios, orelhas, cor dos olhos, para que fosse determinado o grau de “pureza racial” atingido por determinada raça ao longo da evolução do homem. Muitos desses cientistas baseavam-se na teoria darwinista da seleção natural e evolução das espécies e acreditavam que as mesmas leis aplicáveis à evolução dos seres vivos eram também válidas para descrever uma hierarquia das civilizações, sendo as mais fortes as construídas por raças superiores. Dois dos maiores representantes do cientificismo racista foram o francês Arthur Gobineau e o inglês Houston S. Chamberlain. (FGV, 2017)

1.4 O Higienismo, o positivismo e o pensamento eugênico

Entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX, em várias partes do mundo foram estudadas e praticadas as teses eugenistas, isto é, teses que defendiam um modelo superior para a “raça” humana. Essas ideias defendiam que o homem branco europeu era dotado de um padrão superior de saúde, de beleza e de condição civilizacional se comparado com às demais “raças”, ou seja, se comparado com os asiáticos, com os povos indígenas e os africanos.

Alguns intelectuais brasileiros resolveram aderir ao pensamento propalado pelas teses eugênicas e decidiram aplicar a “tese do branqueamento.” O branqueamento, consistia no fator e no processo advindo da realidade de miscigenação da história brasileira e concluíram que os descendentes de negros a cada geração, progressivamente, ficariam mais brancos.

O “higienismo” surgiu entre os séculos XIX e XX, médicos e sanitaristas preocupavam-se com surtos epidêmicos de febre amarela, tifo, varíola e tuberculose, essas doenças eram responsáveis pelo aumento de óbitos nos centros urbanos, como bem nos explica Marins:

Tumulto e desordem foram palavras fáceis e comuns aplicadas à dinâmica das capitais já republicanas, à ocupação de suas ruas e casas, e a seus habitantes, cada vez mais numerosos e movediços. As elites emergentes imputavam-se o dever de livrar o país do que consideravam "atraso", atribuição ao passado colonial e imperial do país, e visível na aparente confusão dos espaços urbanos, povoados de ruas populosas e barulhentas, de habitações superlotadas, de epidemias que se alastravam com rapidez pelos bairros, assolando continuamente as grandes capitais litorâneas. (...) o quadro precário das habitações das maiores faixas das populações urbanas cariocas se repetia nas demais capitais habitação e vizinhança, concentrando populações tão numerosas quanto desprovidas, as casas erguidas ainda na colônia ou no império espalhavam-se pelas áreas centrais das maiores cidades do país, forçando convívios e confrontos sociais. (Castelo (alto do morro), Rio de Janeiro, c. 1920). (...) Institucional às habitações populares, consideradas como os principais focos de dispersão das epidemias pela cidade, e havia muito tempo condenadas à extirpação pelos médicos higienistas, ansiosos por curar as cidades de suas "patologias" sanitárias, sociais e espaciais (MARINS, 1998, p. 132, p. 141, grifo do autor).

Os pensamentos eugenistas, higienistas e positivistas foram tomando corpo no Brasil a partir da segunda metade do século XIX, o positivismo encontrou apoio nos meios acadêmicos militares.

O positivismo era uma corrente de pensamento criada por Augusto Conte. Segundo Sepúlveda (2010):

Para Comte, o industrialismo continha uma "positividade essencial", que propiciaria a predominância do espírito científico, praticamente sinônimo de Positivismo. A indústria seria a produção que organizaria o trabalho cientificamente, resultando no constante aumento da riqueza, efeito, por sua vez, da inevitável concentração dos capitais em poucas mãos. A contrapartida da concentração dos meios de produção seria a concentração dos operários, mas, ao contrário do que diziam os socialistas, Comte não via nesse processo algo que levasse necessariamente aos conflitos de classe. Era a má organização da sociedade industrial que acarretava esse tipo de problema espiritual. A concentração de capitais seria um processo natural e positivo para a sociedade, pois a civilização (do ponto de vista material) só poderia se desenvolver se cada geração produzisse mais do que consumia para poder transferir à geração seguinte um estoque de riquezas maior do que recebeu. O problema mais grave, contido no industrialismo, era a divisão do trabalho que, levada ao exagero, impediria essa unidade, pois resultava em divergências individuais e em desintegração social (SEPULVEDA, 2010, p. 43-44, grifo do autor).

Lendo Sepúlveda (2010) é possível compreender o caráter científico e organizacional do positivismo e a razão de ter influenciado os militares brasileiros que estavam intimamente interessados na ordenação do país:

Defendo, portanto, que o Positivismo, mais especificamente o desenvolvido por Augusto Comte no século XIX, exerceu forte influência nos militares brasileiros que participaram da proclamação da República e, de forma bastante direta, marcou também a organização do campo educacional no país. O sucesso dessa doutrina se justifica pelo fato de ela ter sido a base de interpretação do mundo e de argumentação dos militares e dos cientistas brasileiros do final do século XIX e início do século XX (SEPULVEDA, 2010, p. 15).

Neste contexto, o Brasil atravessava um momento político de afirmação de uma nova classe burguesa formada por intelectuais. Os ideais positivistas no Brasil não receberam apoio da população em geral, nem foi adotado pela maioria da intelectualidade, mas foram amplamente propalados pelo fato de terem como seus defensores nomes importantes como Benjamin Constant e Botelho de Magalhães, no exército e Júlio de Castilhos, na política. Sob essas correntes de pensamentos, o Brasil entrou pelo século XX, na tentativa de imitar as grandes capitais da Europa e cidades do Norte, mas aos moldes e a contento das camadas sociais dominantes naquele momento.

Em 1902, na gestão do Prefeito Pereira Passos, a cidade do Rio de Janeiro vira um imenso canteiro de obras na busca da tal modernidade que possa abrigar o sonho das elites cariocas. Sabe-se que não foi apenas uma reforma, mas sim duas, uma no porto do Rio idealizada pelo Governo do Presidente Rodrigues Alves e outra pelo Prefeito Pereira Passos, com aval do presidente. Como nos fala Azevedo:

Com essa perspectiva, essa historiografia não discerniu os distintos projetos de reforma urbana que se operaram no Rio de Janeiro da época, sob referências diferentes. Perceberam-nos como um bloco monolítico no cumprimento do intuito

de excluir as camadas populares do centro da cidade, em uma verdadeira trama urdida pela burguesia brasileira e orquestrada pelo prefeito Pereira Passos. Contudo, durante o processo de reforma urbana ocorrida no Rio de Janeiro entre 1903 e 1906, houve duas intervenções urbanísticas orientadas por sentidos distintos: uma conduzida pelo Governo Federal e projetada pelo ministro Lauro Müller e o engenheiro Francisco Bicalho; outra levada a cabo pela prefeitura do Rio de Janeiro por meio de Francisco Pereira Passos. Ambos os projetos de intervenção urbana resultaram da iniciativa do então Presidente da República Rodrigues Alves que, desde o seu discurso de posse, anunciara uma grande ação de reformulação urbana sob o pretexto de melhorar a imagem, a sanidade e a economia da capital federal, a fim de facilitar a imigração de estrangeiros ao Brasil, causa momentosa da lavoura cafeeicultora paulista, em crise de mão-de-obra desde a abolição da escravidão (AZEVEDO, 2003, p. 42)

Em 1904, em meio às reformas urbanas, a cidade se esbarra com a Revolta da vacina, foi em novembro de 1904, o Rio de Janeiro, capital federal, atravessou uma das maiores revoltas urbanas que já aconteceram no país. A população ocupou as ruas da cidade e provocou violentos rebuliços e conflitos com a polícia. O motivo era a adoção da obrigatoriedade compulsória da vacinação. Segundo o site “Brasil Escola”, a cidade contava com uma população de mais de 800 mil habitantes. As doenças que mais faziam vítimas eram febre amarela, varíola, peste bubônica, malária, tifo e tuberculose. Para cuidar desse contexto epidemiológico, o presidente Rodrigues Alves convidou o médico sanitarista Oswaldo Cruz para desenvolver uma campanha de saneamento público.

Em 1906, foi a vez da queda do preço do café. O Brasil estava com uma produção anual superior a 22 milhões de sacas. Todavia, os preços internacionais do café abaixaram muito afetando a produção brasileira. Segundo o jornal Folha de Londrina:

Com os preços em queda, os presidentes das províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais celebraram o Convênio de Taubaté, fixando preço mínimo para cada saca de café; negociação de empréstimo externo no valor de 15 milhões de libras esterlinas para custear a compra de café pelos governos estaduais; criação de caixa de conversão; fundo para a estabilização do câmbio; imposição de taxa proibitiva para impedir o surgimento de novas plantações (Folha de Londrina, 2006, p. 1).

Misturada aos problemas e acordos para segurar os preços do café, a reforma Pereira Passos termina em 1906. As ideias higienistas, positivistas e eugenistas caminharam antes e após a reforma Pereira Passos, também apelidada de “Bota abaixo”. A capital da república de então inicia o século XX com projetos de progresso, agigantamento e luxo. Em 1910, Hermes da Fonseca ganha a disputa pela Presidência da República, e torna-se o oitavo Presidente eleito.

1.5 A revolta da chibata, a gestão Hermes da Fonseca, a primeira guerra mundial e a gripe espanhola

Em 1910, o Rio assistiu a revolta da chibata, um levante de marinheiros, que em sua grande maioria eram negros, contra os maus tratos que recebiam por parte dos seus comandantes da Marinha Brasileira. Foi um motim idealizado por soldados entre os dias 22 a 27 de novembro de 1910. A revolta ocupou embarcações da Marinha que estavam atracadas na Baía de Guanabara. A principal reivindicação era para que fossem extinguidos os castigos físicos, que foram comparados aos mesmos tratamentos cruéis que receberam os negros escravizados. Os amotinados enviaram uma carta ao Presidente da República com os seguintes dizeres:

Ultimato enviado pelos rebeldes a Hermes da Fonseca, presidente da República: "Nós, marinheiros, cidadãos brasileiros e republicanos, não podendo mais suportar a escravidão na Marinha Brasileira, a falta de proteção que a Pátria nos dá, e até então não nos chegou, rompemos o negro véu, que nos cobria aos olhos do patriótico e enganado povo. Achando-se todos os navios em nosso poder, tendo a seu bordo prisioneiros todos os oficiais, os quais tem sido os causadores da Marinha Brasileira não ser grandiosa, porque durante vinte anos de República ainda não foi bastante para tratar-nos como cidadãos fardados em defesa da Pátria, mandamos esta honrada mensagem para que V. Excia. faça aos Marinheiros Brasileiros possuímos os direitos sagrados que as leis da República nos facilitam, acabando com a desordem e nos dando outros gozos que venham engrandecer a Marinha Brasileira; bem assim como: retirar os oficiais incompetentes e indignos de servir a Nação Brasileira. Reformar o Código Imoral e Vergonhoso que nos rege, a fim de que desapareça a chibata, o bolo, e outros castigos semelhantes; aumentar o nosso soldo pelos últimos planos do ilustre Senador José Carlos de Carvalho, educar os marinheiros que não têm competência para vestir a orgulhosa farda, mandar pôr em vigor a tabela de serviço diário que a acompanha. Tem V. Excia o prazo de doze (12) horas, para mandar-nos a resposta satisfatória, sob pena de ver a pátria aniquilada. Bordo do Encouraçado "São Paulo" em 22 de novembro de 1910. Nota - não poderá ser interrompida a ida e a volta do mensageiro. [assinado] Marinheiros" Edmar Morel. A Revolta da Chibata [respeitada a grafia original (PROJETO MEMÓRIA, Casa de Rui Barbosa, 2016).

Era um momento de Luzes para a cidade, que se preparava para os festejos da posse do Presidente Hermes da Fonseca, vários navios estavam ancorados no porto do Rio. Porém um castigo de 250 chibatadas no marujo Marcelino Rodrigues precipitou a revolta. Segundo Morel (1963) no Livro "A revolta da chibata", a população carioca passava de um milhão de habitantes e tinha uma vida feliz. Enfatiza que a cidade havia sido recém reformada pelo Prefeito Pereira Passos e faz a seguinte citação sobre o momento da capital da República naquele instante, no qual ocorreu a revolta, onde o nome de Júlia Lopes é mencionado e é a única mulher na lista:

As casas de chá e de flores na Rua Gonçalves Dias, do Ouvidor e Carioca atraíam o mundo elegante e literário. Era o reinado de Olavo Bilac, Silvio Romero, Emílio Menezes, Alcindo Guanabara, Coelho Neto, João do Rio e o principado de Gilberto Amado, moço de Sergipe, quase imberbe na primeira página de “O Paiz, ao lado de Júlia Lopes de Almeida” (MOREL, 1963, p. 24, grifo do autor).

Os marinheiros comandados por João Cândido, não só se apoderaram do navio, como manobram as embarcações com maestria inacreditável para aquele momento. O alto comando da marinha não acreditava em tal façanha, viram os navios deslizarem pela baía de Guanabara num tempo em que para fazer tais manobras vinham instrutores estrangeiros dar cursos e treinos aos oficiais. Mas, após conseguirem que os castigos fossem extintos, pedindo a anistia para os rebeldes, foram praticamente aniquilados. João Cândido foi preso com outros 70 companheiros numa sela cheia de cal. No fim de três meses, apenas ele e um outro colega conseguiram sobreviver e foram hospitalizados. Infelizmente, a maioria dos soldados que participaram da Revolta da Chibata foram presos ou mortos, poucos restaram para contar o que se passou de verdade. Um dos que sobreviveram foi o marinheiro João Cândido que posteriormente relatou o seguinte em entrevista a Morel:

Pensamos no dia 15 de novembro. Acontece que caiu forte temporal sobre a parada militar e o desfile naval. A marujada ficou cansada e muitos rapazes tiveram permissão para ir à terra. Ficou combinado, então, que a revolta seria entre 24 e 25. Mas o castigo de 250 chibatadas no Marcelino Rodrigues precipitou tudo. O Comitê Geral resolveu, por unanimidade, deflagrar o movimento no dia 22. O sinal seria a chamada da corneta das 22 horas. O "Minas Gerais", por ser muito grande, tinha todos os toques de comando repetidos na proa e popa. Naquela noite o clarim não pediria silêncio e sim combate. Cada um assumiu o seu posto e os oficiais de há muito já estavam presos em seus camarotes. Não houve afobação. Cada canhão ficou guarnecido por cinco marujos, com ordem de atirar para matar contra todo aquele que tentasse impedir o levante. Às 22h 50m, quando cessou a luta no convés, mandei disparar um tiro de canhão, sinal combinado para chamar à fala os navios comprometidos. Quem primeiro respondeu foi o "São Paulo", seguido do "Bahia". O "Deodoro", a princípio, ficou mudo. Ordenei que todos os holofotes iluminassem o Arsenal da Marinha, as praias e as fortalezas. Expedi um rádio para o Catete, informando que a Esquadra estava levantada para acabar com os castigos (MOREL, 1963, p.41-42, grifo do autor).

O mundo provalou que o governo brasileiro havia cedido ao pedido dos fins dos castigos, concedendo anistia aos amotinados e que os salários seriam negociados no congresso logo em seguida. O legislativo assinou e a imprensa anunciou o fato nacional e internacionalmente. Mas sabe-se que não foi bem assim, segundo Morel (1963), os castigos voltaram pouco tempo depois, tanto na marinha, quanto no exército. Sobre o dia da revolta, temos também em Morel (1963), o depoimento de vários brasileiros, jornalistas, etc. Abaixo o do escritor Oswald de Andrade:

Acordei em meio duma maravilhosa aurora de verão. A baía esplendia com seus morros e enseadas. Seriam talvez quatro horas da manhã. E vi imediatamente na baía, frente a mim, navios de guerra, todos de aço, que se dirigiam em fila para a saída do porto. Reconheci o encouraçado Minas Gerais que abria a marcha. Seguiam-no o São Paulo e mais outro. E todos ostentavam, numa verga do mastro dianteiro, uma pequenina bandeira triangular vermelha. Eu estava diante da revolução. Seria toda revolução uma aurora? [...] de repente vi acender-se um ponto no costado do Minas e um estrondo ecoou perto de mim, acordando a cidade. Novo ponto de fogo, novo estrondo. Um estilhaço de granada bateu perto, num poste da Light. [...] Era terrível o segundo que mediava entre o ponto aceso no canhão e o estrondo do disparo. Meus olhos faziam linha reta com a boca-de-fogo que atirava. Naquele minuto-século, esperava me ver soterrado, pois parecia ser eu a própria mira do bombardeio. [...] Era contra a chibata e a carne podre que se levantavam os soldados do mar. O seu chefe, o negro João Cândido, imediatamente guindado ao posto de almirante, tinha se revelado um hábil condutor de navios. Quando mais tarde assisti à exibição do filme soviético Encouraçado Potemkim, vi como se ligavam às mesmas reivindicações os marujos russos e brasileiros. [...] A revolta de 1910 teve o mais infame dos desfechos. Foi solenemente votada pelo Congresso a anistia aos rebeldes, mas uma vez entregues e presos, foram eles quase todos massacrados e mortos. Escapou o Almirante João Cândido e quando, na década de 30, o jornalista Aporelli [Aparício Torelli, o Barão de Itararé tentou publicar uma crônica do feito foi miseravelmente assaltado por oficiais da nossa Marinha de Guerra que o deixaram nu e surrado numa rua de Copacabana." Oswald de Andrade. Um homem sem profissão - Sob as ordens de mamãe (MOREL, 1963, p. 94-95, grifo do autor).

A Revolta da Chibata teve um vergonhoso e degradante final. Após o congresso assinar a anistia e o fim dos castigos, como já mencionamos, os amotinados foram presos e segundo Morel (1963), “massacrados e mortos”, sobrevivendo apenas o marinheiro João Cândido. Este estudo considera a Revolta da Chibata um importante marco histórico, pois apresenta um corajoso enfrentamento contra práticas de castigos físicos e um grave desfecho, mostrando o quanto as questões de raça foram fortemente ultrajadas pelas marcas da violência e do ódio gratuito.

O marechal Hermes da Fonseca foi empossado presidente do país em 15 de novembro de 1910. Segundo Rodrigues (2016), para dar continuidade ao apoio que precisava dos governos estaduais ao governo federal criou a “política das salvações”. A justificativa para a criação “dessa política era defesa da integridade das instituições republicanas”. Contudo, as tais salvações no frígido dos ovos tinham exatamente o propósito de promover a deposição das oligarquias, nomeando interventores da confiança do presidente, em sua maioria militares. O interesse era dominar os governos estaduais e construir um forte apoio para a Presidência. O estado de sítio foi uma constante no Governo Hermes da Fonseca para tentar conter os conflitos que se originaram das tais “salvações”, mas ele governou até o fim do mandato. (RODRIGUES, 2016).

Em 1914 tivemos a eleição e posse de Venceslau Pereira Gomes Brás, em seu governo, segundo o mencionado autor, tivemos a greve geral de 1917 que foi uma

organização grevista urbana de paralisações iniciadas por trabalhadores de fábricas do setor têxtil em São Paulo.

Durante os primeiros meses do ano de 1917, várias paralisações foram organizadas nas fábricas Paulistas, os operários lutavam por melhores condições de trabalho, aumento dos seus salários. Ao longo de 1917 as greves aconteceram em diversas ocasiões até culminarem numa greve geral no mês de julho. O alto custo de vida e o aumento da jornada de trabalho foram os fatores mais importantes para que os trabalhadores decidissem pela paralisação durante vários dias. Tudo indica que a influência dos ideais anarquistas e socialistas ajudaram a fomentar de forma subjetiva as urgências que deflagraram a difusão da greve. Ressaltamos, ainda, que 1917 foi um ano de muitos acontecimentos, além das grandes greves operárias, tivemos: safra excedente a demanda do café, política para garantir preço; o bombardeio de navio brasileiro na costa francesa; prisão de navios alemães ancorados no Brasil e a declaração de guerra à Alemanha. Estávamos na primeira Guerra mundial.

Segundo COPPEDE (2015), o impacto da primeira grande guerra mundial, foi sentido pelo Brasil em 1917, isto porque os ingleses pararam de importar nosso café e os Estados Unidos entraram na guerra. As exportações diminuíram muito. Além disso, a safra dos anos de 1917-1918 superou o esperado e alcançaram o número de 15 milhões de sacas. Ficaram imensos os estoques de café nos portos. Diante do excesso de produção em relação à demanda, no mesmo ano de 1917 o governo federal emprestou dinheiro sem juros para São Paulo comprar café e dividir com a União, se fosse o caso. Como consequência dessa política:

Essa política de defesa seria caracterizada pela atuação conjunta da União com São Paulo para a sustentação do preço do café. O fim da guerra em 1918 coincidiu com um período de geada que prejudicaria a produção cafeeira. Tivemos então a diminuição da oferta, seguida pela elevação dos preços do produto, o que permitiu que São Paulo utilizasse seu estoque e ainda lograsse lucro de 129 mil contos, que seriam repartidos com a União (COPPED, 2015, p. 28).

Em 1918 foi o fim da Primeira Guerra Mundial, a participação do Brasil foi modesta, como nos conta Rui Castro em seu livro *Metrópole à beira-mar: o Rio Moderno dos anos 1920*:

A participação do Brasil foi modesta, mas agitada. Os escritores Brasileiros, em grande maioria, colocaram-se a favor dos aliados franceses, russos e ingleses e considerando que o Rio se julgava um faubourg literário de Paris, nem podia ser diferente. Escritores como Olavo Bilac, Júlia Lopes de Almeida e Coelho Neto ocupavam quase diariamente os auditórios, teatros e salões com conferências pela paz contra a Alemanha. Os restaurantes e cafés, as orquestras tocavam a Marselhesa e todos se punham de pé para cantar. Paulo Barreto mobilizou seus diversos

pseudônimos, de João do Rio e José Antônio José para perorar a França (CASTRO, 2019, p. 14).

Segundo Castro (2019), ainda sobre a guerra, um vapor brasileiro, o Paraná foi afundado na costa Francesa cheio de café e três brasileiros morreram. Depois a Alemanha atacou seis navios mercantes brasileiros nas costas da França, Espanha e Portugal. Em troca, o Brasil apreendeu 42 navios cargueiros alemães em costas nacionais. O Jornal do Brasil, com maior gráfica do momento, chegava a publicar cinco edições diárias. O referido autor afirma que as manchetes exigiam que o país se transformasse de potência agrícola para potência militar. As cobranças da imprensa nacional eram hostis e exigiam tal transformação. Mas as consequências seriam bem piores depois:

Em meados de 1918. O governo brasileiro finalmente tomou as providências. Enviou para o front francês, como estagiários, 28 jovens oficiais chefiados por um general chamado, com involuntário humor, Napoleão. Mandou missão médica com 86 médicos, quatro cruzadores, um rebocador, navio etc. (...) Dias depois a frota brasileira bombardeou um cardume de toninhas julgando ser um submarino. Em fins de agosto, a frota fundeu em Dakar e, então, deu-se a tragédia sua tripulação se expôs a um novo inimigo surgido nos últimos meses do conflito: uma estranha gripe. Dos cerca de 1200 homens nos seis navios, mil caíram doentes e 156 morreram em questão de dias (CASTRO, 2019, p. 15).

A gripe Espanhola Chegou ao Brasil pelo porto do Rio. Levaram muito tempo para perceber que era uma epidemia. Como agora, neste 2021, com a Covid 19, ninguém estava preparado para recebê-la. Não havia como cuidar, as pessoas começavam com dores de cabeça, calafrios, dores no corpo e muitos morriam em pouco tempo. Segundo Castro:

(...) a gripe chegou no Rio no dia 16 de setembro de 1918, quando atracou no porto o correio Britânico Demerara, vindo de Lisboa, mas com uma escala fatal em Dakar. A bordo, havia 200 tripulantes em vários estágios da doença e outros só aparentemente saudáveis. A gripe desceu do navio nos pés dos marujos que se espalharam pela praça Mauá, rapazes que invadiram as gafieiras e beijaram na boca as mulheres que lhe abriram os braços. Em dias, os primeiros sintomas se fizeram sentir (CASTRO, 2019, p. 17).

A gripe fechou tudo na cidade, as pessoas eram aconselhadas a não andar de bonde, nem de trem ou ônibus, fecharam o comércio, os bordéis. Mas assim como veio, a gripe espanhola também foi embora, contaminou quase que a cidade inteira, matou cerca de 15 mil e em novembro, despediu-se junto com a guerra, segundo Castro:

A espanhola também não distinguia classe, raça, gênero: “levou gente entre os nobres e os remediados e até famílias importantes, como os Nabuco, os Penido, os Melo Franco. Dois irmãos Lage, Jorge e Antônio, que dominavam a navegação marítima no Brasil com seus “itas”, morreram. O casal Eugenia e Álvaro Moreyra

perdeu dois filhos. O estadista Afrânio de Mello Franco perdeu sua mulher, a Silvia, e um filho, Cesário. O craque Belfort Duarte, jogador do América, símbolo da disciplina do futebol, caiu. (...) A cafetina Alice Cavalo de Pau, imperatriz dos bordéis da Lapa, idem, se foi. O próprio poeta Olavo Bilac contraiu o mal, de forma benigna, mas isso contribuiu para sua grave condição cardíaca, da qual ele morreria em dezembro (CASTRO, 2019, p. 20, grifo do autor).

Após a imensa mortandade provocada pela gripe espanhola, a cidade foi recuperando-se aos poucos, mas recuperação mesmo foi no monumental carnaval de 1919. Segundo Castro, os preparativos foram imensos, a agitação, a venda de fantasias, alugueis de camarotes nas casas do centro da cidade, os monumentais desfiles dos Corsos, os blocos, os clubes abarrotados. Foi um carnaval que impressionou pelos números e pela festa:

O carnaval de 1919 seria o da revanche, a grande desforra contra a peste que quase dizimara a cidade. E, por um desses caprichos, seria um carnaval tardio. O sábado cairia no dia 1º de março, dando à vida dois belos meses, janeiro e fevereiro, para acertar as contas com a morte. (...) o comércio inundou a cidade com seus artigos para o carnaval: lança perfume, serpentina, confete, camisas de golas náuticas, quepes, bonés, chapéus de palha, luvas, meias, leques, panos africanos, miçangas, quimonos, sombrinhas, ventarolas. (...) As fantasias femininas exigiam verdadeiros conselhos de família: não era possível chegar ao carnaval sem uma diferente para cada dia (CASTRO, 2019, p. 21-22).

O luto era de certa forma esvaziado, a vida respirava depois dos horrores da gripe. O Rio reafirmava sua posição de capital da festa, das modas, das novidades e dos assombros.

1.6 O Rio dos anos vinte, a queda da bolsa de Nova York em 29, o golpe de Getúlio Vargas, as leis trabalhistas, o manifesto dos pioneiros na Educação e o voto feminino

Nos anos vinte, o Rio era a cidade mais populosa do país com mais de um milhão de habitantes. A capital da República, a cidade que todos queriam conhecer. Em 1920 foi criada a Universidade do Rio de Janeiro. E os grandes pontos turísticos, os maiores e mais luxuosos hotéis, como o hotel Avenida, na Rio Branco, “inaugurado em 1908 com cinco andares e 220 quartos, todos com telefone e água corrente” (CASTRO, 2019). Tudo grande, eloquente como o carnaval, como a Revolta da Chibata em 1910, a revolta da vacina e em 1922 a Chacina dos 18, no Forte da praia de Copacabana. Citando por último e ainda Castro (2019), a cidade não perdia e nem escondia seus contrastes:

No começo, teria sido a casa Grande e a Senzala; depois, chácaras e os cortiços; mais recentemente, os bangalôs e as vilas; e, agora, na aurora do século XX, preparava-se para a transformação final: a chegada dos arranha-céus e das favelas. Era a cidade dos palácios particulares, que a república comprara ou tomara à força para se instalar: Catete, Itamaraty, Monroe, Guanabara. (...) Era também a cidade dos morros com casas de luxo, móveis franceses e recepções enluvadas: Glória, Santa Tereza, São Bento. E a dos morros com barracos de madeira, telhados de zinco e navalhas afiadas, que já despontavam no horizonte: Favela, Salgueiro, São Carlos (CASTRO, 2019, p. 33).

Em 1920, segundo o autor acima mencionado, com 6.000 automóveis matriculados, o Rio já conhecia engarrafamentos e no mesmo ano, duas empresas disputavam o monopólio dos postos de gasolina, a Standard Oil e a Texas Company, a popular Texaco. Em 1922 foi eleito Artur Bernardes para a Presidência. Os transportes urbanos também foram sendo modernizados, em 1927 chegaram os ônibus de dois andares, o “chope duplo”, segundo Castro. Na década de 20 do século XX os homens usavam casacas no verão, um Rio de hábitos burgueses, que tentava imitar algo impróprio para a sua natureza tropical e colorida. E ainda, segundo Castro, o Rio dos anos 20, nunca teve menos que quinze ou dezesseis jornais. Mas as mulheres dos anos 20:

Podiam escolher entre os footings diários nas avenidas, almoço ou chá nas confeitarias, comprar nos grandes magazines, escapadas para dançar nos salões e cafés, a natação, a ginástica nos clubes, e símbolos da nova vida ao ar livre, passeios de barcos, de bicicleta, de automóvel com os rapazes. (...) Essas jovens repentinamente contemporâneas cortavam rente os cabelos, pintavam os lábios e pareciam imperar sobre os quatro elementos, surgiram ao mesmo tempo em várias partes do mundo (CASTRO, 2019, p. 43).

Neste momento o sexo frágil, desfilava suas ousadias, conhecia a noite e frequentava os salões, os passeios e divertimentos que foram ressignificados para o deleite de todas as classes sociais, em consonância com as possibilidades criativas.

Em 1926, toma posse como Presidente Washington Luís Pereira de Sousa com Getúlio Dornelles Vargas como Ministro da fazenda. O Rio dos anos 20, superou-se como cidade literária, uma enorme quantidade de jornais, revistas, almanaques, livros. A imprensa imperava nos destaques de tudo. Todos queriam o Rio para tornarem-se artistas, jornalistas ou escritores de fama. Castro (2019) cita nas páginas 45 e 47 do seu *Metrópole à Beira-mar* mais de cinco dezenas de nomes que chegaram ao rio entre 1850 e 1930. Segundo ele, para os que chegaram, uma afirmativa muito peculiar. Peculiar também é, novamente, o nome de Júlia Lopes, citado como membro de uma “elite indisputada”:

...e todos se tornariam uma coisa só: cariocas. Por isso, o Rio era a Metrópole, maior que a soma das partes. Para os que chegavam, não havia um estado de coisas a

combater, mas um território a conquistar. O Rio dava para todos, como se constava na vivência de velhos e moços nos salões, livrarias, redações, teatros, botequins e confeitarias. Não significava quem não houvesse uma elite indisputada. Dessa Elite faziam parte Coelho Neto, Humberto de Campos, Júlia Lopes de Almeida -- Olavo Bilac havia morrido em dezembro de 1918, mas ninguém se sentia excluído ou sem acesso a ela (CASTRO, 2019, p. 46).

Segundo Castro, em 1920, o Rio tinha cerca de 40 livrarias que estavam se desdobrando em papelaria, banca de jornal, oficina de encadernação, tipografia, etc. Havia livrarias enormes, com grandes estoques, imensas vitrines. Vendo Castro (2019) descrever as belezas da cidade, temos a sensação de que o Rio era grande e exuberante na riqueza e na pobreza. Nos contrastes, como já foi dito. Na página 50 do “Metrópole à beira-mar” (CASTRO, 2019), tem uma citação sobre os escritores que mais vendiam nos anos 20, incluindo a protagonista desta pesquisa :

Leite Ribeiro não era um intelectual, mas gostava de livros e de escritores. Sua livraria era um monumento à cultura. Por ser a maior, tornou-se também a maior editora, casa, em 1920, de alguns escritores brasileiros que mais vendiam livros: os romancistas Júlia Lopes de Almeida, Théo-Filho e Chrysanthème, o então cronista Benjamim Costallat e a poeta Gilka Machado (CASTRO, 2019, p. 50).

Em 1929 o Rio sente os resvalos da queda da bolsa de valores de Nova York, o mundo capitalista sofreu um grande golpe. As crises no modelo capitalista sempre existiram, mas nenhuma com a proporção que alcançou a crise de 1929. Muitas foram as consequências propaladas logo após a queda da bolsa de Nova York: falências, desemprego, salários abaixo do normal, produtos com baixa repentina de preços, pobreza, miséria, subalimentação, favelas nascendo próxima aos centros urbanos e indústrias, preocupação social, produção em baixa, desequilíbrio no comércio, os efeitos perduraram por anos, como uma bola de neve:

À medida que os compradores desapareciam, os preços também caíam. Neste momento, a ortodoxia ainda influenciava a ação econômica dos principais países. Por ela, o mercado se ajustaria, ou seja, era preciso que os preços e salários caíssem. Com preços muito baixos, os compradores reapareceriam e, conseqüentemente, haveria estímulo para o aumento da produção, os desempregados voltariam ao trabalho e, assim, a economia se reestabeleceria. A realidade, porém, demonstrou-se mais grave e a receita ortodoxa insuficiente para dar saída à crise que se avolumava (MARTINS; KRILOW, 2015, p. 5).

No Brasil não foi diferente, a desordem financeira chegou aqui, faltaram empréstimos internacionais. Produtos também tiveram preços rebaixados, regulados pelos mercados estrangeiros. Exportações diminuiram, muitas coisas resvalaram, como afirma o fragmento abaixo:

O Brasil, como país agroexportador, foi altamente afetado pela crise. Desde a proclamação da República, em 1889, a política externa brasileira se alterou consideravelmente, ou seja, o governo deixou de ser cauteloso e apostou em uma maior aproximação com os Estados Unidos (DORATIOTO, 2012, p.168). Na fase inicial da Depressão, o café representava 71% do total das exportações (BAER, 1996, p 50) e os Estados Unidos eram o maior consumidor de café, comprando cerca de 80% das exportações brasileiras (MARTINS; KRILOW, 2015, p. 8).

Em 1930 tivemos a vitória de Júlio Prestes e o golpe de Getúlio Dornelles Vargas, logo após a Dissolução do Congresso. Júlio Prestes foi apoiado por 17 dos 20 Estados e teve cerca de e um milhão de votos, mais ou menos 300 mil a mais do que o seu oponente. Após a eleição, ele viajou e foi recebido como presidente eleito em Washington, Paris e Londres. Mas os seus adversários estavam inconformados, criaram a Aliança Liberal, e armaram estratégias para tomar o governo e deflagrar o golpe de 1930, assim Getúlio Vargas foi conduzido ao comando do país. Júlio Prestes, não teve o que fazer, deixou o cargo eleito pelo povo em novembro e pediu asilo no consulado britânico. Permaneceu na Inglaterra até 1934.

Em 1931, tivemos a queima de café para manutenção de preço. Em 1932 a - Promulgação de leis trabalhistas pelo Governo Federal e a Conquista do direito de voto pelas mulheres brasileiras, o sufrágio feminino.

Foram legalizados os contratos de trabalho através da carteira de trabalho, criada em 1932. Em seguida foi idealizada a Consolidação das leis trabalhistas (CLT). A promulgação da CLT foi, de fato, o que deu grande prestígio ao Presidente Getúlio Vargas, que teve sua imagem fortalecida como protetor da classe trabalhadora, que voltaria ao poder eleito pelo povo em 1934.

Para elucidar melhor este período podemos dizer que no século XX, ainda estava sendo instalado o regime republicano, não podemos deixar de citar a “Política de Café com Leite”, um “acordo” que elegia alternadamente os Presidentes do Brasil entre políticos de São Paulo, maior produtor de café e os políticos de Minas Gerais, produtores do leite, essa política expressava as relações de poder econômico exercido politicamente pelas chamadas “oligarquias rurais”, essas classes disputavam poder que conseguiram através do sucesso na exportação de café. Os lucros advindos da exportação de café, resultaram na aquisição de tecnologias que trouxeram industrialização para o país, com maior concentração na região sudeste. Citando a Primeira Guerra Mundial, de 1914 a 1918, possibilitou uma demanda por modernização, as dificuldades para importação de produtos industrializados fez com a economia se dirigisse para a construção de novas fábricas, além do crescimento das cidades e o nascimento da classe operária.

Nesse contexto, as cidades também foram palco de conflitos e movimentos sociais trabalhistas, originados nas fábricas, pedindo melhores condições de trabalho, evidenciando a organização e o natural crescimento da classe dos trabalhadores. Em seguida, à Crise Econômica de 1929, o Golpe de Estado de 1930 com Getúlio Vargas no poder.

Neste período, muitas vozes, que já falavam pela educação desde o início da década de 20 influenciaram no que culminou com a elaboração do Manifesto dos Pioneiros. Entre as principais vozes, podemos citar o jornalista Fernando de Azevedo e o educador Anísio Teixeira. Foi criada a Associação Brasileira de Educação. Em 1931 a ABE organizou um encontro de educadores que foi denominado IV conferência Nacional de Educação, nesta conferência, o Presidente Getúlio Vargas solicitou aos educadores uma proposta para o Brasil, que se vinculasse com os ideais defendidos principalmente por Anísio Teixeira e Fernando Azevedo. Segundo Saviani:

Esse manifesto propunha-se a realizar a reconstrução social pela reconstrução educacional. Partindo do pressuposto de que a educação é uma função essencialmente pública, e baseado nos princípios da laicidade, gratuidade, obrigatoriedade, co-educação e unicidade da escola, o manifesto esboça as diretrizes de um sistema nacional de educação, abrangendo, de forma articulada, os diferentes níveis de ensino, desde a educação infantil até a universidade (SAVIANI, 2004, p. 33).

Também em 1932, avançando no projeto de uma nação moderna, foi criado o decreto Provisório de número 21076, de 24 de fevereiro de 1932, que assegurou o voto feminino no Brasil, mas não foi fácil, foi uma luta que teve início antes da Proclamação da República e, no entanto, teve sua aprovação pela metade, pois somente poderiam votar as mulheres casadas (com autorização dos maridos) e às viúvas e solteiras que tivessem renda própria. Em 1934, eliminaram essas restrições do código eleitoral, porém a obrigatoriedade do voto era um dever masculino. Foi preciso mais de dez anos para que reconhecessem o voto feminino com igualdade em relação ao voto masculino, somente em 1946, o voto obrigatório foi estendido às mulheres.

No Brasil, no final do século XIX, muitas manifestações individuais de mulheres surgiram pelo direito ao voto, mas foi no século XX que as mulheres se organizaram em movimentos, com a criação da Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF), dentre outras organizações. Contudo, os poucos dados históricos sobre o movimento sufragista no país fazem com que muitos creditem a concessão do direito ao voto feminino ao governo de Getúlio Vargas, e não o resultado de anos de lutas de mulheres e homens, o que diminui a memória coletiva (BASTOS, 2020, p. 13).

E chegamos em 1934, ano do falecimento de Júlia Lopes de Almeida. Percebemos que a cidade do Rio de Janeiro, palco e cenário da maioria dos seus romances, foi aturdida por grandes transformações sociais, intelectuais e físicas. A arquitetura, o espaço geográfico, as tensões sempre provocadas com a ajuda da imprensa, evidenciaram a ascensão de uns e a subjugação de outros. Nos diversos palcos históricos onde as disputas de classe claramente se deram entre opressores e oprimidos, as situações que perpassam questões de classe, raça, gênero, educação e outras, são as bases das percepções que trazem as interseccionalidades sentidas em todos os movimentos descritos nos tempos e espaços aqui mencionados.

2 JÚLIA LOPES DE ALMEIDA: VIDA E OBRA

A mãe da escritora Júlia Lopes de Almeida¹⁵, Antonia Adelina Pereira nasceu em Lisboa no dia 23 de fevereiro de 1830 e o pai Valentim da Silveira Lopes nasceu em 13 de setembro de 1830, também em Lisboa. O casamento de ambos foi realizado em Lisboa no dia 27 de outubro de 1849.

Com pendores autodidatas para a educação, Valentim funda em 1849, a Academia de Minerva ainda em Solteiro. Nasce em 20 de setembro de 1850 a primeira filha do casal Adelina Amélia da Silveira Lopes.

Em 24 de fevereiro de 1852, nasce a segunda filha do casal Maria José da Silveira Lopes. Logo após o nascimento da segunda filha, Valentim funda em 1852, com um sócio capitalista, o Colégio Artístico. Em 2 de novembro de 1854 nasce um menino, o terceiro filho do casal.

Em 1856 o Colégio Artístico está no auge e por questões conflituosas com o sócio capitalista o colégio é fechado. O Sr. Valentim, desiludido, visita o Brasil com um irmão. Fica em terras brasileiras e em 1857, Antonia Adelina vem para o Brasil e traz apenas o terceiro filho do casal, deixando as duas primeiras filhas com os avós, sendo que alguns anos depois, elas se juntam à família no Brasil.

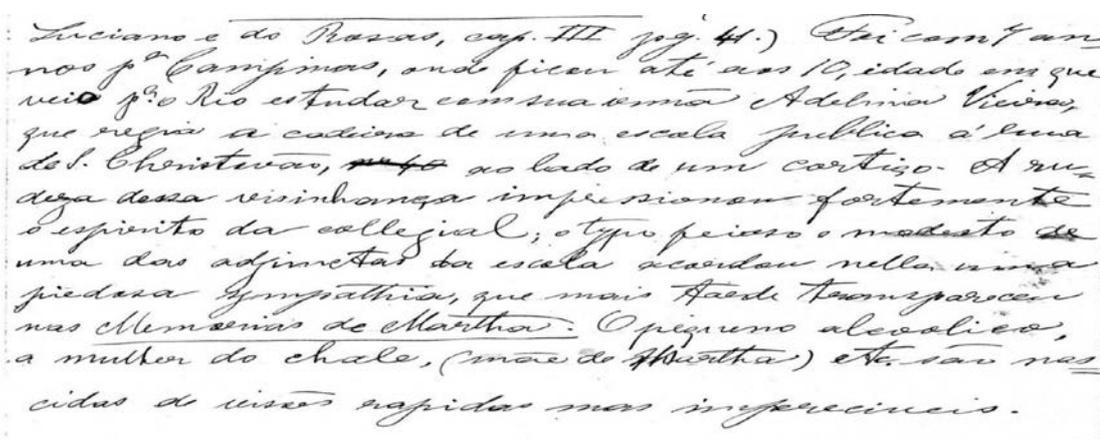
O casal se estabelece na cidade de Macaé, estado do Rio de Janeiro. Em 14 de abril de 1857 nasce o quinto rebento do casal, a terceira menina Adelaide Elisa da Silveira Lopes. No mesmo ano de 1857, o professor Valentim funda um pequeno colégio em Macaé. Em 1860, sem data exata fornecida pela família nasce o filho Augusto, que vem a falecer com um ano e meio. No mesmo ano, mudam-se para o Rio de Janeiro, então capital do império.

Valentim funda no Rio o Colégio Humanidades na Rua do Lavradio, número 53, que também é residência da família. No mesmo ano, o pai de Júlia Lopes começa a dedicar-se aos estudos de medicina. Em 1862, na mesma rua do Lavradio, nasce mais uma herdeira dos Lopes, a menina Júlia Lopes de Almeida. Em 1863, quando a pequena Júlia estava com apenas seis meses, sua família muda-se para Nova Friburgo, para onde é transferido o colégio Humanidades, que mais tarde seria o Colégio Anchieta, cujo nome passou a ser este, quando o pai da escritora o vendeu para os padres Jesuítas. O Colégio Anchieta existe até os dias de hoje.

¹⁵ A maioria das informações sobre a vida da autora desta pesquisa foram fornecidas por seu neto Claudio Lopes de Almeida, que guarda consigo cópia de parte do acervo doado a Academia Brasileira de Letras.

Temos uma autobiografia manuscrita da autora, onde a mesma diz que a natureza de Friburgo ficou para sempre guardada em sua imaginação. Nesta, Júlia conta que esteve no Rio com a idade de 10 anos (já morava na cidade Campinas), visitar a irmã Adelina que regia a cadeira de uma escola pública em São Cristóvão, ao lado de um cortiço. Diz ela: “A rudeza da vizinhança impressionou fortemente o espírito daquela colegial. O tipo feioso e modesto de uma das adjuntas da escola, despertou nela uma piedosa simpatia que mais tarde transpareceu em “Memórias de Marta”. O referido manuscrito encontra-se abaixo:

Figura 3 – Manuscrito de Júlia Lopes de Almeida¹⁶



Luciano e do Rosas, cap. III pag. 41.) Foi com 4 anos nos p.^o Campinas, onde ficou até aos 10, idade em que veio p.^o Rio estudar com sua irmã Adelina Vieira, que regia a cadeira de uma escola pública a uma do Sr. Christevan, ~~em~~ ao lado de um cortiço. A rudeza dessa vizinhança impressionou fortemente o espírito da collegial; o tipo feioso e modesto de uma das adjuntas da escola acordou nella uma piedosa sympathia, que mais tarde transpareceu nas Memórias de Martha. O pequeno alcoólico, a mulher do chale, (mãe de Martha) etc. são nascidas de visões rápidas mas impressionantes.

Fonte: arquivo pessoal de Claudio Lopes de Almeida.

Nas palavras da autora, encontramos explicação para as impressões que geraram o romance Memórias de Marta (livro que será estudado no capítulo III). A moça magra, sem recursos que consegue, com muito esforço, ganhar a simpatia da professora que a ajuda a realizar o sonho de trabalhar no magistério.

Em 1863, a mãe de Júlia passa a administrar o colégio Humanidades, pois seu pai parte para Berlim com o objetivo de terminar os estudos de medicina. Lá ele termina a Universidade e registra o diploma de medicina. Retorna ao Brasil em 1867 e viaja à Bahia à trabalho e segundo a família, presta um exame de defesa de tese e consegue aprovação para clinicar em terras brasileiras. Em 1867, o Sr. Valentim desiste da carreira de educador e passa a clinicar, mudando-se novamente para a cidade do Rio de Janeiro. Desta vez, a família vai

¹⁶ Transcrição do manuscrito: (Luciano e do Rosas, capítulo , página 41) . Foi com 4 anos para Campinas, onde ficou até aos 10 anos, idade em que veio para o Rio estudar com sua irmã Adelina Vieira, que regia a cadeira de uma escola pública à (...), de São Cristóvão, ao lado de um cortiço. A rudeza dessa vizinhança impressionou fortemente espírito da colegial; o tipo feioso e modesto de uma das adjuntas da escola acordou nela uma piedosa simpatia que mais tarde transpareceu nas “Memórias de Marta”. O pequeno alcoólico, a mulher do chale, (mãe de Marta) etc. são nascidas de visões rápidas, mas impressionantes.

residir no bairro do Catete. O médico passa a clinicar na Beneficência Portuguesa nos anos de 1867 e 1868.

Segundo biografia não publicada de sua filha Margarida Lopes de Almeida, a sua mãe, Júlia Lopes, se recordava deste tempo de infância pelo fato de que às vezes gostava de dar suas corridas no terraço do palácio do catete, que na época era moradia dos Condes de Nova Friburgo, padrinhos de uma de suas irmãs.

Porém, segundo a consulta feita ao arquivo pessoal de Claudio Lopes de Almeida, em 1868, o Dr. Valentim cai gravemente doente e viaja com a família para a República do Prata¹⁷. Em 1869, a família retorna ao Brasil e muda-se para a cidade de Campinas. Dr. Valentim começa a clinicar na cidade. Em 1871, em oito de maio, nasce a última das irmãs de Júlia Lopes, Alice da Silveira Lopes.

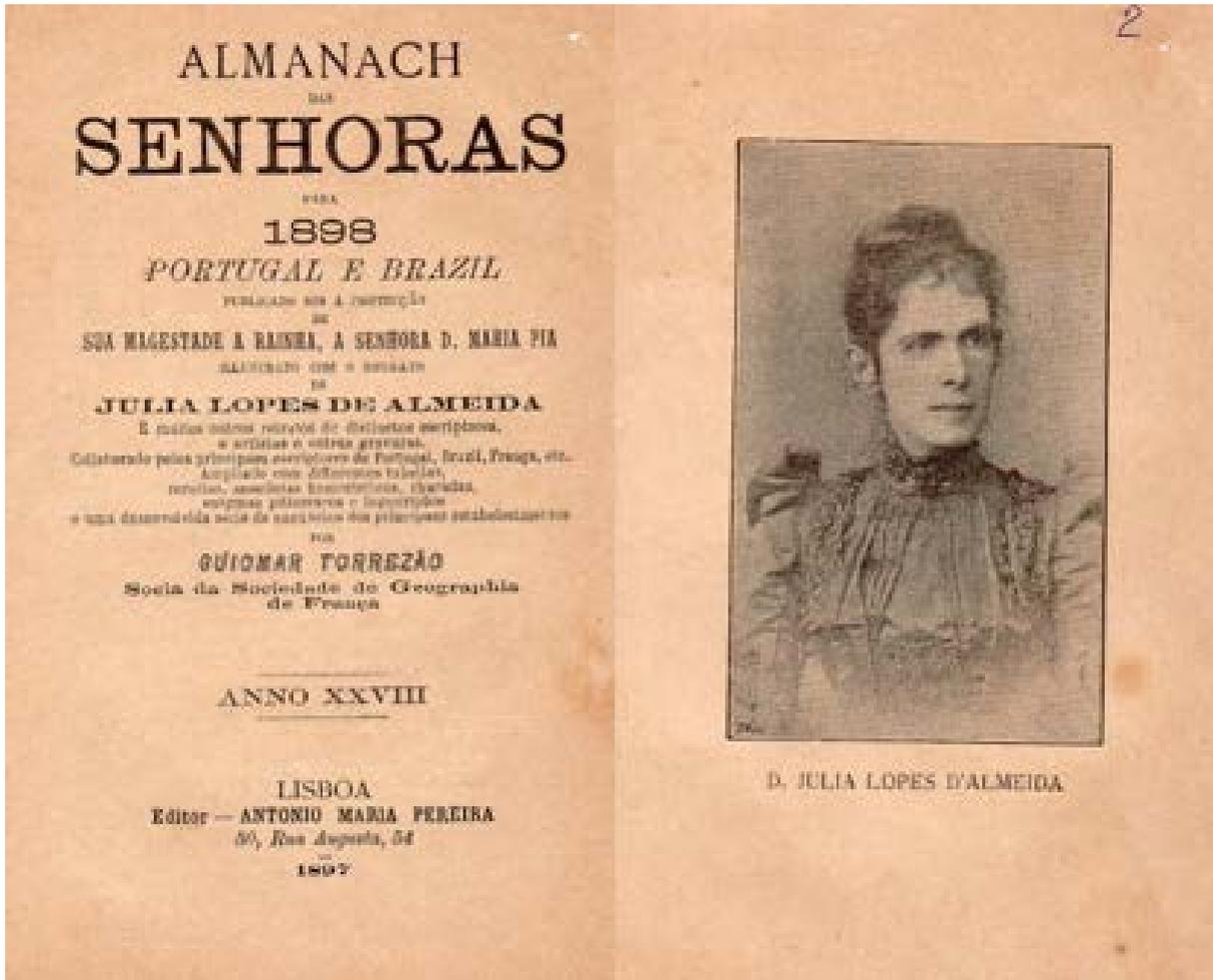
Foram muitas as biografias escritas sobre a escritora Júlia Lopes de Almeida, em seu tempo e recentemente, outras várias, escritas por diversas pesquisadoras, inclusive De Luca, no seu estudo simultâneo da vida e obra de Júlia Lopes de Almeida em 1999: O “feminismo possível”, Júlia Lopes de Almeida (1862-1934).

Abaixo, temos uma página do Almanaque das senhoras de 1898, capa de uma biografia escrita pela escritora Guiomar Torreção¹⁸:

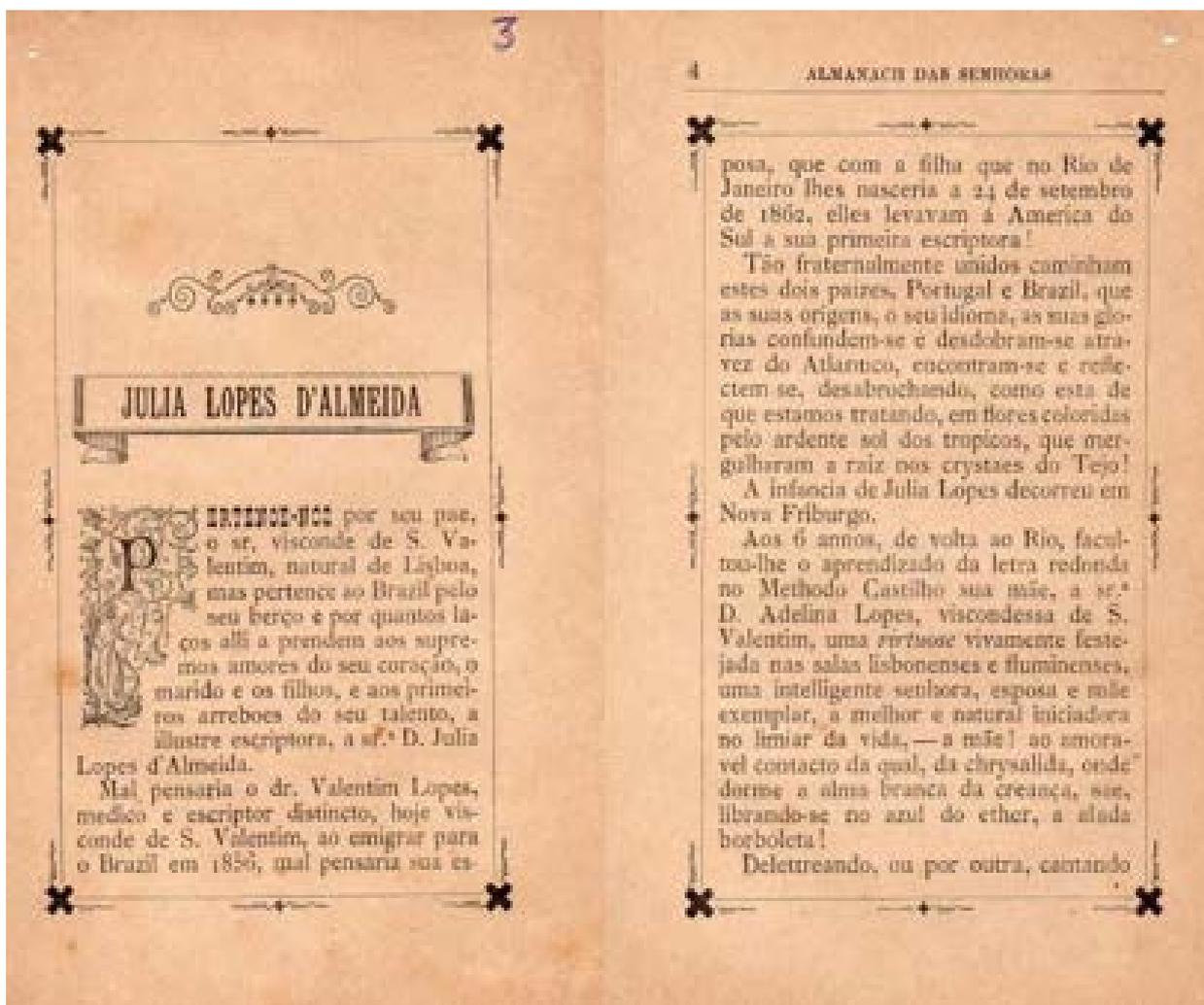
¹⁷ Províncias Unidas do Rio da Prata ou Províncias Unidas da América do Sul (respectivamente, em espanhol: *Provincias Unidas del Río de la Plata* e *Provincias Unidas de Sud América*) foram antigas províncias do Vice-reinado espanhol do Rio da Prata, com capital em Buenos Aires, após a independência em 1816. O nome foi usado na constituição de 1819 da Argentina.

¹⁸ Guiomar Delfina de Noronha Torresão (Lisboa, 26 de novembro de 1844 — Lisboa, 22 de outubro de 1898) foi uma escritora portuguesa, feminista de grande importância na emancipação das mulheres dos ideais da classe média em Portugal.

Figura 4 – Almanaque das Senhoras – 1898



(a)



(b)

Legenda: (a) capa do Almanaque das Senhoras; (b) texto publicado no Almanaque das Senhoras.
Fonte: Arquivo pessoal de Cláudio Lopes de Almeida¹⁹

Em Campinas, num sobrado da Rua General Osório, próximo ao hospital mantido por seu pai, a menina Júlia passou o resto da sua infância e juventude e que, segundo a família, foi de Campinas que a escritora carregou suas melhores lembranças.

Dentre os fatos que a família traz das recordações da infância, encontramos o nome da menina Joana, citada como sua incansável companheira, uma negra, filha de uma escrava dos seus pais, que fazia companhia, brincava com a menina Júlia, tinha a sua idade e passou a morar na casa dos Lopes.

Sobre a menina Joana, são palavras da sua filha Margarida:

¹⁹ Acima, as quatro primeiras páginas do Almanaque das Senhoras, edição de 1898, onde foi publicada uma das primeiras biografias escritas sobre a vida de Júlia Lopes de Almeida, pela escritora e feminista Guiomar Torrezão. Fonte: Arquivo pessoal de Claudio Lopes de Almeida

Tinham meus avós uma escrava com uma filhinha da mesma idade de Júlia. Mulatinha, esperta, inteligente, boazinha e bem educada, foi companheira, a amiga inseparável e o público de Júlia. Com ela brincou, com ela cresceu, com sua família permaneceu até morrer idosa, rodeada dos seus “netos” que o eram todos os da prole dos Silveira Lopes, e da ternura e do respeito de todos nós, filhos ou sobrinhos da Nhan Jujú, como sempre chamou a sua doce companheira de travessuras. “Sá” Joana, para nós os mais velhos e “Vó” Joana para os pequeninos, terá forçosamente de figurar em quantas biografias se venham a fazer da romancista” (LOPES, Margarida, Arquivo de Claudio Lopes de Almeida, grifo da autora)

Sobre a convivência entre as mulheres negras e brancas, esclarece-nos Habner (2016):

Entretanto, apesar de haver uma grande distância social entre brancas (ou ao menos as socialmente consideradas brancas) e suas escravas ou criadas de pele mais escura, essas mulheres viviam fisicamente próximas umas das outras, e podiam criar laços pessoais bastante estreitos. As mucamas (escravas ou criadas pessoais) penteavam as senhoras, cuidavam de suas melhores roupas e ajudavam-nas a se vestir. Faziam também o cafuné (nostalgicamente lembrados em alguns relatos) (HABNER, 2016, p. 52).

Em relação a menina Joana, nos responde o neto da escritora, Cláudio Lopes de Almeida, que era muito querida pela família. Segundo biografia escrita por Margarida Lopes, Joana era tratada com muito carinho. Sabendo que viveu até o fim dos seus dias em casa dos Almeida, a amizade pode ter aí uma fidelidade encontrada nas possíveis gratidões por considerar a condição burguesa de finais do século XIX em empregar, ou “cuidar” de mulheres idosas ou meninas mais jovens para que seus préstimos pudessem substituir a mão de obra escrava. No caso, conforme relatos de família, a menina Joana conviveu com a família desde sempre, o vínculo relatado por Habner (2016), nos fala dessa proximidade em relação aos costumes burgueses de então.

A que tudo indica, conforme registros familiares, Júlia foi uma criança que causou certa preocupação aos pais em relação a sua saúde, por esta razão, ela aprendeu a ler em casa com sua irmã mais velha Adelina Lopes Vieira, aprendeu piano com a mãe e literatura clássica portuguesa como pai, Porém, é importante ressaltar, que para as meninas da classe burguesa, era muito comum este tipo de educação, muitas famílias pagavam preceptoras para educar suas filhas ou as educavam como foi com Júlia, aprendiam com as irmãs e mães, etc.

Em Campinas teve uma rica formação artística junto a sua família, avó e tias que cantavam, declamavam versos, tocavam piano e escreviam poemas para apresentarem nos saraus da família naquela cidade Paulista, era hábito entre as famílias de classe abastada promover reuniões festivas com muita música e declamação de poemas, vale lembrar que na maioria das casas burguesas era hábito a existência de um piano.

Seu pai era médico do teatro mais importante da cidade, além de clinicar e ajudar a fundar as mais importantes casas de saúde de Campinas. E em sua residência, próxima ao teatro, onde o Dr. Silveira Lopes tinha um Camarote privativo.

No início do século, Campinas era uma cidade visitada por grandes companhias teatrais famosas da Europa. Assim, a menina passou sua infância e adolescência em meio aos encontros artísticos. Iniciou às escondidas seus ensaios literários, um texto para teatro aqui, um poema ali, uma narrativa em meio aos versos, tudo trancado numa gaveta até que sua irmã descobriu e contou para o seu pai. Por conta deste episódio, aos dezenove anos ela encontrou a sua primeira oportunidade de publicar uma crônica no Jornal “Gazeta de Campinas”.

Após uma ida da família ao teatro assistir Gemma Cuniberti, uma precoce atriz que arrebatava plateias, seu pai lhe perguntou a opinião sobre o espetáculo. Após sua resposta, veio a seguinte história: ‘O Castro, da “Gazeta de Campinas” me pediu um artigo sobre a apresentação da Gemma, mas não terei tempo. E como ele insistiu, eu disse que não faria, mas que minha filha Júlia o faria’.

A Jovem Júlia passou a noite sem dormir, nervosa, imaginando como poderia dar conta de tal pedido, o relato desta noite insone, vem também da sua filha Margarida Lopes. Depois de muita angústia e preocupação, o artigo foi publicado no dia 7 de dezembro de 1881 e ela passou a ser colaboradora do jornal. Mais tarde veio a saber que o tal “Castro” não havia pedido nada a seu querido pai, foi um engendramento do poder paterno para que ela iniciasse sua carreira literária. Após este fato, a jovem passou a ter aulas de inglês e francês e foi incentivada pelo pai a ler os melhores clássicos da Literatura Portuguesa. A partir desse episódio, a pena aguçada de Júlia Lopes de Almeida nunca mais parou.

Em 1886 Júlia Conhece no Rio de Janeiro o jornalista e escritor Francisco Filinto de Almeida de quem fica noiva. Em 1886, a família parte para Portugal e juntamente com sua irmã, a poetisa Adelina, escreve “Contos infantis”, livro escrito em verso e prosa, sendo que a parte em prosa foi escrito por Júlia e a parte em versos por sua irmã. O livro lançado em Portugal foi destinado à infância e adotado por escolas Brasileiras durante algumas décadas.

Seu noivo, o poeta Francisco Filinto, que havia ficado no Brasil, parecia transformar em versos a saudade de sua amada, publicando no ano de 1887, o seu primeiro grande livro: *Lyrical*.

Um dia após a partida da noiva, em 27 de março de 1886, o poeta escreve o seguinte soneto em homenagem à sua amada:

A Partida

Foi-se a minh'alma! Em riste soledade,
De crua dor as lágrimas vertendo,
Quase sem vida aqui fiquei vivendo
No manto envolto negro da saudade.

Aurea ilusão da minha mocidade!
Partiu! Aquele grande monstro horrendo,
De asas de ferro e de branir tremendo,
Pôs-nos, entre nós dois, a imensidade!

Em vão, da praia, agito branco lenço!
O céu abraça o luar ao longe, vejo
Só através do pranto o Nada imenso.

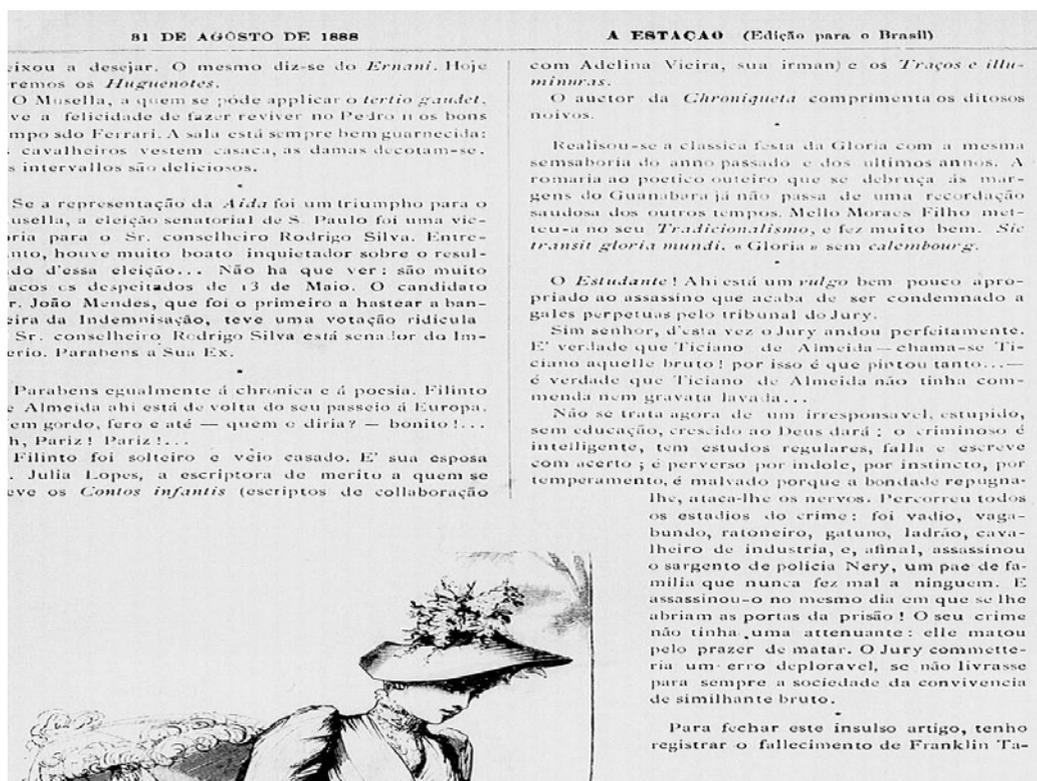
Aplaca vento e o mar sol benfazejo!
Protege aquela por quem vivo e penso,
Único bem da terra que eu desejo!
(FILINTO, Francisco, arquivo pessoal de Claudio Lopes de Almeida)

Júlia da Silveira Lopes, em 1887, lança em Lisboa o seu primeiro livro solo de contos: *Traços e Iluminuras*, no mesmo ano casa-se em Portugal com o poeta Português Francisco Filinto de Almeida, que apresenta para ela os autores do realismo francês. Sobre esta afirmação, ela mesma admite em entrevista a João do Rio que sua escrita tem forte influência dos clássicos portugueses e franceses, principalmente os contos de Guy de Maupassant (1850 - 1893) e os romances de Émile Zola (1840 - 1902) (LOBO, 2006, p. 160).

Após o casamento em Lisboa, no dia 28 de novembro, na Igreja de São domingos, o casal viajou em núpcias por diversos países do velho continente, Francisco Filinto estava em missão acompanhando a impressão dos *Anais da Câmara dos Deputados de São Paulo*, trabalho que naquela época não era feito no Brasil. Após a viagem, o casal volta ao Rio de Janeiro. Ao voltarem, alguns jornais anunciam a volta do casal, como foi o caso do periódico “*A Estação: Jornal ilustrado para a família*”, em 31 de agosto de 1888, na edição 16, página 11, parabenizando o casal com os seguintes dizeres:

Parabéns igualmente à crônica e à poesia. Filinto de Almeida aqui está de volta do seu passeio à Europa. Vem gordo, fero e até -- quem diria -- bonito!...Ah! Paris, Paris!... Filinto foi solteiro e veio casado. É sua esposa a D. Júlia Lopes, a escritora de mérito, a quem se deve os *Contos infantis*” (escrito em colaboração com Adelina Vieira, sua irmã) e *Traços e Iluminuras*. O autor da *Chroniqueta* cumprimenta os noivos! (*A Estação*, 1888, ed. 16, p. 11).

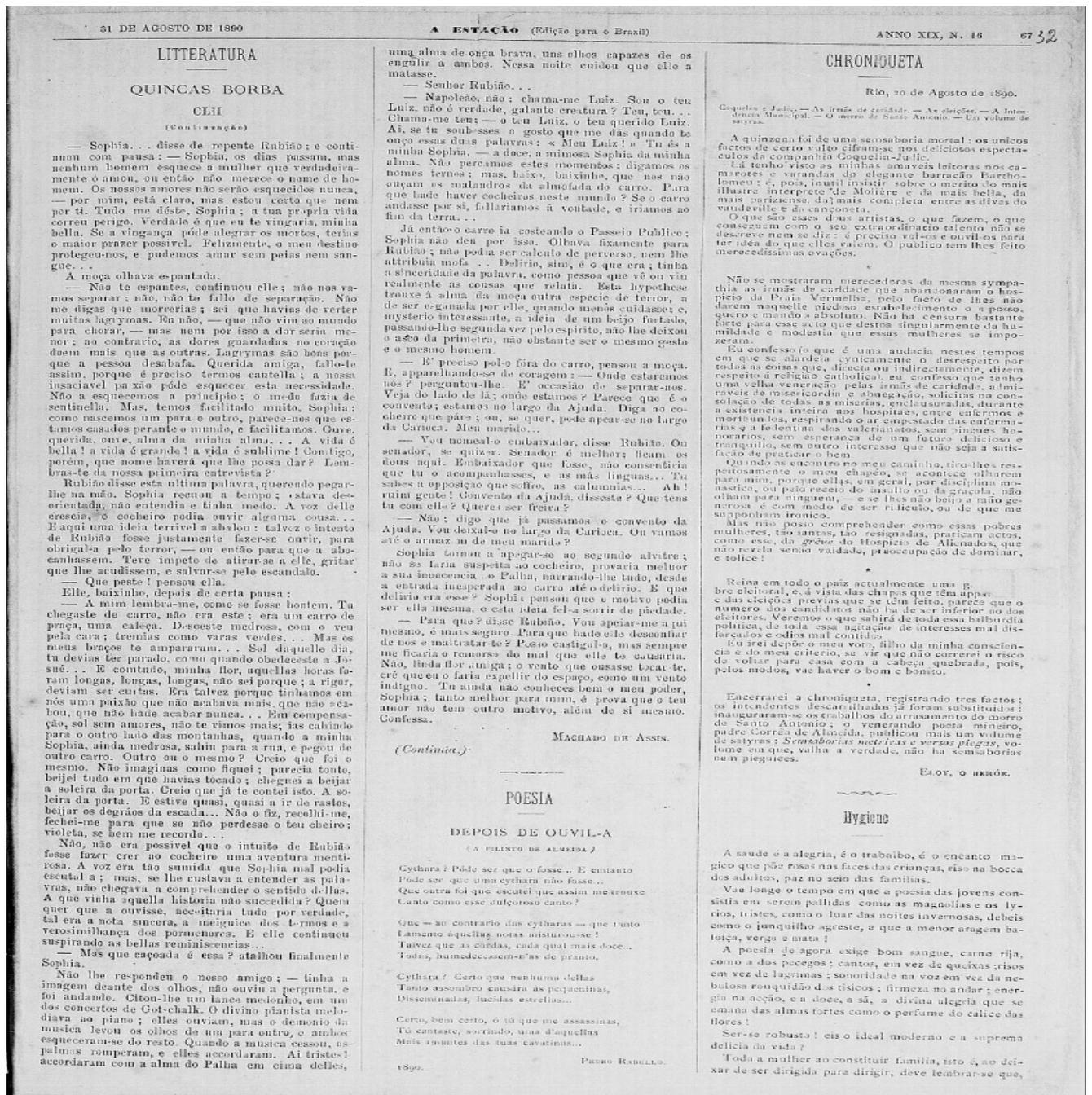
Figura 5 – Jornal Estação - Nota sobre o casamento de Júlia e Filinto



Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

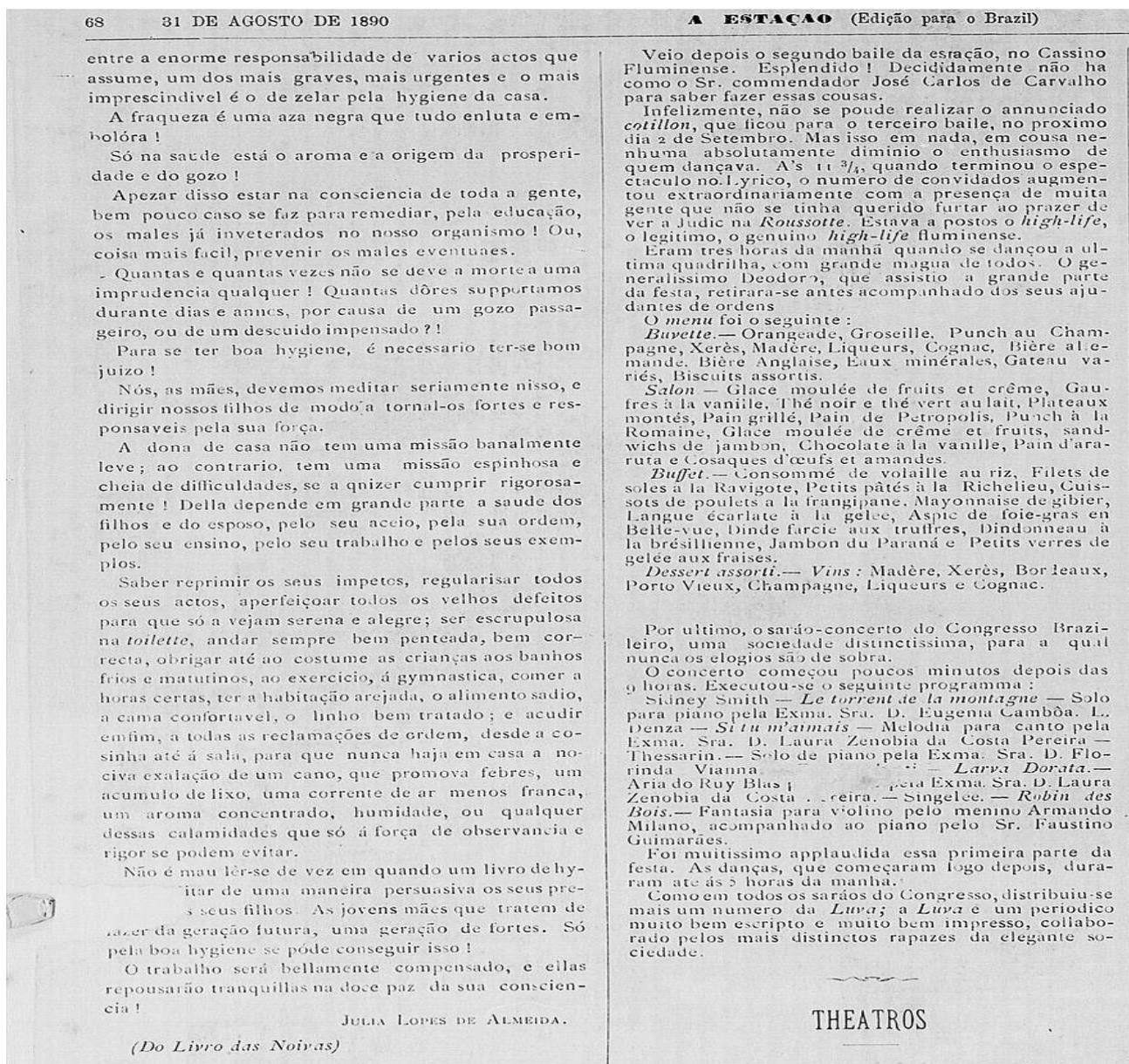
O jornal A Estação (1879/1904), era um veículo para leitores comuns e donas de casa, nele encontramos páginas e páginas com muitos desenhos sobre moda, etiqueta e inúmeros pontos de bordado, só que no meio dos moldes e dos pontos de cruz e pontos de alinhavo, encontramos textos de diversos escritores, inclusive uma página onde foi publicado parte do famoso “Quincas Borba” de Machado de Assis, tendo na mesma página um texto de Júlia Lopes de Almeida sobre “Higiene”, do seu “Livro das noivas”. São duas páginas de 1890, edição 16, pp 11-12. Vejamos este achado:

Figura 6 – Jornal “A estação” - Textos: Quincas Borba de Machado de Assis e Higiene de Júlia Lopes de Almeida (livro das noivas)



Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Figura 7 – Continuação do texto sobre Higiene de Júlia Lopes (livro das Noivas)



Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Nos últimos dias de 1888, em 21 de dezembro, nasceu o primeiro filho de Dona Júlia e Francisco Filinto, Afonso Lopes de Almeida, na Rua Haddock Lobo, número 27, Tijuca. Muito pouco demorou o casal na capital da República, Francisco Filinto foi convidado pelo Diretor proprietário do Jornal "Província de São Paulo", Júlio Mesquita, que havia sido eleito Deputado Federal, para que o mesmo assumisse a direção do jornal.

Uma das primeiras providências tomadas pelo novo diretor do Jornal foi substituir o nome do Jornal para "O Estado de São Paulo", que ainda nos dias de hoje é um importante veículo da capital paulistana. Francisco Filinto, esteve à frente do jornal O Estado de São

Paulo de 1889 a 1895, e eleito Deputado à Assembleia Legislativa de São Paulo de 1892 a 1897.

E foi em São Paulo, na rua da Liberdade, número 14 que Júlia Lopes de Almeida dá à luz a dois dos seus seis filhos, Adriano, em 32 de agosto de 1890 e Valentina, em 12 de dezembro de 1991, ambos tiveram pouco tempo de vida. O sofrimento com a perda dos filhos, segundo relatos escritos por sua filha Margarida, fez com que o casal voltasse para o Rio de Janeiro. No retorno, juntaram-se à família no casarão da rua Haddock Lobo, 27, onde funcionava a Escola pública dirigida pela primogênita dos Lopes, Adelina Lopes Vieira. Neste casarão, nasceu Afonso, em 22 de maio de 1894, o quarto filho do casal. Em 1895, falece Dona Antonia Adelina, mãe de Júlia Lopes.

A escola que Adelina, irmã mais velha da escritora dirigia, foi removida para o Bairro de Santa Tereza e toda família acompanhou a mudança. Foi no bairro de Santa Tereza, que fundaram suas raízes, lá nasceram suas duas filhas, Margarida, em sete de abril de 1896, na Rua Aprazível, número 7 e Lucia, na Rua Curvelo, 6, em treze de julho de 1999. Em Santa Tereza, Dona Júlia, como ficou muito conhecida no Rio de Janeiro, segundo palavras de sua filha Margarida em biografia não publicada, conseguiu realizar seu sonho maior: ter uma casa.

Figura 8 – Júlia Lopes de Almeida e seus quatro filhos: Alfonso, Abano, Lúcia e Margarida



Fonte: Arquivo Pessoal de Claudio Lopes de Almeida.

A foto anterior mostra uma matriarca a sós com seus filhos, o que nos faz questionar o porquê de não estar junto a eles o poeta Francisco Filinto. Era muito raro encontrarmos fotos

de família no início de século sem a presença do esposo. A roupas muito elegantes, expõe o traço social da família, e diante da ausência de Filinto de Almeida, podemos entender que pode ter sido uma foto tirada para determinada revista, apresentando a literata famosa como mãe exemplar e mulher de sucesso, modelo para aqueles tempos que pediam uma mulher com formação educacional, mas cumpridora dos seus deveres domésticos.

Sobre seu conceito pessoal de maternidade, podemos encontrar em uma autobiografia manuscrita. Abaixo a página onde se encontram estes relatos:

Figura 9 – Manuscrito de Júlia Lopes de Almeida²⁰

Rio. Teve 6 filhos, dos quais são vivos 4 e a todas aleitou, com exceção de 1, por doença. Colaborou na Gazeta de Notícias, Paiz, Jornal do Comércio, e em várias revistas. Organizou a primeira exposição de flores do Rio de Janeiro e tem feito propaganda de floricultura em artigos, livros e conferências, com a certeza de que o seu esforço tem cooperado para o desenvolvimento do gosto das plantas no Rio de Janeiro. Esta campanha data desde os seus primeiros passos na imprensa. Só se sente a vontade quando escreve obras de ficção - Contos - Romances - Teatro. ~~Tem~~ Mas uma vez talvez intente escrever a Falência 2 vezes. A primeira em salteira, e desse original

Fonte: Arquivo pessoal de Claudio Lopes de Almeida.

E por falar nesta família e sua expressão social, mostrando a classe à qual pertenciam, são palavras da escultora e declamadora Margarida Lopes: “Adquirido um enorme terreno ao Dr. Joaquim Murinho, na linha dos bondes, àquele tempo absolutamente iguais ao que são hoje, construíram aí meus pais o lar que havíamos de crescer, de estudar e nos fazermos, todos, artistas” (LOPES, Margarida, arquivo pessoal de Claudio Almeida). Abaixo, imagens da residência:

²⁰ Transcrição do manuscrito: “(...Rio.) Teve 6 filhos, dos quais, são vivos 4. A todos aleitou, com exceção de um, por doença. Colaborou na Gazeta de Notícias, o Paiz, Jornal do comércio e em várias revistas. Organizou a primeira exposição de flores do Rio de Janeiro e tem feito propaganda de floricultura em artigos, livros e conferências, com a certeza de que o seu esforço tem cooperado para o desenvolvimento do gosto pelas plantas no Rio de Janeiro. Esta campanha data desde os seus primeiros passos na imprensa. Só se sente, porém, à vontade, quando escreve obras de ficção, contos, romances, teatro (...)”

Figura 10 – Casa de Júlia - área externa



(a)



(b)



(c)

Legenda: (a) Casa da família Almeida no bairro Santa Tereza, na Rua Joaquim Murtinho, nº 587²¹; (b) Claudio Lopes de Almeida, neto de Júlia Lopes, em frente à casa da família Lopes em Santa Tereza, no ano de 2010; (c) Parte lateral.

Fonte: Acervo de Claudio Lopes de Almeida.

Foi nesta casa que Dona Júlia recebeu a nata da intelectualidade carioca, nela, muitas reuniões e Saraus foram organizados pela escritora para receber os amigos no salão verde. O salão verde era uma parte dos seus jardins onde foram encenadas muitas de suas peças teatrais. A paixão por jardinagem que fazia parte dos sentimentos da escritora, ficou expressa, segundo Lobo (2006), na edição de três livros: “A árvore (1910), Correio da roça (1913) e Jardim Florido (1922), que compõem o apostolado rural, o evangelho da terra, da sua riqueza, da sua generosidade, de suas atividades”, conforme escreveu João Luso (1933, p. 229).

Dentre os nomes dos amigos que frequentavam o casarão de Santa Tereza, pelos registros inéditos de sua filha Margarida podemos lembrar: João Luso, João Foca, José Batista Coelho, Valentim Magalhães, Olavo Bilac, Roberto Gomes, Paulo Barreto, Alberto Nepomuceno, Carlos de Carvalho e Frederico Nascimento, as pianistas Helena, Suzana e Silvia Figueiredo, Rejane, Chaby, Augusto Rosa e a esposa Leonor, Antonio Carneiro e o pintor Carlos Reis e suas amigas íntimas. São Palavras de João do Rio sobre a casa dos Silveira Lopes em Santa Tereza:

Estávamos na casa de Filinto de Almeida, uma cottage admirável, construído entre as árvores seculares da estrada de Santa Teresa. Eu descera do *tramway* sob uma forte carga de chuva e, enlameado, molhado, em baixo da branca escada de mármore, não sabia como explicar tão lamentável estado. Filinto, porém, com um ar

²¹ As pessoas que estão nos jardins são a família que se reuniu naquele momento para um ensaio fotográfico realizado pelo jornal *A cigarra*. Por volta de 1913. Fonte: Arquivo de Cláudio Lopes de Almeida.

levemente imperioso, o seu ar quando começa a simpatizar com alguém, tomara-me o chapéu e D. Júlia sorria, cheia de bondade.

-Entre. Ninguém vê, estamos combinados que ninguém reparará na má ação do temporal. Fora assim que eu ousara entrar e já trinta minutos havia que ouvíamos deliciados a dona daquele lar. A casa de Filinto fica a dez minutos da cidade e é como se estivesse perdida num afastado bairro. Não há vizinhos; não há trânsito pela estrada, a não ser o bonde de quarto em quarto d'hora. Uma grande paz parece descer das árvores. Todas as janelas estão abertas. A sala, de um largo conforto inglês, tem uma biblioteca com os livros preferidos dos poetas, um vasto *bureau* cheio de papéis e revistas, e uma porção de quadros com assinaturas notáveis de Sousa Pinto, Amoedo, Parreiras... Um perpétuo cenário de apoteose divisa-se das janelas, -o cenário do Rio com o seu estrépito de sons e de cores, o tumulto das ruas estreitas, os montes escalavrados de casas, o perfume dos jardins e a enorme extensão da baía ao fundo. Toda a cidade, estendendo por monte e vale o formigamento dos seus bairros, trechos da Gamboa, trechos centrais, torres de igrejas, a cúpula da Candelária, tetos envidraçados de frontões, altas chaminés de fábricas, palácios, casas miseráveis, pedaços de mar obstruídos de mastros, parece cantar o ofertório da vida. Ah! A humanidade da grande colmeia! Quantos soluços, quantas alegrias, quantas raças! A chuva passara, o mormaço ia a pouco e pouco esfacelando as nuvens baixas e o panorama aumentava, crescia, assombrava com leves tons de azul e ouro, um panorama épico de porto de mar latino... (RIO, 1994, p. 36).

Na descrição do jornalista João do Rio, vemos uma típica residência burguesa do início do século XX, sala inglesa, bem mobiliada, uma casa com biblioteca, jardins e vista primorosa, localizada há poucos minutos do centro da cidade. Abaixo, algumas fotos do interior e lateral externa da residência no Bairro de Santa Tereza do arquivo pessoal de Claudio Lopes de Almeida:

Figura 11 – Casa de Júlia - área interna



(a)



(b)



(c)



(d)



(e)

Legenda: (a) e (b) Salas do interior do casarão de Santa Tereza; (c) Portas dos quartos; (d) Escada em caracol para o terceiro andar; (e) Detalhes das maçanetas da porta de entrada.

Fonte: Arquivo de Claudio Lopes de Almeida

Como já foi mencionado, nesta casa o casal Almeida recebia a nata da sociedade intelectual carioca naquele início de século.

O Jornal “O Paiz” fundado em outubro de 1884, que circulou até 1930, durante vinte e dois anos, teve um espaço de destaque reservado em sua primeira página para as crônicas e folhetins de Júlia Lopes de Almeida.

Bem nos aborda sobre o assunto, a apresentação do livro *Dois dedos de Prosa*, livro lançado em 2016 pela Fundação Biblioteca Nacional, onde foram selecionados 40 contos escritos por Júlia Lopes de Almeida no Jornal “O paiz” sobre a cidade do Rio de Janeiro: “Esse espaço nobre de qualquer jornal, para não dizer “proibido às mulheres”, conferido a seus textos, era atípico porque a socialização das mulheres letradas as conduzia, desde cedo, a papéis sociais. Muitos homens de renome fizeram história como editores chefes e colaboradores de “O Paiz”, tais como outros que não o de escritoras” (STASIO; FAEDRICH; RIBEIRO, 2016, p. 10).

Rui Barbosa que foi o primeiro editor, sucedido pelo republicano Quintino Bocaiúva, posteriormente por Joaquim Nabuco, Alcindo Guanabara, Urbano Duarte. Por volta de 1917, não sabemos o cargo, mas o jornal tinha como um dos seus importantes colaboradores o nome de Oscar Guanabarino, cuja introdução no meio jornalístico era favorecida por influência do seu pai Joaquim Norberto de Souza Silva.

Sobre Guanabarino e a importância do seu pai, nos informa Grangeia:

Trabalhando como professor de piano durante anos no antigo Teatro Lírico, Guanabarino também dedicou-se à dramaturgia. Certamente, sua precoce iniciação nas letras e no meio jornalístico foi favorecida pela influência do pai, Joaquim Norberto de Sousa e Silva (1820-1891), um dos maiores nomes do jornalismo e da história literária brasileira e colaborador de várias publicações periódicas, como O Despertador, Gazeta Universal Braziliense, Museu Pittoresco, Guanabara, Semana, Revista Popular, Minerva Brasiliense, Iris, Jornal do Commercio e Folhinha Laemmert. Joaquim Norberto foi ainda presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro de 1886 a 1891. A criação dessa instituição em 1839, sob a proteção direta de D. Pedro II, é um marco na história da cultura brasileira, tendo como uma de suas preocupações os estudos de história das artes (GRANGEIA, 2005, p. 218).

Foi mais ou menos por nessa época que Júlia Lopes de Almeida, após vinte e dois anos de colaboração neste periódico, se viu na situação de ser constrangida a desligar-se da sua coluna de sucesso. Conta-nos por escrito, sua filha, a razão de sua saída do periódico O Paíz, notando-se, na narrativa da filha, um fato agravado por questões de gênero:

Polêmica, que eu conheça, só manteve uma com Oscar Guanabarino que se sentiu despeitado ao ver escolhida para estreia da primeira temporada oficial do nosso Teatro Municipal um drama de Júlia Lopes de Almeida: “Quem não Perdoa”. O Juri classificou-o entre as cinco melhores peças apresentadas e decidiu inaugurar o nosso principal teatro com a de minha mãe. Guanabarino rabiou de inveja e veio com a sua diatribe a ser causa de retirar da escritora a sua colaboração semanal de “O paiz” que mantinha havia vinte e dois anos. Guanabarino publicou as suas duas ou três crônicas contra a autora de “Quem não perdoa” na própria folha em que ela há tantos anos colaborava. Uma vez entregues os pontos pelo intruso e batida a retirada, minha mãe despediu-se do jornal. (LOPES, Margarida, arquivo de Claudio Lopes de Almeida, 2018, grifos da autora).

Polêmicas à parte, o prestígio da escritora naquele momento, não parece ter sido abalado, a Livraria Editora Francisco Alves, publicou várias obras da autora, do seu esposo e do seu filho Afonso. Como nas imagens abaixo, um folheto de publicidade onde constam os três nomes da família, com destaque para a literata:

Figura 12 – A Panfleto Livraria Francisco Aves 1910

FILINTO DE ALMEIDA
Da Academia Brasileira de Letras

Obras deste autor:

LIRICA — *Poesias*.
O DEFUNTO — *Comedia em verso*.
O BEIJO —
CANTOS E CANTIGAS — *Poesias*.
OS MOSQUITOS — *Monologo em verso*.
O GRAN GALEOTO — Tradução em verso, com Valentim Magalhães, do grande drama de José Echegaray.
COLUNAS DA NOITE — *Crônicas e Reminiscências*. (No prelo).

AFONSO LOPES DE ALMEIDA

Obras deste autor:

TERRA E CEU — *Versos*.
EVANGELHO DA BONDADE — *Versos*
Obra premiada pela Academia Brasileira de Letras.
O GÊNIO REBELADO — *Prosa* — Impresões de Fiume e de Gabriel d'Annunzio.
ATRAVÉS DA EUROPA —

Dirigir a correspondencia para a
Livraria Francisco Alves
Rua do Ouvidor, 166
RIO DE JANEIRO

JULIA LOPES DE ALMEIDA

O nome desta escritora não é admirado sómente no Brasil: ele transpõe as fronteiras da sua terra e foi demonstrar no estrangeiro o valor e o brilho da intelligencia brasileira. Em Portugal os seus livros são muito lidos e comentados e deles se tem externado a critica portuguesa com os melhores conceitos. D. Maria Amalia Vaz de Carvalho consagrou um grande capitulo em um de seus livros ao estudo da "Falenca", considerando a autora, só por esse trabalho, uma grande escritora. Em França as suas colegas de letras ofereceram-lhe uma bela homenagem num banquete em Paris, a que assistiram algumas das sumidades litterarias do pais e a imprensa parisiense publicou a seu respeito artigos que tiveram grande repercussão (Fevereiro de 1914). A mesma distincção lhe foi concedida em Lisboa (1913). Revistas e Jornaes da Espanha se tem igualmente referido á sua obra e publicado dela varias traduções. Na Argentina, onde esteve pelo Centenario, como embaixatriz das letras brasileiras e onde fez uma conferencia sobre o Brasil, a convite do Conselho Nacional de Mulheres da Republica Argentina,

— 4 —

— 1 —

(a)

recebeu grandes provas de admiração. Onde chegam os seus livros ou a sua pessoa, ha uma conquista de simpatia para o Brasil.

Nascida no Rio de Janeiro, Julia Lopes de Almeida soube impregnar do sentimento nacional toda a sua literatura, quer a de ficção quer a educativa. O escritor brasileiro Oliveira Lima publicou um largo trabalho a seu respeito na "Revue des Deux Mondes"; e assim dela se têm igualmente occupado, os nossos maiores criticos. Tanto os seus colegas de letras como os professores do Distrito Federal, lhe prestaram significativas homenagens em festas de alta intellectualidade.

Seus Trabalhos:

TRAÇOS E ILUMINURAS — *Contos* — Esgotado
A FAMILIA MEDEIROS — *Romance* — Transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil.
MEMÓRIAS DE MARTA — *Romance* — Passado no tempo do império.
A VIUVA SIMÕES — *Romance*.
A FALENCIA — *Romance*.
LIVRO DAS NOIVAS — Este livro, edição de luxo, lido sempre com o maior interesse, tem concorrido grandemente para a felicidade da familia brasileira.
LIVROS DAS DONAS E DONZELAS — Obra de luxo ilustrada, do genero do Livro das Noivas.
ANSIA ETERNA — *Contos*.
A INTRUSA — *Romance*.
HISTÓRIAS DA NOSSA TERRA — Livro de leituras escolares adotado no Distrito Federal e em varios Estados.
CRUEL AMOR — *Romance*.
TEATRO — *Um volume com três peças*.

A HERANÇA — *Comedia em um acto*.
ELES E ELAS — *Diálogos e monólogos de mulheres e maridos*.
A SILVEIRINHA — *Romance da sociedade elegante de Petropolis*.
ERA UMA VEZ... — 4 *novelas*
JORNADAS NO MEU PAÍS — (*Viagem ao Sul do Brasil*), Rio Grande e Paraná.
A ISCA — *Novela*.
JARDIM FLORIDO — *Jardinagem* — Recomenda-se muito especialmente este livro como um factor da beleza da terra e da saúde de quem a cultivar.
CORREIO DA ROÇA — Livro interessantissimo como obra litteraria, escrito com o intuito de fazer amar os trabalhos do campo. Delé se escreveu na revista *Chácaras e Quintais*, de S. Paulo: "Esta obra vale por um Ministerio de Agricultura".
ORAÇÃO A SANTA DOROTEIA — **BRASIL** — *Conferencia* — Esgotada.
ELA — *Comedia em três actos* — (No prelo).
OS OUTROS — (No prelo).
MATERNIDADE — (No prelo).

De colaboração

CONTOS INFANTIS — Com Adalina Lopes Vieira — Leituras escolares, em prosa e verso.
A CASA VERDE — *Romance*, com Filinto de Almeida.
A ARVORE — Com Afonso Lopes de Almeida — Páginas escritas, em prosa e verso para a adolescencia, com o intuito de sugerirem o amor e o respeito pelas arvores, grande exito alcançou este trabalho em nosso país.

— 2 —

— 3 —

(b)

Legenda: (a) Júlia Lopes de Almeida; (b) Trabalhos e colaboração.
Fonte: Arquivo pessoal de Claudio Lopes de Almeida.

O primeiro romance escrito por Júlia Lopes de Almeida foi *A família Medeiros*, porém não foi o primeiro livro publicado de sua autoria. Segundo Lobo (2016), *A família Medeiros* foi publicado originalmente no folheto do jornal carioca Gazeta de Notícias, entre outubro e dezembro de 1891 e 1893, com edição em São Paulo: Horácio Belfort Sabino, 1894, 384p. e no Rio de Janeiro: Empresa Nacional de Publicidade, 1919. Foi reeditado com introdução de Norma Telles, orelhas de Luiz Rufatto em Florianópolis: Editora Mulheres (2009, 496p). Trata-se de um romance que tem como cenário uma fazenda do interior de São Paulo, durante a transição entre a escravidão e o trabalho assalariado. O romance nos mostra os falares rebuscados dos professores, senhores, pessoas da classe burguesa, mas coloca um certo ar caricato nos falares dos matutos, dos negros, trazendo nas entrelinhas, uma certa demonstração de algo pitoresco ou impróprio. Estávamos longe da semana de 22 e a valorização da cor da terra e seus regionalismos ainda não haviam amadurecido entre os escritores brasileiros. Mas neste romance, podemos entender a realidade das secas, das enchentes, das intempéries e suas trágicas consequências para o homem do campo. As pestes também estão presentes como no caso da “morfeia”²². Segundo o prefácio da edição de 2009, a escritora Guiomar Torrezão²³, escreveu na época, que este grande livro poderia ser comparado com *A cabana do pai Tomás*, de Harriet Beecher Stowe, no livro de Júlia, pensamos, que não por acaso, também tem uma personagem com o nome Eva. Segundo Norma Teles, no prefácio do livro editado pela Editora Mulheres (ALMEIDA, 2009, p. 12), o livro “*A família Medeiros* deu início à carreira daquela que seria a escritora mais conhecida do Brasil no início do século XX. No mesmo texto, p. 12, Norma Teles também evidencia que as obras de Júlia Lopes de Almeida eram um sucesso de vendas e algumas tiveram ‘inúmeras edições’”. Segundo De Luca (1999):

A íntima associação de seu nome ao da casa publicadora de Francisco Alves lhe dará substancial respaldo: sucedem-se, somando dezenas de milhares de exemplares (feito raro num Brasil ainda praticamente analfabeto), as edições e reedições de seus romances; lembrando que essas novas tiragens vêm somar-se à reimpressões praticamente anuais de seus livros didáticos (*Contos infantis*, 1886, e *Histórias da nossa terra*, 1907), aos quais irá juntar-se *A árvore*, em 1916), convencemo-nos de que Júlia Lopes efetivamente concretizou o raro feito de conseguir “viver de letras” num país como o nosso(DE LUCA, 1999, p. 287).

Seu primeiro livro publicado foi *Memórias de Marta* (romance), editado em Sorocaba: Casa Durski, 1889 e foi reeditado com pesquisa, organização, cronologia e introdução de

²² Lepra, hanseníase, morfeia, mal de Hansen ou mal de Lázaro é uma doença infecciosa causada pelo bacilo *Mycobacterium leprae* que afeta os nervos e a pele e que provoca danos severos.

²³ Guiomar Torrezão “Júlia Lopes de Almeida” in *A mensageira*, 15 de junho de 1899, ano II nº 29. São Paulo: Imprensa oficial do estado, 1987, vol II, p. 99, (apud ALMEIDA, 2009, p. 12)

Rosane Saint-Denis Salomoni em Florianópolis: Editora Mulheres, 2007. Um livro forte, triste e ambientado num cortiço dos finais dos oitocentos na cidade do Rio de Janeiro. Conta a saga de duas Martas, Marta mãe e Marta filha. Neste romance o protagonismo feminino traz o olhar de uma professora, que narra a vida de duas mulheres pobres, convivendo num cortiço carioca do final do século XIX. A trama é apresentada por um narrador personagem em primeira pessoa, que será estudado no terceiro capítulo deste estudo.

Já o romance *A viúva Simões* foi publicado originalmente como folhetim na Gazeta de Notícias, no Rio de Janeiro em 1895. Foi editado em forma de livro pela primeira vez em Lisboa/Portugal: Antônio Maria Pereira, Editor, 1897, 210p. Mais recente teve nova edição com atualização do texto, introdução e notas de Peggy Sharpe em Florianópolis: Editora Mulheres, 1999. Mais um livro com personagem principal feminino. Em *A viúva Simões*, vamos encontrar a história de Ernestina, uma mulher viúva que segue o costume de uma vida silenciada pelo luto de um ano. Aos 36 anos, dona de uma considerável fortuna, segue na busca de torna-se um exemplo de reputação e honestidade. Para tanto, afasta-se da sociedade para refugiar-se na vida doméstica, sentindo-se cansada ao longo do tempo, passa a sentir “a revolta surda contra a pacatez da sua vida sem emoções” (ALMEIDA, 1999: 38). Ernestina, encontra no jornal o nome do seu antigo amor Luciano, que ao viajar para a Europa, fez com que ela aceitasse se casar, como se quisesse se vingar do fato. Luciano, parecia estar voltando para o Brasil em busca da paixão e do passado, assim, levada pela ilusão de um possível retorno, ela acaba por encontrar-se com o ex namorado em sua residência. Luciano percebe que pode envolvê-la e através de elogios e palavras amorosas, diz que ainda nutre amor por Ernestina. Mas no capítulo seguinte, confessa para um amigo que pensa apenas em diversão. Sobre seus melhores romances conta-nos De Luca (1999):

A Júlia Lopes que se estabelece no Rio em 1895 já é, portanto, uma escritora consagrada; para satisfazer seu público bastaria continuar produzindo textos nos mesmos moldes, mesclando temas românticos com uma rigorosa técnica realista. Mas não é isto que ocorre: favorecida por um período de vivências particularmente felizes, balizado pelos nascimentos das filhas Margarida (1896) e Lúcia (1899), supera-se, elaborando ou reelaborando, nesse último quinquênio do século, seus melhores romances (*A viúva Simões*, *Memórias de Marta* e *A Falência*(..)) e seus melhores contos (reunidos em 1903 no volume *Ânsia eterna*) (DE LUCA, 1999, p. 286)

O romance de maior sucesso da autora é *A falência* editado no Rio de Janeiro pela Editora Oficina de Obras d'A Tribuna, 1901. Tem-se notícia da reedição com atualização do texto e introdução de Elódia Xavier e orelhas de Norma Telles em Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003, 374p; São Paulo: Penguin & Companhia das

Letras, 2019, 297p. Sobre a falência, este estudo irá desenvolver leitura e pesquisa a partir do terceiro capítulo desta dissertação.

Não menos famoso e intrigante, Dona Júlia escreveu *A intrusa*. Publicado originalmente em folhetim no Jornal do Comércio no Rio de Janeiro em 1905, foi editado em forma de livro pela Editora Livraria Francisco Alves, em 1908, p. 302. Sua segunda edição foi na cidade do Porto, em Portugal: Livraria Simões Lopes, 1935. Ainda foi editado uma terceira vez com introdução e organização de Elodia Xavier, Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Livro e Fundação da Biblioteca Nacional, 1994. Em “A intrusa”, as atenções estão voltadas para a perfeição e pureza, dando uma aura de santidade para Alice Galba, uma moça que ficou órfã e através de um anúncio de jornal candidata-se a governanta na casa de um advogado proeminente, rico, viúvo com uma filha mimada pela avó baronesa. No terceiro capítulo, apresentaremos estudo detalhado da narrativa.

O romance *Cruel amor também foi* publicado originalmente em folhetim no Jornal do Comércio/Rio de Janeiro, em 1908, posteriormente teve sua publicação em forma de livro no Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves e Cia, 1911. E reeditado pela mesma editora em 1921. Temos notícia, segundo LOBO (2006, p. 162) de uma edição da Editora Saraiva, provavelmente em 1963.

A narrativa epistolar *Correio da roça*, também publicado originalmente em folhetim no Jornal O País, Rio de Janeiro, de 07 de setembro de 1909 a 17 de outubro de 1910. Virou livro pela Livraria Francisco Alves e Cia, em 1913, 109p. Foi Reeditado no Rio de Janeiro pela Editora Civilização Brasileira, 1933, p. 229, ainda consta outra edição no Rio de Janeiro: INL/Presença, 1987. Trata-se da saga de uma viúva com 4 filhas que recebe como única herança uma fazenda abandonada. Através das cartas de uma amiga que mora na cidade, elas recebem instruções, além de mudas, espécies animais e diversos manuais de agricultura, as 5 mulheres conseguem transformar o abandono em vida produtiva, este romance será esmiuçado neste estudo. Sobre o romance *Correio na roça*, conta-nos DE LUCA (1999):

Ao publicar o romance *Correio da roça* (lançado em livro no ano de 1913, depois de divulgado em folhetins), a escritora encontra-se no auge da sua popularidade; mesmo viagens rotineiras, como sua visita a Campinas, em 1912 – assumem caráter de consagração pública (DE LUCA, 1999, p. 187).

A Silveirinha: Crônica de um verão, publicado originalmente em folhetim no Jornal do Comércio no Rio de Janeiro, em 1913. Tomou forma de livro editado pela Livraria.

Francisco Alves e Cia, em 1914. Foi reeditado com edição revista e introdução de Sylvia Perlingeiro Paixão em Florianópolis: Editora Mulheres, 1997, 309p.

Um romance ambientado na cidade de Petrópolis, que foi proibido pela igreja católica. Apresenta como protagonista uma personagem feminina que representa o modelo de mulher submissa, aparentemente fiel ao casamento e ao esposo. Durante a narrativa, o objetivo, quase que obsessivo da personagem é salvar o marido do ateísmo e torná-lo católico. Nota-se sua ligação e dependência em relação ao pároco da cidade, a quem atende, com quem se aconselha, com quem se refugia nos momentos de desespero. A frivolidade aparente do romance, dialoga com as hipocrisias daquela classe burguesa e seus preciosismos, suas estratégias políticas e anseios por status social. O livro mostra através da personagem Silveirinha, como, de certa forma, a igreja invadia a intimidade dos lares, como as mulheres enfrentavam as cobranças cotidianas para ostentarem padrões e comportamentos formatados e subalternos. O curioso é que a Silveirinha, não era conhecida pelo sobrenome do esposo, o que era muito comum na época, mas continuava sendo chamada pelo sobrenome de solteira. Sobre este romance:

Ao lado da crítica das próprias mulheres, tivemos o cerceamento da Igreja Católica, que exerceu um papel importante no comportamento feminino. Um exemplo, o livro de Frei Pedro Sinzig, *Através dos romances* (em que estabelece notas sobre 21553 livros de 6657 autores). Neste, os próprios romances de Júlia Lopes de Almeida são violentamente censurados, como *A Silveirinha*. O medo da família, o medo dos maridos, o medo da comunidade em que viviam cortava-lhes as asas e impelia-as a, literariamente, repetir o estabelecido e bem aceito (MUZART, 2014, p.135).

O não menos importante romance *A casa verde foi* escrito em parceria com seu esposo Filinto de Almeida. *A Casa Verde* foi publicada em forma de folhetins no Rio de Janeiro pelo *Jornal do Comércio*, entre dezembro de 1898 e de março de 1899. O mesmo, foi editado trinta e três anos mais tarde, pela Companhia Editora Nacional, editora fundada por Monteiro Lobato, em 1925. O título da obra refere-se à residência do casal no bairro de Santa Tereza, no Rio de Janeiro. O famoso “Salão Verde” era, nas palavras do neto de Júlia, Claudio Lopes de Almeida:

Júlia adorava plantas e árvores, como se sabe. O enorme jardim do casarão de Santa Teresa era primorosamente cuidado por ela e pelos caseiros. Aproveitando a encosta e os “platôs” ela construiu um verdadeiro palco e uma plateia. Na última vez que visitei o casarão, por volta de 2010, ainda havia vestígios do palco (da plateia não, há muito que é uma piscina). A Júlia chamava esse local de “Salão Verde”. Costuma dizer: “sempre que possível prefiro receber meus convidados no Salão Verde” (ALMEIDA, Claudio Lopes, 2021, entrevista em anexo)

Pássaro Tonto, teve uma edição póstuma na cidade de São Paulo, pela Companhia Editora Nacional, 1934, 187p. Também foi reeditado em Santa Catarina: Editora Mulheres, organização e introdução de Zahidé Lupanacci Muzart, Apontamentos biográficos de Rosane Salomoni, 2013, 223 p. É um romance diferente dos outros escritos pela autora e foi totalmente ambientado em Paris, carrega em suas páginas muitas palavras em francês, mostrando o quanto as classes dominantes do Brasil apreciavam e endeusavam a Europa, em especial a capital Francesa.

As crônicas do Eles e Elas foram publicadas originalmente no jornal carioca O País, de 1907 a 1909 - nas colunas: reflexões de um marido; reflexões de uma esposa; e reflexões de uma viúva. Virou livro pela Editora Livraria Francisco Alves, em 1910, 266p. São crônicas que alternam o narrador entre os gêneros masculino e feminino, enquanto casal e uma mulher viúva, curiosamente uma viúva, assim como em várias de suas narrativas, as viúvas tinham voz, vez e espaço.

Ânsia eterna, coletânea de contos, publicado em 1903 pela H. Garnier, reedição em 1938 pela Editora “A noite”. Terceira edição pela editora Mulheres em 2013. Em 2018 o livro *Ânia Eterna* foi lançado pela Editora do Senado Federal na Bienal do Livro do Rio. O livro tem vinte e oito contos, incluindo o “caso de Rute, originalmente publicado em forma de folhetim em 1887. Consta também o conto “Os porcos, a quem a autora homenageia Artur Azevedo, além dos “Ânsia eterna” e “A caolha”.

Em 2016 a Biblioteca Nacional editou o livro *Dois dedos de Prosa: o cotidiano carioca por Júlia Lopes de Almeida*, do projeto Cadernos da Biblioteca nacional. Organização: STASIO, Angela di; FAEDRICH, Anna R.; RIBEIRO, Marcus V. Rio de Janeiro: Cadernos da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 2016. Trata-se de 40 crônicas publicadas no jornal “O paiz” no início do século XX, todas sobre flagrantes do cotidiano carioca. Nelas, Júlia Lopes de Almeida indigna-se com alguns percalços da reforma Pereira Passos²⁴, defende seus leitores, fala de flores na vida da metrópole carioca, fala dos modos e das modas de uma cidade que queria imitar Paris em quase tudo, relembra imagens que não existem mais como o Palácio Monroe. Retrata o relevo dos morros cariocas, defende normalistas, fala das mulheres das classes populares, do passeio público, etc.

²⁴ A Reforma Urbana Pereira Passos foi idealizada para realizar uma espécie de europeização e aburguesamento da capital do Brasil do início do século através da arquitetura, buscando copiar culturalmente modelos europeus. A Europa, principalmente Paris e Londres, era considerada como modelos de civilização e progresso. Tal modernização, foi iniciada em 1903 na cidade do Rio de Janeiro e trouxe profundas transformações que até hoje são notadas na arquitetura dos espaços, principalmente do centro carioca,

E o livro Infantil e juvenil *Era uma vez foi* editado no Rio de Janeiro pela Editora Jacinto Ribeiro dos Santos, em 1917. No teatro a premiada *peça A herança: peça em um ato*. Editora Typ. do Jornal do Comércio, 1909, 53p.

Recentemente, a pesquisadora Michele Fanini organizou uma edição de textos inéditos de dramaturgia com o título *A (in)visibilidade de um legado – Seleta de textos dramatúrgicos inéditos de Júlia Lopes de Almeida*, São Paulo, pela editora Intermeios, 2016.

Dona Júlia também escreveu ensaios e conferências no Brasil e no exterior. Como a “Conferência pronunciada por la autora em la Biblioteca Del Consejo Nacional de Mujeres de la Argentina em Buenos Aires, 1922”.

Foi colaboradora de diversos periódicos e revistas nas principais capitais da república. Exemplo de alguns deles: *Gazeta de campinas* (1881); *A bruxa* (1897); *A estação* (1888-1891); *A Semana* (1885,1887,1894); *Correio de campinas*; *Diário de Campinas*; *Estado de São Paulo*; *Gazeta de notícias* (1888-1894); *O País* (1907, 1919).

Sempre convidada, considerada figura inspiradora para as mulheres brasileiras, ela se manteve como colaboradora em diversas revistas femininas: *A família*, São Paulo e Rio de Janeiro (1888-1889); *A mensageira*, São Paulo (1898-1900); *Revista Feminina*, São Paulo (1915-1917); *A violeta*, Cuiabá 1915.

Segundo Salomoni (2005), provavelmente a prosadora carioca penetrou de forma influente na sociedade de sua época, pois trouxe a mulher para o centro de suas obras, como objeto do seu fazer literário. Na escrita de Júlia Lopes, é possível encontrar elementos do cotidiano, características do universo feminino, costumes e maneiras íntimas de se tratar e pensar a vida nos moldes burgueses e também nos moldes populares do seu tempo, devido a diversidade de personagens e protagonistas femininas.

O legado das obras de Dona Júlia vai desde crônicas nos periódicos cariocas e de outras cidades do país até conferências sobre temas nacionais e sobre a mulher brasileira, no Brasil e no exterior, muitos destes de sucesso, confirmados através da sua fortuna crítica²⁵. Podemos considerar que a obra desta mulher é um precioso legado literário a nos levar por caminhos desafiadores.

Grande parte do arquivo original da escritora Júlia Lopes de Almeida, encontra-se hoje junto aos originais do seu esposo, Francisco Filinto de Almeida, na Academia

²⁵ Fortuna crítica, entende-se pelo conjunto de textos, homenagens, citações, prêmios e manifestações que foram, ao longo do tempo, declaradas sobre a obra literária da autora e sua personalidade como ser social ou profissional, no âmbito e no contexto das sociedades por onde ficou conhecida e onde teve reconhecimento positivo ou negativo para seus feitos e trabalhos.

Brasileira de Letras, doados pela família. Sendo ela uma das intelectuais que ajudaram a planejar a fundação da Academia, esperava-se um lugar de destaque para suas obras e manuscritos, no entanto, o lugar desta mulher, continua sendo como foi na fundação da ABL, um mero anexo dos arquivos do acadêmico fundador da cadeira de número três, seu esposo Francisco Filinto de Almeida. No documento fotografado abaixo, cedido por Claudio Lopes de Almeida, o fato se comprova, pois houve uma junção dos arquivos de Júlia Lopes, guardados junto aos arquivos do membro fundador e seu esposo Francisco Filinto:

Figura 13 – Carta da Academia para Claudio Lopes de Almeida



Fonte: arquivo pessoal de Cláudio Lopes de Almeida.

A extensa obra de Júlia Lopes, alcançou muito sucesso em vida, no entanto, segundo pesquisadoras como Michele Fanini e Leonora de Luca, teve seu nome apagado alguns anos após sua morte, caindo em quase esquecimento. Hoje, graças às diversas pesquisas acadêmicas realizadas em todo território brasileiro, aos poucos, o nome de Júlia Lopes de Almeida vem sendo desinvisibilizado. Em outras palavras, a romancista famosa nas primeiras décadas do século XX, não faz parte do cânone literário brasileiro. Seu nome, até a presente data, encontra-se praticamente excluído, assim como o de inúmeras escritoras, apesar das numerosas pesquisas acadêmicas com fundamentações seguras o suficiente para mudar o rumo da história das mulheres na literatura do nosso país. Segundo Fanini, 2009, p. 1: “Júlia Lopes de Almeida foi o primeiro e mais emblemático vazio institucional produzido pela barreira de gênero”. Ainda temos o importante depoimento da pesquisadora De Luca:

Júlia Lopes de Almeida (1862-1934) atingiu a virada do século XIX para o século XX unanimemente considerada a mais importante mulher-escritora do Brasil, chegando a ser apontada como a maior romancista da geração de escritores que sucedeu a Machado de Assis e precedeu a eclosão do movimento modernista. Mas o verdadeiro endeusamento da autora no primeiro quartel do século XX contrasta com seu esquecimento pelos nossos contemporâneos - situação de se lamentar principalmente quando nos lembramos que defendeu pontos de vista abertamente feministas (DE LUCA, 1995, p.1).

Ao fazer a leitura da afirmação da pesquisadora De Luca no fragmento acima, contrastamos outra afirmação pela mesma autora em outro estudo que vem considerar que o esquecimento do seu nome talvez não seja inteiramente vazio como descrito em 1995. Portanto, temos em De Luca (1999), as seguintes considerações:

No caso de Júlia Lopes de Almeida esse apagamento talvez não seja completo: as antologias reservavam-lhe algum espaço, reproduzindo contos seus; reeditaram-se, de vez em quando, seus principais romances; dicionários literários concedem-lhe espaço em verbetes biográficos. Regra geral, não lhe fizeram justiça, no entanto, limitando-se a repetir informações óbvias e superficiais (DE LUCA, 1999, p. 279).

Foi organizada uma pequena pesquisa numa página do Facebook e no aplicativo Whatsapp entre pessoas com mais de 40 anos, o que nos rendeu o seguinte resultado: Entre um universo de 18 pessoas com curso superior, alguns inclusive em letras, uma pessoa com idade de 80 anos, lembrou ter lido Júlia Lopes no ensino secundário (equivalente a segunda metade do atual ensino fundamental), outra foi apresentada à escritora por um professor no ensino médio. Entre as pessoas com apenas segundo grau completo, num total de 6, apenas uma conheceu Júlia Lopes aos nove anos de idade, porque uma professora escolheu uma

poesia para que ela declamasse na escola no dia das mães.

Concluimos que o apagamento do nome da escritora, não se deu por completo, mas não foi suficiente para equiparar seu extenso trabalho e seu noticiado sucesso, nas primeiras décadas do século XX, aos seus pares literatos masculinos como Olavo Bilac, Coelho Neto, etc. E podemos considerar que sua obra não consta dos principais estudos sobre literatura Brasileira no período realista/naturalista, como seria de se esperar.

A historiadora Maria de Lourdes Eleutério, em seu livro *Vidas de Romance*, estudou e publicou sobre produção das mulheres escritoras no final do século XIX até a década de 30 do século XX. Além de a extensa obra de Júlia Lopes, ela considerou e exaltou o fato pouco comum sobre escritoras serem donas de obras que foram reeditadas inúmeras vezes. Ela destacou, principalmente a literatura infantil produzida por Júlia Lopes:

Contos infantis, escrito em conjunto com sua irmã Adelina, foi publicado em 1886 e chegou a ter três edições sucessivas, cada qual com 5.000 exemplares, perfazendo ao longo dos anos 17 edições, foram aprovadas pela Instrução Pública da capital da República e em vários estados (ELEUTÉRIO, 2005, p. 74).

A pesquisadora Lilian Lacerda, é a autora de um estudo sobre o que lia o público feminino nos finais do século XIX e início do século XX, nele encontramos vários escritores, inclusive Júlia Lopes de Almeida:

Assim, entre os nomes mais apontados nas autobiografias eleitas, poderia destacar: Miguel Zevacco, Victor Hugo, Ponson du Terrail, Balzac, Eugène Sue, Alexandre Dumas, Perez Escrich, Condessa de Ségur, M. Delly, Tostoi, Dostoievsky, Flaubert, Eça de Queiroz, Felipe de Oliveira, Castro Alves, Edmundo de Amicis, Lamartine, Shakespeare, Dante, Joaquim Manoel de Macedo, Machado de Assis, José de Alencar, Júlia Lopes de Almeida (LACERDA, 2003, p. 271).

Entre todas as leituras que tivemos acesso, podemos afirmar que a escritora Júlia Lopes de Almeida foi uma mulher reconhecida por seus pares da alta roda literária brasileira, os mais importantes intelectuais da arte literária, numa época em que a pena era privilégio dos dedos masculinos. Vale dizer que ela viveu para sua arte, entre os livros e para os livros e foi de fato “Uma mulher de letras”. Segundo Veríssimo:

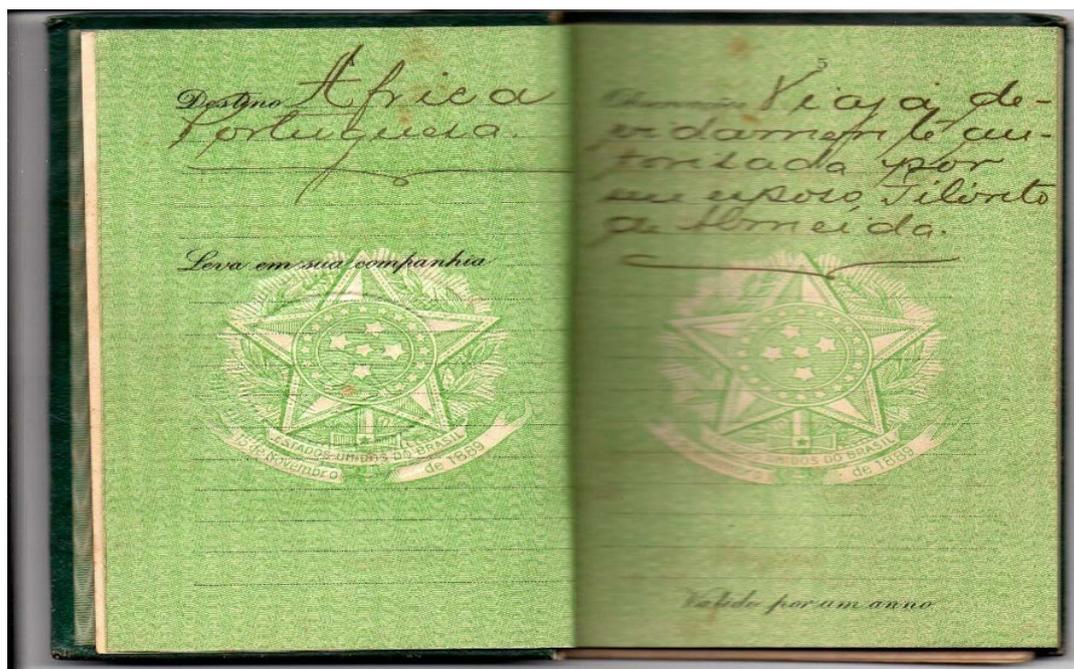
Não podemos afirmar se têm razão os que declaram que Júlia Lopes de Almeida foi nossa George Sand. Parece-nos mesmo, que não há motivos para, nesse terreno, se fazer comparações e traçar paralelos. Júlia Lopes de Almeida dispunha de personalidade própria, virtude que se evidencia principalmente nos seus contos e novelas curtas. Sua obra reflete com brilho e colorido uma época da vida da burguesia rica do Brasil, sem preocupação de crítica social, é verdade, mas com profundo sentimento e compreensão dos nossos costumes, preconceitos e falhas (VERÍSSIMO, 1977, p. 149).

Faleceu em 1934 após uma viagem à África para buscar filha, genro e netos. Seu falecimento causou muita consternação na cidade do Rio de Janeiro. Para poder viajar sozinha, Dona Júlia precisava da autorização do esposo, seu neto nos conta que para tanto, ela chegou a ajoelhar-se diante do marido pedindo que a deixasse buscar a filha Lucia. Desejo e súplica concedidos, porém, infelizmente, ela contraiu malária na África e faleceu logo após chegar ao Brasil. Conforme imagem do seu passaporte abaixo, tal autorização vem escrita da seguinte forma: “Viaja devidamente autorizada por seu esposo Filinto de Almeida”:

Figura 14 – Passaporte de Júlia



(a)



(b)

Legenda: (a) Página de identificação (b) Autorização de viagem para a África.

Fonte: Arquivo pessoal de Claudio Lopes de Almeida.

Temos abaixo, em ordem cronológica, as principais obras publicadas em forma de folhetins e em livros por Júlia Lopes de Almeida:

Quadro 1 – Principais obras publicadas em forma de folhetins e em livros por Júlia Lopes de Almeida

ANO	TIPOLOGIA	TÍTULO
1886	LIVRO	CONTOS INFANTIS (EM PARCERIA COM ADELINA)
1887	LIVRO	TRAÇOS E ILUMINURAS
1888	FOLHETIM	MEMORIAS DE MARTA
1891	FOLHETIM	A FAMILIA MEDEIROS (Começou a ser escrito em 1886 no regime da escravidão)
1892	LIVRO	A FAMILIA MEDEIROS
1895	FOLHETIM	A VIUVA SIMÕES
1896	LIVRO	LIVRO DAS NOIVAS
1897	LIVRO	A VIUVA SIMÕES
1898	FOLHETIM	A CASA VERDE (EM PARCERIA COM FILINTO)
1899	LIVRO	MEMORIAS DE MARTA
1901	LIVRO	A FALENCIA
1903	LIVRO	ANCIA ETERNA

1905	FOLHETIM	A INTRUSA
1906	LIVRO	LIVRO DAS DONAS E DONZELAS
1908	FOLHETIM	CRUEL AMOR
1908	LIVRO	A INTRUSA
1909	FOLHETIM	CORREIO DA ROÇA
1909	TEATRO	A HERANÇA
1910	LIVRO	ELES E ELAS
1911	LIVRO	CRUEL AMOR
1913	FOLHETIM	A SILVEIRINHA
1913	LIVRO	CORREIO DA ROÇA
1914	LIVRO	A SILVEIRINHA
1916	LIVRO	A ARVORE (EM PARCERIA COM AFONSO)
1917	LIVRO	ERA UMA VEZ
1920	LIVRO	JORNADAS NO MEU PAIS
1922	LIVRO	A ISCA - O DEDO DO VELHO
1922	LIVRO	A ISCA - O HOMEM QUE OLHA PARA DENTRO
1922	LIVRO	A ISCA - O LAÇO AZUL
1922	LIVRO	BRASIL
1922	LIVRO	JARDIM FLORIDO
1923	LIVRO	ORAÇÃO A SANTA DOROTEA
1923	TEATRO	ORAÇÃO A SANTA DOROTEA
1924	FOLHETIM	MATERNIDADE
1924	FOLHETIM	MATERNIDADE
1925	LIVRO	MATERNIDADE
1932	LIVRO	A CASA VERDE (EM PARCERIA COM FILINTO)
1934	LIVRO	PÁSSARO TONTO (EDIÇÃO POSTUMA)
****	FOLHETIM	O FUNIL DO DIABO
****	LIVRO	HISTORIAS DE NOSSA TERRA
****	TEATRO	DOIDOS DE AMOR
****	TEATRO	NOS JARDINS DE SAUL
****	TEATRO	QUEM NÃO PERDOA

Fonte: arquivo de Claudio Lopes de Almeida

Júlia Lopes, além de escrever para todos os públicos, escreveu especialmente para mulheres, esteve presente em assuntos ligados às ideias do seu tempo sobre educação; organizou encontros literários em sua residência e recebeu artistas e escritores. Romancista,

poetisa, contista, jornalista e dramaturga, produziu intensamente em finais do século XIX e princípio do século XX. Como literata, esteve sempre ao lado de nomes consagrados na literatura como Euclides da Cunha, Olavo Bilac, Coelho Neto, Graça Aranha, João do Rio e outros. Foi participante ativa do pensamento intelectual da sua época.

O primeiro busto em homenagem a uma mulher, foi uma iniciativa e um trabalho da filha da homenageada, a escultora e artista plástica Margarida Lopes de Almeida que esculpiu o busto em memória da mãe um ano após a morte de Júlia. Inaugurado no Passeio Público do Rio, no campo de Santana, estava ao lado de Mestre Valentim (1913), e outros nomes masculinos famosos. Porém, o busto foi roubado no ano de 2007. Há em Lisboa um busto igual, inaugurado numa praça daquela cidade.

Figura 15 – Busto de Júlia Lopes de Almeida



Fonte: Arquivo pessoal de Cláudio Lopes de Almeida.

2.1 A conferencista que viajou para discursar sobre a mulher brasileira, as questões sobre gênero e educação mencionadas em seus discursos e sua possível militância pela causa feminina

Por que não o hei de enganar do mesmo modo? Em consciência, não há homens nem mulheres: há seres com iguais direitos naturais, mesmas fraquezas e iguais responsabilidades..., mas não há meio de os homens admitirem semelhantes verdades. Eles teceram a sociedade com malhas de dois tamanhos – grandes para

eles, para que seus pecados e faltas saiam e entrem sem deixar sinais; e extremamente miudinhas para nós (ALMEIDA, 2015, p. 124).

No fragmento acima já encontramos uma Júlia diferente da Júlia do *Livros das Donas e Donzelas e Maternidade*, a afirmação já traz outra dimensão do pensamento sobre as questões de gênero, o que nos apresenta possíveis pistas para crer que a autora amadureceu suas ideias em relação a esta temática.

Júlia Lopes de Almeida foi poetisa, romancista, contista, cronista, ensaísta e dramaturga, numa época em que para as mulheres burguesas o ambiente privado do lar era o destino de quase todas e o espaço público era dominado pelo modelo patriarcal. No entanto, contrariando as normas burguesas, as mulheres se atreveram a criar, atuar, escrever e produzir importantes obras em diversas áreas do conhecimento. E mesmo obtendo sucesso em muitas situações de destaque, o espaço destinado a elas, não era o do protagonismo, muitos talentos femininos ficaram invisíveis com o passar do tempo, mesmo no caso de Júlia Lopes de Almeida, reconhecida nos meios literários, conferencista, ativista, apoiadora de projetos sociais e de educação, homenageada dentro e fora do Brasil, seu nome é considerado como o de uma escritora que caiu no esquecimento alguns anos após sua morte. Reiterando a fala de De Luca(1999), o primeiro quartel do século XX contrasta com seu esquecimento pelos seus contemporâneos, situação de se lamentar (...) . Sobre o termo “invisibilidade” temos um pouco mais de clareza em Perrot, 2019:

Em primeiro lugar, porque as mulheres são menos vistas no espaço público, o único que, por muito tempo, merecia interesse e relato” (...) “porque são pouco vistas, pouco se fala delas. E esta é uma segunda razão de silêncio: o silêncio das fontes. As mulheres deixam poucos vestígios diretos, escritos ou materiais. Seu acesso à escrita foi tardio. Suas produções domésticas são rapidamente consumidas, ou mais facilmente dispersas (PERROT, 2006, p. 16-17).

Embora a grande maioria das mulheres, este não foi o caso de Júlia Lopes de Almeida, sua formação de classe alta burguesa, contribuiu para o sucesso da escritora. Pesquisas recentes informam muito sobre o seu lugar na literatura brasileira, segundo Moreira:

O reconhecimento de Júlia Lopes de Almeida como escritora é incontestável não só pelos seus pares, escritores e escritoras, que a elegeram para a academia carioca de letras, onde foi patrona número 26 (RIBEIRO, 1965, p.14), mas sobretudo pelo carinho e respeito que sempre recebeu do seu fiel público leitor (MOREIRA, 2003, p. 82).

Esse respeito ao qual se refere Moreira, será percebido no decorrer desta pesquisa, já no primeiro capítulo, onde inúmeros autores e historiadores citam Júlia Lopes de Almeida em suas escritas. Nesta parte do estudo, pretendemos citar algumas atividades onde Júlia Lopes de Almeida atuou como defensora das causas feministas. Para dar início a este fato, segundo De Luca(1999):

Essa mesma tradição de competência e equilíbrio talvez possa ser responsabilizada pelo literal esquecimento de seu empenho na luta pela emancipação feminina. Pois ninguém mais se lembra de que Júlia Lopes, já em 1905, tornou-se uma das poucas mulheres a participar da série de conferências inauguradas por Coelho Neto e Olavo Bilac, motivando polêmicas a respeito do papel da mulher na arcaica sociedade brasileira – participação que irá culminar com seu engajamento em 1919, na criação da Legião da Mulher Brasileira e, com sua presença ao lado de Berta Lutz, na organização do primeiro congresso feminino do Brasil em 1922 (DE LUCA, 1999, p. 277).

Segundo Campello (2007), em uma pesquisa no periódico Riograndino Corimbo¹, na edição de 31 de julho de 1918, foi veiculada uma notícia que descrevia a presença da escritora Júlia Lopes de Almeida na cidade de Bagé, estado do Rio Grande do Sul. O acontecimento, considerado de suma importância, foi festejado nos dias 13 e 14 de julho daquele ano. Dona Júlia proferiu uma palestra intitulada “A mulher e a arte”, conferência realizada à tarde e aplaudida de pé. São palavras de Júlia na cidade de Bagé:

É evidente que nem estas escritoras e nem todas as outras que de algum modo tenham recebido manifestações de apreço, quer das academias quer dos governos dos seus respectivos países, como muitas da França condecoradas com a Legião de Honra, foram agraciadas pelo simples motivo de serem senhoras, mas porque não lhes puderam negar o que elas conquistaram à força de talento, que não tem sexo, embora o mundo teime em vesti-lo de calças quando o quer adular! O das mulheres, como disse o poeta Castilho –, foi atirado para a roda dos enfeitados..., mas da roda ou do cárcere, quando tenha nascido com o filão luminoso do sonho, ele desertará cedo ou tarde, torcendo grades ou arrancando fechaduras (CAMPELO, 2007, página?)

Um texto com o mesmo título “A mulher e a arte”, conferência de dezesseis páginas datilografadas, também encontra-se no acervo da Academia Brasileira de Letras, cujo conteúdo é praticamente desconhecido. Nestas linhas, Dona Júlia também relata as dificuldades e os desafios que as mulheres enfrentavam para serem reconhecidas no mundo das artes, mas relata com firmeza suas lutas e conquistas para que o público a reconhecesse.

Sua palestra comenta sobre aquele momento em que o espaço das artes, gradativamente ganhava nomes femininos que se faziam notáveis e reconhecidos. O referido texto não está datado, podemos mensurar sua data após o ano de 1926, pois nele Dona Júlia

cita o nome de Grazia Deledda ganhadora do prêmio Nobel de Literatura em 1926.

Mulher de grande talento, dona de uma obra literária sólida, Júlia representou a mulher Brasileira na Argentina em 1922. Em seu discurso no Conselho de mulheres da Argentina, Buenos Aires, inicia exaltando a beleza de todas as capitais brasileiras, a natureza deslumbrante de seus pontos turísticos, suas economias e prosperidade, mas a partir da página quinze, a escritora empreende sua fala de forma bastante interessante:

Como em todo o resto do mundo, as brasileiras já ocupam diferentes e múltiplas ocupações que antes eram dos homens, sem por isso, negligenciar seus mais puros e elevados atributos de esposa e mãe. Ao mesmo tempo em que são amorosas e doces, são altivas e enérgicas, desmentindo a todos que lhes atribuem indolência e superficialidade. Entre os poetas de maior prestígio destacam-se Júlia Cortines, Francisca Júlia, Auta de Souza e nos tempos modernos temos Gilka Machado, Rosalina Coelho Lisboa, Ana Amélia Carneiro de Mendonça e muitas outras. Temos ainda, nas crônicas e nas novelas, destaque para Carmem Dolores e sua filha Cecília de Vasconcelos (Crisantheme), Albertina Berta, mulheres de grande reputação literária e vários outros nomes que despontam no campo da prosa, laureadas de grandes promessas. Na dramaturgia, acaba de ser consagrada a debutante Rute de Castro (ALMEIDA, 1922, p. 17).

Importante atentar para os nomes citados neste trecho do discurso. Todas as mulheres de sucesso em sua época, a maioria desses nomes, foram invisibilizadas, retiradas da história da literatura e de outras manifestações artísticas, desapareceram como que por encanto na segunda metade do século XX.

Um ponto muito louvável no seu discurso acontece quando a conferencista cita Berta Lutz como:

Uma das nossas delegadas do Congresso de Baltimore, da Liga Nacional das mulheres votantes, a jovem Berta Luz, secretária do museu Nacional do Rio de Janeiro, detentora de grande talento, cultura e excelente formação, é a afirmação de que aqui no Sul, existem mulheres estudiosas, ativistas, que sabem adaptar-se às condições do momento social (ALMEIDA, 1922, p. 17).

Em seguida exalta as heroínas brasileiras do passado, seus talentos para a guerra e “seu vigor para montarem a cavalo e galoparem pelos campos em defesa da Pátria” e diz que o nome de Anita Garibaldi: “resplandece como estrela amorosa tanto no Brasil, como na Itália” (ALMEIDA, 1922, p. 17).

Vale a pena notar que nos últimos parágrafos da palestra, Júlia Lopes de Almeida muda o tom do discurso na tentativa de reafirmar que a mulher trabalhadora e culta pode e consegue dar conta de suas “obrigações” como mãe e esposa e, acima de tudo, como detentora de uma alma pura e caridosa. Para isso, afirma que:

Nossas heroínas do presente possuem nome e não são uma ou duas, são “legiões” de mulheres que lutam pela divulgação de ideias e ações comunitárias que buscam salvar, amenizar em Ligas, Asilos e hospitais, onde seus desvelos, bondades, abnegação, amor, inteligência, realizam milagres (ALMEIDA, 1922, p. 18, grifo da autora).

Suas palavras elevam a mulher aos padrões positivistas, tal fato nos faz questionar se dessa forma, a autora tentava garantir a continuidade dos avanços femininos, negociando com os padrões dominantes da época, ou se ela própria considerava natural que as mulheres dessem conta de todos os afazeres que menciona nestes discursos, em particular. Segundo Sharpe (1997):

(...) a emancipação resultaria não do direito de votar, porém de maiores oportunidades educacionais e profissionais fora do lar. Para Lopes de Almeida, a verdadeira medida do processo de transformação social estava na capacitação feminina para contribuir por meio do trabalho remunerado tanto na esfera privada através do serviço doméstico como no mercado de trabalho mais amplo. (SHARPE, 1998, p. 43).

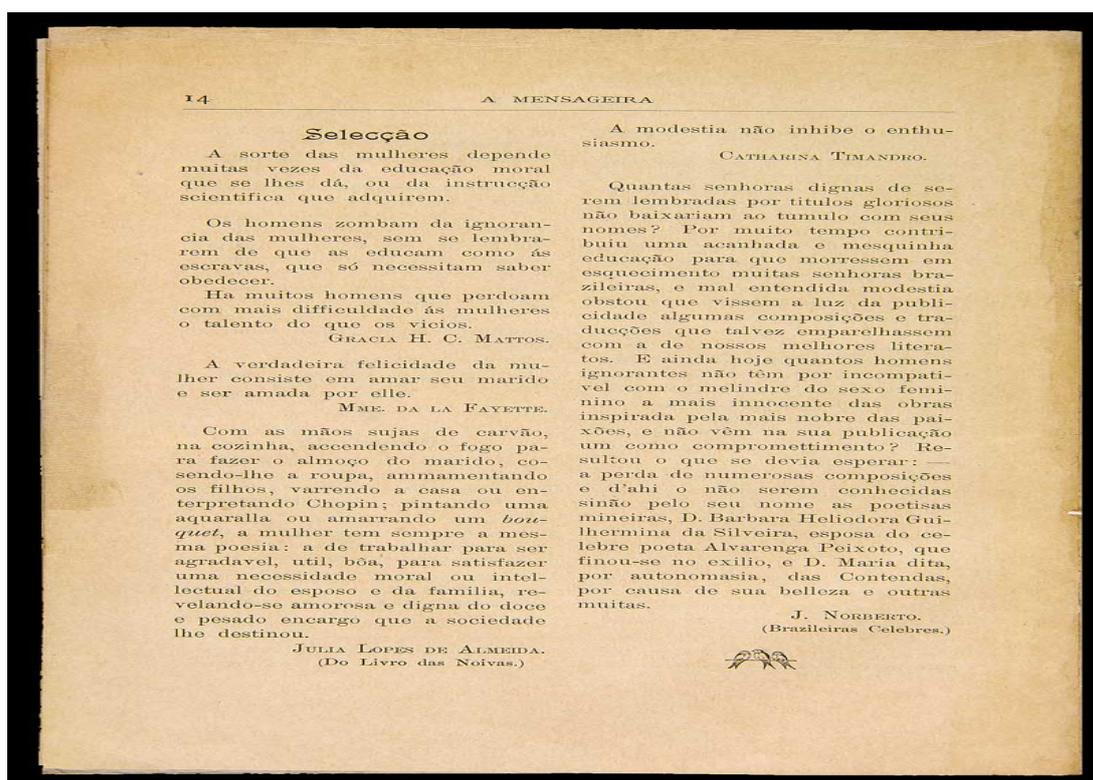
Dona Júlia, sempre foi elogiada pela condição de mãe, dona de casa exemplar e esposa, numa sociedade de grandes representações burguesas. Confirmando, Moreira (2003, p. 78,) informa que o nome de D. Júlia, sempre esteve ligado às atribuições sociais femininas, vinculadas à identidade de esposa/mãe/administradora da família e menciona que eram palavras da própria Dona Júlia: “a emancipação feminina devia estar comprometida com a maternidade e com os papéis delegados à mulher”.

Considerando as leituras e algumas afirmações da autora, tudo nos leva a crer, que Júlia Lopes de Almeida era uma mulher de formação, hábitos e pensamentos burgueses, que sua atividade como jornalista e escritora, numa época de grandes reflexões, a tenha levado a travar uma luta pela emancipação da mulher de forma ponderada, nas entrelinhas de seus escritos, permanecendo discreta sobre a nítida dominação patriarcal em relação aos diversos papéis atribuídos para o feminino. Tal fator poderia estar contido na influência silenciosa dos efeitos daquilo que Bourdieu (2012) chama de dominação simbólica. A questão da naturalização das dominações, mantendo os padrões patriarcais, pode ser uma das respostas para a constante afirmação dos papéis traçados para o feminino na sociedade burguesa por parte de Dona Júlia. No entanto, em várias falas da mesma, paira a incerteza de sua real interpretação sobre essa realidade. É difícil aceitar que a própria escritora tenha sido vítima dessa “dominação”. Essas contradições, são vistas em vários textos de autoria de Júlia Lopes, como o seguinte, publicado na revista “A mensageira, com a foto do seu original em

seguida:

Com as mãos sujas de carvão, na cozinha, accendendo o fogo para fazer o almoço do marido, cosendo-lhe a roupa, ammamentando os filhos, varrendo a casa ou interpretando Chopin; pintando uma aquarella ou amarrando um *bouquet*, a mulher tem sempre a mesma poesia: a de trabalhar para ser agradável, util, bôa, para satisfazer uma necessidade moral ou intelectual do esposo e da família, revelando-se amorosa e digna do doce e pesado encargo que a sociedade lhe destinou (ALMEIDA, A Mensageira, ano I, n. 1, p.14- 1897).

Figura 16 – A mensageira número 1, p.14, 1897



Fonte: Arquivo pessoal de Claudio Lopes de Almeida.

É válido questionar o fato de que Júlia Lopes de Almeida “ativista”, compunha para suas conferências discursos comoventes que defendiam a mulher emancipada e no parágrafo seguinte exaltava a imagem da mulher burguesa, considerada perfeita para o matrimônio e para o ambiente privado doméstico. A questão configura-se como se a mulher que conquistasse um espaço considerado masculino pudesse continuar para sempre colaborando com os padrões sociais dominantes. Seria no mínimo ingênuo, mais ainda no tocante a própria Dona Júlia, em se tratando de uma mulher com bases culturais tão elevadas para sua época.

Para elucidar, nos perguntamos se tal fato é na realidade uma contradição ou uma estratégia de ação para não perder o espaço conquistado, o que lhe trouxe homenagens e

certa garantia para produzir seus romances e construir suas personagens transgressoras e audazes, ou se tudo não passaria de jogos sociais separados de sua arte literária.

No entanto, encontramos em Habner (2016):

A educação para as mulheres de classe alta era centrada na preparação para o seu “destino final” de esposa e mãe. Além disso elas eram vistas como as guardiãs do lar e da família e da “base moral” da sociedade. Alguma educação poderia auxiliá-las a serem melhores mães e melhores companheiras para seus maridos. Apesar de tanto tradicionalistas quanto os favoráveis à modernidade argumentarem que as mulheres pertenciam ao lar, os segundos alargavam o significado do papel feminino ao enfatizar o poder das mulheres de direcionar o desenvolvimento moral dos seus filhos e filhas e fornecer bons cidadãos (homens) à nação (HABNER, 2016, p. 57).

Observando os estudos de Habner (2016), fica um pouco mais transparente o fato de Júlia Lopes de Almeida se mostrar favorável aos anseios pertinentes à sociedade patriarcal de então, por ser uma mulher da elite e estar sujeita aos fortes argumentos que naturalizavam o espaço doméstico como o verdadeiro lugar da mulher, principalmente a mulher burguesa. E, ainda mais, confirmando o fato de que a profissão de escritora era exercida no ambiente doméstico, sua pena trabalhava no interior de sua casa, transgredia no mesmo espaço onde os padrões patriarcais punham limites.

Segundo Castro (2019, p. 98): “Escrever em jornais tornara-se uma espécie de hobby feminino - o sucesso de Júlia Lopes de Almeida e da falecida Carmem Dolores inspirava as moças a querer imitá-las”. Sabemos que a maioria das mulheres que escreviam desde Nísia Floresta, não estavam brincando, não o faziam por Hobby. A quantidade de obras femininas e o conteúdo que podemos colher desde a quase metade do século XIX, nos diz que a imprensa foi também, uma conquista feminina.

Para tanto, esclarece-nos Perrot (2006, p. 34), em “Minha História das Mulheres”, sobre o engajamento das primeiras jornalistas, sec. XIX, afirma: “As feministas têm consciência do papel da imprensa na opinião pública. Elas tomam essa tribuna com profissionalismo e também com muito idealismo”. É com o pensamento nessa consciência em relação à opinião pública que refletimos o discurso da escritora Júlia Lopes de Almeida. No entanto, não sabemos até que ponto é plausível separar a jornalista e ativista, da esposa, mãe, dona de casa e se estas três atribuições, eram de fato, separadas pelas mulheres da época. Em relação ao profissionalismo de Júlia Lopes, temos em De Luca (1999):

(...) Júlia Lopes de Almeida, na medida em que se fazia apreciar e respeitar pela intelectualidade do seu tempo, abria para as brasileiras um novo espaço, antes

vedado a elas- realizando assim a façanha de tornar-se profissional de letras, num terreno monopolizado pelos homens. Nesse sentido, cabe ressaltar sua opção pela produção de textos escritos em prosa: apesar de naquela época já possuímos um número significativo de mulheres escritoras, estas geralmente só se aventuravam pelo ramo da poesia, sem a mesma constância da nossa biografada (DE LUCA, 1999, p. 280).

Vários estudos citam Júlia Lopes de Almeida como importante nome nos primórdios das lutas feministas no Brasil, entre estes, Moreira, 2003, nos informa:

D. Júlia, como era conhecida, na sua incansável luta em prol da emancipação feminina no Brasil, estava convencida de que a humilhante condição social, econômica e cultural das brasileiras entre os séculos XIX e XX, devia-se, sobretudo, à precariedade de oportunidades educacionais, culturais e sociais que nossa sociedade patriarcal oferecia ao sexo feminino. Sua denúncia acerca da pobreza existencial e intelectual do universo feminino, às vezes soa dissimulada, outras vezes é afirmativa como neste fragmento: “Decididamente, minhas amigas, nós não temos educação!” (...) José de Alencar observa, em um dos seus romances, que o piano é para a mulher o mesmo que o fumo é para os homens, uma distração” (ALMEIDA, 1896, p. 47- 48, apud MOREIRA, 2003, grifo de MOREIRA).

Entendendo o contexto social daquele momento, no qual nasciam as falas em defesa da “emancipação da mulher”, é plausível compreender que os discursos das militantes eram, por vezes, comedidos, mas é importante demonstrar que sempre foram retificados, reeditados e reescritos, como se a certeza da transformação do universo feminino fosse sentida como uma longa e contínua batalha social, uma luta que buscava seu campo no cotidiano dessas mulheres escritoras.

No entanto, vale ressaltar a sua candidatura para a Academia de Letras como membro fundador, que segundo Fanini (2009), foi uma sugestão de Lúcio de Mendonça, e que apesar de ter sido cogitada como academiável, a cadeira que seria sua, foi ocupada pelo seu marido, o poeta Francisco Filinto:

Por suposto, a entrada de Filinto de Almeida soou como uma estratégia restituidora e compensatória, um “cordial acordo” capaz de oferecer ao casal de artistas uma “satisfação pública”. Até porque, diante da desaprovação da presença feminina, a melhor saída foi transformar o ingresso de Filinto em uma homenagem a Júlia Lopes. Segundo Josué Montello, “Filinto é, assim, um acadêmico consorte” (para não dizer “com sorte”) (FANINI, 2009, p. 331, grifos da autora).

A Academia Brasileira de Letras tentou reconhecer a injustiça histórica cometida por seus fundadores. Durante a posse do jurista e autor Joaquim Falcão, em 2018, ocupando a cadeira de número 3, que seria de Júlia na fundação da ABL, seu discurso revelou a história da renomada escritora, a laureada produção literária da autora que deveria ser

cuidadosamente integrada aos anais da história da literatura brasileira como membro fundador da mais importante instituição literária do país. A pesquisadora Michele Fanini completa essas questões:

(...) foi possível constatar seu “relativo destaque” no incipiente campo literário brasileiro, i.e., tanto o considerável prestígio por ela amealhado, quanto seu pertencimento, por assim dizer, “marginal” a este espaço caracterizado por disputas simbólicas as mais subterrâneas (BOURDIEU, 1996). Mais propriamente, à cogitação do nome de Júlia Lopes de Almeida para figurar entre os membros fundadores da nascente agremiação, proposta por Lúcio de Mendonça em artigo publicado no Estado de S. Paulo, datado de 3 de dezembro de 1896, seguiu-se o ingresso de seu cônjuge, Filinto de Almeida, que passou a ser considerado por alguns como o “acadêmico consorte (FANINI, 2009, p. 1, grifo da autora).

Conforme excerto acima, a pesquisadora Fanini confirma a possibilidade de o esposo de Júlia Lopes ter entrado na Academia Brasileira de Letras no lugar que seria dela como anunciado anteriormente. No entanto, o neto de Júlia Lopes, Claudio Lopes de Almeida, nos diz que Filinto de Almeida seria, de qualquer forma, membro da ABL, e que Júlia Lopes estaria na Academia junto com o marido, caso aceitassem à época a inclusão de escritoras.

Em 2017, foi instituído o primeiro ciclo de palestras *denominado Cadeira 41, da Academia Brasileira de Letras (ABL)*, que visa homenagear autores que mereciam ter feito parte da Academia e nunca fizeram. Na tentativa de reconhecer a injustiça, o nome de Júlia foi citado entre os autores que poderiam ter entrado na instituição. Toda ação no sentido de trazer justiça ao nome de Júlia Lopes de Almeida, é válida. Porém, na História da Literatura Brasileira, o reconhecimento anda a passos lentos. O fato é que não pode ser esquecido um nome de sucesso literário, que apoiou, ajudou a planejar, participou de todas as reuniões para a fundação da Academia Brasileira de Letras e no último momento foi vetado por questões de gênero. Segundo Fanini (2009, p. 1): “Júlia Lopes de Almeida foi o primeiro e mais emblemático vazio institucional produzido pela barreira de gênero”.

Júlia traz em suas obras personagens femininos que representam a mulher carioca, perpassando pelas classes burguesas e populares, enaltece o espaço urbano da cidade do Rio, e provoca reflexões sobre a diferença de gênero que coloca a mulher em situação inferior ao homem. Vale citar um texto inserido no livro “Dois dedos de prosa”, como este fragmento de uma de suas crônicas escrita em 24 de maio de 1910:

Não tenho acompanhado com muita atenção as razões por que se desejou acabar com o curso noturno da Escola normal; mas, tenho lido, não me lembra em que jornal, que ele era frequentado por cerca de setecentas alunas, vejo que esse curso era e é necessário à nossa população (ALMEIDA, 2016, p. 86, apud STASIO, FAEDRICH, RIBEIRO, 2016).

Na citação acima, vê-se o quanto Júlia Lopes de Almeida mantinha em sua escrita o interesse pela formação educacional feminina, não fosse pelas pregações sobre maternagem e sobre o papel da mulher burguesa tão bem mantidos em seu discurso sobre a mulher Brasileira em 1922, em Buenos Aires, poderíamos dizer que sua batalha pela “emancipação da mulher”, foi clara e explícita, mas nem tanto:

No tocante ao sentimento maternal, nenhuma mulher no planeta terra pode superar a mulher brasileira em carinho e sacrifício. Seja qual for sua condição de vida, a brasileira é sempre quem amamenta seu filho, não dar o peito a uma criatura sua, não dar seu leite e seu amor e a glória da maternidade seria para ela a maior dor que se pose imaginar. Quando por sua incapacidade física, precisa dar seu filho para outra mulher amamentar, a expressão do seu sentimento é de vergonha e desespero. Excessivamente amorosa, não é por certo uma perfeita educadora; mas sua ternura há de perdoá-la (ALMEIDA, 1922, p. 19).

Mais uma vez o discurso da escritora Júlia Lopes de Almeida nos dá a impressão de querer bajular toda uma sociedade e seus rígidos padrões patriarcais. Intrigante a afirmação de que a ternura perdoa uma possível imperfeição como educadora. Neste momento, torna-se claro que os ideais feministas da autora podem lutar por mais educação para as mulheres, o que é louvável para sua época, mas estes mesmos ideais, parecem não querer enfrentar as desigualdades de condições.

No centro do país vamos encontrar a Revista “A Violeta”, um folheto publicado em Cuiabá, aproximadamente, entre 1916 e 1950, considerada o primeiro periódico feminista em Mato Grosso. “A Violeta” foi uma publicação do Grêmio literário Júlia Lopes. Veja que a escritora era inspiração para muitas mulheres brasileiras. O Grêmio ganhou uma sede com a criação do “Clube feminino” em 1928. Até esta data, a revista costumava publicar questões basicamente femininas, coisas da esfera doméstica, mas a partir daí, segundo Marques (2010), a revista passou a publicar trabalhos com temáticas políticas e feministas. Ainda, segundo Marques (2010):

O nome da revista revela a inspiração própria de suas leituras e preferências. Júlia Lopes, cujo nome inspirou a denominação do grêmio de onde partira a revista, era escritora das preferidas de Maria Dimpina que deu nome à revista de uma publicação da escritora: “A Violeta” (BORGES, 2005). A patronesse Júlia Lopes (1862-1934), romancista carioca com quem Dimpina trocava cartas e material literário, foi definida por essa última como “Esposa e Mãe modelar que fez de seu lar um santuário da ciência” (A Violeta, 1922, n. 97, apud MARQUES, 2010, grifos de MARQUES)

Levando em conta, que no início do século, a expressão “Emancipação feminina”,

era palavra de moda preferida por algumas mulheres das classes mais abastadas, mas não de ordem e realidade, não é difícil acreditar que a inspiração gerada pela escritora, fosse de conceber abrigo aos ideais positivistas e higienistas da época, através do sucesso, neste período, das publicações de “A maternidade” e “Livro das donas e das donzelas”, publicações consideradas como um manual para a mulher burguesa. Os livros surgiram de sua constante preocupação com a educação e a instrução da mulher. O Livro das Noivas (1896) e Livro das Donas e Donzelas (1906), chegavam nas mãos das mulheres como verdadeiros prescrições de etiqueta, pois forneciam indicações de boas e más leituras, exaltando autores estrangeiros (sobretudo franceses), instruções de boas maneiras, de bom comportamento, de como estar e agir em bailes da Belle Époque, bem como instruções de asseio para o lar e família.

No “Livro das Donas e das Donzelas”, encontramos o seguinte trecho da crônica “A mulher Brasileira”:

Apesar da antipatia do homem pela mulher intelectual, que ele agride e ridiculariza, a brasileira de hoje procura enriquecer a sua inteligência frequentando cursos que lhe ilustrem o espírito e lhe proporcionem um escudo para a vida, tão sujeita a mutabilidade (ALMEIDA, 2019, p. 22).

Podemos afirmar, que através das leituras dos seus romances, revendo a trajetória de algumas das suas personagens, nota-se nas entrelinhas dos enunciados muito bem elaborados, uma enorme preocupação com os destinos das mulheres, representadas nos diversos enredos, perpassados pela naturalização de certos costumes, pelas questões de classe e raça, embutidos nas narrativas com flagrantes de uma realidade desvendada em porções homeopáticas, mas apresentada com fidelidade e interesse. A originalidade e a verossimilhança com os contextos daquele tempo, nos trazem a impressão de que a leitura deve dirigir-se para além da semântica, notando algumas pistas que podem transformar seus escritos numa militância às avessas, instrumentada pela pena de Júlia Lopes.

A escritora Júlia Lopes recebeu inúmeras homenagens, no Brasil e no exterior. Em Paris, no ano de 1914, diversas personalidades Francesas reuniram-se em um banquete para saudá-la. Em Lisboa, no mesmo ano, escritores de Portugal a homenagearam. No Conselho Nacional de Mulheres da Argentina, como já mencionado, em 1922, ela representou a Mulher Brasileira. Em 1939, foi inaugurado no Passeio Público do Rio de Janeiro um busto seu, uma cópia do mesmo, encontra-se, desde 1953, no Jardim Gomes de Amorim, em Lisboa. Existe, em Buenos Aires, uma entidade cultural com o nome de Instituto Argentino-

Brasileiro Júlia Lopes de Almeida. No bairro carioca de Santa Teresa, há uma escola primária da Prefeitura Júlia Lopes de Almeida.

Em um pequeno artigo de autoria desconhecida, que faz parte do acervo do seu neto Claudio Lopes de Almeida, encontramos o seguinte parágrafo:

A hospitalidade de Júlia Lopes de Almeida e o seu renome entre os intelectuais da Europa fizeram com que, em 1914, recebesse duas grandes homenagens significativas. Em Paris, a poetisa Jane Catulle Mendes, que se tornara sua amiga no tempo em que viveu no Rio de Janeiro, organizou um banquete que reuniu todas as mulheres de letras para recebê-la. Dona Júlia foi saudada por Severine, estando ainda presentes franceses e brasileiros ilustres, que participaram da homenagem: Edmond Rostand, Rodin, Richard Holl, Olavo Bilac, Epiácio Pessoa, Luiz Edmundo, Medeiros e Albuquerque, Sarah Bernhardt, Rachilde, Daniele Leseur, Paule Harviere entre as numerosas mulheres presentes (ALMEIDA, Claudio L., arquivo pessoal).

Notamos entre os nomes que fizeram parte da homenagem à Dona Júlia, o nome da atriz Sarah Bernhardt. Sara Bernhardt, é considerada uma das maiores atrizes de todos os tempos, uma história difícil, com uma mãe e duas irmãs prostitutas, um casamento e inúmeros relacionamentos, nunca sua vida particular afetou seu sucesso na carreira de atriz. Sobre Rachilde que também estava presente à homenagem, Lopéz, 2018, enfatiza que:

Rachilde deixou a casa de seus pais aos 21 anos, após ser emancipada. Dirigiu-se a Paris e, graças às relações mantidas por sua prima Marie de Saverny, inseriu-se nas rodas dos escritores e artistas. Logo, passou a colaborar em periódicos da época. Para atuar como repórter, precisou solicitar uma autorização da prefeitura, tendo de vestir-se como homem e entregar cartões de visitas com a seguinte assinatura: “Rachilde, Homme de Lettres”. Era deste modo, aliás, que Rachilde fazia referência a si mesma em seus textos (LOPÉZ, 2018, p. 128, grifo do autor).

Em relação a militância da escritora Júlia Lopes de Almeida, muitos autores consideram que ela pode ter exercido um tipo de feminismo mais moderado, sem os embates de outras feministas da época, como a exemplo o nome da escritora Maria Lacerda de Moura. Encontramos em Magaldi (2001, p. 39), a expressão “Feminismo esclarecido”, que segundo a mesma, tais palavras foram encontradas pela primeira vez numa reportagem publicada em 1916 na Revista Feminina, a reportagem mencionava a Fundação da Associação da Mulher Brasileira, da qual a literata foi membro integrante desde o início, sendo partícipe de um tipo de feminismo sempre expressado por esta organização. Em outros estudos, podemos enfatizar o da pesquisadora De Luca (1999, p. 275-299), pois a mesma acredita que Júlia Lopes de Almeida era, possivelmente, uma mulher feminista, ativista dos ideais de “emancipação feminina” em sua época.

Quase todos os romances de Júlia, mostram personagens femininas que atingem sucesso e liberdade com instrução e educação. É possível imaginar, em uma primeira pista, que a romancista usou sua escrita como principal ferramenta para expressar sua preocupação com as mulheres do seu tempo. Neste caso, a militância é, de certa forma, velada, encontrada sob o véu de uma escrita de mulher, para mulheres.

2.2 Júlia Lopes: uma carreira de sucesso, com apogeu, glórias e declínios, percebidos através das páginas da revista Fon Fon! (1907/1958)

Segundo De Luca (1999), sem dúvida, Júlia Lopes foi uma das escritoras mais publicadas da Primeira República (1889-1930), escreveu em vários periódicos e revistas das mais importantes capitais, abordando sobre os direitos e a vulnerabilidade das mulheres do seu tempo. Temos o nome da escritora, dramaturga, jornalista, contista, cronista e poetisa citado historicamente por diversos autores (MOREL, CASTRO, DE LUCA, RIO, MOREIRA, MENDONÇA, etc.), que encontraram a autora protagonizando a cena intelectual da cidade do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX. Como fonte para tentar compreender a trajetória literária de Júlia Lopes e seu sucesso de público, lançaremos mão da revista Fon Fon que circulou no Rio de Janeiro de 1907 a 1958. Inaugurada com o seguinte jargão: “Semanário alegre, político, crítico e esfusante”, a Revista *Fon-Fon!* teve seu primeiro número publicado em 13 de abril de 1907, na cidade do Rio de Janeiro, onde circulou até depois da primeira metade do século XX. Em seu primeiro exemplar a revista já esclarecia sua visão em relação aos seus possíveis leitores e já dizia de que forma seria inserida naquela sociedade. Seria um veículo irreverente com informações e notícias que mostravam o mundo usando um viés crítico e sarcástico.

Figura 17 – Revista Fon-Fon! 1907 – nº 1, p. 03



Fonte: Hemeroteca da Biblioteca nacional – 1907 – nº 1, p. 03

O escritório da revista tinha como endereço a Rua da Assembleia, número 62, Rio de Janeiro, atual Rua República do Perú. O periódico semanal foi fundado por Alexandre Gasparoni e Giovanni Flogliani e tinham como colaboradores Lima Campos, Mario Pederneiras e Gonzaga Duque. As ilustrações, refinadas, de humor inteligente eram de autoria de Calixto Cordeiro que também usava os seguintes pseudônimos: K.Lixto, Raul Pederneiras e J. Carlos.

Na primeira edição, encontramos muitas ilustrações e charges, são mais de 20 muito bem alocadas nas cerca de 35 páginas, 12 fotos, a maioria das fotos são na reportagem de um evento no Jockey Clube do Rio de Janeiro. Os artigos que são escritos neste primeiro número mostram um periódico voltado para o consumo da Elite:

Era a sociedade elegante, o nosso feminismo encantador, que ali se reunia, num rendez-vous delicioso de graça e coquetismo. Eram as altas personalidades da Governança, da Política e das Letras, enfim, de todas as posições sociais, que iam para ali levar o contingente da sua importância e da sua decoração [...] (FON-FON, 13 de abril de 1907, nº 1, p. 27).

Apesar de falar sobre “feminismo encantador”, o primeiro número da revista mostra assuntos que parecem agradar principalmente aos homens, uma página apenas, mais para o final, está endereçada ao feminino com notícias de moda. Com assuntos de cunho político, a *Fon-Fon!* trazia diversos conteúdos que noticiavam os mais esfusiantes acontecimentos sociais da capital da República do Brasil. Suas páginas eram bem ilustradas, divididas por seções, colunas sociais que davam destaque para fotos de personalidades da elite. Também havia uma "Página Infantil" criada para exaltar os filhos da alta sociedade, os salões e festas grandiosas, eventos tradicionais como aniversários, batizados e casamentos, permeados de fotos que traziam na legenda de quem eram os filhos ou parentes, sempre vinculados a

nomes de personalidades importantes. As senhoras da elite eram fotografadas em flagrantes urbanos, acompanhadas de suas filhas, irmãs, esposos, amigas, etc. As fotos sempre em meio às ruas movimentadas, mostrando as pessoas com seus trajes elegantes. Abaixo uma delas com a família Almeida:

Figura 18 – Revista Fon-Fon! 1908, edição 20, p. 7

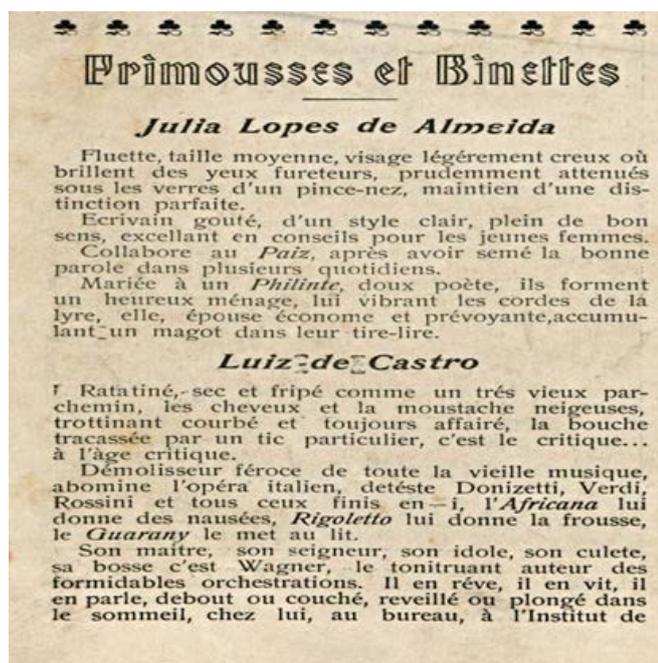


Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

A imagem denota um Rio com trajes europeus, a elite se vestia para os polos e não para os trópicos. Até porque, algumas pessoas tinham casa em Petrópolis para passarem o verão. O livro *A Silveirinha* de Júlia Lopes, romance editado em forma de livro em 1914 é todo ambientado na cidade de Petrópolis, num verão onde a nata da sociedade carioca estava “refrescando-se” na serra. Nota-se que a experiência da autora pode estar presente na narrativa.

Encontramos pela primeira vez na revista Fon-Fon! o nome de Júlia Lopes em 1907, na edição de número 5, p. 28, um texto que fala sobre a autora escrito em francês, notamos que a revista teria como uma das funções direcionar seus comentários frívolos sobre a elite, mantendo seu público diversificado orientado sobre costumes dominantes, hábitos europeus, etc:

Figura 19 – Revista Fon-Fon! Sobre Júlia Lopes de Almeida



Fonte: Hemeroteca Biblioteca Nacional.

Em 1908, na edição 17, página 21, a revista faz menção a uma crônica de Júlia Lopes sobre a ideia de fazer uma exposição canina, alegando que no Brasil já existiam muitos exemplares de raças excelentes para que um certame desta natureza fizesse parte de um evento carioca. Como vemos, a revista é voltada para uma elite que cultivava hábitos do colonizador e de outros países considerados modelos de civilização. Sobre a criação de revistas e seus conteúdos temos em Zanon (2009):

Ao longo do século XIX, as revistas ilustradas tornaram-se moda e, sobretudo, ditavam tendências conforme o modelo dos periódicos europeus, no qual o *Fon-Fon!* se inspirou. A inserção desse modismo reitera a tradição do país de transplantes precipitados, por vezes anacrônicos, o que reforça o caráter de busca de nossa modernidade por meio de fantasias, miragens e sonhos e não da realidade social (ZANON, 2009, pp. 18-19).

Em 1908, temos mais três páginas: edição 15 páginas 12, edição 17 página 24, edição 18, página 20, onde o romance “Ânsia Eterna” de Júlia Lopes é oferecido para um dos vencedores de um concurso:

Figura 20 – Revista Fon-Fon! Edição 18, página 20

FON-FON!

CONCURSOS DO FON-FON!

As pedras do nosso jogo de Dominòs de hoje em lugar de formarem 28 substantivos, arrumados exactamente dão seis phrases populares.

O lado direito da ultima pedra forma uma palavra com o lado esquerdo da primeira.

Os premios serão dados aos tres primeiros decifradores, por ordem de chegada a esta redacção.

Ao 1º, Fon-Fon recompensará com um vale de finas perfumarias da conceituada casa Luiz Hermann & C., cuja especialidade nesse ramo de negocio não precisa mais de recommendações.

Aos 2º e 3º, Fon-Fon entregará um vale para a escolha de um dos romances seguintes:

Ancia Eterna – Julia Lopes de Almeida
Chanaan – Graça Aranha
Ao entardecer – Visconde de Taunay
Gaúcho – José de Alencar
O Garimpeiro – Bernardo Guimarães
A guerra dos mundos – H. G. Wells.

ou de um romance estrangeiro, na acreditada livraria H. Garnier, ponto predilecto dos nossos homens de letras.

Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Em 1909, não temos uma citação sobre Júlia Lopes, mas uma foto sobre o que a revista chama de “Homens de Letras”. Nesta foto, encontra-se seu esposo Filinto de Almeida, num grupo de intelectuais, mencionados pela revista como “nossa mais produtiva geração literária”, o que faz lembrar a afirmação do neto da escritora Cláudio Lopes de Almeida, quando diz que se fosse permitido às mulheres serem membros fundadores da Academia Brasileira de letras, Júlia seria escolhida junto com Filinto de Almeida, ou seja, ambos fariam parte da Academia, pois seu esposo era conceituado e respeitado como Jornalista e poeta. Segundo a biografia de Filinto de Almeida²⁶, encontrada no site da Academia Brasileira de Letras, o Patrono da cadeira número 3, ocupada por Filinto na fundação da Instituição, foi Artur de Oliveira, de quem o esposo de Júlia foi amigo.

²⁶ Ver Biografia de Filinto de Almeida: <http://www.academia.org.br/academicos/filinto-de-almeida/biografia>. Acesso em 11/06/2021.

Figura 21 – Revista Fon-Fon! Edição 36, p. 23

RECORDAÇÕES



Em pé Rodolpho Amoedo, Arthur Azevedo (fallecido), Inglez de Souza, Olavo Bilac, José Verissimo, Souza Bandeira, Filinto de Almeida, Guimarães Passos, Valentim Magalhães (fallecido), Rodolpho Bernardelli, Rodrigo Octavio e Heitor Peixoto. (*Sentados*) João Ribeiro, Machado de Assis (fallecido) Lucio de Mendonça e Silva Ramos.

É um grupo de homens de letras, como se vê. E não ha quem não se lembre que, reunidos um dia, resolveram formar um grupo.... para comer (na boa accepção da palavra, note-se).
 Uma vez por mez escolhiam um local pittoresco e jantavam ou almoçavam juntos, servindo um delles de *maitre d'hotel* para a confecção do *menu*.
 Foi assim que se fundou o *Club Rabelais*, que foi substituido mais tarde pelos jantares da *Revista Brasileira*, que finalmente cedeu lugar á *Panellinha*.
 Podc-se dizer que neste grupo, está representada toda a intellectualidade de uma das nossas mais productivas gerações litterarias. É deixem lá, que estas recordações fazem bem á Alma, pelo que nella nos faz reviver do Passado, atravez a sempre curiosa ventura da Saudade.

20% de Reducção nos artigos de fim de estação. —
 30, 40, e 50 % para os artigos de saldos e series incompletas. — **Casa Raunier.**

Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Em 1910 temos o nome de Júlia em três edições sendo que em uma temos uma interessante citação de um texto da escritora sobre as mulheres rendeiras do Norte Brasil (1910, edição 51, p. 28), cujo conteúdo desqualifica a produção das rendas, informando que um mesmo desenho é reproduzido sem inovação nenhuma, dizendo que as mesmas têm a vida apática e a renda é de um português antigo.

Figura 22 – Revista Fon-Fon! 1910, edição 51, p. 28

«As nossas rendeiras do norte têm a vida apathica. O padrão das rendas ainda é o portuguez antigo do continente. Por si, que me conste, não procuram coisa nenhuma, limitando-se a fazer e a reproduzir mil vezes o mesmo desenho, já tão fatigado.»

Quem escreveu estas linhas foi a Sra. D. Julia Lopes de Almeida, na sua excellente chronica de 6 de Dezembro, no *Paiz*, sob o titulo *Dois dedos de prosa*.

Bemdicta a mão que escreveu esta verdade! Porque, aqui, sem o menor criterio, sem a menor analyse, sem a mais superficial comparação — quando se falla nas maravilhas tecidas sob a direcção da Sra. D. Maria Bordallo Pinheiro — vêm logo com as *rendas do norte*, como se, realmente, fossem obras de enthusiasmar a alguem!

* — O que é o matrimonio?
† — E' uma mulher de mais e um homem de menos!

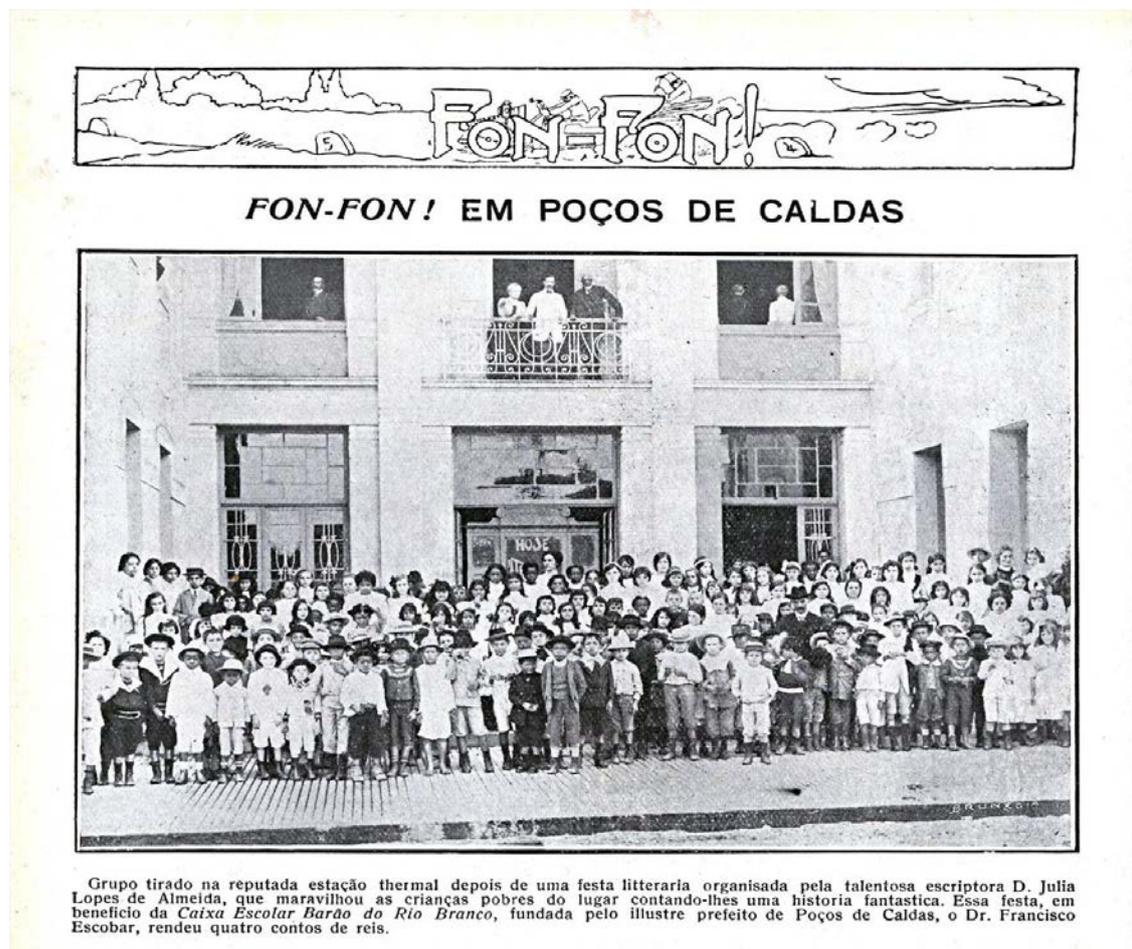
Emulsão de Scott E' o mais poderoso vigorizador dos nervos. Cura a Debilidade Geral.

Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Em 1911 a *Fon-Fon!* faz menção à autora em duas edições: de número 11 e 35. Uma delas faz alusão a um de seus textos e outra fala do jovem poeta Affonso Lopes de Almeida, seu filho.

Em 1912 a escritora é retratada em duas edições diferentes com muito destaque. A primeira, noticiada na edição número 24, página 40 é uma visita da mesma à cidade de Poços de Caldas, Minas Gerais, onde a escritora organizou uma festa literária em benefício da Caixa Escolar Barão do Rio Branco, fundada pelo Prefeito Dr. Francisco Escobar que rendeu quatro contos de reis. Abaixo o registro:

Figura 23 – Revista Fon-Fon! Edição 24, p. 40



Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

A segunda citação foi na edição 40, página 37, sobre uma “regeneração” do Teatro Municipal que foi feita com a encenação de uma peça de teatro de autoria de Júlia Lopes de Almeida, cujo nome pela primeira vez é notavelmente exaltado na revista como um importante nome da literatura brasileira. Abaixo a belíssima foto da escritora, usada também para ilustrar o livro “Dois dedos de prosa, uma reedição de contos de Dona Júlia sobre a cidade do Rio de Janeiro no “Caderno da Biblioteca Nacional (16)” organizado por Stasio, Faedrich e Ribeiro (2016). Abaixo a importante página da Fon-Fon!:

Figura 24 – Revista Fon-Fon! 1912 - Edição 40, p. 37



AS NOSSAS ESCRITORAS

Foi com o nome illustre de D. Julia Lopes de Almeida que o nosso *Municipal* iniciou a tentativa louvavel da regeneração da scena nacional. Era uma garantia de successo, esse nome literario de tão alto destaque, de tão justa consagração no nosso meio intellectual.
Quem não perdôa, é o titulo da nova peça de D. Julia, peça de intensidade dramatica, e de fino estudo psychologico que serviu para confirmar o merito incontestavel da sua autora.

Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Em 1913, o nome de Júlia Lopes foi citado para constar da lista de “literatos eleitores” que elegeriam o “Príncipe dos Poetas Brasileiros”. O pleito deu vitória ao poeta Olavo Bilac, anunciada na edição 17, página 22, onde a Fon-Fon! faz menção a vários nomes que não se dignaram a devolver a cédula de votação que lhes foi enviada, abstendo-se do certame. Entre as abstenções estava o nome da escritora Júlia Lopes.

Em 1914 (edição 10, página 48), a escritora Júlia Lopes de Almeida e seus filhos são citados em uma foto de meia página no Bois de Bologne em Paris junto com outros nomes importantes da sociedade brasileira. Na edição 11 do mesmo ano a revista concede

especialíssimo destaque para o “banquete” (mencionado na parte anterior deste capítulo) oferecido à Júlia Lopes de Almeida na capital Francesa, com fotos que ocupam páginas inteiras (edição 11, pp.24/25):

Figura 25 – Revista Fon-Fon! 1914, edição 11, p. 24



Fonte: Hemeroteca Digital Biblioteca Nacional.

Figura 26 – Revista Fon-Fon! 2014, edição 11, p. 25



Fonte: Hemeroteca da biblioteca Nacional.

Em 1915, o jornal do Comércio ofereceu uma conferência proferida por Júlia Lopes com o título: Paris e os Parisienses, Nota-se a plateia lotada:

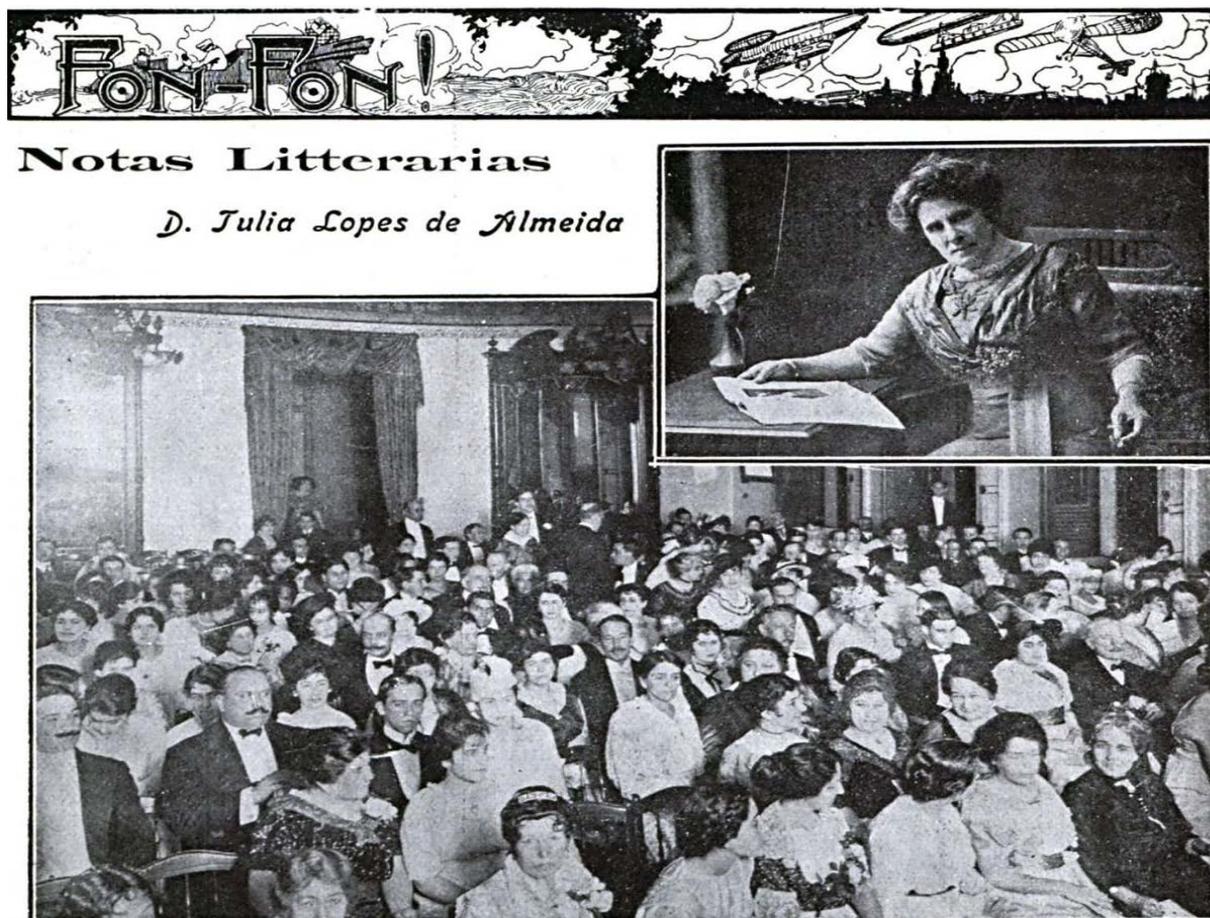
Figura 27 – Revista Fon-Fon! 1915, edição 04, p. 48



Fonte: Biblioteca Nacional. Diferente das demais?

Em 1915, na edição número 24, p. 42 o casal Felinto de Almeida e D. Júlia é o centro das atenções numa roda de conversas sobre um casamento do Escritor Gustavo Barroso (João do Norte). No mesmo ano, na edição de número 40, p. 37, a *Fon-Fon!* traz com destaque uma homenagem recebida pela escritora quando da passagem do seu aniversário no mês de setembro no salão do *Jornal do Comércio*. Abaixo o flagrante:

Figura 28 – Revista Fon-Fon! Edição 40, p. 37



A escritora D.^a Julia Lopes de Almeida, festejada romancista e cronista, á qual foi oferecida uma brilhante *soirée* litteraria por um grupo de admiradores, no dia do seu anniversario natalicio — Aspecto do salão nobre do *Jornal do Commercio* onde realizou-se a festa.

Fonte: Hemeroteca digital.

Em 1916 a Fon-Fon! anuncia a fundação da Associação da Mulher Brasileira, cuja instalação foi presidida por Júlia Lopes de Almeida. Mesmo contendo notas relativas ao interesse frívolo da sociedade da época, podemos notar que a presença dos nomes que estavam em voga, podem representar pistas para interesse social e sucesso literário, pois eram em número menor as fotos publicadas na revista, daí atribuir-se importância a estas páginas com fotos destacadas. Segundo De Luca (1999), a escritora foi um importante nome para a história das mulheres no Brasil, que chegaria a engajar-se na Legião da Mulher Brasileira junto a Berta Lutz em 1919. Abaixo o destaque da Fon-Fon!

Figura 29 – Revista Fon-Fon! Edição 38, p. 20



Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

No mesmo ano de 1916, Júlia Lopes teve um texto seu publicado na “Selecta”, (Fon-Fon!, edição 45, p. 23), em forma de carta apresentando a “conceituada e hábil professora Mme Joanna Brandt” que era autora de arte decorativa para o lar na revista, pois Fon Fon!, aos poucos, tornou-se uma revista com muitas publicações para as mulheres daquele início de século.

Em 1917, edição 22, p. 22 a revista publicou fotos de Dona Júlia com seu rosto de criança ao lado dos rostos infantis de suas filhas Margaria e Lucia, numa parte que se chamava “Como eles e elas eram”.

A Fon-Fon, aos poucos foi dando mais importância as questões de interesse feminino. Portanto, nasceram novos quadros. Naquele momento, fatos corriqueiros como a simples publicação de fotos num quadro, que aparentemente não causaria impacto, poderia de certa forma, conceder a ideia de que ter o nome citado em um dos periódicos mais

longevos da primeira metade do século XX era de fato, algo que poderia colocar em evidência qualquer nome que pudesse chamar a atenção daquela sociedade dada a futilidades. Numa edição em 1928, a revista faz uma autoanálise:

Pouco a pouco, porém, Fon-Fon foi evoluindo de revista bizarra, caricatural e espirituosa para aquillo em que definitivamente se tornou: em magazine mundano, de actualidade, de elegancia, de litteratura amena, leve caprichosa e scintillante. [...] Aos poucos, FonFon deixou de aconselhar aos almirantes [...] para varsejar, louvando a esbelteza das mulheres cariocas; deixou de entrevistar, espirituosamente, a Pedro Alvares Cabral, para indagar dos trezentos de Gedeão suas opiniões sobre as modas, os livros e as filhas de Eva; deixou a crítica pelo chiste e a caricatura pela ironia suave e piedosa (FON-FON, 1928, edição 15, p. 45).

Abaixo, a autoanálise dos editores da revista para ilustrar e auxiliar nas observações deste estudo:

Figura 30 – Revista Fon-Fon! 1928, edição 15, p. 45

MCMVII

ANNOS DE VIDA

Em 1907, quando *Fon-Fon* businou pela primeira vez, estava sendo consruído o Theatro Municipal...

Pouco a pouco, porém, *Fon-Fon* foi evoluindo de revista bizarra, caricatural e espirituosa para aquillo em que definitivamente se tornou: em magazine mundano, de actualidade, de elegancia, de litteratura amena, leve, caprichosa e scintillante. Numero a numero, se palpa essa modificação. Os instantaneos das sahidas de missa e dos passeios da Avenida, a reportagem photographica das festas e reuniões fóram lentamente substituído as caricaturas, as photographias pliherticas e as *charges* de toda a especie.

É que, ao lado do probo e operoso Giovanni Fogliani, que fundára e dirigia a joven empresa, havia um dos mais interessantes, completos e sympathicos typos de homem mundano que o Rio tem conhecido; esse encantador Alexandre Gasparoni, sempre pranteado, bondade personificada, graca irradiante, que os annos não enveheciam e cuja alegria se communicava a todos que delle se approximassem. Frequentando as melhores rodas, querido de todos, foi elle que imprimiu ao *Fon-Fon* essa feição delicada e amena, esse chiste mundano, essa simplicidade attraente que é hoje o nosso padrão de gloria e que tem sido, continuamente, o segredo da nossa popularidade.

Deve-se a elle essa fatal e excellentre transformação. Aos poucos, *Fon-Fon* deixou de aconse-

— FON-FON —

MCMXXVIII

hora, como os de que falam os Evangelhos. A morte levou para sempre Fogliani, Gasparoni, Mario Pederneiras, Gonzaga Duque, Emilio de Menezes. Dos bons tempos do nascimento de *Fon-Fon* restam sómente alguns antigos empregados, muito poucos. E a vida afastou de nós outros que empregam sua actividade em outros mistéres ou em outros jornaes: Raul Pederneiras, Calixto Cordeiro, Lindolfo Azevedo, Lima Campos, Noronha Santos, Leal de Souza, Mario Behring. Outros os substituiram, que tambem, por diversas circunstancias, já se não acham mais em nossa companhia: Victorio de Castro, Alvaro Moreyra, Felipe de Oliveira, Claudio Gannes, Americo Facó, Cypriano Lage, Bastos Tigre, Olegario Mariano, Adrien Delpéch, João Paulo de Medeyros. E, neste anniversario, da *Velha Guarda* unicamente existe na redacção o nosso redactor-chefe. Gustavo Barroso empresta-lhe ha quatorze annos já o seu esforço.

Sob a direcção competente e sagaz de Sergio Silva, o *Fon-Fon* de hoje, guiado por Martins Capistrano, Hermes Fontes, Bastos Portella, Mario Poppe e Alvaro Sodré, conserva as tradições de sua vida e procura manter intacto o seu patrimonio de sympathia e de amizade com que o publico o prestigia. Entre os seus redactores já nomeados e os seus innumerados colaboradores, que não temos espaço para ennumerar, figuram nomes de alto valor na historia litteraria do paiz. *Fon-Fon* cultúa com o carinho necessario a prestigiosa influencia social que esses nomes lhe têm dado e, neste seu anniversario, rende aos mortos e aos vivos, que o ajudaram

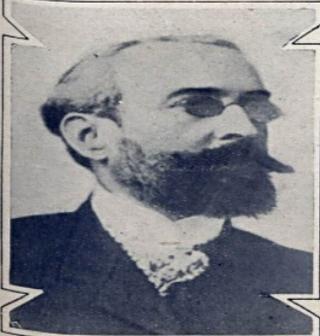


Gustavo Barroso
DIRECTOR — REDACTOR-CHEFE

Ihar aos almirantes, como o fazia a Alexandrino de Alencar, que
Para disfarce aos moldes estafados
Das nossas velhas náus anti-guerreiras
Eu proponho, almirante, que tu ponhas
Banha cheirosa nos encouraçados
E extractos de "Houbigant" nas torpedeiros.

para versejar, louvando a esbelteza das mulheres e a formosura dos aspectos cariocas; deixou de entrevistar, espirituosamente, a Pedro Alvares Cabral, para indagar dos trezentos de Gedeão suas opiniões sobre as modas, os livros e as filhas de Eva; deixou a critica pelo chiste e a caricatura pela ironia suave e piedosa.

Do primeiro nucleo de redactores desta casa nenhum, infelizmente, resta mais entre nós, os de hoje, quasi todos homens da undecima



Gonzaga Duque
FUNDADOR E 1.º REDACTOR



Mario Pederneiras
1.º REDACTOR-CHEFE

Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Em 1918 a revista anuncia que nos jardins da residência da escritora foi encenada a peça teatral “Nos Jardins de Saúl” em benefício da Assistência à infância de Santa Tereza, bairro carioca onde residia Dona Júlia. Em 1919, Júlia Lopes é fotografada junto com várias senhoras numa de suas conferências para uma casa de caridade. Notamos que no limiar dos anos 20 o nome da autora já aparece de forma mais tímida nos textos da Fon-Fon! Segundo De Luca (2009):

(...) em 1915 falece-lhe o pai e, em 1917, seu editor e incentivador, Francisco Alves. O material por ela divulgado nessa época (uma antologia didática, um conto infantil, peças de teatro) é exíguo, compondo-se, provavelmente, de textos elaborados antes de 1915. É nesse contexto que entendemos a realização de uma longa viagem pelo sul do Brasil, em 1918, descrita em *Jornadas do meu país*, editado em 1920. De volta ao Rio, tem-se a impressão de que a escritora – cuja saúde parece fragilizar-se ainda mais nos anos 20 – passa a alternar uma atuação quase simbólica junto aos meios de comunicação com o confinamento no lar. (...) é por volta de 1922 que falece a mais velha das cinco filhas de Valentim, a pedagoga, poetisa e musicista Adelina Vieira Lopes (DE LUCA, 1999, p. 288).

Na citação acima, há uma provável explicação para as notícias mais raras com o nome da escritora no decorrer dos anos 20, apesar de novas edições e da produção ainda muito profícua de sua escrita.

Em 1920, a Fon-Fon! lembra o nome da escritora e seu esposo como padrinhos do casamento do Sr. Henrique Magalhães, funcionário da companhia Sul América. No mesmo ano, edição 30, página 28, seu nome é citado quando da inauguração da sede da Legião da Mulher Brasileira na Rua do Rosário. Já em 1921, edição 51, p. 15, quem brilha é sua filha, a declamadora Margarida Lopes de Almeida, com uma página inteira dedicada a sua arte de declamar poesias. Em 1922, edição 26, p. 34, Júlia Lopes é citada como uma das poucas prosadoras do Brasil junto aos nomes de Carmem Dolores e Albertina Berta. Em 1923, ela e seu esposo são citados na inauguração do monumento a Eça de Queiroz, uma estátua na Avenida Rui Barbosa. Em 1923, edição 23, p. 97, seu livro “A intrusa” é indicado numa nota pequena para leitura de senhoras. Em 1923, edição 31, p. 51, Júlia Lopes é fotografada em uma homenagem por seus 30 anos de carreira literária na escola pública Deodoro. Flagrante a seguir:

Figura 31 – Revista Fon-Fon! 1923 - Edição 31, p. 51



Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Também no ano de 1923 Júlia Lopes é citada como uma das melhores escritoras brasileiras na edição 43, página 10, junto aos nomes de Magalhães de Azevedo, Mario Sette, Tristão de Ataíde, Afrânio Peixoto, Tasso da Silveira, Ronald de Carvalho, Ribeiro Couto, Menotti e Oswald de Andrade. Esta importante citação reverencia a única mulher entre tantos pares literários de sua época, o que evidencia o seu sucesso contínuo, apesar do possível confinamento doméstico descrito por De Luca (1999). Temos mais uma indicação de leitura na *Fon-Fon!* em 1924, para obra de sua autoria na edição 01, p. 104, do romance *Cruel amor*, junto com Ubirajara de José de Alencar e outros. Também em 1924, depois da morte de Olavo Bilac em 1919, a revista faz nova eleição para “O Príncipe dos Poetas Brasileiros” e novamente a escritora abstem-se do voto. Em 1924, a *Fon-Fon* faz um concurso para eleger “Os maiores brasileiros vivos”, na categoria escritor, vence Coelho Neto, Júlia Lopes fica entre os vinte mais votados. É compreensível este resultado, levando em consideração as afirmações de De Luca (1999) citada nas páginas anteriores deste capítulo, onde a saúde da autora e suas perdas afetivas parecem justificar uma menor visibilidade atribuída ao seu nome. Em 1925 a peça “A herança, de autoria de Júlia Lopes foi encenada no Colégio Sylvio Leite por ocasião das comemorações do aniversário do

educador e diretor do educandário.

Em 1932, edição 35, p. 44 a Revista Fon-Fon! evidencia o lançamento do romance “A casa verde” escrito em parceria com Filinto de Almeida em nota importante, salientando que o romance reflete a inteligência de um casal de artistas, dignos de muita admiração. Diz que a obra de Júlia Lopes é extensa e brilhante e que a obra de Filinto destaca-se pelo equilíbrio e senso estético. Neste momento, ao publicarem a quatro mãos este romance, fica notório que ambos recebem valoração aproximada da crítica.

2.3 As publicações após a morte de Júlia Lopes de Almeida

De 1932 até sua morte, em 1934, a revista publicou muito poucas notas relacionadas ao nome de Júlia Lopes, uma delas, com importância, referia-se a volta de Margarida Lopes de Almeida de uma viagem ao velho mundo. Em 1935, pouco mais de um ano da morte da escritora, a Fon-Fon! registrou uma homenagem da Academia Brasileira de Letras a ela. No mesmo ano Filinto de Almeida lança versos em homenagem à esposa ausente, devidamente comentados na revista. Em 1935, edição 30, p. 28 fica publicada uma récita no Teatro Municipal, realizada pela arte de Margarida Lopes de Almeida, cujo texto na revista, lembra o nome da sua mãe. No entanto, a partir de 1936, as publicações sobre Júlia Lopes não cessaram, muito pelo contrário, são encontradas homenagens, textos inteiros de sua autoria e muitas novidades.

Em 1936 (edição 5, p. 30) a revista emite nota de apoio a iniciativa de homenagear Júlia Lopes com um busto no passeio público da cidade do Rio de Janeiro. No mesmo ano (edição 23, p. 40), foi fundada a Casa Júlia Lopes de Almeida. Flagrante em foto na Fon-Fon!:

Figura 32 – Revista Fon-Fon! 1936, edição 23, p. 40

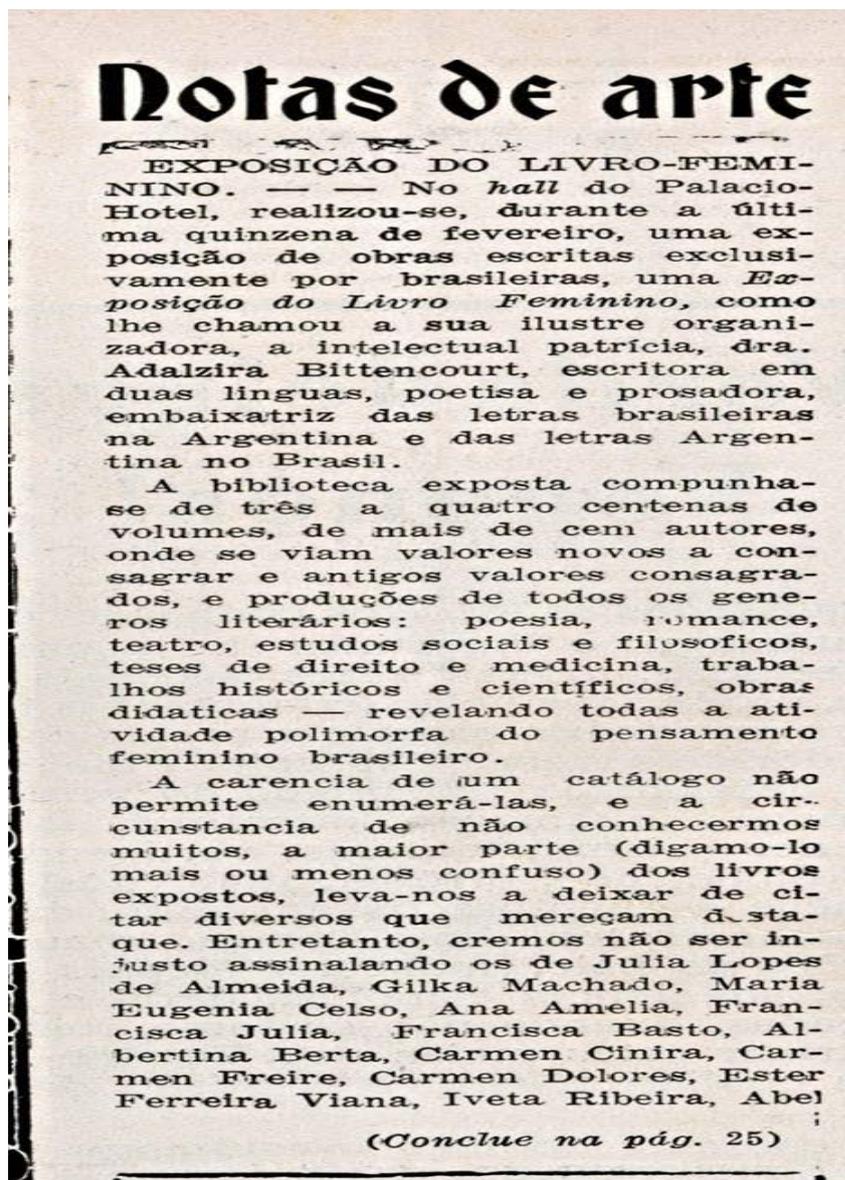


Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

O ano de 1936 foi um ano de muitas homenagens à Júlia. O Instituto Cultural Argentino Brasileiro Júlia Lopes de Almeida, prestou uma homenagem à escritora por ocasião do seu aniversário no mês de setembro (edição 40, p. 31). Em 1937 (edição 17, página 1) pela primeira vez a Fon-Fon!, publicou um conto de Júlia Lopes: “O sino de ouro”.

Em 1939, edição 29, p. 13, uma longa homenagem é assinada por Álvaro Marinho Rego na Fon-Fon! Em 1941 uma nota admira o busto já inaugurado de Júlia Lopes no Passeio público do Rio. Em 1942 (edição 31, p. 45), mais uma vez a declamadora Margarida Lopes sobe aos palcos e exalta a mãe declamando uma de suas poesias, com notas de admiração na revista. Já em 1943, edição 11, página 18, a cidade recebe uma “Exposição do livro feminino”. Vale trazer as primeiras impressões:

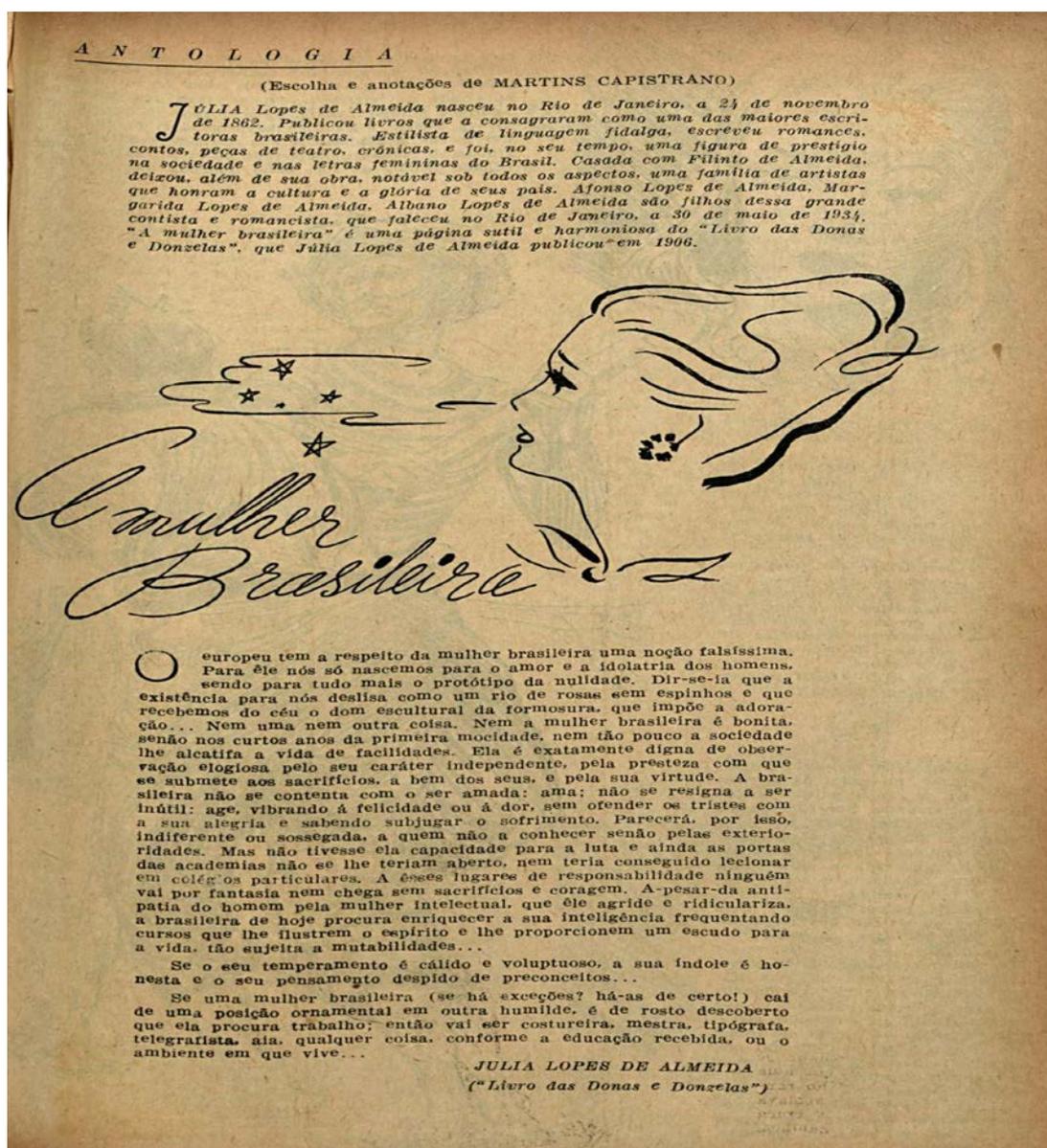
Figura 33 – Revista Fon-Fon! 1943, edição 11, p. 18



Fonte: Hemeroteca Biblioteca Nacional.

Mais uma vez, em 1945 (edição 36, p. 12) a revista publica um conto da autora no quadro “Jóias do conto Brasileiro, com a obra de Júlia Lopes: “As três irmãs”. Em 1946 (edição 16, p. 42), a revista cita a Asociación Cultural Argentino-Brasileña Júlia Lopes de Almeida, fundada para defender os direitos civis e políticos da mulher. O referido Instituto mantém intercâmbio com vários países nas Américas, incluindo Venezuela, Washington, Chile, Uruguai e Brasil. No mesmo ano (edição 40, p. 06) a Fon Fon publicou página inteira em homenagem à Júlia Lopes, com dados biográficos e elogiosos à sua vida e literatura. Vale apena mostrar:

Figura 34 – Revista Fon-Fon! Edição 40, p. 06



Fonte: Hemeroteca Biblioteca Nacional.

Em 1951 (edição 2330, p. 08), mais uma página da Fon-Fon! publica um conto da autora, protagonista destes estudos. No ano de 1952, (edição 2346, p. 49), a revista traz a notícia de que o romance *Pássaro Tonto*, uma edição póstuma de Júlia Lopes, foi radiofonizado pelo "Folhetim Radiofônico" no programa "Espelho de Portugal" da rádio Guanabara por Iveta Ribeiro, num artigo escrito na revista Fon-Fon! por Alziro Zarur.

Em 1956, (edição 2566, p. 31), Júlia Lopes volta com força total à Fon Fon! para o anúncio de que o conto *A Caolha foi adaptado para Televisão, na TV Tupy, num "grande trabalho artístico"* por Heloisa Helena e Alberto Perez. A página da revista flagra detalhes da apresentação:

Figura 35 – Revista Fon-Fon! 1956 – edição 2566 – p. 31



Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Em 1957, o casal é elogiado em pequena nota, Júlia é mais uma vez lembrada na Fon-Fon! Levando em conta que a revista encerrou suas atividades em 1958, podemos afirmar que as pesquisadoras que estudaram Júlia Lopes não se deram conta de que a invisibilidade do nome da mesma, não foi tão flagrante como muitas pesquisadoras tem mencionado. O “vazio institucional de gênero citado por Michele Fanini, provavelmente foi percebido pela ausência do nome de Júlia nos anais da Literatura brasileira e nos compêndios que classificariam a escrita em que Júlia Lopes deveria ser reconhecida como escritora, no caso, da fase realista/naturalista. O cânone literário, possivelmente não acompanhou as demandas dos leitores nos anos seguintes da sua morte e até a atualidade parece que as considerações pouco mudaram. Mas em relação a tão propalada “invisibilidade”, por parte da revista Fon-Fon!, não confere, pois esta não foi sentida até o ano de 1958, final de suas edições. É nossa intenção continuar a pesquisa para confirmar se

outros periódicos também continuaram a publicar as obras e fazer homenagens à escritora com o passar dos tempos.

3 CINCO ROMANCES COM PROTAGONISMO FEMININO, PISTAS QUE PERPASSAM QUESTÕES HISTÓRICAS DE GÊNERO, CLASSE, RAÇA E FORMAÇÃO EDUCACIONAL

Para dar conta do terceiro capítulo, foram escolhidos entre os muitos romances da autora, apenas cinco obras editadas em forma de livro, pois todas foram primeiramente publicadas em forma de folhetim, são elas: *Memórias de Marta* (1899), *A falência* (1901), *A intrusa* (1905), *Cruel amor* (1908), *Correio da Roça* (1913).

Segundo a Historiadora Del Priori (1997, p. 402):

O século XIX foi o século do romance, e deixa-se para traz “os tipos humanos genéricos (...) determinados pela convenção Literária”. Passa-se a usar os espaços cotidianos como cenários das narrativas. “(...) Cada romance debruça sobre uma entidade individualizada e, por isso mesmo, particularizada para cada momento histórico”. E ainda, segundo PRIORI, p. 402: “(...) É o romance que difunde a prosa da vida doméstica cotidiana” (...) contribuindo para a construção da hegemonia do ideário burguês (DEL PRIORI, 1997, p. 402, grifos de quem?).

Foi no romantismo que a literatura passou a viver e escrever sobre o homem comum e suas experiências cotidianas, suas emoções, seus exageros, seus sentimentos. E foi no romantismo, segundo Del Priori, que o papel da mulher foi “redefinido”, a mulher passou de pecadora para: “ajudante do homem, educadora dos filhos, um ser de virtude, um anjo do lar”. E foi durante a primeira fase do romantismo brasileiro que a escritora Júlia Lopes de Almeida veio ao mundo na cidade do Rio de Janeiro, como já mencionado no primeiro capítulo deste estudo.

Vivenciando a nossa literatura romântica e lendo os clássicos portugueses em solteira e autores realistas franceses depois de conhecer o esposo, Júlia Lopes engendrou em sua escrita o realismo/naturalismo, porém os protagonismos femininos deram aos seus romances uma visão de gênero capaz de desnudar realidades e experiências que expuseram o universo feminino de finais dos oitocentos e início dos novecentos na sociedade de seu tempo. Segundo o texto introdutório²⁷, escrito por Sylvia P. Paixão, do livro *Correio da roça* (ALMEIDA, 2014), são temas comuns em seus textos:

Desde os primeiros textos publicados em Campinas, Júlia se preocupa com o

²⁷ *Correio da roça*. Organização, introdução e notas por Sylvia P. Paixão. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Presença; Brasília: INL, 1987(apud Almeida, 2014, p.16).

conflito entre a então inquestionável formação da mulher apenas para o lar, o marido e os filhos e o problema da subsistência da mulher só, a quem falta um apoio masculino. A solução apontada seria o viver para o outro, para a família ou para a prática da caridade (ALMEIDA, 2014, p. 16).

Viver apenas para o lar, para o marido e os filhos, era uma possibilidade alcançada pelas mulheres das classes burguesas, porque as mesmas linhas dos romances de Júlia nos mostram, lado a lado, as mulheres das classes populares trabalhando em situações de desvalorização social, subempregadas, à margem da sociedade.

Dito isto, este capítulo passa a desenvolver as leituras dos romances escolhidos para este trabalho.

3.1 *Memórias de Marta, Rio de Janeiro, 1889/1899*²⁸

Das scenas lembra-me a da mudança: um homem zangado mandando pôr os nossos trastes na rua, e minha mãe chorosa aconchegandome a si e uma vez em que entrei numa alcova onde estava um homem morto, muito magro, livido, estirado sobre a cama, com um habito escuro de cordões brancos, as mãos entrelaçadas e o queixo amarrado com um lenço. Era meu pae. Tive medo; minha mãe obrigou-me a beija-lo. O frio e o cheiro do cadáver deram-me náuseas; quiz sahir, ella prendeu-me nos seus braços nervosos, supuz então que me quizesse fechar com o detuncto no mesmo caixão que alli estava já escancarado, e fugi em um arranco para o quintal. (ALMEIDA, 1899, p.6)

Foram inúmeras as tentativas bravamente travadas entre iniciar a ler o “Memórias de Marta” e sentir vontade de parar, por entrar em choro convulsivo. Mas ciente da importância desta narrativa, enfrentei a leitura, agora, em plena pandemia do novo coronavírus, a Covid 19²⁹, em meio às lágrimas, que neste período estão produtivas. Choro os amigos mortos, choro por sentir a desesperança e comparar o número de mulheres em dificuldade neste momento, talvez, experimentando o mesmo sofrimento da mãe de Marta. O sofrimento da

²⁸ O livro foi publicado em forma de folhetim em 1889, dez anos depois foi editado em forma de livro. No decorrer do estudo, este fato será esclarecido.

²⁹ A Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global. O SARS-CoV-2 é um beta coronavírus descoberto em amostras de lavado bronco alveolar obtidas de pacientes com pneumonia de causa desconhecida na cidade de Wuhan, província de Hubei, China, em dezembro de 2019. Pertence ao subgênero Sarbecovírus da família Coronaviridae e é o sétimo coronavírus conhecido a infectar seres humanos. Os coronavírus são uma grande família de vírus comuns em muitas espécies diferentes de animais, incluindo o homem, camelos, gado, gatos e morcegos. Raramente os coronavírus de animais podem infectar pessoas e depois se espalhar entre seres humanos como já ocorreu com o MERS-CoV e o SARS-CoV-2. Até o momento, não foi definido o reservatório silvestre do SARS-CoV-2. (Fonte: Ministério da saúde do Brasil – link: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>).

pequena órfã de pai, também me remeteu a minha família no interior, à minha mãe que ficou viúva com 5 filhos menores e a mim mesma, viúva com três filhos, o mais novo com sete anos. A narrativa nos remonta à situação das mulheres nos finais dos oitocentos. Marta relata sua infância, a maior lembrança é a morte do pai e o medo de Deus:

Na morte, não era o pavor da cova negra o que me assustava mais, era a presença do Pae do Ceu, de que me fallavam a todo o instante, como uma punição para as minhas travessuras e um prêmio para virtudes que eu não conhecia e me pareciam de assombro! Effectivamente, que ouvia eu desde manhã até à noite? "Menina, não faça assim que Deus castiga". Por isso eu tremia toda, pensando que me queriam levar com meu pae para a presença desse Deus tremendo, inflexível, tão alto que se não pudesse curvar até as minhas faces lacrimosas, para um beijo de perdão ou de piedade (ALMEIDA, 1889, p. 7-8, grifo da autora).

O que impressiona são os detalhes impressos na memória da personagem, o significado do medo, originado pela imposição religiosa, invadindo os lares, a alma daquela criança, a vida, tudo.

Após a morte do pai, as duas Martas³⁰, mãe e filha, recomeçam uma vida totalmente diferente, pois são obrigadas a abandonar a casa que viviam. A narrativa tem como cenário uma moradia típica dos finais do século XIX, um cortiço³¹.

Memórias de Marta foi o primeiro romance editado pela autora, publicado antes como folhetim no jornal Tribuna Liberal do Rio de Janeiro, de 3 de dezembro de 1888 a 17 de janeiro de 1889, conforme informações do editor em Almeida (2009, p. 489). Dez anos depois, em 1899 virou livro pela Editora Casa Durski, de Sorocaba (São Paulo), com a terceira edição (segunda em livro), pela Livraria Francesa e Estrangeira Truchy-Leroy, em Paris, provavelmente em 1930.

O livro retrata em suas páginas traços literários, precisamente do real-naturalismo. Ambientado em um cortiço, no Rio de Janeiro, Capital Imperial do Brasil de então. Podemos dizer que Memórias de Marta por ter sido publicado antes de O Cortiço, de Aluísio Azevedo, publicado em 1890, foi o primeiro romance brasileiro a trazer um cortiço como cenário narrativo. Ainda, segundo a pesquisadora Rosane Saint-Denis Salomoni:

(...) no decorrer da leitura encontramos muitos pontos de contato entre as duas obras: Memórias de Marta e O Cortiço, perfeitamente aceitáveis em razão dos dois

³⁰ Marta, a narradora, conta sua vida desde a infância, sua mãe do mesmo nome, Marta, torna-se lavadeira e engomadeira após a viuvez. O drama realista, em primeira pessoa, é uma saga de dependências entre mãe e filha, com um processo de maternagem que representa, como modelo, a mulher do início do século.

³¹ Cortiço é a denominação dada, no Brasil, a uma casa cujos cômodos são alugados, servindo cada um deles como habitação para uma família. As instalações sanitárias são comuns. Geralmente ocupados por famílias de baixa renda, os cortiços são chamados tecnicamente de "habitações coletivas precárias de aluguel".

autores conviverem na mesma época, frequentarem espaços em comum e relacionarem-se amigavelmente, fato comprovado pela correspondência trocada entre os dois artistas (SALOMONI, 2005, p. 15).

No romance temos duas Martas, mãe e filha, sendo que a segunda é a narradora personagem. Marta, a protagonista, relata suas memórias, mesclando as passagens de tempo entre passado e presente, o livro todo traz em suas páginas lembranças dolorosas, sentimentos e visões de mundo de uma menina que conviveu desde a infância numa comunidade popular do início do século, narrando a difícil convivência e a miséria exposta dentro do cortiço, sua nova casa após o falecimento do pai:

Não posso acompanhar o movimento de transição da nossa vida, desse tempo para outro, em que habitamos um cortiço de São Cristóvão. Ahi já minha mãe não tinha criados, nem mesmo a velhinha que nos acompanhava outr'ora, e que partiu não sei para onde, nem com quem. Lembro-me de que vivíamos nós duas sós; minha mãe engommando para fora, desde manhã até à noite, sem resignação, arrancando suspiros do peito magro, mostrando continuamente as queimaduras das mãos e a aspereza da pele dos braços estragada pelo sabão (ALMEIDA, 1889, p. 9).

Analisando o fragmento acima, o texto nos mostra uma Marta de origem burguesa, numa casa com criados e uma velhinha que as acompanhava. Trazendo as interpretações semânticas à tona, verifica-se na posição das duas Martas o rebaixamento momentâneo de classe social. Trata-se de uma mulher burguesa com sua filha pequena, sendo obrigada a assumir a posição de arrimo de família num contexto onde a mulher era desamparada em casos de viuvez. Poucas mulheres sobreviviam sem sofrimentos naquela realidade excludente em relação ao gênero. No entanto, podemos, de certa forma, trazer as questões múltiplas dos sentimentos que a perda do marido poderia trazer naquele início de século. A viuvez, certamente era um grave problema para qualquer mulher naquele contexto. Levando em conta o estilo de vida, o modelo que cada família poderia ou não estar incluída naquela sociedade dirigida por uma ótica patriarcal, vamos encontrar variações que podem considerar desde a situação financeira às limitações de idade, o status social, perpassando, certamente, pelas questões de classe e raça. A mãe da nossa narradora, havia perdido tudo, o marido havia cometido suicídio após ser acusado de um roubo que não cometeu. Tiveram que abandonar a casa onde viviam com conforto, a mudança fez com que Dona Marta encontrasse como atividade ser lavadeira e engomadeira. Esta profissão é comum no Brasil dos oitocentos, especialmente entre as mulheres das classes populares em busca do sustendo da família. Sobre as questões das viúvas em finais dos oitocentos e início do século vinte temos:

As viúvas oitocentistas, identificadas pelo seu luto ostensivo, exibindo sua dor e suas mazelas, eram uma lembrança indesejável da finitude da vida e a expressão do sofrimento, da perda e do vazio. Contidas, silenciosas e silenciadas, passaram ao largo da História e dos assuntos considerados interessantes e que poderiam atrair a atenção do mundo acadêmico, exceto quando o estudo se relacionava à família e ao envelhecimento (BRANDÃO, 2013, p. 17).

Portanto, a vida para as mulheres viúvas que perdiam seus bens materiais, naquele contexto, não apontava caminhos de superação ao abandono e falta de recursos, uma das saídas era lavarem e engomarem roupas como ganho e sustento. A vida no cortiço, reunia essas mulheres em torno de um único local onde havia água para a lavagem das roupas dos clientes. Era realmente uma atividade popular:

Lavar roupas era um negócio no século XIX, não apenas no Brasil; uma profissão que concentrava principalmente mulheres pobres, que trabalhavam em conjunto. As lavadeiras faziam parte da paisagem das cidades, causando brigas e confusões ao redor de bicas, chafarizes e rios. Zola escreveu *A Taberna (materiais, naquele)*, em 1876. O romance conta a história de Gerais, uma lavadeira que ensaia um projeto de emancipação econômica, mas que, pressionada pelas circunstâncias e pelo alcoolismo, vê sua vida arruinar-se. No Rio de Janeiro, os lugares que reuniam tanta gente acabavam por se tornar locais de confusão, sendo muitas vezes alvo de batidas policiais. Brigas por amor, por tentativas de roubo ou mesmo por espaço ao redor das bicas e fontes de água acabavam inúmeras vezes numa profusão de palavrões (MONTELEONE, 2019, p. s.n.).

Em virtude dessa atividade, a mãe da protagonista precisava sair às ruas para entregar as roupas limpas e engomadas, numa dessas entregas, a narrativa nos apresenta o momento em que Marta em xerga a diferença entre a sua miséria e a vida da filha de uma das clientes de sua mãe:

Como me achei triste e feia o lado d'aquela menina da minha idade! Ella, muito alva, corada, olhos rasgados a brilhantes de alegria e de orgulho, o vestido claro, curto, bibe branco bordado, meias pretas esticadas por cima dos joelhos. Eu, pálida, o cabelo muito liso, feito em uma trança apertada, as pernas magras, as meias de algodão engelhadas, o vestido de lã cor de havana, muito comprido e esgarçado, os sapatos de duraque rotos! Ella compreendeu-me e demorou-se maldosamente a confrontar-me com altivez. Eu sentia-me humilhada e com vontade de chorar (ALMEIDA, 1889, p. 17).

Porém, apesar de conviver e viver os mesmos cotidianos das misérias dos seus vizinhos, no decorrer do romance a narradora enfatiza a vida no cortiço com olhares claramente burgueses, trazendo uma realidade escura e triste, nada de belo é apresentado das gentes de sua vizinhança, naquele ambiente apresentado como sujo, fétido e até insalubre, ela manifesta estranheza e repulsa:

Chamavam-me lesma! molle! palerma! E riam-se das minhas quedas, da minha magreza a da minha timidez. Eu em começo estranhava aquella moradia, com tanta gente, tanto barulho, num corredor tão comprido e infecto onde o ar entrava contrafeito, a água das barrellas se empoçava entre as pedras deseguaes da calçada (ALMEIDA, 1889, p. 11).

A menina branca de origem burguesa que se tornou uma menina pobre, descobriu na escola o desejo de ser como sua professora, seu esforço a levou a ser escolhida como discípula e protegida da mestra branca e bem casada, o que foi primordial para o futuro da nossa narradora personagem.

Os estereótipos aparecem o tempo todo nos sentimentos de rejeição de Marta ante a situação da sua vida pobre. Até as manifestações de afeto eram envoltas de sofrimento e imagens que singravam a leitura pela forma dura nas transcrições da narradora:

Eu, às vezes, ia brincar para a porta com umas crianças da vizinhança: mas as pequenas eram brutinhas e magoavam-me os pulsos, puxando com força por mim. Eu cahia, chorava alto, minha mãe corria a socorrer-me e levava-me ao collo para dentro. Sentia-lhe a respiração offegante, as mãos muito quentes e os beiços secos, queimados, que ella unia às minhas faces em beijos longos e sentidos (ALMEIDA, 1889, p. 10).

Nesse romance, não encontraremos nada que nos possa remeter a uma situação folhetinesca. Na página 12, Marta narra sua timidez e docilidade, o que pode ser traduzido por medo e passividade diante do que chamava de vida bruta das outras crianças, seu almoço quase sempre era café ralo com um pedaço de pão, apesar dos sacrifícios maternos, descrito de forma pesarosa pela filha ao ver com imenso sofrimento a vida da mãe.

Não menos difícil é uma cena na casa de uma personagem a quem o livro se refere como “ilhoa”³², Marta fica na casa desta vizinha quando a mãe precisa sair para entregar as roupas engomadas. A filha da portuguesa, vendo que ela está com fome, tira dos guardados um pedaço de carne com farinha. Ao flagrar a menina comendo, a “ilhoa” avança na filha que ofereceu a iguaria com demonstrações de violência.

A Carolina, filha mais velha da ilhoa, era compassiva e bondosa. Ha flores nos pântanos, e reflectem-se muitas vezes na lama os raios das estrellas. Eu gostava d'ella, que era como que uma aza a proteger-me das maldades dos irmãos mais novos. Nesse dia ella notou que eu tinha fome: é que já aviam passado quatro horas sobre o meu pobre almoço de café fraco e pão secco. Eu tinha apenas sete annos a nessa idade o appetjte não dorme; pois bem, a Carolina, condoída, deu-me um bocado de carne com farinha, dizendo-me ao mesmo tampo umas cousas consoladoras a meigas. Eu devorava verdadeiramente aquelle acepipe raro quando

³² Aquela que é natural ou habitante de um dos arquipélagos portugueses (Madeira ou Açores).

a ilhõa chegou. Vendo-me, perguntou admirada: — Quem te deu isso? (..) Eu tinha a bocca cheia a não pude responder logo. A Carolina disse sem titubear, com toda a sua costumada serenidade, que tinha sido ella A mãe enfureceu-se e fechando apertadamente as mãos, deu-lhe, com toda a rijeza de seus pulsos de ferro, uma meia dúzia de soccos que a deitaram por terra. A Carolina affirmava que o quinhão que me dera era o seu, só o seu, que ella não tinha vontade de jantar. (...) — Não me importa, continuava a enraivecida mulher, bato-te para que saibas que não se mexe na comida sem minha licença! (ALMEIDA, 1889, p. 13-14).

Estranha-se a maneira da narradora se referir a filha da Ilhoa, Carolina, dizendo que há flores no pântano. Percebe-se na personagem narradora uma constante e repetida ideia de mostrar os moradores do cortiço como sujos, fétidos, brutos, violentos com raríssimas exceções. Marca a possibilidade de que na classe burguesa³³ há, segundo o romance, um grau comparativo que eleva a classe de sua origem a uma classe superior, pois nada, nem ninguém naquele cortiço livrava-se das críticas contundentes da nossa narradora implacável e desiludida com a sorte. Considerando que Marta é oriunda das classes burguesas, pois no início do romance ela se recorda dos criados que sua mãe tinha, da profissão do pai, que trabalhava como caixeiro viajante³⁴, o texto revela nas entrelinhas dos enunciados a origem do seu olhar tão crítico.

Um recorte sobre questões de classe é apresentado numa cena que mostra a diferença entre a filha de uma cliente para quem a mãe de Marta lavava roupa e a Marta menina, que rememora esse passado, expondo seu sentimento de criança diante da enorme desigualdade, sentindo-se um trapo, revoltada sem saber o porquê, mas percebendo o imenso vazio que a separava da filha dessa cliente:

No vão de uma janella, ao lado da moringueira envernizada, uma menina da minha idade vestia, em uma boneca de cara de louça e corpo de pellica, um traje de velludo bronzeado, prendendo-lhe nos cabellos muito louros um laço da mesma côr. Vendo-me, sentou-se em um banco baixo e poz-se a tirar de um cofre fatos de seda, de setim e de cachemira para a sua querida boneca. Chamou-me, fez-me sentar a seu lado, mais por vaidade que por outra cousa, e desenrolou á minha vista o grande enxoval de *Mlle. Rosa*. Ria-se muito das minhas exclamações e movia *mademoiselle* em uns tregeitos graciosos, dizendo palavras amáveis e pretenciosas. Depois, enfastiada de brincar, fallou-me da mestra, das amigas, de uma festa de Natal a que assistira, de caixas de amêndoas forradas de seda, de *bombons*, de jóias, de passeios. conduziu-me depois para defronte do espelho, um grande espelho, que vinha do tecto ao chão, tomando uma parede toda. Como me achei triste e feia o lado d'aquella menina da minha idade! (...) Eu sentia-me humilhada a com vontade de chorar (ALMEIDA, 1889, p. 17).

³³ Classe social surgida na Europa, com o desenvolvimento dos burgos medievais e o influxo do comércio na sociedade feudal, e que principia a gozar, com o seu enriquecimento, de crescente liberdade e poder, passando a dominar sociopolítica e economicamente as outras classes, a partir da Revolução Francesa 1789.

³⁴ representante de vendas, empregado de comércio que viaja por conta de uma firma ou, se por conta própria, encarregado dos negócios de várias casas ou ramos; alabama, cometa.

A construção deste texto em Júlia Lopes pode ser uma estrada que atravessa questões de gênero e classe, mas é também um traço doloroso, sentido por um leitor mais atento. Seguindo, Marta ganha roupas usadas e dessa forma, pode frequentar a escola:

Lucinda não estava, fora para o collegio. A mãe tinha separado umas roupas, já curtas e apertadas para a filha, e deu-m'as. D'essa vez custou-me menos a receber da caridade. O primeiro passo é sempre o mais difficil em uma vereda desconhecida. Habitua-se a gente a tudo até ao perigo, até á humilhação! Perguntaram-me se eu já sabia ler. Minha mãe respondeu que não. — Mas porque a não mette na escola?! Ella já tem idade de aprender... — E que eu não podia mandar minha filha tão pobresinha para. a escola... agora que tem esta roupa sim, posso trazel-a asseiadinha e leval-a lá. — Faz bem, faz bem, disseram ameigando-me, as bondosas senhoras (ALMEIDA, 1989, p. 19).

A esmola, as “doações” caridosas que muito foram incentivadas por parte da igreja para que as mulheres das classes burgueses pudessem se apresentar à vida pública como senhoras bondosas, também é narrada no livro *História das mulheres no Brasil*:

(...)os religiosos reforçavam a hierarquia existente entre homens e mulheres e o ideal de reclusão feminina. Entretanto, ao mesmo tempo promovia um modelo de sacrifício pessoal e resignação a ser adotado pelas mulheres, a instituição religiosa podia fornecer-lhes um espaço de atuação (...) A própria instituição reservava alguns papéis ativos para elas ao incentivar que praticassem filantropia (HABNER, 2016, p. 48).

No mesmo texto, vamos da caridade à perversidade, práticas urbanas sentidas na pena de Júlia Lopes: Maneco, o filho da portuguesa, com menos de 10 anos sofre de alcoolismo, vítima do dono do botequim que lhe dava bebida para vê-lo embriagado e fazer chacota do mesmo. A descrição primeira sobre o menino, é como muitas outras, mostrando as impressões tristes de Marta:

O Manéco tinha oito annos, era magro, orelhudo e pallido; cheirava sempre a cachaça e vivia fumando as pontas de cigarros encontradas no chão. Era elle quem mais me affligia, entretanto quem mais me procurava! Quando se ria mostrava as gengivas arroxadas, como se estivessem cozidas pelo álcool, e os dentes grandes, deseguaes, ainda muito novos. Era alto para a idade, mas magríssimo, com o peito fundo, e braços e as pernas moles (ALMEIDA, 1889, p. 21).

A cachaça, bebida brasileira, atualmente conhecida no mundo todo, tinha a fama de ser a bebida dos desgraçados, dos pobres, das classes populares. Tal é a fama da mesma, que quando se pensava em alcoolismo, a imagem social era do pobre, do homem sem posses, caído na sarjeta das ruas, sujo, sem moral ou caráter para livrar-se do vício. Ao ser pertencente às classes populares, era atribuído culpa por sua “degeneração”. Cabe aqui, um

parêntese sobre a ideia social do alcoólatra naquele momento e sobre a bebida “cachaça”:

Cabe ressaltar, no entanto, que a cachaça mesmo sendo apreciada por pessoas de diferentes segmentos sociais, geralmente, esteve associada às camadas mais humildes da população, adquirindo também seu consumo certo preconceito (bebida de pobre, de negro, sendo, inclusive, menos valorizada em relação a outros tipos de bebidas), conforme Alencastro esse aspecto está correlacionado ao seu papel de mercadoria-escambo de escravos africanos e também pela associação que se estabeleceu entre a cachaça brasileira e São Benedito, o santo negro, esta “representação racial do santo se agregou ao uso de bebida que até o início do século XX foi considerada no Brasil como uma bebida quase exclusivamente de negros (SALES, 2010, p. 172-173)

Da morte de Manéco, os recortes de desigualdades continuam através da fala da nossa protagonista enredo afora. A primeira amiga de Marta na escola, é descrita como tantos outros personagens mestiços das tramas de Júlia Lopes como a “mulata” e os costumeiros estereótipos de raça: “feia, escura, marcada de bexigas, pouco inteligente...”, que flanavam nos finais do século XIX, sob os preconceitos de raça:

Dediquei-me principalmente a uma menina mulata, que, mais adiantada do que eu, tinha a paciência de ensinar-me as lições. Ficava a meu lado; era feia, escura, marcada de bexigas, com olhos pequeninos e amortecidos, o cabelo muito encaracolado a curto. Chamava-se Mathilde, teria doze anos e estava havia três na escola; era pouco inteligente, e não passava do *Segundo livro de leitura*, por mais esforços que a professora fizesse (ALMEIDA, 1889, p. 24)

Sobre Matilde, a narrativa relata um roubo que foi descoberto em flagrante, as humilhações na correção do mesmo faz de Matilde uma aluna proscrita na classe. Com o tempo, o romance nos relata que a “mulata” ficou violenta, revoltada e acabou sendo expulsa. Nesta passagem do texto, vamos pedir a presença de Lélia Gonzales:

(...) discriminação de sexo e raça faz das mulheres negras o segmento mais explorado e oprimido da sociedade brasileira, limitando suas possibilidades de ascensão. Em termos de educação, por exemplo, é importante enfatizar que uma visão depreciativa dos negros é transmitida nos textos escolares e perpetuada em uma estética racista (...) (GONZALES, 2020, p. 160).

Passando essa observação de Gonzales, sobre a cor de Matilde e sua expulsão da escola, vamos trazer as questões dos ideais médicos recém-chegados ao Brasil em finais do século XIX, sob a ótica de Gonzales, mais uma vez:

(...) sabemos que o colonialismo Europeu, nos termos com que hoje o definimos, configura-se no decorrer da segunda metade do século XIX. Nesse mesmo período o racismo se constitui como a “ciência” da superioridade euro cristã (branca e

patriarcal), na medida em que se estruturava o modelo ariano de explicação que viria a ser não só o referencial das classificações triádicas do evolucionismo positivista das nascentes ciências do homem, como ainda hoje direciona o olhar da produção acadêmica ocidental (GONZALES, 2020, p. 129).

Na fala de Lélia Gonzales temos o nascimento da eugenia³⁵ que neste contexto já começa a influenciar os pensamentos sociais no Brasil, acentuando a situação de discriminação e exclusão das populações negras após escravizados, limitando os direitos em relação à educação e ascensão social.

Movendo o leitor por esse mar de desigualdades, percebe-se nas entrelinhas do discurso, uma espécie de desconstrução, no sentido de rasgar o véu que socialmente deu aos mais abastados a ideia que corresponde à “meritocracia”, aos privilégios de classe. Podemos constatar no romance, a questão da interseccionalidade presente, ou seja, Júlia Lopes de Almeida evidencia em seu livro, como a questão relativa à classe social interfere na maneira como as mulheres são vistas, tratadas e reconhecidas. Segundo Davis (2016) a opressão que a mulher negra sofre não é igual à da mulher branca, além da questão do gênero, está interseccionalizada também com as discriminações de raça e de classe. A mulher branca passa discriminações relativas ao gênero, por causa da cultura patriarcal, mas não sofre com as discriminações de raça, lembrando que estes também estão relacionados aos componentes de classe, pois a maior parte da população que pertencente as classes populares são negras – por motivos segregacionistas históricos.

Mesmo presenciando tantos episódios excludentes, a escola foi para nossa narradora o lugar mais feliz, a imagem da esperança, o espaço de futuro para ascender socialmente. Seu sonho sempre presente: ser professora, tirar a mãe do cortiço e dar a ela uma vida mais digna, sem tantos sacrifícios. Num contexto repleto de marcas de interseccionalidade³⁶, de desigualdades sociais, retratado pela narradora em Memórias de Marta, as tristezas são expostas, a melancolia das férias que a privavam da escola, que para ela era o momento de livrar-se do seu ambiente domiciliar, enclausuravam-na no quarto do cortiço, infeliz até ficar doente.

³⁵ O conceito de Eugenia é atrelado a um discurso de melhoria da espécie humana. Nos Estados Unidos, a teoria foi influente na história e cultura norte-americana a partir do século 19, determinando desde leis antimiscigenação que proibiam casamentos inter-raciais e estabeleciam esterilização compulsória em mulheres latinas, negras e indígenas. No Brasil, a eugenia foi abraçada por médicos, cientistas, jornalistas e intelectuais da época, que também defendiam uma série de práticas para "melhorar" a nação brasileira. Nos jornais, não era incomum encontrar artigos exaltando a eugenia.

³⁶ Interseccionalidade é um conceito sociológico que estuda as interações nas vidas das minorias, entre diversas estruturas de poder. Então, a Interseccionalidade é a consequência de diferentes formas de dominação ou de discriminação. Ela trata das interseções entre estes diversos fenômenos (MOUGEOLLE, Léa, 2015).

O romance é uma ode à educação, como se a escola fosse, para as meninas das classes populares o único e maior caminho para um futuro sem as misérias narradas por Marta. Tornar-se professora era o maior desejo da personagem. Já naquele momento, as mulheres haviam conquistado o magistério nas classes iniciais. Podemos dizer que foi uma conquista, apesar de encontrarmos na história da educação a alusão ao pendor maternal para exercer as funções de educar nas séries iniciais. Naquele momento, falava-se na necessidade de educar o sexo feminino, oferecendo para as mulheres o papel de educadoras da infância. Desta forma, foi atribuído à mulher uma espécie de dom natural para o exercício do magistério infantil. Portanto, houve um deslocamento do lar para as salas de aula, como se este, também fosse um local santo, uma atividade missionária. Essa possível introdução do sexo feminino no espaço educacional, tornou-se uma nova questão de gênero e pode, relativamente, ter impedido a inserção de muitas meninas em outros campos profissionais.

No percurso da história da profissão docente, encontra-se o ingresso da mulher professora repercutindo significativamente no processo de definições e construção da identidade do magistério, o que, segundo Nunes e Ramalho (2006), trouxe modificações acerca da identidade de gênero e da identidade profissional da docência. Na construção da identidade de gênero estão presentes as relações entre espaço público e privado, bem como as representações do que era julgado “adequado” ao feminino e ao masculino. No caso do magistério primário, essas relações se encontram imbricadas na construção da identidade docente e no processo de transformação desta profissão como feminina. No entanto, os autores alertam ser necessário compreender este processo de feminização sem desconsiderar que a saída dos homens da sala de aula não “significou sua ausência do campo educacional, no qual permaneceram e permanecem em cargos de comando e poder, o que denota uma significativa presença da dominação masculina no âmbito da docência (UEKANE, 2010, p. 44, grifos do autor)

Marta progredia na escola à custa de muito esforço para a realização do seu sonho, amparada pela lida penosa da mãe, queimando os braços no ferro de engomar, que de tão pesado foi apelidado popularmente de maxambomba³⁷. Uma nova estudante ganhou sua admiração, seu nome era Clara Silvestre, que também, posteriormente, evadiu da escola. Mais tarde, Marta tem um encontro inesperado e surpreendente. Neste reencontro das duas colegas de classe, Clara lhe declara grande admiração e diz que gostaria de ter sido igual a ela. No texto, a situação é descrita num diálogo velado, mas que nas entrelinhas, a moça vestida com exagero e um certo requinte, está na companhia de diversos rapazes estranhos que recamam em voz alta sua volta à presença deles dentro de um automóvel, o que nos dá a entender que a menina vaidosa e sonhadora, tornara-se uma prostituta. Sobre os cotidianos

³⁷ Vagão ferroviário com mais de um pavimento.

escolares apresentados por Marta na escola de meninas, ela comenta fatos que esclarecem casos de “evasão escolar”, apresentando-o como pouco ou nada relevante:

Em cada anno que começa há uma onda nova de meninas, que entram, e um grande vácuo de meninas que sahiram, algumas sem uma palavra ao menos de despedida! Cada dia ocorre-nos à lembrança uma ou outra collega que não tornámos a vêr! (ALMEIDA, 1889, p. 41).

Neste contexto em finais do século XIX, estudo sobre questões de evasão escolar, esclarecem:

A identificação da presença da população de origem africana nas salas de aula não significa negar as tensões na convivência de crianças de origens raciais diferenciadas e os conflitos subsequentes. Como apontado anteriormente, Almeida (1899) comenta que muitos pais tiravam os filhos das escolas pública, temendo a convivência com crianças negras (GOUVEA, 2007, p. 133).

O romance é uma ode à educação, como se a escola fosse, para as meninas das classes populares o derradeiro caminho para um futuro sem as misérias narradas por Marta. Trata-se de um imenso estímulo à educação formal para as meninas. Tornar-se professora é desejo da personagem, como se fosse a única saída para alguém que se enxergava tão feia, sem atrativos, sem nada que pudesse chamar a atenção de um rapaz, já que o casamento para as mulheres naquele período, era considerado o caminho ideal. No entanto, Marta tornou-se discípula de sua mestra, que a orientou, ajudando e valorizando seu esforço até tornar-se ajudante da professora. A educação naquele momento, poderia lançar mão da formação pela prática, como nos relata Gondra e Schueler:

À primeira vista, ao analisarmos os saberes prescritos para a formação escolar das meninas, podemos salientar, como o fez grande parte da historiografia especializada na temática da escolarização, que a preparação para vida doméstica era o ideal de instrução primária feminina, pelo menos conforme foi estabelecido pela legislação. Estes estudos afirmam que, durante todo o século XIX, tal diferenciação curricular se relacionou à manutenção de um modelo dominante e hierárquico nas relações sociais de gênero, que implicavam o domínio patriarcal e a reserva de funções domésticas às mulheres (...) Além disso, é preciso considerar também que um dos modelos de aprendizagem do ofício docente então vigente implicava o recrutamento de aprendizes, alunos e alunas das próprias escolas que, na condição de monitores(as), auxiliares e professores(as) adjuntos(as), eram formados(as) pela prática, por meio de processos de transmissão direta dos saberes do ofício. Nesse sentido, ao longo do século, grande parte das meninas e mulheres que se *fizeram* professoras primárias, aderindo ao magistério em escolas e colégios públicos ou particulares (...). (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 205-206).

Em relação à educação formal, para muitas meninas das classes populares, este era

um tema que nem sequer era cogitado, suas presenças e importância na manutenção da vida, substituindo a mãe que precisava exercer atividades de ganho, ou mesmo andando pelas ruas da cidade em busca de diversas atividades em meio a pobreza que se instalou após a abolição da escravatura, tornava-as vítimas do distanciamento com as letras e as escolas. Elas muito cedo assumiam o papel de ajudante da mãe, como era o caso de Carolina, filha da portuguesa. Trabalhava e abandonava-se no cuidado com os irmãos e assumia pela imposição austera da mãe, o fazer doméstico para manutenção da família: “Passava as tardes em casa da vizinha, brincando com a Rita e o Manéco, enquanto a Carolina trabalhava. A pobre sofria calada as rebentinas da mãe, estava sempre magra, espigada, e no seu rosto oval e sardento, os olhos claros derramavam uma tristeza impressionadora. Era a doença, era o cansaço, porque ella estupidificada pelo meio, nem tinha consciência do sofrimento” (ALMEIDA, 1889, p. 30). Segundo Schueler:

Em meio a essa população que dominava as ruas, as crianças e jovens representavam seus papéis de "pequenos agentes" na luta cotidiana. Moleques de recados, vendedores ambulantes, criados e aprendizes, as crianças populares, escravas, livres nacionais ou estrangeiras, exerceram diversas funções na sociedade e teceram com suas mãos um quinhão da história. Nas principais cidades do Império, as crianças e jovens representavam espetáculos à parte. As fontes primárias disponíveis, como os *Relatórios Provinciais*, os arquivos de polícia, os relatos dos viajantes e contemporâneos, os documentos das instituições de assistência leiga, religiosa e educacional, assim como outros inúmeros documentos, chamam a atenção para a presença e a vivência marcantes das crianças e jovens na vida do Império, notadamente àquelas pertencentes às classes trabalhadoras e pobres (SCHUELER, 1999, p. 1, grifos da autora)

Não seria difícil encontrar razões para que tantas crianças fossem assíduas frequentadoras das ruas, o romance mostra os cortiços com seus cômodos apertados e a condição de higiene comprometida, vem nos dizer para além das lembranças de Marta, as mazelas de todos os tempos, nos remetendo ao momento de pandemia neste 2021, com o coronavírus. Como estarão nossos alunos das escolas públicas, das nossas periferias, onde um pequeno cômodo pode abrigar mais de uma família? Quantas enfermidades ainda sem recurso... e a vida parca. Nos conta Marta, sobre as doenças que certamente acometiam outras crianças:

Ao expirar das férias, caí gravemente doente. Desenvolvera-se no *cortiço* a epidemia terrível de diptheria, e o sarampo. Minha mãe, enlouquecida, não me desamparava... velava assídua noite e dia, por sua pobre doentinha, evitando o menor golpe de ar, proporcionando todo possível conforto. Logo no primeiro dia de doença, correu à casa do médico, de manhã, mas só à noite é que elle appareceu, o que a desesperava de impaciência... eu gemia baixo, enfraquecida e

prostrada pela intensidade da febre. Delirei, tive suffocações medonhas e só depois de duas semanas pude levantar-me, muito tremula a muito impertinente (ALMEIDA, 1889, p.37).

Em diversos momentos da história, podemos encontrar preocupações relacionadas às condições de saúde dos centros urbanos. As questões vindas do continente Europeu, as dificuldades e os projetos que sempre permaneciam, na intenção de banir da capital a imagem da pobreza. Os cortiços, considerados habitações coletivas, eram alvo desses projetos:

Políticas de controle e limpeza das habitações coletivas e dos espaços "imundos" das cidades foram alvos das batalhas dos poderes públicos, os quais recorriam aos ideais de racionalidade científica, "ordem" e "progresso" para justificarem sua intervenção, a despeito das diferenças sociais e das lutas de classes. Apontando para a necessidade de higienizar e sanear, vacinar, construir diques e lavadouros, habitações salubres, edifícios, escolas e colégios etc., os higienistas, médicos e demais dirigentes imperiais intentavam não apenas transformar e modernizar as cidades, mas atingir os costumes e hábitos da população (SCHUELER, 1999, p. 1, grifos da autora).

Encontramos em Júlia Lopes a imagem triste narrada em primeira pessoa pela personagem Marta, os crimes que aconteciam no cortiço, o meio embrutecido comentado em partes da narrativa e por fim, a volta à escola, onde Marta estava imensamente feliz por poder levar Lucia, uma das filhas da portuguesa. Até que, num certo dia, na volta da escola, encontram ajuntamento e barulho em frente ao botequim e a polícia segurando a “Ilhoa” possessa de raiva, depois de ter partido com violência para cima do dono do botequim que embriagava o Maneco, agora, desenganado por um médico, em estado avançado de cirrose. A tristeza deste momento, a fragilidade da vida pobre. Carolina, cuidou do irmão até o último suspiro:

(...), entretanto, a Carolina lavava o irmão com um pano molhado, e vestia-o com muito cuidado, como se temesse desprender-lhe os braços ou as pernas.... Pesava um abatimento extraordinário sobre aquela gente. Nenhum grito, nenhum acesso, nenhum ataque perturbou a tristeza grave, a solemnidade d'aquella morte tão esperada e tão triste.... Estavam todos cansados, silenciosos e quietos. Chegou enfim a hora das despedidas. A Rita beijou o irmão na testa, fechando os olhos, com um leve estremecimento que lhe percorreu o corpo. A Carolina beijou-o na boca, inundando-o de lagrimas. O pae abençoou-o muito commovido; a mãe então suspendeu nos braços aquelle corpo imóvel de uma magreza transparente, e conchegou-o ao peito, como se o quizesse guardar; depois beijou-o longamente, longamente, e foi depol-o no caixão, sem flores, sem um crucifixo, sem nada... (ALMEIDA, 1889, p. 70)

A morte de Maneco passa pela trama como uma lâmina de realidade naquele espaço

pobre. A dor da família é igual a dor de qualquer menino que morre, mas as circunstâncias, o motivo torpe, o desamparo daquela miséria, realmente oferece um rastro de denúncia que perpassa a questão de classe, raça e gênero.

O conceito de maternagem³⁸, está implícito na voz da narradora do romance em questão, lançando para a mulher um certo grau de culpabilidade por eventuais “erros” na educação da prole:

Com que orgulho eu penso na desvelada sollicitude que tem em geral a mulher brasileira para o filho amado! Não o repudia nunca, trabalha ou morre por elle. Coração cheio de amor, perdoemos-lhe os erros da educação que lhe transmite e abençoemo-la pelo que ama e pelo que padece! (ALMEIDA, 1889, p. 140).

A maternidade na figura da mãe de Marta, retrata a extensão da maternagem na santificação da mulher segundo os padrões positivistas daquele final de século: uma proposta para que as mulheres tivessem o lar como seu altar:

Assim, a função básica da mulher é manter a harmonia na sociedade doméstica, educar os filhos dentro da mentalidade da ordem, da sujeição e do respeito aos pais e, por extensão, aos adultos e às autoridades constituídas. O lugar de sua atuação se restringe às paredes domésticas, onde ela se mantém como ‘rainha do lar’, na dependência econômica de seus maridos que, segundo Augusto Comte “deve sustentar a mulher, a fim de que ela possa preencher convenientemente seu santo destino social” (PEREIRA, 2016, p. 237, grifo do autor).

Mesmo que esse modelo de mulher e essa santidade atribuída ao sexo feminino fosse algo considerado importante, as classes populares forneciam mão de obra para as fábricas e indústrias. Mulheres e crianças foram mão de obra tão necessária, que segundo Scott (2016, p. 18): “Em 1872 (ano do primeiro recenseamento geral do Brasil), as mulheres constituíam 76% da força de trabalho nas fábricas. Portanto, como podemos notar, as mulheres das classes populares sempre trabalharam para o sustento de suas famílias, de maneira formal ou informal, mas sempre foram à luta por dinheiro e às ruas para cumprir suas labutas diárias, e a narrativa expressa esses movimentos cotidianos nas habitações do cortiço onde residia nossa protagonista.

O progresso de Marta na escola e seu afinco para tornar-se mestra foram aos poucos ganhando forma:

³⁸ O conceito de maternagem na atualidade coloca a mulher numa posição de dedicação incondicional em relação aos filhos. A sociedade contemporânea com base nos postulados positivistas ainda possui uma visão patriarcal do tipo de “mãe ideal”: aquela que dedica integralmente seu tempo para cuidar dos filhos, que abdica de seus anseios individuais em benefício da família heteronormativa.

Ao fim de dois annos fiz exame com desembaraço e firmeza: ficaram ahtonitas as professoras, que me sabiam tímida e nervosa. Foi um dia de triumpho para mim, que nunca me vira tão bonita, com o cabello crespo a papelotes, o vestido branco transparente a fita azul do uniforme a tiracollo. Aquelle vestido, aquelia fita, quantas horas de trabalho custaram à minha pobre mãe! Hoje vejoos atravez das lágrimas de saudade e reconhecimento; então via-os entre os risos da vaidade e da ignorância, a ignorância natural na despreoccupação da meninice! (ALMEIDA, 1889, p. 280).

Com o pequeno salário da ajudante da professora, as duas Martas mudaram-se para a casinha perto da escola. Enfim fora do cortiço, o lugar que Marta tanto rejeitou a vida toda, de onde sempre quis sair, de onde presenciou tantas desgraças, o cômodo sombrio e frio ficava para trás. Não era nenhum palacete, uma casinha simples, mas onde entrava o sol. Talvez isso fosse o que todo ser desse mundo deveria ter direito: ao sol.

Fizemos a mudança. Agora entrava sem frouxidão a luz do dia na nossa morada alegre, com um bello cheiro a nova, toda envernizada e limpa. A mobília destacava-se de velha, rara e feia naquelle ninho risonho e fresco; mas... ora! isso a pouco e pouco se iria arranjando também. Minha mãe trabalhava sempre; assim era preciso para sustentar-nos. A nossa vida não decorria num scenario tão lugubre, mas estava longe de poder ser considerada feliz (ALMEIDA, 1889, p. 77).

A vida de menina Marta, figura como exemplo de perseverança e honestidade, modelo da sociedade de então, num discurso de pureza incontestável. Parece que o texto quer nos dizer o tempo todo que sua origem burguesa, branca, não a havia feito para o ambiente do cortiço, que sua tenacidade e objetivo serviria para todas as moças que lessem suas memórias:

Assim cheguei à idade de vinte annos, passando o melhor tempo da vida a estudar para ensinar, ou curvada sobre a costura, ao lado de minha mãe, que enfraquecia muito e trabalhava sempre... Eu não tinha amigas intimas, nem amores; não dançava nunca, não lia novelas... (ALMEIDA, 1889, p. 82).

No entanto, para tornar-se professora, ela e seu empenho, conquistaram a ajuda e a atenção da sua Mestra, que a conduziu desde pequena para realizar o se derradeiro sonho, o que nos leva a crer nas dificuldades das mulheres das classes populares para atingir qualquer posto educacional de maior categoria social. As dificuldades pelas quais ela e a mãe passaram, são na realidade a certeza maior de que as chances de transformação que tocavam as questões de gênero, classe e raça, precisavam de algo além do incomensurável esforço empreendido por Marta:

A mestra era bondosa, mas impunha-se ao respeito e evitava intimidades. Cumpria rigorosamente os seus deveres e não perdoava a quem não fizesse o mesmo. Ensinara-me desde o A B C e tinha por isso grande império sobre mim. Empenhara-se na minha carreira; fallara aos examinadores a meu respeito; protegia-me, levando-me á tarde à Escola (ALMEIDA, 1889, p. 83).

Já na casa nova, apesar da simplicidade, Marta está finalmente feliz, porém começa a sentir-se mal, humor em desalinho e muitas dores de cabeça, tonteiras. A mãe preocupada, leva a filha ao médico e o diagnóstico muito comum à época era histeria:

Ao mesmo tempo vieram-me vertigens e horas de humor execrável, em que eu me fechava em um silencio agressivo e doentio. O medico aconselhou que me casasse. Aquillo era hysticismo. Taes palavras foram como que chicotadas que me batessem nas faces. Minha mãe ficou-se a olhar para elle, com os seus olhos tristes.... O médico sorriu e remediou: — Ou então uma viagensinha, distracções... ar puro.... (ALMEIDA, 1889, p. 96).

Mesmo no século XXI, o desejo sexual das mulheres, de certa forma, ainda é invisibilizado e no século XIX era tratado como doença, foi no século XIX que inventaram o vibrador como instrumento de cura. Mais de cem anos de história, as questões de gênero, vinculadas ao desejo ainda são considerados tabu. O vibrador foi inventado como auxiliar no tratamento dos sintomas de uma doença conhecida como “histeria”³⁹. Não se reconhecia o orgasmo feminino, levou tempo para que a psiquiatria abafasse o caso e o vibrador ocupasse espaço na vida comum das mulheres.

Ilustrando o diagnóstico de Marta, trouxemos um anúncio de uma das páginas da revista *Fon-Fon!* de 1907, “reclame” de um remédio que curava os males do útero, afirmando que se o útero estava mal, todo o resto ficaria mal:

³⁹ Reclame pode ser propaganda, apresentação comercial de um produto.

Mesmo lutando dia a dia para estudar, mesmo vendo sua mãe trabalhar de sol a sol para dar sustento a ambas, o final do romance revela a triste realidade de um modelo social onde a classe trabalhadora sofre explorações e impedimentos para realizar pequenos sonhos, enquanto a classe dominante detém privilégios muitas vezes travestidos de “mérito”.

3.2 *A Falência*, romance, Rio de Janeiro, 1901

O Rio de Janeiro, capital federal de então, cenário de muitas de suas ficções, atravessava um momento bastante atribulado em termos políticos e econômicos, o ambiente privado das famílias burguesas também vai servir de pano de fundo para a construção dos seus enredos e caracterização dos seus personagens, como por exemplo em *A Falência*, livro, 1901 (LOBO, p. 162), para muitos a sua obra mais importante. O romance traz como cenário a capital da república de então, a cidade do Rio de Janeiro, tendo como pano de fundo o *modus vivendi* e o pensamento social retratado em seus capítulos.

Nesta obra, Júlia Lopes de Almeida retrata o momento histórico do Brasil na virada dos oitocentos para o século XX. A criação literária parece ser escrita com base na vivência da autora. O romance nos apresenta uma escrita bem elaborada, sugere atemporalidade, pois nos remete a algo bem atual: crise econômica, ambição desmedida, materialismo, superficialidade burguesa, status e emancipação social. Segundo depoimentos de sua filha Margarida Lopes de Almeida, são palavras de Júlia Lopes de Almeida sobre esta obra:

Escrevi este romance duas vezes. A primeira em solteira, e dessa primeira feitura figuram dois capítulos no meu livro de contos ‘Traços e Iluminuras’ escrito ainda com o meu nome de menina. Esse romance rasguei-o, sentindo que lhe faltava o que o seu assunto exigia e que só depois de mulher eu lhe poderia dar completamente: o conhecimento da vida. A ideia ficou cantando no meu espírito e só depois de muitos anos de casada e cinco vezes mãe, foi que o escrevi do primeiro ao último capítulo, definitivamente (ALMEIDA, Cláudio - arquivo pessoal).

Chamou-nos à atenção a linguagem simples com que a autora compôs “*A Falência*”. Podemos dizer que tal simplicidade encontra-se permeada por um fazer literário muito bem construído, um texto que flui com naturalidade, com linguagem simples, mas vê-se no mesmo, a presença de talento e muito trabalho.

O português Teodoro, principal personagem masculino de “*A falência*”, chegou ao

Brasil “com uma mão na frente e outra atrás”, com imenso esforço, consegue enriquecer. Trata-se de uma pessoa generosa e honesta. Ao ver-se só, sente necessidade de formar família e anima-se ao pensar em deixar sua fortuna para seus futuros filhos e revela o pensamento: “Para que lhe serviria o que juntara, se o não compartilhasse com uma esposa dedicada e meia dúzia de filhos que lhe herdassem virtudes e haveres?”. Casa-se com Camila, moça de origem humilde, cuja família estava prestes a se mudar para Sergipe. O casamento trouxe para a família da noiva a solução para os problemas financeiros pelos quais passavam. Segundo Mazza:

Na tradição ocidental judaico-cristã, a figura feminina foi considerada como algo frágil, que deveria, portanto, ser protegida pelo pai, marido ou irmão mais velho. De modo que o casamento era um ritual que passaria a mão da filha para os cuidados, agora, do marido (MAZZA, 2016, p. 1).

Na narrativa a autora expõe a “necessidade” do casamento para a vida da mulher, visto, muitas vezes, como única solução para obter-se respeito e tranquilidade futura. Logo na primeira visita de Argemiro a casa onde residia Camila, a mãe da moça tenta de forma indireta, referir-se a filha, na tentativa de mostrar seus dotes para o casamento: “Camila fazia crochê perto do lampião; Sofia refugiara-se num canto do canapé, queixando-se da cabeça. E a mãe a falar com ar de sinceridade (...). A cada instante o nome de Camila saía-lhe da boca com um elogio...” (ALMEIDA, 2019, p. 16).

Também no romance *Memórias de Marta* (1889), a fala materna expõe sua tranquilidade, caso a filha se casasse com alguém de bons costumes, pois “a reputação da mulher é essencialmente melindrosa” (ALMEIDA, 1899, p. 142).

Segundo Pierre Bourdieu (2002, p. 17), em “A dominação masculina”, a divisão social existente entre os sexos tem como origem um olhar que “adquire todo um reconhecimento de legitimação”. A “máquina simbólica” acha campo fértil no próprio comportamento cultural das pessoas, instalando assim, padrões de conduta; desta forma, quando tais padrões sociais desejados pelo meio tornam-se habituais, ou seja, são imitados e repetidos com sentimento de naturalidade, instala-se certo conformismo, e as afirmações sucessivas de tais modelos, acabam por determinar a segregação dos gêneros.

O tema do casamento é sem dúvida crucial quando a abordagem é a diferença entre os sexos. Em “A falência” o lugar do feminino está bem marcado através de suas personagens.

Quando entrou em sua nova casa, na Rua da Candelária, a moça recém casada não

observou tudo que lhe esperava, como havia pensado Francisco Teodoro, não pensou em olhar toda a casa, foi direto para uma sacada e murmurou: “Se ao menos se visse o mar...”. O romance mostra Camila como uma mulher fútil, a propriedade da família sempre recebia amigos para reuniões festivas:

A imensa casa era então pequena para o número de amigos. Nos jardins iluminados a barões e a copinhos, nas salas, nos corredores, nos terraços, no bufet, nos quartos, em toda a parte havia povo, rumor de vozes e cheiro abafado de plantas pisadas, flores amornadas por luzes, essências diversas reunidas ao odor dos molhos e das carnes servidas no banquete... Os convidados varavam todos os aposentos, como quem anda por sua casa... e um pianista pago dedilhava no piano as polcas e as valsas do seu repertório. (ALMEIDA, 2019, p. 85).

Viveram em paz, e em paz continuaram mesmo com o reaparecimento de Sodomita na vida de Teodoro, e este cobriu de infidelidade a esposa, sentindo-se conformado pelo fato de nada faltar a Camila e por dar-lhe uma vida de luxos, além das remessas para Sergipe e de ter em casa o cunhado indolente. Também abrigava a sobrinha Nina, dizia que “pelo menos serviria para ajudar Camila a criar as filhas, principalmente as gêmeas, visto que o Mário, o único filho, já estava praticamente criado”.

Percebe-se que somente quem comete adultério é a mulher. O artigo 250 do CP/1830 é claro quanto a isso. O homem, segundo o artigo 251 do mesmo diploma, não comete adultério, comete algo inominável (se tiver "concubina, teúda e manteúda" caracterizando uma repetição de conduta e em termos de hoje caracterizaria sustentar a "amante" e não apenas ter um caso passageiro) que teria a mesma pena do adultério. Assim, chegamos à fácil conclusão que o homem não poderia cometer adultério. (...) O Código Penal de 1830 foi substituído pelo Decreto n. 847, de 11 de outubro de 1890, que promulgou o então novo Código Penal. Este na mesma esteira do seu antecessor, continua trazendo, em seu capítulo IV, o adultério como crime. Aperfeiçoou-se apenas os dispositivos e a tipificação. Com efeito, não houve alteração substancial no crime (OLIVEIRA FILHO, 2011, p. 1, grifo do autor).

Nesta altura, a família já residia em um palacete em Botafogo e a filha mais velha do casal, Ruth, dedicava-se aos estudos e principalmente ao violino. É no palacete de Botafogo que o romance nos apresenta o Dr. Gervásio Gomes, médico da família e amante de Camila.

A partir do terceiro capítulo vamos encontrar como tema a infidelidade feminina, abordado por Júlia Lopes de Almeida em *A falência*. Nesta parte da narrativa, Júlia passa a tornar claras as consequências sofridas pelas mulheres que praticavam o adultério. Porém, nossa autora mostra na personagem Camila um forte traço romântico, mas não uma mulher tão conformada como seria de se esperar. Vê-se uma Camila que questiona as regras vigentes e que acaba por transgredir as mesmas da forma mais velada possível, por amor e

por sentir que pode buscar a felicidade, o que para a época era inadmissível. O filho Mário, descobre o adultério da mãe e passa a torturá-la, com comportamentos de condenação e ódio pelo Dr. Gervásio.

As mulheres inseridas no contexto social do romance, estavam submetidas ao seu “reino doméstico”, ao espaço privado do lar. A maioria acreditava que à mulher era destinado um bom casamento, os pretendentes eram escolhidos pelos pais. À elas era ensinado, principalmente, prendas domésticas, cuidar das roupas da família, passar, lavar, costurar, bordar, cozinhar e cuidar dos filhos. Porém, fora desse contexto, muitas mulheres nos grandes centros trabalhavam como operárias, professoras, secretárias, vendedoras. As das classes mais pobres, em sua maioria negras, trabalhavam nas casas de família como domésticas. Na educação, eram mestras das classes de primeiras letras. Os cargos de comando, na maioria quase absoluta, eram ocupados por homens. Ao mesmo tempo, algumas mulheres já participavam dos movimentos operários por melhores salários, por condições de vida mais dignas. As mulheres das classes burguesas, já haviam, desde o surgimento da república, iniciado suas reivindicações pela “emancipação feminina”. Esses são os primeiros ventos dos feminismos que vinham importados de outros países e amplamente debatidos na imprensa carioca, que se mostrava bastante profícua naquele momento. Muitos estudiosos consideram este, o período em que se passou a discutir sobre as novas construções dos conceitos de público e privado, como vemos no fragmento abaixo:

Na verdade, diferentes formas de inserção de leitoras e escritoras na grande imprensa conviveram ao longo do tempo. Ainda que bastante distintas, tanto as seções femininas nos moldes tradicionais, quanto a presença de enquetes e de colaboradoras em lugar de destaque, expunham os limites e os fracassos de uma orientação normativa e generificada das concepções de público e privado. Sob essa perspectiva, os jornais diários, assim como outros tipos de periódicos, ampliavam o debate sobre o caráter dessa divisão, ao invés de simplesmente imporem ao leitorado uma visão única. Por outro lado, é inegável a importância ideológica dessa distinção, tanto nos últimos anos do período imperial, quanto no alvorecer republicano. Na própria imprensa, ao longo do tempo e em diferentes seções, a oposição entre público e privado foi mobilizada como parâmetro para descrever e avaliar as ações de diferentes sujeitos, não raro com base em uma perspectiva de gênero (GARZONI, 2012, p. 26-27).

No fragmento acima, em finais do segundo império e início da república, encontramos as questões de gênero perpassadas pelas discussões sobre os espaços públicos e privados. Os limites e fracassos de tais orientações normativas, possivelmente têm relação com a escrita feminina, que naquele momento já ocupava páginas importantes nos veículos mais populares da imprensa carioca.

Sobre o papel da mulher e a possibilidade de formação educacional, temos uma resposta do personagem Francisco Teodoro a uma pergunta da irmã do comandante sobre o que ele pensava do termo “emancipação da mulher”, foi numa visita ao Netuno, embarcação do Comandante Rino, diante de todos, inclusive de Camila, sua esposa, ele anuncia:

– Minha senhora, eu sou da opinião de que a mulher nasceu para mãe de família. Crie os seus filhos, seja fiel ao seu marido, dirija bem a sua casa, e terá cumprido a sua missão. Este foi sempre o meu juízo, e não me dei mal com ele, não quis casar com mulher sabichona. É nas médiocres que se encontram as Esposas (ALMEIDA, 2019, p. 72).

Se a resposta é definitivamente contra as oportunidades que dariam a mulher o direito a educação e aos estudos. No entanto, a Srta. Catarina diz que ele investe na educação de sua filha Ruth. Em relação ao termo “sabichona” encontrado na resposta citada acima, é um comentário que se refere a uma mulher “cultu”. No entanto, o vocábulo soa pejorativo, como se a cultura tornasse a mulher incapaz para o casamento. No caminho de volta, ao saírem do Netuno, Teodoro fica na rua 1º de março e Camila segue para casa com sua filha Ruth e com Dr. Gervásio. Em determinado momento acontecem cenas de ciúmes, quando por eles passa uma mulher de preto que deixa Dr. Gervásio desconcertado e ele informa a Camila que tal mulher faz parte de um passado...

Como podemos sentir, para a mulher retratada no romance em questão, raras eram as que se atreviam a subverter a ordem dos costumes, onde o lugar delimitado para o gênero feminino era o de esposa e mãe, cuidadora do lar. Todavia, o romance põe em cena as mulheres pobres, mostrando que estas sempre trabalhavam a exemplo de Noca, a principal trabalhadora da casa de Camila, que reúne atribuições de cuidados com todos da família de forma carinhosa e afetiva, mostrando uma docilidade ímpar e generosa. Mesmo assim, durante a narrativa, o texto revela pistas que apontam para o grau de exploração sob o qual ela vivia. Após uma das reuniões festivas na casa, após todos os convidados terem saído, Noca ainda estava a postos para quaisquer recomendações dos seus patrões:

Francisco Teodoro girou pela casa verificou se estava tudo bem fechado e fez à mulata as perguntas previstas pela mulher. Depois, já a caminho do dormitório, voltou-se e foi dizer-lhe: – Olhe, Noca, se a enxaqueca do Mário aumentar, sempre será bom dar-lhe uma pastilha de antipirina... – Si, senhor, eu vou ver... Francisco Teodoro saiu, e a criada suspirou, vexada, abaixando a cabeça (ALMEIDA, 2019, p. 77).

Como podemos notar no fragmento acima, as mulheres negras ou descendentes dos

negros escravos que vieram para o Brasil, nos pós escravatura, foram submetidas em sua maioria a aceitar trabalho nas casas de família burguesas, servindo quase que em tempo integral sob um regime sem apoio legal e sem horários de descanso.

Quanto à mulher negra, que se pense em sua falta de perspectivas quanto à possibilidade de novas alternativas. Ser mulher e negra no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão. Enquanto seu homem é objeto de perseguição, repressão e violência policiais (para o *cidadão* negro brasileiro, desemprego é sinônimo de vadiagem; é assim que pensa e age a polícia brasileira), ela se volta para a prestação de serviços domésticos junto às famílias das classes médias e alta da formação social brasileira. Enquanto empregada doméstica, ela sofre um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da subordinação e da “inferioridade” que lhe seriam peculiares. Tudo isso acrescido do problema da dupla jornada que ela, mais do que ninguém, tem de enfrentar (GONZALEZ, 2020, p. 58, grifo da autora).

Segundo Souza (2012), nos pós escravatura a mulher negra ficou submetida a um ideário de feminino que exigia atributos e qualidades mais ligadas ao caráter e ao comportamento do que propriamente ao desempenho do trabalho. Era comum anúncios que solicitavam funcionárias domésticas terem “prerrequisitos” como: humildes, obedientes, etc. Ainda, de acordo com Souza: “(...)A proximidade dada no convívio com o senhor/patrão e sua família envolvia trabalhos excessivos, maus-tratos, suspeitas e acusações, vigilância, punições injustas e toda sorte de violências físicas, sexuais e morais” (SOUZA, 2012, p. 256).

Quanto a doméstica, ela nada mais é do que a mucama⁴⁰ permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega a sua família e a dos outros nas costas. Daí ela ser o lado oposto da exaltação, porque está no cotidiano. E é nesse cotidiano que podemos constatar que somos vistas como domésticas. Melhor exemplo disso são os casos de discriminação de mulheres negras de classe média, cada vez mais crescentes. Não adianta serem “educadas” ou estarem “bem vestidas”. (afinal, “boa aparência”, como vemos nos anúncios de emprego, é uma categoria “branca” ou “clarinha”). Os porteiros dos edifícios obrigam-nos a entrar pela porta de serviço, obedecendo instruções dos síndicos brancos (os mesmos que as “comem com os olhos” no Carnaval ou nos oba-obas da vida). Afinal, se é preta só pode ser doméstica, logo, entrada de serviço. E, pensando bem, entrada de serviço é algo meio maroto, ambíguo, pois sem querer remete a gente para outras entradas (não é, “seu” síndico?). É por aí que a gente saca que não dá pra fingir que a outra função da mucama tenha sido esquecida. Está aí (GONZALEZ, 2020, p. 82-83, grifos da autora).

Esta prática em relação à muitas mulheres negras que trabalham até os dias de hoje

⁴⁰ Mucama. (Do *quimbundo* mu’kama “amásia escrava” S. f. Bras. A escrava negra moça e de estimação era escolhida para auxiliar nos serviços caseiros ou acompanhar pessoas da família e que, *por vezes*, era ama de leite. (GONZALEZ, 2020, p. 81).

como domésticas, ainda encontra, de forma muito evidente, as mesmas discriminações e situações de trabalho que no passado as descendentes de África suportaram nos pós-abolição. Voltamos a Gonzalez:

Nossa situação atual não é muito diferente daquela vivida por nossas antepassadas: afinal, a trabalhadora rural de hoje não difere tanto da “escrava do eito” de ontem; a empregada doméstica não é muito diferente da “mucama” de ontem; o mesmo poderia se dizer da vendedora ambulante, da “joaninha”, da servente ou da trocadora de ônibus de hoje e da escrava de ganho de ontem (GONZALEZ, 2020, p. 217-218, grifos da autora).

A mulher negra sofria na pele os horrores da escravização, as mulheres brancas eram mantidas em seus espaços discriminados e marcados. Na página 69 do romance em questão, o personagem Francisco Teodoro diz com todas as letras que “A mulher nasceu para mãe da família. O lar é seu altar; deslocada dele não vale nada! Judith Butler (2019) e seus estudos sobre feminismo, problemas de gênero e demais conhecimentos específicos, analisa e expõe o pensamento patriarcal diante da determinação que limita espaços específicos para o feminino nas abordagens culturais, sociais e políticas:

A noção binária de masculino/feminino constitui não só a estrutura exclusiva em que essa especificidade pode ser reconhecida, mas de todo modo a “especificidade” do feminino é mais uma vez totalmente descontextualizada, analítica e politicamente separada da constituição de classe, raça, etnia e outros... (BUTLER, 2019, p. 22, grifo da autora)

Em outras palavras: à mulher é dado o papel de cuidar dos sentimentos e aspirações do homem que percebe na mesma, um objeto de sua propriedade e não um ser humano com desejos e sentimentos. Na visão masculina a mulher é apenas instrumento natural e mediador do conforto e da satisfação do homem. A subserviência torna-se, dessa forma, a realização da completude para o feminino.

E vemos no romance “A Falência” que a autora se refere às mulheres negras como as “*pretinhas velhas*” que recolhiam o café que caía das sacas pelas calçadas, para negociarem, e com isso, fazerem algum numerário para suas sobrevivências. A cena da narrativa é um flagrante, mostrando que as mulheres das classes populares, frequentavam o espaço público e inventavam a vida de forma a garantir o sustento, por vezes, de famílias inteiras. O flagrante é muito bem descrito no seguinte trecho:

Aqui, ali e acolá, pretinhas velhas, com um lenço branco amarrado em forma de touca sobre a carapinha, varriam lépidas com uma vassoura de piaçava os grãos de

café espalhados no chão. Com o mesmo açodamento peneiravam-nos logo e numa bacia pequena, de folha, com o fundo crivado a prego. “Era o seu negócio”. (ALMEIDA, 2019, p.24). Olhou: embaixo a pretinha velha varria pressurosa a calçada, ajuntando o café da rua. (ALMEIDA, 2019, p. 123, grifo da autora).

Outro fator interessante da obra por nós analisada é o parágrafo que Júlia Lopes de Almeida relata sobre a formação educacional para as mulheres da classe média e da elite no início do século XX, mostrando que Nina, sobrinha enjeitada, que foi abrigada na casa de Francisco Teodoro, recebera oportunidade de “alguma” instrução por razões nada convincentes. Mas como o próprio texto revela, o tal colégio de pensionista, oferecia o que vem a ser chamado de “instrução prática”:

Aos doze anos conservava o seu ar estúpido e humilde; não conhecia uma letra; mas ensinava as criadas novas a varrerem a casa e a porem a mesa com perfeição. Como o Mário lhe batesse um dia com os arreios do seu cavalo de pau, Francisco Teodoro resolveu pô-la em um colégio, de pensionista, recomendando uma instrução prática, nada ornamental. Bem orientado andou. O colégio fora o seu melhor tempo (ALMEIDA, 2019, p. 94).

Segundo Sepúlveda (2020) não podemos considerar que no início do século XX a “instrução prática” como a única possibilidade de formação para as meninas, uma vez que ao seu lado conviviam escolas fundadas por congregações e ordens religiosas femininas; escolas mantidas por pessoas leigas, ensino ministrado por preceptoras para as filhas das elites no espaço doméstico, familiar e privado, assim como processos de educação e instrução transmitidas pelas mães, tias e avós para as meninas das classes populares.

Seria uma simplificação grosseira compreender a educação das meninas e dos meninos como processos únicos, de algum modo universais dentro daquela sociedade. Evidentemente as divisões de classe, etnia e raça tinham um papel importante na determinação das formas de educação utilizadas para transformar as crianças em mulheres e homens. A essas divisões se acrescentariam ainda as divisões religiosas, que também implicariam diversidades nas proposições educacionais (LOURO, 2011, p. 444).

Os objetivos educacionais das meninas e jovens eram diferentes de acordo com suas classes sociais de origem. Para as meninas e jovens da elite, os fins eram o ensino da administração familiar, a transmissão de normas e padrões de comportamentos e hábitos da cultura burguesa europeia. No caso das meninas e jovens das classes populares, o alvo era a aprendizagem de atividades cotidianas domésticas, na agricultura ou nos ofícios práticos nas cidades. As experiências históricas sobre os processos educacionais das mulheres brasileiras não são únicas, elas são plurais, são diferenciadas e vão variar de contexto para

contexto (SEPULVEDA, 2020).

No romance por nós analisado, vemos que Ruth, por ocasião do aniversário de Nina, pediu ao pai que comprasse uma lembrança, alegando que a pobre nunca era lembrada e para surpresa de todos, Teodoro presenteia a sobrinha com uma casa e marca a transferência de propriedade e assinatura da escritura.

Em determinado momento da história, Francisco Teodoro, tendo os filhos já criados e a família formada, muito rico, acaba por cair na conversa de um especulador chamado Inocêncio, que não passava de um falsário e o estava enganando, aproveitando do seu enorme desejo de ser conhecido como o maior e mais respeitável comerciante do Rio, ele vai à falência participando de investimentos financeiros de alto risco:

Revoltado contra si, Francisco Teodoro cravou as unhas na calva, chamando-se de leviano e miserável. Como toda a gente se riria da sua falta de senso. A culpa era dele. Deixar-se levar por cantigas com a sua idade e sua experiência! Sentia ferver-lhe o ódio por todos os amigos que o tinham inebriado com palavras perigosas e fúteis. Então todos chamavam o Inocêncio Braga de honrado, perspicaz e arguto. Agora, depois de tudo feito e perdido, é que o dizia um especulador sem consciência. Mas agora era tarde; estava tudo perdido (ALMEIDA, 2019, p. 195).

Vendo-se em meio a pensamentos desastrosos, descritos no romance “A falência”, reunindo toda uma gama de justificativas desde a auto culpa, caminhando pela impossibilidade de trabalhar como no início duro de sua carreira até a culpabilidade que conferia ao estado, Francisco Teodoro é absorvido por sentimentos de fracasso e vergonha e suicida-se. O suicídio veio a termo na presença de Camila, numa manhã marcante e elaborada pelo texto do romance com detalhes. Talvez, por orgulho ou egoísmo, não suportaria ver-se em condições de assumir a escassez e precisar recomeçar depois de ter conquistado quase tudo que mais havia sonhado. Tal recomeço ficará para ser enfrentado pelos seus descendentes. Daí a importância do título “A falência”.

Outro fato intrigante é o da cena do suicídio ter se dado na casa da família, na presença da esposa adúltera. Poderia ser uma forma de dar a Camila um castigo, como a sociedade da época poderia esperar, uma punição exemplar, já que o adultério tem início na própria residência, frequentada pelo amante desde sempre.

Após a tragédia, a família mudou-se para uma casa pequena na Rua D. Luzia, a mesma casa que Francisco Teodoro doou para a sobrinha Nina. Eram agora todas as mulheres, solitárias num reinício ainda incerto. Ajudadas pelas mãos laboriosas e dedicadas de Noca e Nina, a sobrinha, incansável em tudo, buscava ajudar a tia e as três primas que

ainda não tinham noção da realidade que as esperava. Mesmo explorada e sem salário pelo seu trabalho, Nina segue rendendo gratidão pelo abrigo, por ter onde viver. Este fato, mostra como a exploração da mão de obra feminina foi tratada de forma ostensiva pelas classes burguesas.

Neste ponto do romance, quando Camila passa a conviver com Nina e Noca, naquele ambiente onde o luxo estava distante e a narrativa junta todas essas mulheres num espaço onde as hierarquias e os privilégios já não são os mesmos, cabe compreender, a partir de onde a realidade pode pousar as questões de interseccionalidade. As relações de poder dentro do ambiente doméstico no palacete seriam desfeitas ou ganhariam outra roupagem?

Noca permaneceu ao lado de “Sinhá Mila”⁴¹, ajudando, compreendendo e sendo, como sempre, a importante figura onde as emoções da família se ancoravam. Mário, havia se casado e ainda estava em Paris e elas, sabiam que não podiam contar com ele.

O primeiro ganho surgiu de um aluno conseguido por Noca para ter aulas de violino com Ruth. É neste momento que a instrução e o conhecimento falam mais alto em todo o romance, por ser Ruth a única mulher com alguma formação na família que pudesse auxiliar na economia da casa.

No entanto, vale lembrar neste momento, que segundo Del Priori (1997), em História das mulheres no Brasil, a partir de 1880, na cidade do Rio de Janeiro, os valores sociais reforçados pelas classes dominantes, também reforçavam as diferenças e os preconceitos de classe e raça:

Os higienistas empenharam-se com afinco na tarefa de formar a “mãe burguesa”. Empreenderam campanhas para convencer as mulheres a amamentar. Visavam também a “mãe educadora” sob a vigilância do médico de família. Definiam a mulher como ser afetivo e frágil. Doçura e indulgência eram atributos que se somavam aos anteriores para demonstrar a inferioridade da mulher, cujo cérebro, acreditavam, era dominado pelo capricho ou instinto de coqueteira... (DEL PRIORI, 1997, p. 429, grifos da autora).

E no início do século XX, apesar da contestação de grupos feministas, a situação da mulher no Brasil, em grande parte, era exatamente a que fora apregoada pelos higienistas.

Camila, com a volta do filho Mário, a princípio, reluta em aceitar seus conselhos de entregar as gêmeas para serem criadas por uma baronesa e a aconselha a casar-se com Dr. Gervásio para salvar-se e salvar a reputação da família. Depois de longos pensamentos, resolve agir conforme a recomendação do filho. No entanto, quando vai à casa do Doutor

⁴¹ Sinhá: Forma de tratamento criada pelos escravos brasileiros para designar “a senhora”, “a patroa”.

Gervásio, segundo ela, para humilhar-se para falar sobre o casamento, ele diz que já é casado com a mulher de preto que haviam visto ao saírem da visita ao Netuno.

A partir deste momento, aparentemente, Camila apodera-se da sua nova realidade, pede trabalho a Nina e a Noca, resolve mandar buscar as gêmeas na casa da baronesa da Laje e tudo dá a entender que assume a vida e a liderança daquela família composta por seis mulheres.

3.3 *A intrusa*, romance, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1908

Júlia Lopes de Almeida expõe, mais uma vez, o contexto histórico do Brasil do início do século XX no Romance *A intrusa*, narrado em terceira pessoa, mostrando o *modus vivendi* de uma família notadamente burguesa. As personagens são Argemiro Claudio de Menezes, apresentado como “descendente direto dos Iglezias e Menezes, nobres de Portugal” (ALMEIDA, 2016, página?), um proeminente advogado, residente num casarão do Cosme Velho⁴², que havia sido casado com a filha da Baronesa de Cerro Alegre, que também é personagem ativa na trama, Feliciano, um negro criado pela família do barão, a filha do advogado, Glória, cuja educação é preocupação do seu pai, Dona Alice, governanta contratada para cuidar da casa do advogado viúvo e da orientação da filha órfã de mãe em tenra idade e muito mimada pela avó baronesa. Encontramos também a figura do Padre Assunção, amigo de infância e confidente de Argemiro, e outros amigos frequentadores da casa, como por exemplo, o deputado Armindo Teles e Adolfo Caldas, homem sem profissão, muito bem aceito nas rodas políticas e literárias.

Este romance de Júlia Lopes de Almeida, nos mostra uma escrita muito bem estruturada, porém, a nosso ver, menos rica do que o que encontramos nos romances *A Falência* e *Memórias de Marta*.

Júlia Lopes leva-nos de volta para o início do século XX. O Rio de Janeiro vivia o auge da *Belle Époque carioca*, onde a vida cotidiana passava por transformações de toda sorte, sociais e culturais. Sendo o advogado Argemiro, um viúvo, porém jovem, a quem a Senhora Pedrosa queria como genro e, da mesma forma, disputado por mães casamenteiras,

⁴² Bairro antigo da cidade do Rio de Janeiro, por onde passa o Rio Carioca. Este Rio ficava próximo as linhas de bonde. Havia um local por onde passava o Rio carioca e onde as pessoas iam pegar água. Por esta razão, o primeiro nome do bairro foi “Águas Férreas”, que permaneceu até o início do século XX.

devido sua influência e fortuna. No entanto, o advogado prometeu à esposa, no leito de morte, a nunca mais contrair matrimônio. As mães “de família”, buscavam um casamento com um “bom partido” para suas filhas, a Madame Pedrosa, por diversas vezes, cria situações onde o advogado Argemiro se vê frente a frente, engasgado, com a filha desta senhora. O casamento era, para as mulheres da época, o único caminho para que obter respeito e segurança: Segundo Priori:

Na sociedade tradicional, a mulher não possuía estatuto fora do casamento; ele era a única instituição que lhe permitia se realizar como ser social. Tornar-se uma “santa esposa e mãe” – como queria a Igreja católica – davam o respeito, a mobilidade social e a segurança tão almejadas pelas populações femininas (DEL PRIORI, 2013, p. 29, grifo da autora)

Maria da Gloria era fruto do casamento de Argemiro com Maria, filha dos barões de Cerro Alegre. A menina era muito mimada, com “modos de rapaz” (ALMEIDA, 2016), criada pelos avós maternos numa chácara dos subúrbios, que no tempo da narrativa estava com cerca de onze anos, cujas vontades eram todas atendidas pela baronesa e tinha como padrinho o Padre Assunção. Sobre a filha, pairava a descrição do pai preocupado: “É uma selvagem... esta é a verdade; mal sabe ler, rabisca uma letra em péssima caligrafia... e toca sem compasso umas intoleráveis lições do método! Já era tempo de saber muito mais” (ALMEIDA, 2016, p. 19-20).

A preocupação de Argemiro, na página 37 da narrativa, sugere breve abordagem sobre a educação para as meninas no início do século, ao responder a sogra: “A mulher hoje precisa ser instruída, solidamente instruída, mamãe, e eu quero, eu exijo que minha filha o seja” (ALMEIDA, 2016, página?). Vê-se que o genro chamava a sogra carinhosamente de “mamãe”. Porém, a formação educacional das mulheres, de acordo com a fala do pai de Glória, vai de encontro aos preceitos positivistas de então. De acordo com Telles:

Na família, cabia a mulher, a função de primeira educadora, ou seja, de seus filhos. Mas, para que a mulher pudesse exercer tal tarefa, ela deveria ter acesso ao conhecimento, instrução assim como os homens, embora essa educação tivesse como objetivo exclusivo o cuidado à família e não a formação de uma profissional (TELLES, 2014, p.13).

É preciso dizer que a personagem Glória, a filha do advogado, pertence à uma classe elitizada, com poderes para investir na educação proposta para o gênero feminino naquele momento. E foi pensando na “má educação” da filha e por se saber enganado por um “escravo” que fumava os seus charutos, adentrava sua adega para beber e fartar-se, vestia as

suas roupas, superfaturava as contas da residência e cuidava mal dos afazeres da casa, por essas e outras, que ele toma a decisão de contratar uma governanta. O mal mordomo, negro e descendente de escravos, reúne inúmeros vícios e características que sugerem críticas burguesas voltadas à criadagem. O negro manipulado pela baronesa, realiza inúmeras tentativas para prejudicar a governanta branca, educada e boazinha. O romance coloca Feliciano sob estereótipos que historicamente caíram sobre os descendentes de escravos numa sociedade cuja superioridade e poder eram atribuídos à raça branca. Em Gonzalez (2020), temos o seguinte excerto:

Tais contradições nos remetem ao mito da democracia racial enquanto modo de representação/discurso que encobre a trágica realidade vivida pelo negro no Brasil. Na medida em que somos todos iguais perante a lei, que o negro é um “cidadão igual aos outros” graças à Lei Áurea, nosso país é o grande exemplo de harmonia inter-racial a ser seguido por aqueles em que a discriminação racial é declarada. Com isso, o grupo racial dominante justifica sua indiferença e sua ignorância em relação ao grupo negro. Se o negro não ascendeu socialmente e não participa com maior efetividade nos processos políticos, sociais, econômicos e culturais, o único culpado é ele próprio. Dadas as suas características de “preguiça”, “irresponsabilidade”, “alcoolicismo”, etc., ele só pode desempenhar, naturalmente, os papéis sociais mais inferiores” (GONZALEZ, 2020, p. 189, grifos da autora).

Neste diálogo temos o texto do romance apresentando o empregado do advogado como alguém que rouba, mente, calunia e inveja, flagramos o perfil discriminatório e racista daquela sociedade, fundada sobre os preceitos do branqueamento da raça que desqualificava e inferiorizava os negros descendentes de escravizados. Sobre o que Gonzalez (2020) chama de o mito da democracia racial, trata-se de um discurso construído através do tempo, reproduzido e cristalizado dando ao colonizador meios de justificar situações históricas de opressão e violência. Sobre o pensamento que a autora chama de mito da democracia, voltamos a outro fragmento:

(...) Ou seja, o branqueamento vi se dando de forma tal que de repente, quando se vê, se virou branco (...) À medida que fui subindo na escala educacional, fui embranquecendo mesmo, não gostava de samba, usava peruca, era metida a lady (...) (GONZALEZ, 2020, p. 234).

Lélia Gonzalez se refere ao tempo em que não havia percebido sobre como o discurso do branqueamento estava impregnado, com ar de naturalização, em seu juízo de valor sobre si mesma. Assim como ela tinha a possibilidade de vestir-se como uma lady e usar perucas, Feliciano usava as roupas do patrão, fumava seus charutos, porque a noção de si mesmo tinha como padrão a figura do patrão e seu poder pautado na superioridade racial e

de classe. Ou seja, o modelo europeizado como máxima social.

E por sentir-se lesado pelo criado negro e apesar das palavras maldosas dos amigos e dos ciúmes da sogra, Argemiro pede auxílio ao Padre Assunção para encontrar a governanta e publica um anúncio num jornal. Em resposta ao anúncio, surge Alice Galba, que acaba por aceitar a embaraçosa condição: de que o patrão nunca, de modo algum a visse. Quando ele entrasse pelo portão, ela deveria desaparecer do seu caminho habitual. Dela, com o tempo, passou a admirar o perfume e sua boa influência no lar e na educação da filha. A casa e tudo, inclusive as roupas, passaram a ficar impecáveis, a mesa posta com muita elegância e esmero, a comida inigualável.

Alice passou a reformar até os móveis, cuidar dos jardins, inspecionar tudo nos mínimos detalhes. E Argemiro, passou a desejar ardentemente voltar para sua casa. Dona Alice, era de origem burguesa também, o pai fora advogado e com a morte do mesmo, perdeu tudo, tendo que trabalhar para sustentar-se, e graças a sua boa formação, obteve sucesso como governanta.

Mas é nas passagens do romance, onde torna-se evidente a influência da personagem Alice, que é possível encontrar nítidas informações sobre a formação educacional no início do século XX. Pois será em Alice que repousará definitivamente a certeza da instrução e educação para as mulheres.

Se em *A falência* a personagem Camila, com pouquíssima instrução vê sua filha Ruth dar aulas de violino, em *A intrusa*, Alice representa a força da instrução para o feminino, nos padrões da época, que enalteciam a mulher culta para mãe e esposa. Segundo Mendonça: “Aproveita a existência, na época, de grupos de homens que, influenciados pelas ideias positivistas, justificam o ensino para a mulher ligado à função materna, como uma forma de afastar as superstições e incorporar as novidades da ciência (MENDONÇA, 2016, p. 282).

A senhora Pedrosa, personagem um tanto caricatural no enredo do romance, é que nos mostra a verdadeira face burguesa da mulher do início do século, cuidando dos futuros interesses da família, sob os postulados dos ideais positivistas, :

Quando me casei, teu pai não passava de um advogado pobre... Quem o lançou na política? Fui eu, e tinha apenas vinte e dois anos!... Quem o fez ministro agora? Eu. Eu sempre, servindo-me destas estratégias, aproveitando todas as ocasiões e todas as simpatias... realçando os méritos de seu pai, quer de espírito quer de coração, seguindo-o como um cão de caça segue o caçador, através de todos os perigos, corajosamente (ALMEIDA, Ano, p. 94).

No final da narrativa, o romance enaltece com imensas qualidades a personagem “Alice Galba”, dizendo que a mesma é moça de “boa família”, educada na França, e com a morte do pai, aproveita sua boa instrução em um recomeço, evitando assim, a miséria. Argemiro, vez por outra, encontra clássicos em inglês esquecidos por sua governanta, o que o faz perceber que Dona Alice tem grande capacidade para educar sua filha, que para ele tinha “modos de rapaz”⁴³.

A admiração por Dona Alice aumenta a cada dia na medida em que ficam evidentes as transformações de sua filha. Certa vez, ao encontrar um livro em inglês com o nome da governanta na capa exclamou:

A minha Governanta lê inglês! ”Passou a apreciar a alma” daquela mulher que só havia visto uma vez na vida: “Vez ou outra encontrava um livro aberto, esquecido sobre uma poltrona e, com o passar dos meses, passou a notar a doce presença da alma da moça pelos cômodos do casarão. Alma cujo rosto ele já ansiava ver! (ALMEIDA, Ano, p. 131, grifo da autora).

Alice Galba seria, para os moldes da época, a mulher perfeita. Segundo MENDONÇA (2016): “Júlia Lopes de Almeida não propõe à mulher que negue o papel que a sociedade espera que desempenhe (...), mas prevê a melhora do desempenho deste papel...” No entanto, em *A intrusa*, apesar de Dona Alice desempenhar um papel restrito ao feminino, nota-se, como exemplo, que a instrução a salvou da miséria, garantindo-lhe um trabalho na casa de Argemiro.

Na tecitura da história a mulher foi vista como inferior ao homem, no entanto, em finais dos oitocentos e início do século XX, pelo menos no Brasil, foi admitida como educanda e considerada como modelo ideal para ensinar, por isso, deu-se o que a historiografia chama de a feminização no magistério das séries iniciais. Contraditório perceber que a mesma mulher vista como intelectualmente inferior, foi considerada como elemento fundamental para a educação, tanto como mestra, tanto como mãe pelos preceitos positivistas. Mesmo em meio a estas contradições, havia uma grande diferença nos conteúdos ministrados na educação de meninos e meninas. As escolas reproduziam a diferença de gênero e os modelos prescritos dentro da ótica heteronormativa e segundo Louro (1995), aumentava o nível de desigualdades entre os gêneros, ou seja, a mulher era essencial para educar, mas nas práticas de ensino, continuava sendo vista como menos capaz.

⁴³ Esta afirmação do personagem Argemiro, mostra como os papéis binários do feminino e masculino eram definidos socialmente.

Durante a narrativa, a educação de Gloria, preocupação primeira do advogado, é realizada segundo os moldes burgueses do início do século, para o lar, para a família e para o casamento, o mesmo casamento que no final, em cerimônia discreta, une Argemiro a sua Governanta Alice Galba.

Nas páginas finais do romance, a autora deixa para os leitores um pormenor enigmático em relação ao personagem do Padre Assunção, que revela para a baronesa, em frases de duplo sentido, um forte “sentimento” que poderia tê-lo aproximado da falecida esposa de Argemiro.

3.4 *Cruel amor*, romance, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1911

Cruel Amor, romance narrado em terceira pessoa. Nesta obra, Júlia Lopes de Almeida presenteia o leitor com uma narrativa cujas personagens são uma representação das classes populares, trata-se de uma colônia de pescadores do início do século. Denso, especial por sua estrutura temática e linguagem rica na aproximação com as falas coloquiais das personagens, sem deixar de lado a consistência formal necessária e bem construída, como é notório na escrita da fase realista.

O romance se passa em Copacabana, apresentando como contexto a realidade das famílias de pescadores da região no raiar do século passado. Uma orla de natureza virginal, onde os casebres dos pescadores, aos poucos, seriam substituídos por palacetes à beira-mar.

Júlia Lopes de Almeida, como já foi dito ao longo dessa dissertação, vivenciou as transformações das primeiras décadas da República e a reforma Pereira Passos, uma reordenação social da geografia urbana da cidade do Rio de Janeiro, capital Federal na época. Tal reordenação urbana, vem corroborar com as políticas públicas do então governador Rodrigues Alves, que tinham como foco a higienização e modernização da cidade. A elite burguesa naquele início de século, buscava monumentalizar o que estava em voga em Paris, fazia vistas a uma cidade moderna, com grandes avenidas, grandes monumentos. Neste período, houve retirada dos cortiços, que foram imortalizados pela nossa autora no romance Memórias de Marta. Em *Cruel amor*, Júlia nos traz a substituição das moradias dos pescadores das praias de Copacabana pela ocupação burguesa de alto luxo. O romance, de certa forma, nega o ufanismo otimista da Belle Époque, mostrando o lado

obsuro dos desejos da elite em relação a posição das classes pobres que foram afastadas dos centros de embelezamento durante a reforma Pereira Passos.

Conta-nos Claudio Lopes de Almeida, neto de Júlia Lopes de Almeida, que sua avó pesquisou em loco a vida e os costumes das aldeias de pescadores, comparecendo em companhia do filho Afonso, por diversas vezes, nessas comunidades da praia de Copacabana.

O romance coloca em cena situações que se passam basicamente entre dois triângulos amorosos, onde dois homens disputam uma única mulher: Flaviano/Maria Adelaide/Marcos; Rui/Ada/Eduardinho. Com um enredo recheado de sentimentos quase que platônicos o tempo inteiro da trama, personagens femininos vigiados, cerceados, mostrando um comportamento por vezes doentio por parte de Flaviano e Rui.

Flaviano é descrito como “mulato”, a este personagem a narrativa mostra um comportamento sombrio, atribuindo ao mesmo sentimentos de raiva, desconfiança, violência. Não é o primeiro personagem dos romances de Júlia Lopes onde o fato de ser mestiço trazem junto características que podem estar relacionadas aos estereótipos de raça. Segundo Seyferth (1995):

Discutindo a responsabilidade penal ou descrevendo as culturas negras da Bahia, Nina Rodrigues fala na "impulsividade primitiva" das raças que julga inferiores em geral e impossíveis de civilizar. Rotula os índios simplesmente como selvagens, não afeitos ao trabalho e próximos à extinção, e se detém mais no arrolamento do caráter e da "evolução mental" dos negros e mestiços, fazendo longas citações de autores brasileiros, como Silvio Romero, e europeus, como Spencer e Tarde. Para ele, os negros têm reduzido desenvolvimento mental, espírito de sujeição, incapacidade de progredir, são brutais, atrasados, desequilibrados fora do seu meio, têm impulso sexual acentuado e violento, nenhuma aptidão para a civilização, mas são bons trabalhadores braçais etc. Os mestiços, de um modo geral, considerados inteligentes, mas associa essa inteligência à inércia, indolência, apatia, desânimo, fraqueza, subserviência, degradação física e moral, imprevidência, impulsividade e outros tantos atributos um tanto contraditórios e associados ao "vício degenerativo do cruzamento entre raças desiguais" (SEYFERTH, 1995, p. 187, grifos da autora)

Temos, portanto, a reprodução de determinados estereótipos construídos através da chamada teoria do branqueamento, citada no primeiro capítulo deste estudo que junto com os pensamentos positivistas e higienistas foram responsáveis pela criação de um discurso que à época não se pensava racista, mas que, com o decorrer dos tempos, foram responsáveis por estereótipos em relação as raças formadoras do povo brasileiro.

No entanto, como homem de princípios pouco éticos e nada civilizados, encontramos o pai de Rui, Cel. Mangino, homem branco e sobre o mesmo, encontra-se declarações de

crueldade no decorrer da trama, por maltratar a esposa que morreu num manicômio, internada como louca. O mesmo personagem que luta fervorosamente para tirar dos braços do filho a mulher amada, com suspeitas, calúnias e maldades, vigiando o filho para afastá-lo de Ada.

Em uma pesquisa sobre teses produzidas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em finais do século XIX e início do século XX, realizada por Rohden (2001 apud RAGO, 2002) foi verificada um entrelaçamento entre sexualidade feminina e loucura. Nessas teses, discutiram-se temas que abordavam o nascedouro da medicina da mulher, entre os temas foram encontrados: puberdade, menstruação, loucura, onanismo, ninfomania, neurastenia, prostituição, desejo, menopausa, histeria, casamento e amor. A puberdade feminina foi vista como um momento que poderia desencadear o aparecimento de muitas doenças, dentre todas, destacam-se a histeria e a loucura. Para o tratamento destes diagnósticos, os médicos prescreviam a internação num asilo, pois tais comportamentos foram considerados como “perturbações femininas” e tidos como muito prejudiciais, além da internação, era o casamento que poderia curar os “males menores”. A histeria foi uma doença que atingia de forma mais ampla as brasileiras (ROHDEN, 2001 apud RAGO, 2002).

A trama vem envolvida por um mistério na figura de Pedro, o mudo, com inúmeros personagens secundários e também importantes, como é o caso de Rola, mãe adotiva de Ada, a namorada de Rui. As famílias de pescadores e suas falas coloquialmente elaboradas pela autora, mostrando um cotidiano rico em aprendizados nada ortodoxos, Nita e Bié, duas crianças criadas entre o abandono da pobreza e a riqueza da natureza, como se fosse uma escola a céu aberto, não nos mostra as questões de higiene tão propagadas pelos médicos em finais do século XIX e início do século XX, nas aldeias de pescadores, a vida dessas crianças era livre, sem educação formal, sem males urbanos, vivida pelas incursões nas matas de Copacabana, entre ovos de passarinhos, frutas nativas e o tesouro bem guardado por Bié.

Dona Ricarda, costureira e dona da casa que abriga Rola e Ada, traz para a trama sábias experiências, passadas em pequenas doses. A família Guidão, exemplo da aproximação “caridosa” entre a classe burguesa e a classe miserável, onde podemos ler, nas entrelinhas, a exploração dos dons de Ada como costureira, que trabalha em troca de vestidos usados, descartados. Portanto, temos no romance como temas importantes da trama as representações sociais de desigualdade e exploração, perpassados pelas questões de

gênero, classe e raça.

A mãe e as irmãs de Maria Adelaide, uma viúva que sobrevivia lavando e engomando roupas, atividade bastante comum no início do século XX, muitas vezes, única saída para mulheres viúvas ou abandonadas. João Sérvulo aparece como um líder comunitário, sábio, honesto e experiente, sob a imagem da esposa que organiza as reuniões e festas da comunidade de pescadores.

Flaviano é um pescador que usa a canoa de João Sérvulo, a Guanabara. Maria Adelaide é sua noiva, prometida a ele desde a infância. Mas essa união traz para o texto algumas questões raciais, já que Flaviano era mulato, muitas vezes chamado de “mestiço” durante a narrativa (lembrando a política higienista da época⁴⁴), e Maria Adelaide, moça branca. Marcos, pescador da mesma canoa, tem outros motivos para não aprovar tal relação, pois nasce entre ele e a noiva de Flaviano um interesse mútuo, do qual ambos tentam fugir a todo custo.

Há um trato cavalheiresco entre os pescadores: um pescador nunca poderá ser desleal com outro. No entanto, Marcos e Maria Adelaide não conseguem esconder a atração mútua. Maria Adelaide percebe que seu namoro com Flaviano não passava de um acordo arranjado, e há muita desconfiança por parte de Flaviano em relação ao amigo. Chega a ficar de tocaia escondido em frente à casa de Maria Adelaide, suspeitando que ambos andavam se encontrando, tornando-se, por vezes, agressivo e desnorteado ao pensar que sua noiva poderia traí-lo com Marcos. O personagem Flaviano, é o mestiço ciumento, mal, que tem comportamentos agressivos, sobre o personagem pairam desde o início da narrativa o estereótipo de raça, que o apresentam com uma pessoa perigosa.

Em meio à mesma cena, temos Ada, que em criança, foi abandonada na porta de Rola, uma costureira, vítima de muito preconceito por ter sido abandonada por um homem no passado, mas coroada de sabedoria no desenrolar da trama. Sobre a personagem Rola, temos a seguinte passagem quando encontra o bebê Ada em sua porta:

Dar-lhe leite e cuidar dela. Fora a sua resposta. Com a criança no regaço, já aquecida no seu xale, já confortada por umas colherinhas de leite, ela reconstruía seu passado. O destino fizera-a para a tristeza. Ficara órfã cedo e \como órfã fora educada num colégio de irmãs, em que a caridade não dissimulava a esmola... Depois, o tio a recolhera e cobiçara para si a esbelteza do seu corpo de lírio... fora

⁴⁴ O médico inglês Francis Galton criou e desenvolveu tese sobre aperfeiçoamento racial que foi denominada “eugenia”. Tratava-se de um estudo sobre povos constituídos por mestiçagem racial e tinha o objetivo de fazer uma avaliação do desenvolvimento desses povos física e mentalmente. O movimento eugenista no Brasil, surgiu em resposta às teorias de degeneração, em voga na Europa do século XIX que afirmava um risco de empobrecimento da raça branca, considerada superior, através da miscigenação dos trópicos.

então que ela vivera na vizinhança dos pais de Rui, vendo sofrer a Dona Ângela e fugindo da casa do tio... (ALMEIDA, 2015, p.174).

Nota-se no fragmento acima, a realidade das moças pobres que eram criadas nos orfanatos, em sua maioria, tratadas com a soberba das esmolas e a observância de uma obrigação para com a “caridade salvadora”.

O significado social da infância circunscrevia-se na perspectiva de moldá-la de acordo com o projeto que conduziria o Brasil ao seu ideal de nação. Nas primeiras décadas do século XX, a preocupação com a infância, como problema social, refletia a preocupação futuro do país [...]. A consciência de que na infância estava o futuro da nação, tornava necessário criar mecanismos que protegessem a criança dos perigos que pudessem desviá-la do caminho do trabalho e da ordem (RIZZINI, 2008, p. 83).

Tais mecanismos citados por Rizzini (2008), incluíam, sobretudo, o papel da religião para esse trabalho educacional/salvador: repetir os sacramentos, as orações, novenas, devoções religiosas, eram parte do dia a dia dessas meninas. Com tais práticas educacionais destinadas às crianças, a Igreja Católica firmava presença nos espaços criados para abrigar essas instituições.

No fragmento onde nota-se o desabafo da personagem Rola, outra revelação se faz, a do assédio do tio que a recolhera do orfanato, certamente como familiar mais próximo. No entanto, sobre este fato, sabemos que na Constituição do Império (1824) e na constituição da primeira República (1891) não havia nenhuma menção ao menor de idade, nada, nem mesmo para questões Penais, é como se a infância não existisse. A Carta Magna de 1934 foi a primeira a citar a criança, mas apenas instituiu regularização para a situação do trabalho infantil.

O que temos para a chamada “infância desvalida”, vem com a preocupação de modernização da cidade e a criação de asilos dedicados a salvar esses desvalidos e entregá-los a uma educação salvadora, onde quase sempre, via-se entre as gestões dessas instituições o papel da igreja.

E no decorrer da narrativa, pode-se considerar que Rola presenciou o sofrimento da mãe de Rui, possivelmente atribuídos aos maus tratos do marido, o Cel. Mangino.

A vida das mulheres na colônia de pescadores e ao redor da mesma, poucos nos informa sobre a educação escolar para as classes populares, a não ser um único momento em que o pescador Marcos, lamenta ter parado de estudar. Sobre Rola, a passagem pelo colégio de irmãs nos dá indícios que a educação voltada para as meninas pobres e “desvalidas” tinha

foco nas funções que eram consideradas adequadas para as mulheres.

Ada é a grande paixão de Rui, estudante de direito, considerado pelos pescadores um poeta, dono das letras cantadas pela voz maravilhosa de Hortência. No entanto, o pai de Rui, Coronel Mangino, sonha com um futuro ambicioso para o filho, muito longe de sua amada.

Ada, por ser amiga de D. Leonor, mulher de família burguesa, sonha com um futuro diferente da vida de costureira que Rola sempre lhe deu com trabalho e honestidade. Ela sente que ama Rui, mas acaba por ser vítima das intrigas do Coronel Mangino e fica impedida de frequentar a casa da “amiga” Leonor. Ao ver-se desprezada, resolve aceitar a proposta de Eduardinho e foge com ele, jovem rico, sobrinho de D. Leonor, que já demonstrava interesse pela mesma há algum tempo.

A vaidade de Ada faz parte de seu espírito livre, e não aceita os pedidos de Rui para não ousar com seus decotes ao reformar os vestidos usados que ganhava de Leonor, a quem servia gratuitamente como costureira. É importante notar a face indomável da personagem Ada, que ao decidir fugir com um dos membros de uma família burguesa, arrasta Rui para uma tristeza sem fim.

Maria Adelaide, ao ouvir a história corajosa de Ada, sente um despertar de esperança e resolve procurar o noivo prometido para desfazer o noivado, e é vítima de feminicídio através das mãos de Flaviano, o noivo violento e ciumento, que não aceita sua declaração de rompimento. Uma imagem forte e muito interessante, cujo cerne torna-se, de certa forma, socialmente atemporal, denunciado em *Cruel Amor* na escrita de Júlia Lopes de Almeida. De modo que tal atemporalidade, figura nos índices de violência atuais no Brasil: segundo o Jornal “O Globo” no site G1, “são 4.473 homicídios dolosos em 2017, um aumento de 6,5% em relação a 2016. Isso significa que uma mulher é assassinada a cada duas horas no Brasil. Falta de padronização e de registros atrapalham monitoramento de feminicídios no país”.

Durante todo o romance, a educação para o feminino é exposta com padrões de grande limitação, sob os olhos e os comandos de uma sociedade patriarcal, punidora das mulheres e permeada de muita censura naquele início de século, apesar das vozes feministas já estarem em marcha.

A riqueza das informações que transbordam nas páginas do romance, remete novamente a Bourdieu em seu “Dominação masculina”:

A primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade das estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma atividade social do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte, bem como nos esquemas imanentes a todos os

habitus moldados por tais condições, eles funcionam como matrizes de percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade... (BOURDIEU, 2002, p. 22).

Em *Cruel amor*, não encontramos o mínimo lugar para que as mulheres das classes menos favorecidas, encontrassem instrução além do fogão e do tanque e sonhassem com um futuro sem sofrimento e trabalho árduo, Rola relata que aprendeu a costurar com dona Ricarda e Ada, desde criança aprendeu na convivência com o trabalho da mãe adotiva.

Porém, a maior das percepções em termos educacionais de *Cruel Amor* nos leva aos menores Bié e Nita, duas crianças que vivem abandonadas pelos responsáveis. A riqueza de uma infância livre, descrita em detalhes pela autora, suplanta as carências materiais e nem em sonho pousariam nas mesas abastadas:

Os dois pequenos vagabundos tinham penetrado bem na alma da mata. Os arroios, as pedras, os troncos, tinham expressões vivas de seres conscientes que os acolhiam mais ternamente do que os homens... Faziam-lhe cabeleira hirsutas bromélias, e uma larga cavidade simulava a boca, paralisada num bocejo ou num grito de admiração. Era nessa abertura, bem no fundo, sobre as pelúcias de limos, que o Bié guardava os seus tesouros: asas de insetos matizados de açafião e de azul persa, de rosa vermelha e de nanquim; casulos suspensos de galinhos secos, ou casas velhas de marimbondos, de um pardo escuro. Mas a sua glória maior eram os ovos, ovos de andorinhas do mar, cor de musgo seco, com manchinhas acastanhadas; ovos de sabiá laranjeira, cor de mostarda; de canário da terra, cor de ferrugem e brancos; de gavião, de fundo verde tachonados de cacau; de coruja, cor de pérola; de tico-tico, pequenos, cor de marfim velho, salpicados de roxo antigo; ou de pica-pau, brilhantes como alabastro polido... (ALMEIDA, Ano, p. 210).

Tantas informações preciosas para um mundo infantil neste trecho do romance. No entanto, não encontramos educação formal em todo o romance para essas duas crianças mergulhadores dos mistérios das matas da Copacabana do início do século XX. No entanto, o conhecimento da personagem Bié sobre pássaros, a ponto de saber imitar o canto de quase todos e a destreza de Nita para encontrar e colher as mais saborosas frutas silvestres, daria uma aula de educação ambiental para além do nosso tempo.

As duas crianças bem cedo são separadas pela intransigência irremediável dos adultos. Mal veem em Nita uma menina um tanto maior, levam-na para servir de copeira numa residência onde ela não poderia nem de perto ver a luz das ruas. E Bié fica sem sua amiga, iniciando suas idas ao mar com um caniço de pescaria. Para meninas, no pós-escravatura, estudos mostram uma espécie de reinvenção da escravidão:

Assim como muitas mulheres adultas assumiram o papel de provedoras do seu sustento ou de suas famílias [...] Meninas e mulheres em idade avançada poderiam

ser levadas ao trabalho como uma estratégia de sobrevivência. Ademais, alguns empregadores preferiam alugar tais tipos de empregadas, uma vez que crianças ou “senhoras de idade” eram, em geral, consideradas uma mão de obra barata. Não por acaso, muitas meninas eram introduzidas em ambientes domésticos para ser “aprendizes”, tendo, em contrapartida, a exploração da sua força de trabalho (SOUZA, 2011, p. 252, grifos da autora).

Aos poucos, os ricos vão comprando os pequenos casebres dos pescadores para construir à beira do mar suas mansões de veraneio. E a transformação da orla distância do oceano os trabalhadores que dele sobrevivem. Inicia-se um novo tempo na paisagem carioca, tão bem desenhada na pena literária de Júlia Lopes de Almeida.

3.5 *Correio da Roça*, romance, rio de Janeiro, 1913

O romance *Correio da Roça* foi publicado em 1913, pela editora Francisco Alves. A carreira de Júlia Lopes de Almeida, naquele momento, já se encontrava consolidada, a autora já era reconhecida pela crítica literária da época e pelo público leitor que já havia conquistado. Certamente já era uma Profissional das letras⁴⁵.

Trata-se de um romance epistolar com 58 capítulos, que são exatamente o número de cartas trocadas por Fernanda, uma senhora da cidade, Maria e suas filhas, residentes numa fazenda. A narrativa fala da triste história de uma senhora viúva de quarenta anos e suas quatro filhas: Joaquina, com 16 anos, Cecília, com 20 anos, Cordélia, com 18 anos e Clara, com 14 anos. Elas tiveram que abandonar a vida cosmopolita do Rio de Janeiro do início do século XX e mudaram-se para uma propriedade da família na zona Rural.

Sobre o uso da correspondência por parte das mulheres, temos em Perrot (2007) uma importante análise que muito nos esclarece sobre a prática epistolar nesse romance, elucidando a escolha desse importante recurso literário por parte da autora:

A correspondência, entretanto, é um gênero muito feminino. Desde mme. De Sevigné, ilustre ancestral, a carta é um prazer, uma licença, e até um dever das mulheres. As mães, principalmente, são epistológrafas do lar. Elas escrevem para os parentes mais velhos, para o marido ausente, para o filho adolescente no colégio interno, a filha casada, as amigas de convento. Suas epístolas circulam eventualmente pela parentela. A carta constitui uma forma de sociabilidade e de

⁴⁵ Poderíamos ter escrito “Mulher de Letras”, mas em nenhum texto considerado oficial sobre história da literatura no Brasil encontramos este termo. No entanto, é possível encontrar o termo “Homem de Letras” ou Homens de letras”.

expressão feminina, autorizada, e mesmo recomendada, ou tolerada (...) (PERROT, 2007, p. 28-29).

Segundo Lobo (2006, p. 160) *Correio da Roça* faz parte de uma trilogia educativa de jardinagem: *Árvore* (1910), *Correio da Roça* (1913) e *Jardim Florido* (1922). Todo o livro é apresentado sob o viés de uma visão totalmente feminina, que discorre sobre agricultura, jardinagem, comércio rural e administração de negócios. Encontramos, na edição de *Correio da roça* uma declaração que consta da edição do livro *Jardim Florido* de 1922:

Com esta obra completa a autora o tríptico que se propôs a si mesma escrever: sobre a vida e a cultura dos campos, no livro *Correio da Roça*; sobre a cultura de pomares e sobre arborização, no livro *A árvore*, escrito de colaboração com Afonso Lopes de Almeida, e sobre a cultura de flores, neste de jardinagem (...) (ALMEIDA, 2014, p. 14).

No texto de Introdução da Edição de *Correio da Roça* (ALMEIDA, 2014, p.11), encontramos a afirmação de que o sucesso desse livro sobrepuja o dos romances anteriores de Júlia Lopes de Almeida e não haverá outra obra sua de igual alcance de público: foram seis edições até o ano de 1931. No mesmo texto de introdução, temos a informação de que este romance foi resgatado em 1987 após um longo período de invisibilidade do nome da autora, devido ao interesse em refazer livros escritos por mulheres pela crítica literária feminina.

Publicado primeiramente em forma de folhetins, entre 7 de setembro de 1909 e 17 de outubro de 1910, no jornal “O paiz”, *Correio da Roça* é um registro de como as cartas eram, naquele início de século, um hábito de grande importância.

Maria fica viúva do marido, pai, provedor que havia deixado muitas dívidas. Ela e as filhas só possuem como única alternativa ir morar numa fazenda abandonada. Mudam-se para lá, carregando muita insatisfação e tristeza. Fernanda, uma amiga carioca, escreve-lhes muitas cartas, aconselhando-as a empregarem toda educação refinada que receberam na cidade no objetivo de transformarem a fazenda em um lugar produtivo e economicamente sustentável.

Segundo a pesquisadora Nadilza Moreira (2003) em *A condição feminina revisitada: Júlia Lopes de Almeida e Kate Chopin*, a autora de *Correio da roça*, mencionou:

Das minhas obras a que mais aprecio pelos benefícios que tem espalhado, é *Correio da Roça*. Esse livro, contendo ensinamentos e conselhos dirigidos às minhas patrícias, que não conhecem a vida nos campos representa o que de melhor eu tenho escrito (Jornal *À noite*, 11 de maio de 1931, apud ALMEIDA, 2014, p. 13).

Correio da Roça é sem dúvida uma obra de cunho altamente didático, valorizando, sobretudo o fazer agrícola e seus desdobramentos, mostrando que a cultura da mulher burguesa e cosmopolita, também vai servir de base para auxiliar as novas proprietárias de uma fazenda abandonada a torná-la produtiva:

Respondendo o teu conselho de interessar tuas filhas pela agricultura e avicultura, dizes tu: para se plantar batatas e criarem-se aves domésticas não é absolutamente necessário aprender-se francês, inglês, piano e desenho... Confesso que nunca imaginei ouvir irromper do teu peito educado um grito de tão mesquinha significação. Em caso nenhum da vida os pais se devem arrepender de terem gasto com a educação dos filhos o melhor dos seus bens; assim como não há profissão nenhuma quão possa ser exercida tão melhormente quão melhormente é instruída a pessoa que exerce (ALMEIDA, 2014, p. 42).

As filhas de Maria, conforme trechos da narrativa, foram educadas no colégio Sion⁴⁶, nos moldes de uma elite social que naquele instante pensava a mulher bem-educada para a família, para os filhos e para a sociedade. O livro, em suas entrelinhas, nos mostra a intenção de que o valor da instrução era primordial para possíveis situações de dificuldades e enfrentamento das surpresas da vida.

Júlia Lopes de Almeida era tida como alguém que defendia a educação. Esta foi uma das suas bandeiras enquanto escritora. Segundo Paulilo e Vidal:

Desde o final do século XIX, educadores e escritores insistiam sobre a necessidade de produzir uma literatura específica para a infância brasileira. Alguns, como Júlia Lopes de Almeida e Adelina Lopes Vieira, acusavam a tradução das obras estrangeiras de oferecer às crianças referências distantes do universo nacional, em linguagem pouco acessível (VIDAL, 2001). Com o objetivo de sanar essas deficiências, as irmãs fizeram publicar em 1886 o livro *Contos infantis*, pela tipografia Mattos Moreira. Cinco anos depois, a obra era reeditada, anunciando com destaque sua aprovação, em 14 de abril de 1891, pela Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundária da Capital Federal para uso nas escolas primárias (PAULILO; VIDAL, 2014, p. 19).

O romance *Correio da Roça*, nos remete a um tema recorrente na maioria dos romances de Júlia Lopes de Almeida: educação e trabalho. Só que neste caso, o espaço narrativo é o epicentro da binaridade campo e cidade, trazendo para o foco uma necessária tomada de decisão que surge influenciada pelas cartas de uma outra mulher.

⁴⁶ As irmãs de Sion, são de uma irmandade católica que vieram para o Brasil em 1888. Segundo o site atual do Colégio Sion do Rio de Janeiro: “A COMISSÃO QUE SOLICITOU A VINDA DE SION AO BRASIL – condessa Monteiro de Barros, condessa de Carapebus (dama de honra da Princesa Isabel), Sra. Tourinho, Condessa d’Estrella e Sr. Antônio Luís de Mello Vieira. Esta comissão enviou uma petição à Princesa Isabel, para trazer ao Brasil uma congregação para educar as meninas da alta sociedade carioca. A condessa Monteiro de Barros foi à Roma solicitar ao papa Leão XIII as licenças necessárias para a vinda das Religiosas de Sion ao Brasil. Elas saíram de Paris no dia 19/09/1888.

A trajetória epistolar se realiza basicamente entre duas mulheres e quatro moças jovens. A cumplicidade que vai sendo tecida no desenvolver da trama põe em cena as discussões sobre a vida trabalhosa e digna do campo e a vida fútil e ociosa que envolve as mulheres das classes burguesas urbanas. Saindo do controle patriarcal, cinco mulheres são literalmente instruídas a superarem as imensas dificuldades. O que antes era proteção na cidade com destinos planejados pelo poder do pai, torna-se uma construção aparentemente impossível, que pouco a pouco vai tomando corpo entre cartas, cartões e bilhetes postais, como era usual e específico para a comunicação naqueles tempos em que o *Correio da Roça* foi escrito.

No capítulo IV, Fernanda diz exatamente o que as filhas de Maria farão com sua formação:

O inglês e o Francês servirão para leituras de revistas, jornais e para entenderem com os colonos dessas línguas, se por acaso alguns forem ter a essas paragens; a música fala-as compreender com redobrado sentimento toda doçura dos sons, dispersos, mas concordantes, na harmonia da natureza; o desenho habilitá-la-ás à apreciação visual das coisas e à execução dos planos e mapas de que tenham necessidade para formação dos seus campos de cultura, dos seus pomares ou dos jardins (ALMEIDA, 2014, p. 42).

Nota-se em toda a narrativa, a intenção de mostrar que a mulher, do final dos oitocentos e do início do século XX, precisava livrar-se do estigma de não ter capacidade para prover sua família na ausência do cônjuge.

Segundo Beauvoir (1980) o “torna-se mulher” faz parte da manutenção do modus vigente no patriarcalismo. Ou seja: as sociedades patriarcais produzem e reproduzem os padrões para o ser feminino, induzindo obrigatoriamente uma espécie de “domesticação”, que torna a mulher um ser moldado para o ambiente privado do lar. Tal naturalização acaba por impedir qualquer possibilidade de modificação dos valores sociais existentes. Em relação a este tema, sobre o espaço e as atribuições para as mulheres, vigente nas sociedades patriarcais, temos em Sepúlveda e Sepúlveda:

A tradição patriarcal desenvolveu um discurso no qual a mulher é inferior ao homem e por isso não pode ter os mesmos direitos dele, cabendo a este ocupar o espaço público e a aquela o espaço doméstico. Baseada nessa concepção imputa à mulher o espaço doméstico, ao escondê-la da arena social, foi a invisibilizando a partir de uma produção constante e ativa de inexistência (SEPULVEDA & SEPULVEDA, 2018, p. 13).

Em suas obras, a escritora dá voz às mulheres em diversas situações sociais, através

das personagens que protagonizam seus romances. Em *Correio da Roça*, podemos verificar em seu cunho educador, a possibilidade de mostrar que as mulheres deviam tentar assumir seus destinos e educarem-se com objetivos de profissionalizarem-se para uma eventual necessidade.

Aos poucos, Maria e suas quatro filhas acabam por aceitar sua nova realidade e o modo como irão seguir a partir de suas novas experiências é que serão definitivos para os rumos de suas vidas no meio rural que vão habitar. E são exatamente as cartas, os postais e os bilhetes que trarão, paulatinamente, as boas novas que influenciarão nas mudanças do modo de viver dos habitantes da Colônia Remanso.

Maria e as filhas colocarão em prática todos os conselhos e aprendizados didaticamente transmitidos por Fernanda, o que resultará numa profunda transformação do espaço narrativo, antes uma fazenda e uma tapera abandonadas, aos poucos serão propriedades administradas por mulheres em constante prosperidade. A imagem do abandono está muito bem descrita na página 38, na visita de Maria e suas filhas ao sítio da Tapera, que havia sido dos avós de Maria:

Quando chegamos ao pobre sítio abandonado queixamo-nos todos de dores(...) a muito custo retive nos olhos, entristecidos e saudosos de outros tempos, em que a Tapera verdejava esperançosamente nos largos mantos dos canaviais e em que eu corria pelo terreiro, animada pela voz alta e alegre do meu pai. Que diferença, filha! A casa desmorona-se. Há buracos pelas paredes, por onde entram o vento e a chuva, sem que o tal casal de caboclos⁴⁷ se tivesse lembrado de entupi-los com uma pazada de barro, ao menos. Corri ao laranjal! Onde estaria? (...) A erva passarinho comera-o todo. O cafezal está em mato. Os canaviais extintos... (ALMEIDA, 2014, p. 38).

As cartas entusiasmadas, contendo palavras de muito otimismo escritas por Fernanda são essenciais para transformar a desolação que experimentava a família de Maria, por serem mulheres e estarem totalmente perdidas num espaço praticamente estranho. Fernanda parece querer, com suas maravilhosas e incentivadoras palavras, incitar os dons das novas ruralistas e valorizar os aprendizados burgueses que seriam de grande ajuda para o futuro empreendimento da família:

Assim, em vez de acoroçoar a melancolia de tuas pequenas, suspirando por alegrias extintas e assinando-lhes jornais e revistas de modas que elas não podem seguir nessas paragens benignas, assina de preferência revistas agrícolas, instrutivas, alegres, que lhes deem noções aproveitáveis de industrias campestres e as induzam a um trabalho propício e benéfico em favor da sua linda

⁴⁷ Caboclo é a designação dada no Brasil para o indivíduo que foi gerado a partir da miscigenação de um índio com um branco.

propriedade(...) (ALMEIDA, 2014, p. 29).

Durante todo o romance, as cartas de Fernanda para Maria abordam o pensamento de que o campo é o lugar da vida verdadeira, o lugar do homem bom e puro, demonstrando a influência dos princípios de Rousseau⁴⁸, considerando a vida no campo pura e desinteressada em paradoxo com a vida citadina a qual Fernanda diz estar “cada vez mais enredadora e maligna” (ALMEIDA, 2014, p. 47). Sobre o pensamento de Rousseau:

O ponto central do pensamento de Rousseau foi a oposição entre natureza e sociedade, constitutiva da condição humana, das leis da natureza, da aquiescência da busca de uma vida autossuficiente, regulada e de uma moral natural, que visava satisfazer necessidades básicas entre o equilíbrio com o meio físico e com os seus semelhantes. Levantou as questões do estado primitivo, das primeiras sociedades, dos vínculos familiares, do indivíduo realizando-se plenamente como ser social (PEREIRA, 2001, p. 1).

E o exemplo de trabalho é exaltado em relação às mulheres, donas da Remanso. São inúmeros os conselhos das cartas de Fernanda para Maria e suas filhas que são lidos e seguidos à risca por todas as cinco novas fazendeiras:

Apesar do pouco interesse que nós aqui no Brasil ligamos às estradas (...) e que tem ainda sobre os outros a vantagem de conhecer o Brasil do Sul e do norte, do litoral aos sertões, por ser engenheiro, afeito a comissões de estradas de ferro. Ora se vê como o destino nos protegeu. Disse-me ele o que vou repetir aqui: cabe ao lavrador, em seu próprio benefício, não só manter, como conservar as estradas ou caminhos que dão acesso à sua propriedade, como empenhar-se na construção de outras novas (ALMEIDA, 2014, p. 52).

Na página 52, a carta fala da necessidade de todos os fazendeiros unirem-se para desenharem as estradas, cobrarem do poder público os subsídios para construção das mesmas. As produções agrícolas ainda viajavam no lombo dos burros e nos carros de boi até as estações de trem. As cartas de Fernanda são sobrecarregadas de instruções para que a formação erudita que receberam na cidade, abra espaço para a nova vida dessas cinco mulheres.

No capítulo VI de *Correio da Roça*, a narrativa mostra como o interior do Brasil pode ter sido explorado e produtivo, expressando o domínio dos “pioneiros”, deixando para trás os caminhos por onde antes passavam os burros de tropa, para dar lugar as estradas por

⁴⁸ Jean Jacques Rousseau (1712-1778) foi filósofo, sociólogo e pedagogo, nasceu em Genebra e teve uma influência importante na Revolução Francesa e no Romantismo. Foi perseguido politicamente, procurou refúgio na Suíça e na Inglaterra. Quando voltou à França, fixou-se em Paris e passou a lecionar música. Morreu um pouco mais tarde, talvez por suicídio, em Ermenonville (PERREIRA, 2001, p. 1).

onde passariam os automóveis rumo às fazendas.

As propriedades agrícolas brasileiras no início do século já haviam praticamente substituído a mão de obra dos escravos africanos pela mão de obra obtida através do sistema de colonato: “Farei o que me manda. Plantarei árvores frutíferas para nós, para nossos amigos, para os colonos e para os passarinhos! (...)” (ALMEIDA, Ano, p. 49). Várias vezes na narrativa, seus personagens chamam a Fazenda Remanso de “Colônia”. Segundo Santiago:

No Brasil, um processo semelhante ocorre com a proximidade da abolição da escravatura, em 1888. Os fazendeiros de café tiveram de utilizar o trabalho livre do imigrante, implantando o sistema de colonato. Gastos com transporte e despesas não constituíam dívida do imigrante e o sistema de remuneração era misto, composto por uma parte dos ganhos com a venda do café e outra por um salário fixo anual. Os colonos se comprometiam a cuidar da colheita de determinado número de pés de café e ganhavam uma área onde podiam plantar e manter as suas criações. Fora da época da colheita de café, ganhavam por dia para fazer outros serviços na fazenda, e o patrão cedia a casa para a família enquanto esta estivesse trabalhando em sua propriedade (SANTIAGO, 2013, p. 1).

Como mencionado no capítulo I deste estudo, que aborda contextos históricos relacionados aos tempos da escrita de Júlia Lopes, a narrativa reafirma a preferência pela mão de obra imigrante em detrimento do trabalho realizado pelos ex escravizados e seus descendentes. Tais preferências vinham acompanhados pelas políticas higienistas e eugenistas, que consideravam o negro inadequado para o trabalho e divulgavam o que foi denominado de “branqueamento da raça”. Segundo Gonzalez (2020, colocar a página), “a ideologia do branqueamento tem uma força muito grande no que diz respeito à comunidade negra no Brasil. (...) temos duas vertentes ideológicas”. Ela cita o fator oficial e legal que diz somos todos iguais perante a lei e um outro fator que é relacionado à realidade que a própria Gonzalez identifica com o seguinte jargão: *Branco correndo é atleta, negro correndo é ladrão*, negando a chamada democracia racial⁴⁹. O romance nos traz também as falas ufanistas de progresso contínuo alavancadas na virada do século:

A ambição do dinheiro é a manivela que, inconscientemente ou conscientemente, nos faz dançar a todos; aproveita essa circunstância em favor da outra, a de veres tuas filhas interessadas pelo progresso e a redenção das terras abandonadas em que vivem e pela civilização dessa gente do povo que lhes rodeia a fazenda e que vegeta mais do que vive, sem proveito nem gloria para o Brasil nem para si. (...)

⁴⁹ O conceito de democracia racial veio por intermédio do antropólogo Gilberto Freyre em sua obra *Casa-grande & Senzala*, publicada em 1933. Este conceito tem como base a crença de que as relações entre escravos e senhores eram de muita amizade, cordialidade, ele citava que as questões raciais no Brasil se davam de forma pacífica e amigável, no que discorda veementemente Lélia Gonzalez (2020).

Verás que dentro de poucos anos tanto o *Remanso* como a *Tapera* estarão ligados à estação da estrada de ferro do povoado por belos caminhos que os vossos automóveis de carga e de passeio transporão com rapidez (ALMEIDA, 2014, p. 32).

O trecho acima, fala das questões de classe no campo, que se dividia entre o senhor, dono das terras e os trabalhadores rurais que, eram considerados como “incivilizados, que vegetavam mais do que viviam”. O povo “sem proveito para a nação”. Segundo Gonzalez:

Na verdade, o 13 de maio de 1888 trouxe benefícios para todo mundo, menos para a massa trabalhadora negra. Com ele se iniciava o processo de marginalização das trabalhadoras e trabalhadores negros. Até aquela data elas e eles haviam sido considerados bons para o trabalho escravo. A partir de então passaram a ser considerados ruins, incapazes para o trabalho livre. Pois é... (GONZALEZ, 2020, p. 218).

E as cartas vão trazendo junto com elas, inúmeras e esperancosas novidades. Fernanda, vai aos poucos, nutrindo as novas fazendeiras com instruções e matéria prima inicial:

Devo parecer-te hoje soberanamente enfadonha. Voltemos ao nosso interesse: por certo não pensarás que envio doze laranjeiras a nossa Joaquina para que ela comece a atirar para os boulevards de Paris e para os squares de Londres os seus frutos magníficos; tanto mais que eles ainda tardarão um pouco a vir... (ALMEIDA, 2014, p. 46).

Nos primeiros capítulos, as laranjeiras são doadas, após isso, mudas de roseiras juntamente com instruções de cultivos e cuidados:

Quando o teu roseiral estiver criado, manda de vez em quando, pôr de imersão, num depósito de água, um saco cheio de fuligem, e logo que essa água tiver tomado a cor do vinho do porto, irriga com ela, fartamente, as roseiras, sem receio de que o excesso d’água as prejudique. Não deixes também de aproveitar as cascas do café para adubo dos canteiros, espalhando-as numa camada de quatro ou cinco centímetros, o que enriquecerá as plantas cultivadas e impedirá o nascimento de ervas daninhas, segundo me informou o jardineiro da Fazenda Valentim, no Estado de São Paulo, onde esse processo tem dado excelentes resultados (ALMEIDA, 2014, p. 61).

Quando criança, Júlia morou em São Paulo, na cidade de Campinas. Mais tarde, já adulta, vez por outra visitava o irmão que era fazendeiro no interior do estado de São Paulo, assim, estes conhecimentos encontrados no correr do enredo nos remete a suas vivências rurais, as mesmas vivências que escreveram “A família Medeiros”, romance ambientado numa fazenda no interior de São Paulo.

No acervo do neto de Júlia Lopes, o engenheiro Claudio Lopes de Almeida, temos a

informação de que a mesma gostava de ler revistas de jardinagem e agricultura, o que serviu de base para este romance. Numa das cartas de Fernanda a Maria, temos o nome da revista *Chácaras e Quintais* (ALMEIDA, 2014, p. 31), esta era uma das mais famosas para interessados em agricultura e plantações.

Em outra carta de Maria à Fernanda, na página 35, temos a presença de Salustiano, que é descrito da seguinte forma:

Um mulato de pescoço cumprido, que várias vezes mandei aí no Rio, à tua casa, com recados meus, e que exerce aqui agora as funções de correio, indo três vezes por semana ao povoado procurar a minha correspondência e comprar-nos pão, carne e mais uma ou outra coisa a que a civilização da capital nos habituou (ALMEIDA, 2014, p. 35).

Em minuciosa leitura pelos enunciados elaborados dentro do enredo da obra em estudo, notamos que o “mulato” Salustiano é antigo funcionário da fazenda, que serve a família de Maria há muito tempo.

Quando Fernanda sugere que as recentes fazendeiras criem um lindo Pombal, já também havia enviado os pombos para Joaninha:

(...) feito-a com seis casais de pombos brancos, que irão tão depressa me avisem de já terem feito, para eles um lindo pombal aí na fazenda. Embora inimiga da adjetivação meramente ornamental, pus aquele “lindo” antecedente ao pombal com todo o propósito, e chamo para ele a atenção de Clarinha. Ela escolha um local alegre e amplo, onde haja relvas (ALMEIDA, 2014, p. 63, grifo da autora)

Em seguida, a carta propõe um concurso para o melhor desenho que planejasse o “lindo” pombal: “(...) chegou a hora de aproveitarem o desenho aprendido no colégio: organizem um concurso e mandem-me os planos, que eu sujeitarei a opinião de um artista, remetendo depois um prêmio à vencedora” (ALMEIDA, 2014, p. 63).

A casa da fazenda, a essa altura, já possuía um belíssimo jardim com o auxílio do negro Thomaz⁵⁰, que morava há muitos anos na fazenda. Depois das roseiras, laranjeiras, pombos e galinhas enviadas ao tempo das cartas ou depois delas, chegou a vez das instruções para o plantio das violetas:

Plantam-se as violetas em terra leve, metade vegetal e outra metade natural. Mistura-se a terra assim preparada com adubo animal, bem curtido e abundante, conservando-se sempre a terra muito balofa, em local livre de arborização e

⁵⁰ Sobre negro Thomas, nos é dada a impressão de não ser tão jovem e que já residia na fazenda antes das mulheres se mudarem para a mesma. No decorrer da narrativa, temos a nítida impressão de que o negro Thomaz vem a ser um ex-escravo ou descendente direto de escravos da Remanso.

exposto ao sol da manhã. (...)” (ALMEIDA, Ano, p. 65).

Na página 101, Fernanda avisa do envio das aves para início de mais uma criação no Remanso:

Ora, pois, minha querida, mando-te (serão despachadas hoje, à noite) um galo e três galinhas Houdan, de plumagem branca e preta, penacho e gravata espessos, criaturas pesadonas, comilonas, grandes apreciadoras da alimentação animalizada, não será difícil arranjar minhocas para a variedade dos seus repastos. Bastará para isso mandares enterrar a poucos centímetros, em um fio de terra sempre umedecido, um pouco de fubá grosso (...) (ALMEIDA, 2014, p. 101).

A citação acima evidencia que as instruções passadas por Fernanda indicavam uma atividade agrícola simples, voltada para uma prática natural, que nos dias de hoje seria chamada de orgânica. As técnicas agrícolas da época eram voltadas para os recursos artesanais de que dispunha a própria terra. Vale lembrar que a mão de obra era farta, tudo era feito pelas mãos dos colonos e que não havia energia elétrica na zona rural brasileira.

Com as atividades da fazenda em pleno progresso, o desconsolo e desalento dos primeiros dias em Remanso, transformaram-se em entusiasmo e força. As moças se interessaram por laranjais, pombais, estradas que não serviriam apenas para passar carros de bois, como também automóveis. E já pensavam na instalação de iluminação e energia rural. Na página 96, Fernanda faz alusão a três tipos de iluminação artificial: lâmpadas a álcool, a gás acetileno e a petróleo.

Mas é na página 71 do romance que surge talvez, o mais promissor investimento das novas fazendeiras:

Com o exemplo de Cecília, Cordélia foi revolver os seus cadernos e livros de estudo e resolveu ensinar, ela também, não desenho e música, como a irmã, mas o a b c, à criançada da colônia! E é encantador, afirmo-te, ver todos esses garotos italianos e espanhóis aprendendo o português com uma mestra cheia de paciência e de bondade, que exige deles a dicção perfeita, radicando-os pela língua e pelo estudo à nossa terra tão mal compreendida. São vinte discípulos, dentre sete e doze anos. Nos dias de chuva ou de sol forte, as aulas funcionam em uma de nossas salas da frente, mas quando o tempo favorece, as lições são distribuídas à sombra das jabuticabeiras, onde o Salustiano fabricou, sob as ordens das minhas filhas mais velhas, cadeiras e mesas com troncos rústicos de árvores. Além da leitura, escrita, noções de coisas e contas, que essas vinte crianças aprendem com minha paciente Cordélia, estudam música e desenho com a Cecília(...) (ALMEIDA, 2014, p. 71).

Temos, portanto, a fundação da escola do Bosque das Jabuticabeiras⁵¹ da Colônia do Remanso. Uma escola ao ar livre, onde as crianças da fazenda aprendem com as fazendeiras nos moldes da dita “civilização”, com simplicidade, com bondade e “asseio”. As noções de higiene e prevenção eram uma máxima no início do século XX. Tanto que o primeiro Ministério de Educação da História da República do Brasil, foi criado com uma dupla função: Ministério da Educação e Saúde.

O início do século XX é marcado por uma preocupação muito especial com as questões educacionais no Brasil, o Brasil havia proclamado sua república e eram anos de se pensar em progresso. Neste momento, já era prevista a obrigatoriedade de ensino “primário”, segundo ALMEIDA E GONDRA: “Na Republica houve alterações nas faixas de idade (...) no decreto número 3.191, de 1911, que define o ensino primário obrigatório dentro do perímetro escolar, para crianças de ambos os sexos, de 7 a 14 anos de idade (ALMEIDA; GONDRA, Ano, apud CAMARA, 2014, p. 148, grifos dos autores).

Nos inícios do século XX no Brasil, havia uma busca pela “prevenção das infâncias”, para tal, foi criado o IPAI (Instituto de proteção e Assistência à infância) e segundo Camara:

(...) e dessa forma, ao longo de sua existência, de 1899 a 1939, o instituto colocou em prática um conjunto de procedimentos tendentes a produzir, difundir e preceituar os conhecimentos de higiene, de puericultura, de proteção, de cuidados e de educação com relação à “construção” da criança (CAMARA, 2014, p. 73).

Em vários momentos do romance, encontramos Fernanda subscrevendo noções de higiene⁵², de como tratar a água que vai para a casa dos colonos, como cuidar das criações e da lavoura, evitando as pestes e doenças. Assim como aconselhando as fazendeiras a manter as crianças longe da criação das galinhas, até sugerir cuidados de enfermagem para com os alunos da escola ao ar livre:

(...), entretanto, dir-te-ei que não debes consentir em que as crianças da colônia frequentem o lugar das aves; lembra-te que o croup é de origem aviária e pode ser facilmente transmitido da gosma da galinha à mucosa de uma boca infantil. Com o espaço que dispões, poderás dividir o teu galinheiro em várias repartições, de modo a ter sempre alguma delas desinfetada, com o solo revolvido e semeado de nabos ou de mostarda, grãos que tem dupla vantagem de germinarem de pressa, purificarem o solo e ainda a terceira de alimentarem os galináceos (ALMEIDA, 2014, p. 103).

⁵¹ A jabuticabeira, é uma árvore frutífera brasileira. Suas flores são brancas, enquanto os frutos são esferas negras e brilhantes com cerca de 2 cm de diâmetro.

⁵² As habitações dos colonos nas propriedades do Brasil, sempre foram citadas como casebres sem muitas condições de moradia, sem saneamento básico e até hoje o Brasil carece de infraestrutura em muitos locais da zona rural.

Na mesma carta do capítulo XV, a amiga faz uma certa advertência, típica da sociedade brasileira, em relação à posição na qual a dona do Remanso devia estar alerta:

(...) A brasileira é médica por instinto, e é isso que nos vale. O quem não imaginava é que sua mãe soubesse salgar porcos e fazer salsichas. Abençoadas mãos, que não desdenham ocupação nenhuma! É bom saber de tudo; mas no seu caso eu iria instruindo em tal mister uma “colonazinha”, ou o próprio cozinheiro, mesmo que eu tivesse de administrar o serviço, mas altivamente, de pé, a uma certa distância (..) (ALMEIDA, 2014, p. 95, grifo da autora).

Há várias interpretações neste pequeno texto, que nos remete à distância entre o dono e seus serviçais, a patroa e suas criadas, a questão dos preconceitos e diferenças de classe. Algo bastante típico das classes burguesas das quais as personagens faziam parte. Fernanda estava afirmando que Maria deveria manter sua posição nas terras do Remanso. O diminutivo da palavra “colonazinha” parece estar impregnado de preconceito de classe e raça, uma forma pejorativa de referir-se às meninas ainda novas que precisavam trabalhar em casa de família desde tenra idade, ou seja, uma empregada doméstica, que trabalharia com a desculpa de estar sendo treinada, uma mão de obra muito barata que entrou pelo século afora na sociedade brasileira. Portanto, apesar de tanta bondade, da criação de escolas, da intenção de fundar um hospital para atender aos colonos, da beleza e do desprendimento amoroso que durante toda a narrativa exala como perfume de rosas, nas entrelinhas escapam vez por outra os resquícios das dominações oriundas do período escravagista.

Esta era também uma das opções para as mulheres pobres da nossa história, principalmente as negras: a de serem tidas como assistidas em algumas casas de família. Esta prática se fez durante e muito depois da abolição dos escravos. As mulheres eram por assim dizer “abrigadas” para servirem de babás, cozinheiras, arrumadeiras, muitas vezes sem folga e sem salário.

Assim, confirmando nossas pistas, encontramos no livro “Mulheres negras no Brasil escravagista e do pós-emancipação” (SOUZA, 2012, p. 252), já citada na seção 3,4 desta pesquisa, sabe-se que muitas mulheres assumiam o sustento de suas famílias e muitas meninas ou mulheres de diversas idades eram levadas para trabalhar em casas de família, para garantirem o próprio sustento. Muitas vezes, as mais jovens não percebiam nenhuma remuneração, pois a elas era dado o lugar de “aprendizes”

O romance é altamente açucarado, extremamente voltado para os olhos ávidos das leitoras da *Belle Époque* carioca⁵³, mas não deixa, talvez de propósito, de inserir todas as realidades envoltas no pano de fundo das idealizações burguesas do início do século XX.

A obra *Correio da Roça*, é sem dúvida, uma das obras mais didáticas que foram escritas por Júlia Lopes de Almeida. Verdadeiro almanaque de instruções agrícolas. A fazenda do Remanso e o sítio da Tapera prosperaram, os conselhos agrícolas e administrativos foram, aos poucos dando forma ao espaço criado no romance, mas sempre com a mão de obra negra e imigrante. Como podemos confirmar na carta do capítulo XVII, de Maria para Fernanda:

Hoje o Remanso está ligado ao povoado, à Tapera e outras fazendas da redondeza, por caminhos que podem ser percorridos por automóveis. Nada de acidentes. O Salustiano vai e volta em metade do tempo, aos recados de que o incumbo; as carroças e os animais não sofrem embates nem perigos – (..) os próprios colonos se têm animado na plantação de cereais. Joanhinha tem feito a honra aos teus conselhos; o jardim está coberto de flores, O pomar estende-se da beira da casa até o açude. O pombal de Clara (...) com suas divisões bem distribuídas e fáceis de limpar. (...) O galinheiro executado pelos planos do meu futuro genro, que já é hora de saberes o nome: Silvino Mendes. A nossa casa já não é a mesma, agora cheia de música (ALMEIDA 2014, p. 108).

Todas as benfeitorias realizadas na fazenda Remanso e no sítio da Tapera, foram resultados da correspondência fortemente envolvida de esperança entre Maria, suas filhas e Fernanda. Uma prova viva de que a escrita de Júlia levava às suas leitoras um ideal (burguês) de independência feminina através da educação e do trabalho.

Na página 60 de *O correio da Roça* encontramos um parágrafo bastante claro sobre a função social da mulher e das instruções que eram concebidas para o feminino naquele momento:

Vocês não devem abdicar, pela circunstância de viverem na fazenda, das vantagens que a todos deu a educação literária que receberam, e antes aplicá-las no aperfeiçoamento do meio em que vivem, para satisfação alheia e própria, convencidas, como estão, de que o papel da mulher é alegrar, poetizar e elevar o nível da sociedade em que vive, por meio da graça, da sua doçura, do seu bom gosto e de seus exemplos de atividade e piedade (ALMEIDA, 2014, p. 60).

Em pequena análise da citação acima, parecem estar evidenciados o papel de destinação que era pensado para o feminino, o uso das pequenas e diferenciadas instruções,

⁵³ O termo *Belle Époque* era usado no início do século com muita frequência, porque as classes burguesas cariocas, isto é, a elite que residia na cidade do Rio de Janeiro, consideravam importante imitar os modelos sociais da França.

trazendo, para a imagem da mulher a ideia de adorno, a responsabilidade a ela cobrada, exigindo seu esforço e exemplo. Exemplo pleno em *Correio da Roça*, que enche de virtudes santificadas todas as suas personagens como heroínas que triunfaram. No capítulo XIII, Fernanda em uma carta à Maria, diz:

Se eu fosse ti, espalharia por toda parte a notícia dessa escola ao ar livre, mantida em sua fazenda, por meninas educadas, no intuito de instruir gente ignorantes e tornar brasileiros de coração e pela língua filhos de outras pátrias distantes, mas nunca esquecidas. E espalharia tal notícia, sabes para quê? Para que ela servisse de incentivo a outras moças igualmente educadas e desocupadas, para instruírem nas fazendas de seus pais, em que italianos, espanhóis e austríacos (..) até se sentirem tão brasileiros como nós (ALMEIDA, 2014, p. 82).

Em alusão à citação acima, coube-nos comparar o capítulo XII com o XXXVII, enquanto que no XII a escola é tida como uma referência de generosidade, já no capítulo XXXVII, Fernanda traz diversos conselhos para as fazendeiras da Remanso, no sentido de buscarem sempre a melhoria das condições de vida dos seus colonos, para que os mesmos não abandonassem sua colônia. Entre estes conselhos: cuidados com a água, higiene e também apoio para instrução de todos, nota-se uma estratégia visando segurar na propriedade a mão de obra necessária para a produção e os possíveis lucros. Neste momento a caridade das moças junta-se ao interesse das mesmas como proprietárias, acompanhando paralelamente, as ideias higienistas propaladas no início do século XX.

No final do romance não há novidades nem sonhos mirabolantes para o futuro. Todas as realizações e empreendimentos já estão prontos e em constante progresso. Cecília se casa, Cordélia fica noiva e as outras duas irmãs continuam seus trabalhos maravilhosos numa corrente de felicidade e bondade ímpares que nos faz lembrar as cenas de *A noviça rebelde*⁵⁴. No entanto, ao sabor dos enunciados de Júlia Lopes, sabemos dos indícios sombrios por onde as questões de raça, classe e gênero, se escondiam naquela sociedade.

As demandas que surgiram no romance formam um epistolar e engenhoso tema burguês de sucesso e mostram a face exploradora da história. Enquanto alguns poucos negros, descendentes de escravizados e novos colonos estrangeiros eram acolhidos sob a égide da bondade, algo arremata os pontos dos parágrafos com evidências que apontam para novos mecanismos de exploração.

⁵⁴ Filme americano lançado em 1965. São cenas dos anos 30, antes da Segunda Guerra mundial. Uma noviça que morava num convento, mas não conseguia seguir às regras religiosas, vai trabalhar como governanta de um capitão viúvo com sete filhos e leva alegria de novo à casa, com final feliz e casamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o caminho percorrido através dos descortinamentos que caminharam junto a estes estudos, apenas uma certeza paira absoluta: a ideia de que nada deve ser conclusivo, a pesquisa caminhará ao nosso lado enquanto pisarmos sobre os solos e palmilharmos entre as experiências que nos formam e nos transformam continuamente. Podemos fechar um determinado pensamento, mas os questionamentos jamais cessarão.

Considerando a pesquisa elaborada sobre a vida e a obra de Júlia Lopes (Cap. II), a partir do anúncio encontrado sobre seu casamento no *Jornal Estação*, página 59 deste estudo, pode-se depreender que o sucesso de sua carreira de literata numa sociedade altamente patriarcal, pode ter sido influenciado pelo fato de ser esposa de um jornalista proeminente à época, o que, como já mencionamos, não invalida o justo valor que suas obras receberam e que precisam e podem receber.

Quanto ao sucesso da carreira da autora, estudamos um possível auge entre 1900 e 1920, o que pode ser confirmado no item 2.2 do primeiro capítulo, sendo que, após os anos 20, seu nome passa a figurar com menos expressividade nas páginas da revista FON FON!. Dona Julia faz uma viagem pelo Brasil em 1918 o que resulta em seu livro *Jornadas no meu país*, editado em 1920. No entanto, segundo De Luca: “De volta ao Rio, tem-se a impressão de que a escritora, cuja saúde parece fragilizar-se ainda mais nos anos 20, passa a alternar uma atuação quase simbólica junto aos meios de comunicação com confinamento no lar”. (DE LUCA, 1999, p. 288).

Tendo perdido o pai em 1915, Julia Lopes perde a irmã Adelina em 1922, o que pode explicar a presença mais rara nos anos XX do seu nome na Revista FON FON!, onde as citações são poucas. A dor deve ter sido muito grande, pois além de ser irmã e parceira de uma vida, era também a coautora do livro *Contos Infantis*. Embora muito citada e escrevendo *Jornadas no meu país* em 1920. Nos explica De Luca:

Nova perda sofrerá nessa mesma época: a dar-se crédito a Adalzira Bittencourt, é por volta de 1922, que falece a mais velha das cinco filhas de Valentim, a pedagoga, poetisa e musicista Adelina Lopes Vieira, a mais provável modelo de agente modificadora do mundo circundante adotada por Júlia como guia. Lembrando que em março de 1922 também morrerá o único irmão do sexo masculino, verifica-se que do casal Silveira Lopes e seus sete filhos só sobreviviam, em 1923, a própria Júlia e a irmã caçula Alice (DE LUCA, 1999, p. 288).

Sobre a entrada do seu esposo de Júlia, Francisco Felinto, na Academia Brasileira de Letras. Porém, segundo a pesquisadora Michele Fanini:

Logo nas primeiras buscas documentais, complementadas por consultas ao acervo da ABL (Biblioteca Lúcio de Mendonça e Arquivo Múcio Leão, especificamente), localizamos um artigo publicado no Estado de São Paulo, em 3 de dezembro de 1896, no qual Lúcio de Mendonça inclui o nome de Júlia Lopes de Almeida na lista extraoficial de membros fundadores da Academia. Até onde nos é dado saber, a tímida ressonância da indicação entre os demais postulantes, amparada na alegação pretensamente impessoal de que a agremiação estaria sendo concebida à imagem e semelhança de sua congênera Francesa, a Académie Française de Lettres, em cujo regimento interno a expressão *homme de lettres* adquiria sentido literal, culminou em um desfecho sugestivo: o ingresso do cônjuge da escritora, o jornalista Filinto de Almeida, que passou a ser considerado por alguns como o “acadêmico consorte” (FANINI, 2016, p. 18, grifos de quem?).

A pesquisa de FANINI faz menção a uma fala do próprio Filinto em uma entrevista a João do Rio quando ele diz que era ela, a esposa que deveria estar na academia e não ele. Apesar de Filinto reconhecer a superioridade da produção literária de Júlia, neste estudo temos três pistas que podem evidenciar que Filinto de Almeida não seria “membro consorte” e que se a Academia Brasileira de letras aceitasse o ingresso de mulheres, Júlia seria membro fundador junto com Filinto, como sempre nos afirmou Cláudio Lopes de Almeida, seu neto.

A primeira pista encontra-se na página 59 desta dissertação, num texto publicado na *Revista Estação* (1888), sobre o casamento de Júlia com Filinto que inicia da seguinte forma: “Parabéns igualmente à crônica e à poesia”, a cronista era Júlia, o poeta era Filinto. Em primeiro plano, vamos ler o nome de Filinto de Almeida que havia voltado da Europa casado com Júlia Lopes.

A segunda pista é justamente a 21 deste estudo (revista Fon-Fon!, 1909), onde Filinto aparece numa foto com um grupo de “Homens de letras” (Lúcio Mendonça, Machado de Assis, Olavo Bilac, José Veríssimo, entre outros), a quem chamam de “A panelinha”, cujo texto esclarece que são “nossa mais produtiva geração literária”.

A terceira pista é uma nota sobre o lançamento do livro *A casa verde*, de autoria do casal Filinto de Almeida e Júlia Lopes de Almeida, que está na página 117, capítulo II, item 2.2 desta dissertação, onde foi escrito o seguinte parágrafo:

Em 1932, edição 35, p. 44 a Revista evidencia o lançamento do romance “A casa verde” escrito em parceria com Filinto de Almeida em nota importante, salientando que o romance reflete a inteligência de um casal de artistas, dignos de muita admiração. Diz que a obra de Júlia Lopes é extensa e brilhante e que a obra de Filinto é destaca-se pelo equilíbrio e senso estético. Neste momento, ao

publicarem a quatro mãos este romance, fica notório que ambos recebem valorização aproximada da crítica (Ver página 117 desta pesquisa)

Com as três pistas mencionadas acima, pode-se alertar para o fato de que Filinto de Almeida poderia não ser, necessariamente “membro consorte”. Considerando que até os dias de hoje o ingresso na Academia Brasileira de letras pode ser considerado um ato político, outros indícios continuaram expressando o mesmo: segundo a tese de Mestrado “A dança das cadeiras: Literatura e política na Academia Brasileira de letras (1896-1913)” (RODRIGUES, 1998), Filinto foi um dos que compareceram em 20 de julho de 1897 na cerimônia de fundação da Academia, cujos membros são considerados como aqueles que correspondiam “à fina-flor da intelectualidade da época”.

Segundo Rodrigues (1998), Lúcio de Mendonça pleiteava que o poder público fosse, de certa forma, patrocinador da ABL. Na página 47 do estudo de RODRIGUES(1998), o nome de Filinto consta como um dos jornalistas que escreviam a favor e com fundamentos que visavam o apoio do governo aos literatos e suas ideias, o que nos mostra um Filinto engajado pelas questões que diziam respeito à ABL. Em suma, uma sociedade patriarcal que permitisse a entrada de uma mulher numa entidade de “Homens de Letras”, também daria com muito gosto e naturalidade uma cadeira para seu marido, um poeta e jornalista engajado. Sem contar que encontramos na biografia de Filinto disponibilizada pela Academia Brasileira de Letras, que o Patrono da cadeira número 3 Artur Azevedo, havia sido amigo do mesmo.

No entanto, Luiz Ruffato no prefácio de “A falência (ALMEIDA, 2019), faz menção a um livro de Humberto de campos de 1954, afirmando o seguinte:

O escritor Humberto de Campos, membro da ABL, eleito em 2019, explica que, na Fundação da Academia, uma das cadeiras estava destinada à escritora, contudo, o artigo que regulava a candidatura feminina havia desaparecido. Constrangidos, pois a ficcionista estava informada dessa possibilidade, imaginaram, segundo Campos, uma solução: “Há um remédio: lembrou, alguém; - Como dona Júlia não pode entrar, dá-se-lhe uma satisfação, incluindo Filinto (RUFFATO, 2019, apud ALMEIDA, 2019, p. 9).

Portanto, apesar de o termo “membro consorte” ter sido usado pelo escritor Josué Montello (1917/2006), citação de Fanini, apresentada na página 94 deste estudo, os fatos são descritos com artigos indefinidos e sujeito indeterminado, assim pontuados: em FANINI (2016, p. 331) temos: *o Jornalista Filinto passou a ser considerado por alguns*; em Humberto de Campos, sob citação de Ruffato (apud Almeida, 2019, p. 9), temos:

imaginaram; segundo Campos (2019, apud ALMEIDA, p. 9) Há um remédio, lembrou alguém”.

Além do uso dos artigos indefinidos e dos sujeitos indeterminados, citados no parágrafo acima, temos a militância de Filinto de Almeida junto à Lucio de Mendonça descritas em várias páginas por RODRIGUES no livro “A dança das cadeiras” (1998), demonstrando que o jornalista, acadêmico e poeta, esposo da romancista, mantinha laços com os fundadores da ABL, além de ser reconhecido como jornalista e escritor de renome. Podemos voltar ainda a foto com outros intelectuais na Revista Fon-Fon!, que pode ser vista na página 100 desta pesquisa.

Pelo que foi mencionado acima, os estudos aqui apresentados propõem uma análise mais detalhada do fato, de forma a perceber se não há uma possível “injustiça” ao acadêmico Filinto de Almeida, afirmando que o mesmo pode ter entrado no lugar da esposa, uma vez que há indícios do contrário. Sobre o mesmo assunto, vale lembrar que a sociedade carioca de finais dos oitocentos foi fortemente regida pelos preceitos patriarcais e, portanto, caso a nossa ABL permitisse a entrada de mulheres como membros fundadores, provavelmente o esposo de Júlia, por sua posição e rede de relacionamentos, também seria membro fundador junto com a escritora.

Na revista Fon-Fon!, após a morte da autora, de 1935 a 1958, foram encontrados textos inteiros de Júlia Lopes, contos, crônicas, notícias sobre homenagens póstumas, mencionando que o romance *Pássaro Tonto* (uma edição póstuma de Júlia Lopes), foi radiofonizado pelo “Folhetim Radiofônico” no programa “Espelho de Portugal” da rádio Guanabara por Iveta Ribeiro, notícia escrita na revista Fon-Fon! por Alziro Zarur.

Em 1956, (edição 2566, p. 31), Júlia Lopes volta com força total à Fon-Fon! para o anúncio de que o seu conto *A Caolha* foi adaptado para Televisão, na TV Tupy, num “grande trabalho artístico” por Heloisa Helena e Alberto Perez (imagens postadas nos textos deste trabalho no capítulo II, item 2.2).

Portanto, em relação à memória de Júlia Lopes de Almeida, pode-se concluir que a escritora não foi tão facilmente esquecida e que sua possível invisibilidade precisa ser revista, ou seja, é necessário relativizar de que forma a autora foi invisibilizada pela história e pelo tempo.

Vários foram os conceitos estudados neste trabalho para a compreensão das questões de classe, raça, gênero e formação educacional. Por esta razão, vale enfatizar que, em se tratando de gênero, muito ainda precisa ser feito para que as estruturas heteronormativas

possam ser assimiladas pelo lado oposto das biologizações que são impostas.

As questões interseccionais foram sentidas no espaço, tempo e nas entrelinhas dos enunciados criativos de Júlia Lopes, mas todas estão presentes em nossa sociedade, principalmente no mesmo terreno que serviu de cenário para a escritora, ou seja, a cidade do Rio de Janeiro. Estamos em tempo de governos conservadores e as lutas de classe, raça e gênero e os contextos educacionais estão num momento de extremas disputas sociais e políticas. Há pouco tempo os jornais noticiaram uma chacina no morro do Jacarezinho. A favela de hoje é o cortiço de ontem como bem nos disse Castro (2019).

Inflada e populosa, a cidade do Rio de Janeiro se divide entre o morro e o asfalto. As mulheres estão no mercado de trabalho, estão nas universidades, mas o número de nome femininos nas cadeiras de engenharia, medicina e outras ciências, por exemplo, ainda é muito pequeno. O Gênero feminino encontra-se em condições de desigualdade por bons empregos, salários e os atributos de maternagem ainda coexistem junto aos feminismos modernos. As minorias ainda sofrem para alcançar espaços onde podem ascender socialmente e as elites ainda assolam o país. A mesma execução covarde que mandou matar Marielle Franco também estava presente no massacre aos marinheiros liderados por João Cândido e esteve a poucos meses na comunidade do Jacarezinho.

A escritora Júlia Lopes é vista por muitos estudiosos como conservadora, por ter abrigado o modelo burguês que concede superioridade intelectual ao sexo masculino, no entanto, em outras vezes ela é reafirmada como feminista, por ter participado ativamente dos movimentos em defesa do voto feminino e por ser parte destacada na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, nos anos 1920 e 1932. Conservadora, feminista ou não, a obra de Júlia Lopes de Almeida, tornou-se importante objeto de pesquisa para estes estudos. Em seus textos é possível conceber o espaço social do feminino em fins dos oitocentos e início dos novecentos. Vale destacar os seguintes livros escritos exclusivamente para mulheres, como se fossem verdadeiros manuais: *Livro das noivas* (1896), *Livro das donas e donzelas* (1906) e *Maternidade* (1924).

(...) do lado do homem, o mais forte, o responsável, o chefe, é que deve estar, mesmo para a alegria e conforto da nossa alma, a superioridade intelectual. É o nosso esposo quem nos conduz pelo braço através dos 30 caminhos da vida que a sociedade embaraça com seus preconceitos terríveis; é firmado no seu nome, na sua honra, na sua dignidade, que o nosso espírito descansa e que nos vemos cercadas de respeito (ALMEIDA 1896, p. 49, apud MAGALDI, 1998, p. 59).

No entanto, o fragmento acima, escrito em 1896, difere de outras declarações da

autora em sua obra, podemos pensar que o tempo e o amadurecimento deram a Júlia Lopes um novo olhar sobre a mulher e as questões sociais que as experiências lhe ofereceram, pois apesar das considerações da escritora a respeito de suas afirmações em relação à superioridade masculina, encontramos na pesquisadora De Luca a seguinte afirmação:

Pois ninguém mais se lembra de que Júlia Lopes, já em 1905, tomou-se uma das poucas mulheres a participar da série de conferências públicas inauguradas por Coelho Neto e Olavo Bilac no Rio de Janeiro, motivando discussões polêmicas a respeito do futuro papel da mulher na ainda arcaica sociedade brasileira — participação que irá culminar com seu engajamento pessoal, em 1919, na criação da Legião da Mulher Brasileira, e com sua presença ao lado de Berta Lutz, na organização do primeiro congresso feminino do Brasil, em 1922 (DE LUCA, 1997, p. 214).

Podemos ressaltar que o tempo pode ter mudado o pensamento da escritora, uma vez que suas declarações em 1896 não correspondem as mesmas declarações de 1919. E afirmamos que a escrita de Júlia Lopes de Almeida e sua importância para os estudos de gênero, raça, classe e formação educacional estão expostos em *Memórias de Marta, A falência, A intrusa, Cruel amor e Correio da Roça*.

Temas como adultério feminino, o espaço designado para as mulheres nos pós república brasileiro, a mulher negra e branca, mulheres oriundas das classes populares que ocupavam o espaço público para sobreviver, as atividades destinadas somente às mulheres e as atividades que não seriam “próprias” para elas, precisam ser vistos com recortes de classe e raça. A mulher branca, que não tivesse “tutor”, via-se em dificuldade, como Nina, a sobrinha de Camila, em *A falência*, obrigada a viver em troca de favores e muito trabalho.

No romance *A intrusa*, temos a história de Alice Galba, uma moça de origem burguesa que busca emprego como governanta, por ter perdido os pais e seu sustento. No entanto, carrega consigo uma educação privilegiada, na qual encontrava-se o estudo da língua francesa, música, etiqueta e outros saberes destinados ao currículo especial criado para as moças de classe abastada, lembrando que a sua formação foi decisiva para conquistar o emprego e, posteriormente, o casamento.

Como já foi dito, em fins do século XIX e início do século XX existiam espaços diferenciados para a formação educacional das meninas, assim como os objetivos educacionais também eram diferentes, eles variavam de acordo com suas classes sociais de origem, o que evidencia que esses espaços conviviam lado a lado em escolas fundadas por congregações e ordens religiosas femininas; escolas mantidas por pessoas leigas, ensino ministrado por preceptoras para as filhas das elites no espaço doméstico, familiar e privado,

assim como processos de educação e instrução transmitidas pelas mães, tias e avós para as meninas das classes populares (SEPULVEDA, 2020).

É preciso lançar um olhar mais humano para o alto índice de feminicídios no Brasil desde sempre. Ao nos depararmos com o possível assassinato da mãe do comandante Rino pelo pai do mesmo em *A falência*, cujas falas envoltas por densa névoa, não deixam de trazer para a narrativa, a possibilidade da tragédia na vida de tantas mulheres silenciadas sob golpes de violência, o mesmo destino poderia vestir Camila em *A falência*, por ser adúltera, mas coloca a personagem no front da cena do suicídio do esposo Francisco Teodoro. Em *Cruel amor*, temos a cena do feminicídio cometido pelo noivo de Maria Adelaide.

Os romances nos apresentaram a certeza de uma prática contínua de diferenças em forma de subalternidades, numa sociedade que reproduz muitas das mesmas práticas até os dias atuais, a despeito do progresso tecnológico e intelectual. Segundo Sepúlveda & Sepúlveda:

A ideologia do machismo está impregnada nas raízes culturais da sociedade burguesa ocidental há séculos, tanto no sistema econômico e político mundial, como nas religiões, na mídia e no núcleo família, este último apoiado em um regime patriarcal, onde a figura masculina representa a liderança. Nesse cenário, a mulher encontra-se num estado de submissão ao homem, perdendo o seu direito de livre expressão ou sendo forçada pela sociedade machista a servir e assistir as vontades do marido ou do pai, caracterizando um tradicional regime patriarcal (SEPULVEDA & SEPULVEDA, 2019, p. 63).

Dialogando com Sepúlveda & Sepúlveda (2019), vale trazer o argumento de que a ideologia do machismo precisa ser mais combatida nas reflexões diárias que os estudos de gêneros, ainda recentes na historiografia das sociedades ocidentais, nos fazem refletir sobre as mudanças que serão necessárias empreender. Se está impregnada há séculos, não será substituída por um comportamento novo, de igualdade e empatia, em algumas décadas.

As tensões sociais relacionadas ao poder que foram respaldadas e semeadas por um discurso reproduzido ao longo do tempo, formaram e reformaram as diferenças relacionadas às questões de gênero, classe e raça, presentes nas narrativas estudadas.

Em algumas passagens, é possível verificar que a transgressão pode ser um veículo possível frente ao desgaste no existir desses sujeitos oprimidos, visto que historicamente, as opressões, em inúmeros momentos, receberam como resposta a transgressão às regras impositivas do patriarcalismo.

Em *Memórias de Marta*, Marta luta para sair do cortiço e encontra uma forma de transgredir à sua condição de classe formando-se professora, produzindo uma condição

inversa ao previsto. Como ressaltou o romance, muitas moças abandonavam os estudos, pois esta seria a regra mais esperada para o destino das mulheres de todas as classes naquele momento e mais ainda, em se tratando da moradora de um cortiço, filha de uma lavadeira.

Alice Galba em *A intrusa*, aparece com os sapatos rotos, mas consegue o emprego. As pretinhas velhas de *A falência* com a carapinha coberta por um pano branco, varrendo as calçadas por onde caem grãos de café, catando-os para vender, são uma mostra de que as mulheres sempre frequentaram o espaço público, mesmo que Júlia Lopes de Almeida precisasse da companhia do filho para ir às aldeias de pescadores em Copacabana enquanto idealizava o romance *Cruel amor*. Até mesmo o açucarado *Correio na Roça*, nos apresenta um intercâmbio entre o rural e o urbano, mostrando que as relações de poder e os sinais de interseccionalidades estavam presentes antes, durante e depois do regime de colonato frente à imigração europeia.

Importante lembrar a personagem Rola no romance *Cruel amor*, estudado a partir da página 152 desta pesquisa, fugia do tio que “cobiçava seu corpinho de lírio”, indo buscar refúgio nas proximidades da casa do pai de Rui. Porém, outro destino sobre abuso em família é apresentado por Júlia Lopes no conto *O caso de Rute*, que faz parte do livro *Ânsia eterna* (ALMEIDA, 2009, p. 61). No conto, Rute sofre abuso sexual pelas mãos do padrasto. Sua avó a apresenta como uma mulher virgem (pura) ao seu futuro noivo, por quem ela é apaixonada. Quando ficam a sós, Rute revela que não é mais pura, que sofreu abuso e o noivo sai correndo. Após muito pensar, o noivo a procura com a seguinte fala: “Eu a perdoar”. Perdoar o quê? _ pensa a noiva, que se suicida no dia do casamento. Tecendo um diálogo com Butler:

(...) o corpo não é apenas matéria, mas uma contínua e incessante materialização de possibilidades. Não somos simplesmente um corpo, mas, num sentido verdadeiramente essencial, fazemos o nosso corpo, e fazemo-lo diferentemente tanto dos nossos contemporâneos como dos nossos antecessores e sucessores (BUTLER, 2011, p. 72).

Em Butler, o “fazer o corpo” pode ser também uma subversão da ordem. Numa sociedade que não reconhece a equidade de gêneros, que considera o corpo como algo a ser formatado biologicamente e esquece que cada ser possui uma individualidade que se constrói junto e ao mesmo tempo, dissociada dos demais corpos. Neste contexto, a possibilidade das transgressões pode ser evidente em relação à norma.

Quando a personagem Rute comete suicídio, por mais que seja um ato desesperador, pode ser a única forma de dizer que não aceita a injustiça do abuso que seu “corpo” sofreu e

muito menos a culpa imposta pelos padrões patriarcais. Vê-se que neste contexto, a mulher pode ser punida duas vezes: na primeira pela violência do estupro, dentro do lar, praticado por quem deveria defendê-la e na segunda pela culpa que o noivo lhe atribui quando oferece o “perdão”. Se na atualidade muitas mulheres tem dificuldade para conviver com abusos sexuais, em finais dos oitocentos e início os noventa, era praticamente impossível lidar com tamanha crueldade.

As questões relacionadas ao estupro no presente momento em nosso país, ainda trazem os mesmos resquícios que levaram a personagem Rute ao suicídio. Segundo o IPEA⁵⁵, um documento revela que acontecem ao menos 527 mil casos de estupro no Brasil por ano, mas apenas 10% são registrados na polícia. A subnotificação é absurda, portanto, o medo, a vergonha, são ainda comportamentos que interferem na proteção das vítimas (SÁ, 2014).

Já no romance *A falência*, o inesperado vem no desfecho, quando Nina, Noca, Camila e suas filhas, reuniram-se num recomeço. Mulheres que construíram determinado vínculo, apesar das diferenças e das situações distintas. Um vínculo prensado na subalternidade, na obrigação, na opressão, mas um vínculo.

Enfim, a importância dos romances, contos e crônicas de Júlia Lopes de Almeida, com personagens femininos como protagonistas que transgrediam regras e ultrapassavam as barreiras do esperado, vencendo, desta forma, os padrões deterministas da época, são a prova de que sua pena usou e abusou da ficção a ponto de chamar a atenção da realidade social destinada ao sexo feminino, ao negro e as pessoas das classes populares em finais dos oitocentos e início do século XX.

⁵⁵ SÁ, Erika de. Para maioria da população, mulher tem culpa em estupros. Disponível em: . Acesso em: <https://www.dw.com/pt-br/para-maioria-da-popula%C3%A7%C3%A3o-mulher-tem-culpa-em-estupros/a-17527136> 8/02/2021.

REFERÊNCIAS

ALBERTO, Armanda Álvaro. *A escola regional de Meriti*. Brasília: INEP- MEC, 2016.

ALMEIDA, Cláudio Lopes de. *D. Júlia, abril/2018*. [arquivo pessoal]. Rio de Janeiro, 2018.CD-ROM.

ALMEIDA, Júlia Lopes de. *A falência*. São Paulo: Pinguim e Companhia das letras, 2019.

_____. *A viúva Simões*. [Domínio Público]. (s.d). Em: 08/06/2019.

http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=7553. Acesso em: 25/10/2016, às 11h16min.

_____. *O Livro das donas e donzelas*. Rio de Janeiro: Vermelho marinho, 2019.

_____. *Era uma vez*. Rio de Janeiro: J. Ribeiro dos Santos, 1917. Em: https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/983/1/45000008117_Output.o.pdf. Acesso em 01/05/2018 às 13h11min.

_____. *Señoras del consejo Nacional de mujeres de la Argentina*. Buenos Aires: Consejo nacional de mujeres de la Argentina,1922. (arquivo pessoal de Claudio Lopes de Almeida)

_____. *Memórias de Marta*. Paris: Estrangeira Truchi Leroy, (1930?) Em: <http://200.144.255.123/Imagens/Biblioteca/JFO/Media/JFO1180.pdf>. Acesso em 26/05/2018, às 20h20min

_____. *A Silveirinha*. Santa Catarina: Mulheres, 1997.

_____. *A família Medeiros*. Santa Catarina: Mulheres, 2009.

_____. *Ânsia eterna*. Santa Catarina: Mulheres, 2013.

_____. *Pássaro Tonto*. Santa Catarina: Mulheres, 2013.

_____. *Correio da Roça*. Santa Catarina: Mulheres, 2014.

_____. *Cruel Amor*. Santa Catarina: Mulheres, 2015.

_____. *Eles e Elas*. João Pessoa: Editora da Universidade Federal da Paraíba, 2015.

_____. *A intrusa*. Vitória: Pedra Azul, 2016.

_____. *A MENSAGEIRA*”, revista número1, p. 4, Acervo digital da Biblioteca nacional, acesso em 19/03/2021, ÀS 13:57 H., arquivo: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/per352438_content/per352438_item1/P

ALMEIDA, Cintia Borges de e GONDRA, José Gonçalves. As cédulas do vício e a construção compulsória em Minas Gerais (1835-1915). In: *Pesquisa (s) em História da educação e da Infância: conexões entre ciência e .* Org: CAMARA, Sônia. Rio de Janeiro: Quartet, 2014), p. 129-158.

AZEVEDO, André Nunes, 39 DOSSIÊ TEMÁTICO A reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana. *Revista Rio de Janeiro*, n. 10, maio-ago. 2003.

BAPTISTA, Rodrigo, *CE aprova inclusão de Júlio Prestes na galeria de Presidentes da República*. Brasília: Agência Senado notícias, | 05/08/2014, 12h35. Em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/08/05/ce-aprova-inclusao-de-julio-prestes-na-galeria-dos-presidentes-da-republica>

BASTOS, Veronica Azevedo Wander. *MULHER E SOCIEDADE: Uma trajetória da luta política e social das mulheres brasileiras de 1830 a 1934 pelo direito de votar e ser votadas*. Em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/bitstream/handle/unirio/13107/Tese%20126%20-%20VERONICA%20AZEVEDO%20WANDER%20BASTOS.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
Acesso:

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BONNICI, Thomas. *Teoria e crítica literária feminista: conceitos e tendências*. Maringá: Eduem, 2007.

BORGES, Valdeci Rezende. *A cidade do Rio de Janeiro imperial: construindo uma cultura de corte Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: ISSN: 0101-4064 eia@pucrs.br Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. vol. XXXI, núm. 1, junho, 2005, pp. 121-143

BOSI, Alfredo. *O tempo e o ser da poesia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. Campinas, S.P.: Editora da UNICAMP, 2004.

BRANDÃO, Ilmária Souza. *Linhas partidas: viuvez, gênero e geração em salvador (1850-1920)*, Artigo do repositório da Universidade federal de Salvador, 2013. Acesso em 29/04/2021, em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/18539/1/Tese%20-%20Silmaria%20Souza%20Brand%C3%A3o.pdf>

BROTTO, Renata Batista, *Médicos e padres: maternidade e representações dos papéis sociais da mulher (1860-1870)*. Rio de Janeiro, 2009 . Acesso em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/6110/2/32.pdf> Acesso:?

BUTLER, Judith. Actos performativos e constituição de gênero. Um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. In: MACEDO, Ana Gabriela; RAYNER, Francesca (Org.). *Gênero, cultura visual e performance*. Antologia crítica. Minho: Universidade do Minho/Húmus, 2011, páginas 69-88.

_____. *Problemas de gênero – Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CAMARA, Sônia. A arte de educar e prevenir crianças: as Conferência de Higiene Infantil do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (1901-1907) In: *Pesquisa (s) em História da Educação e da Infância: conexões entre ciência e .* Org: CAMARA, Sônia. Rio de Janeiro: Quartet, 2014, páginas 71-88.

CAMBI, Franco. *História da pedagogia*. São Paulo: UNESP, 1999.

CAMPELLO, Eliane T. A. (FURG). “A mulher e a arte”, na visão de Júlia Lopes de Almeida. Em:
<http://www.uesc.br/seminariomulher/anais/PDF/Mesas/ELIANE%20CAMPELLO.pdf>,
 2007. Acesso: 20/06/2019

CASTRO, Ruy. *Metrópole à beira-mar: o Rio moderno dos anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

CÉZAR, Pedro – *Direção e narração: “Só dez por cento é mentira”* Manoel de Barros, Documentário – <https://youtu.be/QZLC8wNVtfs> - acesso em 25 de outubro de 2021, 10:45h.

CHEREM, Rosângela Miranda. Do sonho ao despertar: expectativas sociais e paixões políticas no início republicano na capital de Santa Catarina. Cap. 11. In: BRANCHER, Ana Alice; AREND, Silvia Maria Fávero. *História de Santa Catarina no século XIX*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001, p. 297-344.

COPPEDE, Natalia Ulisses, *A DEFESA DO CAFÉ EM DOIS TEMPOS: 1886-1906 E 1917-1920*. Rio de Janeiro, 2005. EM:
file:///C:/Users/Euridice/Contacts/Desktop/livros%20PDF/Natalia_Ulisses_Coppede%20-%20caf%C3%A9.pdf. Acesso?

CUNHA, Helena P. *Mulher no Espelho*. Santa Catarina: Mulheres, 2013.

CUNHA, Helena P. *Mulher no Espelho*. Santa Catarina: Mulheres, 2013.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE LUCA, Leonora. Feminismo e iluminismo em Júlia Lopes de Almeida (1862/1934). 1997. Em: *Periódicos.fundaj, gov.br*. Acesso em 28/11/2020.

_____. “A Mensageira”: Uma Revista de Mulheres Escritoras na modernização Brasileira. Campinas, SP: [s.n.], 1999. Vol.2.

DE LUCA, Leonora. O 'feminismo possível' de Júlia Lopes de Almeida (1862-1934). *Cadernos Pagu*. Campinas, vol.12, p. 275-299, 1997.

_____. *Amazonas do pensamento: a gênese de uma intelectualidade feminina no Brasil*. Campinas, 2004. Tese de doutorado. Unicamp/IFCH.

DEL PRIORI, Mary. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. *Conversas e Histórias de mulher*. São Paulo: Editora contexto, 2013.

DOYLE, Arthur Conan- *Sherlock Holmes. 4 volumes*. Londrina: Principis, 2017.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. *Vidas de romances*. Rio de Janeiro. Topbooks. 2005.

FANINI, Michele A. Júlia Lopes de Almeida: entre o salão literário e a antessala da Academia Brasileira de Letras (pp.317-338). *Revista Estudos de Sociologia*. Araraquara, 2009. Em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/1941>. Acesso em 26/06/2020, às 16h33min.

_____. *Fardos e fardões: mulheres na Academia Brasileira de Letras (1897-2003)*. 2009. Em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-19022010-173143/pt-br.php> Acesso em 24/06/2020 às 24:46h.

_____. *Nobreza sem brasão: algumas reflexões sobre a peça inédita "A senhora marquesa" de Júlia Lopes de Almeida*, 2012. Em: <https://revistas.ufpr.br/letras/article/view/25977/19486>. Acesso em 24/06/2020 às 24:39h.

_____. *A Dramaturgia inédita de Júlia Lopes de Almeida*. 2005. Em: http://www.brasa.org/wordpress/Documents/BRASA_XI/Michele-Fanini.pdf - Acesso em 03/05/2018 às 18h35min.

FARIA FILHO, Luciano M.; LOPES, Elaine M.T.; VEIGA, Cynthia G. *500 anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FERNANDES, Nelson da Nóbrega. *O Rapto Ideológico da Categoria Subúrbio: Rio de Janeiro a valorização de áreas outrora não assistidas (1858-1945)*. Dissertação (Mestrado em por outros planos. Geografia). Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

FERREIRA, Ivanir. *Escritora mais publicada da Primeira República foi vetada na ABL*. Em: <https://jornal.usp.br/ciencias/ciencias-humanas/escritora-mais-publicada-da-primeira-republica-foi-vetada-na-abl/>. Acesso em: 03/05/2018, às 19h16min.

Folha de Londrina, História do café: Desde o Convênio de Taubaté - 1906 a 2006. Londrina: *Revista cafeicultura*, 2006. Acesso em 10/05/2021. Em: <https://revistacafeicultura.com.br/index.php?tipo=ler&mat=6510>

FON-FON. Revista – *Hemeroteca da Biblioteca Nacional* - Empresa Fon-Fon e Selecta. Rio de Janeiro: 1907/1958. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em abril/maio de 2021.

FREITAS, Marcos C., BICCAS, Maurilene de S. *História social da educação no Brasil: (1926-1996)*. São Paulo: Cortez, 2009.

FREITAS, Marcos C., BICCAS, Maurilene de S. *História social da educação no Brasil: (1926-1996)*. São Paulo: Cortez, 2009.

GARZONI, Leriche de Castro. *Arena de combate: gênero e direitos na imprensa diária. (Rio de Janeiro, início do século XX)* 2012 Em:
<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/280016>

GINZBURG, Carlo. *Mitos. Emblemas. Sinais. Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *A Micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.

GONZALES, Lélia. Por um feminismo Afro-Latino-Americano. Org.: RIOS, Flávia, LIMA, Márcia. Título da Obra. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, páginas do capítulo.

GOUVEA, Maria Cristina Soares de. A escolarização da criança brasileira no século XIX: apontamentos para uma re-escrita. Natal: *Revista educação em questão*. V28, n14, p. 121/126- 2007. Disponível em: file:///C:/Users/Euridice/Downloads/4467-Texto%20do%20artigo-10500-1-10-20131026.pdf. Acesso: 07/05/2020

GRANGEIA, Fabiana de Araújo Guerra. *Oscar Guanabarro e a crítica de arte periódica no Brasil*. 2005. Em:<https://www.unicamp.br/chaa/rhaa/atas/atas-IEHA-v1-215-222-fabiana%20de%20araujo%20guerra%20grangeia.pdf>. Acesso em: 24/06/2020.

HABNER, June E. *Honra e distinção das famílias*. In *Nova história das mulheres no Brasil*. Org: PINSKY, Carla Bassanezy e PEDRO, Joana Maria. São Paulo: Contexto, 2016.

HOFBAUER, Andreas. *Branqueamento e democracia racial: sobre as entranhas do racismo no Brasil*. 2011. Acesso em: 08/07/2021 Disponível em:
https://andreashofbauer.files.wordpress.com/2011/08/branqueamento-e-democracia-racial_final3adssima_2011.pdf

JOURDAN, Camila Alves; VIRGOLINO, Mariana Figueiredo; SILVA, Talita Nunes. Odisseu e Penélope: exemplos de masculino e feminino a serem seguidos na Grécia Arcaica e Clássica. In: LIMA, Alexandre Carneiro Cerqueira. *Imagem, Gênero e Espaço: representações da antiguidade*: Niterói: Alternativa, 2014, páginas do capítulo.

LACERDA, Lillian de. *Álbum de leitura: memória de vida, história de leitores*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

LOBO, Luiza, *Guia de escritoras da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ; FAPERJ, 2006.

LOPÉZ, Camila Soares. “*LES ROMANS*”: RACHILDE NO MERCURE DE FRANCE (1896-1899). Em: file:///C:/Users/Euridice/Downloads/1221-Texto%20do%20artigo-3931-5-10-20190123.pdf. Acesso em 24/06/2020, às 3h55.

LOURO, Guacira L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 2018.

_____. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del Priore; PINSKY, Carla Bassanezi. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. *Gênero, História e Educação: construção e desconstrução*. Rio Grande do Sul: *Educação & Realidade* - ISSN 0100-3143 (impresso) e 2175-6236 (online), 1995. Em: <https://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71722/4066>. Acesso: LUSO, João (Armando Erse). *Terras do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Marisa, 1933.

MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. *Lições de casa: Discursos Pedagógicos destinados à família no Brasil*. 2001. Tese de Doutorado. Niterói: UFF.

MARINGONI, Gilberto. O destino dos negros após a Abolição. São Paulo: *Revista de informações e debates/IPEA*, Ano 8. Edição 70 – 29/12/2011.

MARINS, Paulo César Garcez, *História da vida privada no Brasil. República: da Belle Époque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MARQUES, Ana Maria. *Ora femininas ora feministas: narrativas de mulheres na revista “A violeta” – Cuiabá, 1916-1946*. 2010. Disponível em: <https://docplayer.com.br/47634552-Ora-femininas-ora-feministas-narrativas-de-mulheres-na-revista-a-violeta-cuiaba.html> Acesso em 25/03/2020, às 17:29 h.

MARQUESE, Rafael de Bivar. O Vale do Paraíba cafeeiro e o regime visual da segunda escravidão: o caso da fazenda Resgate. São Paulo: *Anais do museu Paulista: História e cultura material*. Em: <https://www.scielo.br/j/anaismp/a/JspcTj6sd5yhWw5hPd9vj7j/abstract/?lang=pt> Acesso:

MARTINS, Luís Carlos dos Passos; KRILOW, Leticia Sabina Wermeier. *A Crise de 1929 e seus reflexos no Brasil: a repercussão do crack na Bolsa de Nova York na imprensa brasileira*. Em: file:///C:/Users/Euridice/Downloads/GTMIDIMP_MARTINS-%20Luis_%20KRILOW-%20Leticia.pdf Acesso: 17/07/2021

MAZZA, L. R. M. *O papel da mulher no início do século XX ao XXI, tendo como parâmetro o código civil de 1916 e 2002*. 2016. Disponível em: <https://luanmachado.jusbrasil.com.br/artigos/205899704/o-papel-da-mulher-no-inicio-do-seculo-xx-ao-xxi-tendo-como-parametro-o-codigo-civil-de-1916-e-2002> Acesso em: 03/05/2018, às 11h09min.

MENDONÇA, Cátia T. *Júlia Lopes de Almeida: a busca da liberação feminina pela palavra*. 2016. Disponível em: http://www.letras.ufr.br/documentos/pdf_revistas/mendonca.pdf. Acesso em: 20 de outubro de 2020, às 20:34.

MONTELEONE, Joana de Moraes. Costureiras, mucamas, lavadeiras e vendedoras: O trabalho feminino no século XIX e o cuidado com as roupas (Rio de Janeiro, 1850-1920). Rio de Janeiro, *Revista Estudos feministas*, 2019. Acesso: 22/07/2021 Em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/6kxbrTgBwDptJJz9t9RCjRB/abstract/?lang=pt>

MOREIRA, Nadilza M. de Barros, *Júlia Lopes de Almeida e o Universo Feminino, Carioca, Burguês, 2016*. Em: livro das noivas. Disponível: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/viewFile/2349/2083> Acesso em 18/01/2019 as 18:21 h.

MOREIRA, Nadilza M. de Barros. *A condição feminina revisitada: Júlia Lopes de Almeida e Kate Chopin*. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 2003.

MOREL, Edmar. *A revolta da chibata*. Guanabara: Editora Letras e artes, 1963. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/23842150/edmar-morel-a-revolta-da-chibata-1963>. Acesso: 13/05/2021

MOUGEOLLE, Léa. O Conceito de “Interseccionalidade”. *Portal Sociologia: 2015*. Em: <https://www.sociologia.com.br/o-conceito-de-interseccionalidade>. Acesso: 19/07/2020

MUZART, Zahidé Lupinacci. Um romance emblemático de Júlia Lopes de Almeida: crise e queda de um sistema. *Revista Navegações*, Porto Alegre: v. 7, n. 2, p. 134-141, jul. Dez. 2014.

OLIVEIRA FILHO, Antonio Ribeiro de. *A evolução legislativa do adultério desde Machado de Assis aos tempos atuais*. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/18766/a-evolucao-legislativa-do-adulterio-desde-machado-de-assis-aos-tempos-atuais>. Acesso: 13/05/2020.

PAULINO, André Luiz; VIDAL, Diana Gonçalves. A infância para a qual se escreve: disputas em torno de um gênero didático. IN: *Pesquisa (s) em História da educação e da infância: Conexões entre ciência e História*. Rio de Janeiro: Quartet Editora, 2014.

PEREIRA, Carlos Alberto. *Notas sobre Rousseau*. Campinas, 2001. Em: <https://www.unicamp.br/~jmarques/cursos/2001rousseau/cap.htm>. Acesso: 13/06/2021

PEREIRA, Mabel Salgado, O PAPEL DA MULHER NO POSITIVISMO ORTODOXO BRASILEIRO: UM PROJETO CONSERVADOR. Juiz de Fora: *CES REVISTA*, v. 30, n. 1. p. 235-246, jan./jul. 2016 – ISSN 1983-1625. Disponível em: https://seer.cesjf.br/index.php/cesRevista/article/viewFile/810/pdf_77. Acesso: 18/06/2021.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2006.

PRADO, Maria Ligia; FRANCO, Stella Scatena. Participação feminina no debate público brasileiro. In: *Nova História das mulheres no Brasil*, org.: PINSKY, Carla Bassanezi e PERO, Joana Maria. São Paulo: Contexto, 2016, pp. 194 a 217.

PRIORE, Mary Del; BASSANEZI, Carla. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

RAGO, Elisabeth Juliska. A construção da 'natureza feminina' no discurso médico. *Revista Estudos Feministas*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, *Print version* ISSN 0104-026X - *On-line version* ISSN 1806-9584 - Rev. Estud. Fem. vol.10 no.2 Florianópolis July/Dec. 2002. Em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000200019>. Acesso: 13/05/2021

RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. São Paulo: Martin Claret, 2008.

_____. *Momento Literário*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Dep. Nacional do livro, 1994.

RIZZINI, Irene. O século perdido – raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. 2ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

RIZZINI, Irma; SCHUELER, Alessandra F. M. de. *Entre o mundo da casa e o espaço público: um plebiscito sobre a educação da mulher*: Rio de Janeiro, 1906. Em: <http://dx.doi.org/10.5380/rhhe.v2i4.55858>. Acesso em 20 de outubro de 2016.

RODRIGUES, Natália. Greve Geral de 1917. *Info escola*: 2017. Em: infoescola.com/história-do-brasil/greve-geral-de-1917/ Acesso: 15/07/2021.

_____. Governo do Marechal Hermes da Fonseca. *Info Escola*, 2016. Em: <https://www.infoescola.com/historia-do-brasil/governo-do-marechal-hermes-da-fonseca/> Acesso: 19/07/2021

RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *A dança das cadeiras: Literatura e política na Academia Brasileira de letras (1896-1913)*, Campinas: 1998. Em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/281461/1/Rodrigues_JoaoPauloCoelhodeSouza_M.pdf Acesso:

SÁ, Erika de. *Para maioria da população, mulher tem culpa em estupros*. Disponível em: . <https://www.dw.com/pt-br/para-maioria-da-popula%C3%A7%C3%A3o-mulher-tem-culpa-em-estupros/a-17527136> Acesso em: 02/08/2021.

SALES, Eliana. Aspectos da história do álcool e do alcoolismo no século XIX. Pernambuco: *Revista Caderno de História da UFPE*, ano VII, nº 7, p. 167/203, 2010. Em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/cadernosdehistoriaufpe/article/viewFile/110065/21988> Acesso em 04/09/2021.

SALOMONI, Rosane Saint-Denis. *A escritora/os críticos/a escritura: o lugar de Júlia Lopes de Almeida na ficção brasileira*. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Em <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/81773>. Acesso em 28/10/2019.

SANTIAGO, Emerson. *Colonato*. Texto originalmente publicado em <https://www.infoescola.com/agricultura/colonato/>. 2013. Acesso:

SANTOS, Vilson, Pereira dos. Técnicas da tortura: punições e castigos de escravos no Brasil escravista. Goiânia: *ENCICLOPÉDIA BIOSFERA*, Centro Científico Conhecer -v.9, N.16; p. 2013.

SAVIANI, Dermeval [et al.] O legado educacional do século XX no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

SCOTT, Ana Silva. *O caleidoscópio dos arranjos familiares*. In: PINSK, Carla Basanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2016. p. 15-42.

SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

SEPULVEDA, Denize; AMARO, Ivan. *Gêneros, Sexualidades e Educação na Ordem do Dia*. Curitiba: CRV, 2018.

SEPULVEDA, José A.; SEPULVEDA, Denize. Conservadorismo e Educação Escolar: um exemplo de exclusão. *Revista Movimento*, nº 5, 2016.

SEPULVEDA, Denize; SEPULVEDA, José Antônio. Conservadorismo, Gêneros e Sexualidades: temáticas que se entrelaçam nas pesquisas do GESDI e do GEPCEB. In: SEPULVEDA, Denize; AMARO, Ivan. *Gêneros, Sexualidades e Educação na Ordem do Dia*. Curitiba: CRV, 2018, pp. 45 a 61.

_____. Trabalhando questões de gêneros: criando e recriando currículos para a valorização do feminino. *Revista Periferia*. v. 11, N. 4, 2019, páginas. Em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/periferia/article/view/42273> Acesso: 20/07/2021

_____. Por uma história de práticas homoeróticas na casa de São José/Instituto Ferreira Viana (1888-1923). Rio de Janeiro: *Revista Educação e Cultura*, n. 47, 2020.

SEPULVEDA, Denize. Os currículos escolares para os meninos no Instituto Ferreira Viana e os currículos escolares para as meninas no Instituto Profissional Orsina da Fonseca (1923-1933): um diálogo possível?. *Relatório de pós-doutorado*. Programa de Pós-Graduação em Educação. UFF, 2020. Disponível em: <http://ppgeducacao.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/253/2020/07/Denize-de-Aguiar-Xavier-Sepulveda.pdf> Acesso em: 20/03/2020.

SEPULVEDA, José Antonio. *O papel da escola superior de guerra na projeção do campo militar sobre o campo educacional*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Educação. UFRJ, 2010.

SEYFERTH, Giralda. *A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995. Em: <file:///C:/Users/Euridice/Downloads/15453.pdf> Acesso: 20/07/2021

SHARPE, Peggy (org.). *Entre resistir e identificar-se: para uma teoria da prática da narrativa brasileira de autoria feminina*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1997.

SHARPE, Peggy. *Construindo o Caminho da Nação Através da Obra de Júlia Lopes de Almeida e Adalziria Bittencourt*. Letras de Hoje. Porto Alegre, v.33, n.3, p. 39-49, set. 1998.

SHUELER, Alessandra. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. São Paulo: *Rev. bras. Hist.* vol.19 n.37 São Paulo Sept. 1999.

SOUZA, Samantha. Memórias de Marta. Uma narrativa ficcional de Júlia Lopes de Almeida. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH* • São Paulo, julho 2011.

STASIO, Ângela di; FAEDRICH, Anna R.; RIBEIRO, Marcus V. Dois dedos de prosa, o cotidiano carioca por Júlia Lopes de Almeida. Rio de Janeiro: *Cadernos da Biblioteca Nacional*, 2016.

TAVARES, Eleuza Diana Almeida. Literatura e história no romance feminino do século XIX - Úrsula. In: XII Seminário Nacional Mulher e Literatura e do III Seminário Internacional Mulher e Literatura Gênero, Identidade e Hibridismo Cultural, 2007, Ilhéus-BA. *Anais do Seminário Mulher e Literatura*, 2007.

TELLES, Antonia Marlene Vilaca. A presença da mulher no contexto da história da educação (1960-1980). Paraná: *X Anped Sul*, 2014. Em: http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/861-0.pdf

UEKANE, Marina Natsume. *Mulheres na sala de aula: um estudo acerca do processo de feminização do magistério primário na corte imperial (1854-1888)*. Niterói, v. 11, n. 1, p. 35-64, 2. sem. 2010.

VELASCO, Clara; CAESAR, Gabriela; REIS, Thiago. *Cresce o nº de mulheres vítimas de homicídio no Brasil; dados de feminicídio são subnotificados*. Em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/cresce-n-de-mulheres-vitimas-de-homicidio-no-brasil-dados-de-feminicidio-sao-subnotificados.ghtml>. Acesso em 19/04/2018 às 17h34min.

VERÍSSIMO, José. *História da Literatura Brasileira*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

_____. *Estudos da literatura Brasileira*. São Paulo: Ed. Itatiaia, 1977.

XAVIER, Elódia. *Júlia Lopes de Almeida: o discurso do outro*. Travessia: Mulheres século XIX, n.23, p. 178-184, 1992. Em: file:///C:/Users/Euridice/Downloads/17171-52906-1-PB.PDF Acesso em 07/07/2020, às 8:26 h.

_____. *A casa na ficção de autoria feminina*. Florianópolis: Mulheres, 2012.

_____. *O declínio do patriarcado: a família no imaginário feminino*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1998.

_____. *Que corpo é esse? O corpo no imaginário feminino*. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2007.

XAVIER, Maria do C. *Clássicos da educação brasileira*. Belo Horizonte: Mazza, 2010, v.1.

ZANCHET, Maria Beatriz. *Tradição e vanguarda na escritura de Júlia Lopes de Almeida*. *Revista Trama (Cascavel)*, v. 2, p. 143-154, 2006.

ZANON, Maria Cecília. *A sociedade carioca da Belle Époque nas páginas do Fon-Fon!* São Paulo: UNESP – FCLAs – CEDAP, v.4, n.2, p. 217-235, jun. 2009.

ANEXO – Entrevista ao DR. Claudio Lopes de Almeida, neto da escritora Julia Lopes de Almeida, feita por Eurídice Hespanhol Macedo Pessoa

1 – Desde quando o senhor decidiu ter consigo um acervo particular sobre sua avó Julia Lopes de Almeida?

Eu não decidi. O Acervo era da Margarida. Eu morava no mesmo prédio, no andar de baixo. Quando começou a envelhecer cuidei dela como se filho fosse.

Ela, solteirona, dizia que eu era o filho que não tinha tido. Quando morreu herdei (por testamento) o andar dela e entre outras coisas o acervo. Morei ao seu lado de 1950 a 1983 quando faleceu. Já conhecia o acervo, que aliás estava abandonado, desde que ela começou a envelhecer.

2 – Poderia nos contar sobre algumas lembranças no convívio com sua avó Julia?

Não convivi com vovó Julia. Quando ela morreu em 1934 eu tinha 4 anos. Lembro-me apenas de uma ou duas cenas carinhosas rápidas (beijinhos e adeusinhos)

3 – Sua Tia Margarida, deixou uma biografia sobre sua mãe escritora de Julia Lopes de Almeida. Alguns livros nesta biografia, são citados e algumas curiosidades sobre os mesmos são importantes para o leitor de Julia. Gostaria de saber se senhor se lembra de alguns comentários sobre a proibição pela igreja do livro “A Silveirinha”?

Na área literária e crítica não consegui me envolver. No capítulo “Críticas e Livros” acho que há referência a isso. Você tem que ter o pen drive “Dona Julia” que eu elaborei.

4 - Julia Lopes de Almeida, viveu no meio de educadores no Rio de Janeiro, junto a sua irmã Adelina ajudou o Patronato de menores que foi dirigido muitos anos por Pedro de Alcantara Nabuco de Abreu. Sabemos também que Dona Julia visitou e apoiou a escola de Meriti, planejada por Armanda Alberto, uma das três mulheres signatárias do Manifesto da Educação de 1932. Pergunto se o Sr. tem ideia do porquê que não temos o nome de Julia Lopes de Almeida no Manifesto da educação de 1932?

Como lhe disse na área literária e crítica não consegui me envolver. Em 1932 eu tinha 2 anos. Nunca ouvi falar ou li sobre o assunto

5 – A sua tia Margarida, fala das lembranças de Dona Julia correndo no terraço do palácio do Catete. Gostaria de saber de algo que tenha sido recordado pela mesma na cidade de Nova Friburgo, na pouca temporada de estadia por lá.

Tanto as lembranças do Palácio do Catete como as de Friburgo estão bem descritas na

Biografia da Margarida e na “Consolidação de Biografias da Julia” que eu fiz. Você tem que ter esse pen drive.

6 – Em relação as múltiplas profissões do Conde Valentim, pai de Julia, gostaríamos de saber a época dos seguintes pontos.

- a. Ano em que abriu o colégio de humanidades na rua do Lavradio?
- b. Quem da família tinha funções na escola de Humanidades?
- c. Quando e como o Dr. Valentim inaugurou o colégio em Nova Friburgo?
- d. Ao ir com a família para Campinas, em que ano se deu a mudança?
- e. A razão da ida de toda família para campinas, além de iniciar o filho mais velho na fazenda, foi também para que ele pudesse ir para Alemanha fazer o curso de medicina?
- f. Conta sua tia Margarida que o Dr. Valentim era médico do teatro e que na sua residência tinha uma passagem secreta para o teatro de campinas. O Sr. sabe o endereço da casa dos Valentin em campinas? Eles sempre residiram no mesmo local, enquanto moradores de lá?
- g. O consultório do Dr. Valentim era em casa?
- h. Da primeira vez que fui a sua casa, o senhor mencionou que a escritora Julia fazia pesquisas em loco para escrever seus romances. Contou que para elaborar o romance Cruel amor, ela ia até a praia de Copacabana acompanhada pelo filho Afonso. O senhor poderia detalhar um pouco mais este fato?

A maioria da informações confiáveis do Dr. Valentim são as de sua autobiografia, que estão no pen drive

- a. Tem na Autobiografia e nas outras biografias Margarida e Claudio
- b. Não sei. Provavelmente a filha mais velha Adelina.
- c. Tem na Autobiografia e nas outras biografias Margarida e Claudio. Valentim tinha uma saúde precária (a despeito disso morreu com 85 anos) e precisava morar em clima frio. Por esse motivo mudou-se com a família para Friburgo, e, como educador irredutível que era, fundou lá um colégio.
- d. Por volta de 1870. Julia aos 7 anos. Tem na Autobiografia e nas outras biografias Margarida e Claudio
- e. A ida para Alemanha foi antes de Campinas. Ocorreu entre a volta de Friburgo e a ida para Campinas, por volta de 1868 e 1870. Onde a família residiu no Rio (e

Julia relata suas lembranças do Palacio do Catete). Quando foram para Campinas Valentim já abdicara da seu amor por educador e optara por ser Médico!

- f. Não sei o endereço. A passagem não era secreta. Era uma ligação de vizinhança. Sempre moraram no mesmo lugar que era um “point” de saraus e cultura.
- g. Não tenho essa informação. Sei que foi cofundador da Beneficência Portuguesa de Campinas e da Santa Casa de Campinas.
- h. O filho que a acompanhava era meu pai Albano. Copacabana era desabitada, quase mato puro. Havia uma colônia de pescadores no atual posto seis. Julia ia lá entrevistá-los. Entrava nas choupanas e indagava tudo que precisava.

7 – Sua tia Margarida Lopes deixou escrito que as melhores lembranças de sua mãe sobre a infância e juventude vieram da cidade de Campinas. O sr. Lembra de alguma dessas lembranças em especial? Algum caso ou fato lembrado por sua avó?

A família se mudou para Campinas em 1870, Julia com 7 anos. Foram passar uns tempos em Lisboa por volta de 1887, Julia com 24 anos. Julia casa-se em 1888 aos 25 anos. Meu pai e eu éramos ponto de interrogação... Tudo que sabemos é das biografias de Margarida e da Autobiografia do Dr. Valentim.

8 – O senhor sabe por que Julia Lopes de Almeida foi para a África buscar sua filha Lúcia e família?

Sabemos que na ocasião da ida dela para o continente Africano, a mulher dependia da autorização do marido para viajar sozinha. Seu esposo Francisco

9 -Filinto autorizou prontamente a viagem da esposa sem acompanhante ou relutou para autorizar a ida de Dona Júlia?

Tem na Autobiografia e nas outras biografias Margarida e Claudio; inclusive copia do passaporte com a autorização do Filinto

10 - Há algum fato ou pequeno acontecimento que Dona Julia contava sobre o pouco tempo que a família morou em Nova Friburgo?

Há sim. Lembranças das pessoas que ficaram gravadas em sua memória e acabaram fazendo parte de diálogos em um de seus livros. Tem na Autobiografia da Julia e nas outras biografias Margarida e Claudio

11 – Gostaria de saber das datas de nascimento e, se possível, de falecimento de cada um dos seis filhos de Júlia Lopes de Almeida;

Segue em anexo o levantamento que fiz sobre todas as datas que encontrei chamei de

“CRONOLOGIA”.

12 – Sr. Claudio, o senhor poderia dar uma ideia das vezes que Dona Julia morou em Portugal e Paris?

Ano e época, e por que a família se mudou?

Só sei o que consta das biografias

13 – Quantos e quais eram os nomes dos netos de Dona Julia e com quem se casaram seus filhos e filhas:

Albano casou-se com Nadine Tross, nascida no Rio e descendência inglesa por parte de pai e teve os filhos: Fernanda e Claudio

Afonso casou se mais de uma vez e teve com a última companheira nascida na Grécia uma filha: Hebe Papadoplos; Margarida não teve filhos; Lucia casou-se com Carlos Noronha, um português que vivia na colônia Moçambique, teve duas filhas: Margarida Julia e Angela Marta_

14- Por qual razão Júlia Lopes foi à África buscar a filha Lucia e família?

Amor de mãe. A separação de Lucia foi consensual. Não havia razão. Foi em 1934. As filhas tinham 5 e 3 anos. Não eram mais bebês. O marido era amigo.

15 - É verdade que ela precisou ajoelhar-se para que o seu esposo Filinto autorizasse sua viagem à África?

Nos relatos familiares sim.

16 – O sr. Poderia nos falar sobre Joana, moça filha de escravos que, segundo a sua tia Margarida, morou a vida inteira com a família, e foi companheira de Julia?

Só sei o que Margarida descreve na Biografia. Joana era querida por toda a família. Amiga inseparável de Julia na infância e juventude.

17 – Poderia nos falar sobre o salão verde da casa da sua avó Julia Lopes de Almeida?

Julia adorava plantas e arvores, como se sabe. O enorme jardim do casarão de Santa Teresa era primorosamente cuidado por ela e pelos caseiros. Aproveitando a encosta e os “platôs” ela construiu um verdadeiro palco e uma plateia. Na última vez que visitei o casarão, por volta de 2010, ainda havia vestígios do palco (da plateia não, há muito que é uma piscina). A Julia chamava esse local de “Salão Verde”. Costuma dizer “sempre que possível prefiro receber meus convidados no Salão Verde

18 – O sr. Guarda o tinteiro que Julia Lopes usava para escrever seus livros, possui um arquivo primoroso sobre a vida e a obra da escritora. Qual a importância da sua avó na formação do homem Claudio Lopes de Almeida?

Pessoalmente, corpo a corpo, nenhuma influência. Como disse antes, quando ela morreu eu tinha 4 anos e não me lembro dela, salvo um “flash” bem nítido de ela me dando um adeusinho quando saía com o Filinto e eu queria ir também e era segurado por alguém. A minha formação se deu pelo convívio culto com Filinto (que morreu quando eu tinha 15 anos), com meu pai que herdou a cultura de Julia e Filinto, de Margarida idem. Depois eu abracei o acervo da Julia e li muito sobre sua vida. Abracei também as admiradoras e estudiosas da Julia... as CAJU's. Não consegui abraçar o lado literário. Minha índole é ligada à engenharia e às ciências exatas. (Agora...na quarta idade não estou ligado nem a uma coisa nem a outra...)